ANTONIO CARLOS WILL LUDWIG

A FORMAÇAO DO OFICIAL BRASILEIRO E A TRANSIÇAO DEMOCRATICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇAO

1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ANTONIO CARLOS WILL LUDWIG ex/t calcr. TN000019731

Este exemplar corresponde à redação da Tese defendida por Antonio Carlos Will Ludwig e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/04/92

Data: 13/04/92

Assinatura: [signature]

A FORMAÇAO DO OFICIAL BRASILEIRO E A TRANSIÇAO DEMOCRATICA

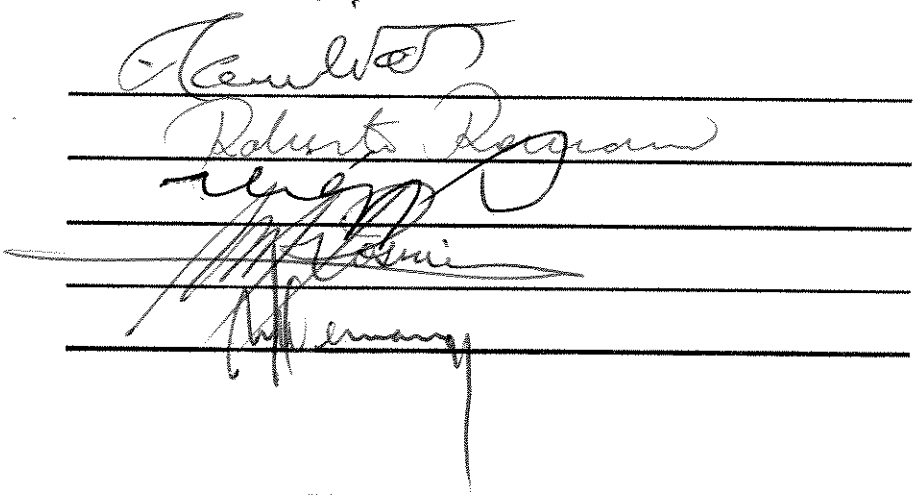
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇAO

1992

Tese apresentada como exigência parcial, para obtenção do Título de DOUTOR EM EDUCAÇAO na Area de Concentração: Metodologia do Ensino, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho.

Comissão Julgadora:



RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é evidenciar como os atuais cursos de formação de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica preparam um tipo de profissional adequado às expectativas dos segmentos hegemônicos da sociedade. O quadro de referência analítico deste estudo compreende três perspectivas teóricas complementares: primeiro, a teoria da reprodução educacional e sua possível aplicação ao sistema de ensino militar; segundo,as teorias do intervencionismo castrense, cujos principais representantes detectam uma inclinação dos funcionários fardados para o apoio aos setores dominantes da estrutura social, reforçando a pertinência da teoria da reprodução à educação militar; e, terceiro, a análise ideológica do papel constitucional das Forças Armadas na tarefa de assegurar a ordem e a lei prevista na Carta Magna de 1988. A análise da prática pedagógica castrense, responsável pela preparação dos oficiais das tres armas para a manutenção da ordem e da lei, estabelecida para preservar interesses dos segmentos hegemônicos da sociedade brasileira é feita no quinto capítulo que trata da organização do ensino, da aprendizagem de algumas matérias e dos procedimentos didáticos empregados. Apesar do forte caráter reprodutivo do ensino bélico, constatam-se, porém, algumas discrepâncias nesta prática que permitem viabilizar, no futuro, transformações significativas no sistema educacional militar. Uma das conclusões mais importantes desta pesquisa é a de que a democratização da prática pedagógica castrense constitui um expediente adequado para a superação do papel intervencionista, freqüentemente exercitado pelos militares no decorrer da história e favorecedor dos setores privilegiados da estrutura social.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to show how the present curriculum for military Officer Formation prepares a professional adequate to the expectations of the hegemonic segments of society. The analytical framework of this study integrates three complementary theoretical perspectives: first, the theory of educational reproduction and its possible application to the military educational system; second,the theories of military interventionism whose main representatives detect a propensity of the military forces for supporting the dominant sectores the social structure, reinforcing the pertinence of reproduction theory to militar education; and, third,the ideological analysis of the constitucional role played by the Armed Forces in the task of maintaining order and law, as established by the Constitution of 1988. The analysis of the military pedagogical practice responsible for the preparation of Officers in the three Forces for the maintenance of "order and law" established for preserving the interests of the hegemonic classes of Brazilian society is made through the study of the fifth chapter about teaching organization, teaching procedures, and the teaching of some disciplines. In spite of strong reproductive character of military teaching, one can identify some discrepancies in this practice which permit, in the long run, to make possible a deep transformation of the military educational system. One of the most important conclusions of this study is that the democratization in the military pedagogical practice brings proper elements to overcome the interventionist role frequently played by military Forces in the History which is favorable to the dominant sectors of the social structure.

"A servidão militar é pesada e inflexível como a máscara de ferro do prisioneiro sem nome, e dá a todo guerreiro um rosto uniforme e frio. Eis porque, ao simples aspecto de um corpo de exército, percebe-se que o tédio e o descontentamento são os traços gerais do rosto militar ... A vida é triste, monótona, regular,... A arma em que se serve é o molde onde cada um atira o próprio caráter, se transforma e se refunde para tomar uma forma geral impressa para sempre. O homem se apaga sob o soldado. A abnegação absoluta de si mesmo, ... a espera contínua e indiferente da morte, a renúncia integral à liberdade de pensar e de agir, as lentidões impostas a uma ambição limitada e a impossibilidade de acumular riquezas produzem virtudes que são mais raras nas classes livres e ativas. Geralmente, o caráter militar é simples, bom, paciente, e encontra-se nele algo infantil, porque a vida dos regimentos se assemelha um pouco à vida dos colégios. Os traços de rudeza e tristeza que o obscurecem são-lhe impressos pelo tédio ... Obedecer e comandar, num exército, é mesmo servir. Deve-se deplorar essa servidão, mas é justo admirar esses escravos."

Cap. Léon-Pierre de Vigny

SUMARIO

	Página
CAPITULO I : O PROBLEMA E A METODOLOGIA	1
O Problema	1
Importância do Problema	12
Objetivos.	15
Metodologia	15
Organização do Estudo.....	23
CAPITULO II: REFERENCIAL TEORICO.....	25
Teorias da Reprodução.....	27
A Escola como Unidade Fabril	27
O Princípio da Correspondência	30
A Dialeticidade do Processo Educativo	34
A Violência Simbólica	44
Educação e Transformação Social	48
Os Aparelhos de Estado	54
As Instituições Totais	57
A Teoria das Organizações	66
Implicações para as Instituições Militares	73
Críticas às Teorias da Reprodução.....	82
CAPITULO III: OS MILITARES E A SOCIEDADE	110
Teorias da Intervenção Militar	112
A Defesa do Estado	112
A Indisciplina Social	124
A Construção da Potência	132
A Intenção Tutelar	135

Página

A Força do Capital Internacional 145

A Fragilidade da Dominação Burguesa 148

A Politização Geral da Sociedade 153

Reações Anti-populares 159

As Peculiaridades dos Enfoques 160

Implicações para a Pedagogia Castrense..... 180

CAPITULO IV: AS FORÇAS ARMADAS NA CONSTITUIÇAO 189

Ordem, Lei e Segurança 189

Estabilidade Social e Industrialização 195

Permanência da Função Tradicional 202

A convergência Ideológica 214

CAPITULO V: A CONTINUIDADE NA EDUCAÇAO MILITAR 225

A Organização do Ensino 229

O Modelo de Administração Escolar 229

O Modelo de Planejamento do Ensino 234

O Condicionamento Legal 241

A Ocupação do Espaço 244

O Período de Adaptação 251

A Rotina Diária 257

Os Mecanismos de Controle 261

O Ensino de Algumas Matérias 269

Matemática 269

Física 279

História 286

Português 295

Página

Ordem Unida 305
Segurança Interna 312
Liderança 316
Os Procedimentos Didáticos 330
Objetivos Educacionais 330
Técnicas de Ensino 334
Recursos Audiovisuais 336
Conteúdos Programáticos 337
Técnicas de Avaliação 340
Material Didático 347

CAPITULO VI: A DESCONTINUIDADE NA EDUCAÇAO MILITAR ... 353
Os Reajustes do Sistema 353
Exemplos de Descontinuidade 357

CAPITULO VII: CONCLUSOES 382

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 397

CAPITULO I

O PROBLEMA E A METODOLOGIA

As pesquisas educacionais já realizadas e em andamento, voltadas para o papel da escola na sociedade, consideram, em sua quase totalidade, as instituições civis de ensino. Parece que os cientistas da educação ainda não perceberam a importância de pesquisar o ensino militar, fato bastante estranho, haja vista que a história do país, há muitos decênios, mantém-se atrelada à conduta dos funcionários fardados. Esta tese, ao contrário de muitas outras, será direcionada às instituições encarregadas de preparar os futuros oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica. A apresentação do problema, sua importância, seu estado atual, os propósitos almejados bem como a metodologia da investigação constituem os tópicos abordados neste primeiro capítulo.

O Problema

Não é preciso citar aqui, pois são do conhecimento geral, os inúmeros momentos da história brasileira em que os militares saíram dos quartéis para se envolverem em problemas

de ordem política, o que confere às Forças Armadas um papel intervencionista por tradição neste país.

A ingerência nas questões domésticas constituiu a motivação principal dos vários debates que ocorreram durante o ano de 1988, e antes dele, principalmente devido aos trabalhos dos parlamentares no Congresso Constituinte. De fato, a preocupação maior concentrou-se no papel constitucional das Forças Armadas, cujo item relativo à defesa interna apresentou-se como o foco das maiores divergências. Personalidades importantes da vida nacional vieram a público para manifestar seus pensamentos quanto às tarefas que devem ser destinadas às Forças Armadas tendo em vista, na maioria das vezes, a normalização democrática do país.

Paulo Sérgio Pinheiro[1] , por exemplo, discorda do papel de garantidores da ordem interna, porque isso é próprio de países subdesenvolvidos e ditatoriais. Por outro lado, concebe que o regime democrático, ao contrário do que pensam muitos, não se caracteriza pela ordem, paz e harmonia, mas pelo conflito, desordem e desarmonia.

Benedito Ferri de Barros[2] deixa clara sua posição de discordância quanto à intromissão dos militares nos assuntos que são competência dos civis. Segundo ele, os membros da comunidade castrense possuem um padrão moral de

---

[1] PINHEIRO, P.S., Os militares e a Convulsão, in Folha de São Paulo, 7 Jan 87, p.43

[2] BARROS, B.F., Os Militares na História do Brasil, in o Estado de São Paulo, 30 Nov 83, p.2

conduta específico, baseado na disciplina, união e probidade inflexíveis. A preservação de tais valores ocorre por viverem relativamente separados do todo social, uma vez que realizam sua existência nos quartéis e vilas militares. Daí ser inconveniente imiscuir-se nas questões que não lhes digam respeito, visto que tal acontecimento pode colocar em xeque esses valores.

Clóvis Brigagão[3] posiciona-se contra o exclusivismo militar no tocante à responsabilidade pela defesa interna. De acordo com ele, a defesa interna é um problema que diz respeito a toda nação, pois está integrado no processo de desenvolvimento brasileiro, onde se faz necessário priorizar os programas sociais. Assim ocorrendo, as instituições democráticas seriam garantidas.

Assim como existem estudiosos contrários à intromissão das Forças Armadas nas questões internas do país, há, também aqueles que defendem a inserção das mesmas em tais questões. Ney Prado[4] , por exemplo, admite que, em muitos países democráticos desenvolvidos, é possível manterem-se as Forças Armadas voltadas, essencialmente, para a defesa externa, uma vez que o jogo democrático, caracterizado pela livre discussão de idéias e embate de grupos políticos não coloca em risco o regime vigente. De modo diferente, nos países mais atrasados, as freqüentes crises econômico-

---

[3]BRIGAGÃO, C., A defesa numa Sociedade Democrática, in Folha de São Paulo, 25 Jan 86, p.3.

[4]PRADO, N., Forças Armadas e Segurança Interna, in Folha de São Paulo, 21 Jan 86, p.3.

sociais, acúmulo de frustrações e as demandas sufocadas colocam em xeque o regime estabelecido. Assim sendo, as Forças Armadas necessitam intervir nos momentos de crise política para evitar o surgimento de um vácuo de poder.

Outro defensor dessa ingerência é o general Sebastião Ramos Castro[5] , pois para ele as Forças Armadas sempre mantiveram um papel de relevo na vida nacional, porquanto lutaram contra os totalitarismos de esquerda e direita - o comunismo e o integralismo - além de terem tido uma atuação importante na democratização do país em 1946.

O general Leônidas Pires Gonçalves[6] tenta justificar, também, a manutenção desse papel tradicional das Forças Armadas brasileiras, argumentando que, em países mais avançados, como os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, a constituição prevê o envolvimento dos militares na manutenção da segurança interna. Cita ainda o papel desempenhado pelo exército francês contra o terrorismo, assim como a atuação dos soldados na Irlanda quanto à luta interna que ali ocorre.

Não resta dúvida que muito mais pessoas se pronunciaram a respeito do papel constitucional das Forças Armadas. Entretanto mais importante que isso é notar que, pelo menos aparentemente, tanto o grupo dos contrários

---

[5]Da Reportagem Local, General Elogia Proposta da Comissão Sobre Papel das FA. in Folha de S.Paulo, 3 Set 86, p.6.

[6]Brasília Agência Estado, Leônidas Afirma que Eleições serão em Paz, in o Estado de S.Paulo, 8 Out 86, p.7.

quanto o grupo dos favoráveis ao papel de defesa interna têm em vista a estabilização democrática do país. Os membros do primeiro grupo consideram que o intervencionismo das Forças Armadas nos problemas domésticos prejudica a democracia, enquanto os membros do segundo grupo pressupõem que tal ingerência a beneficia.

Independentemente da postura favorável ou contrária ao papel de defesa interna, muitos daqueles que se manifestaram a esse respeito apresentaram sugestões visando a proteção do regime democrático.

Antonio Carlos Pereira[7], por exemplo, propôs a participação do Poder Legislativo em termos de ratificação das indicações ao posto de oficial-general e de fixação dos efetivos e despesas militares. Propôs, também, a inclusão de um item constitucional relativo à proibição da prática do golpe de Estado.

Edmundo Campo Coelho[8] sugere que determinados setores da vida nacional deveriam ser desmilitarizados. A Casa Militar, segundo ele, poderia ser chefiada por um civil. Os atos públicos realizados pelo Presidente poderiam dispensar a presença dos militares que geralmente o acompanham, pois isso tende a transmitir uma idéia de tutela à autoridade civil. A chefia do Serviço Nacional de

---

[7]PEREIRA, A.C., Forças Armadas e Constituição: Um Debate Necessário, in Política e Estratégia, vol III, No.3, Jul-Set 85, p.382

[8]COELHO, E.C., A Constituinte e o Papel das Forças Armadas, in Política e Estratégia, vol. III, No. 3, Jul-Set 85, p.377.

Informações deveria caber a um civil. A institucionalização do Ministério da Defesa ou a indicação de ministros civis para as pastas militares constituiriam outras de suas sugestões.

Oliveiros S. Ferreira[9] propôs uma série de artigos que a seu ver deveriam constar da Constituição de 1988. Essencialmente, tais artigos se resumem na institucionalização do Conselho de Estado, com a função de deliberar a respeito do emprego das Forças Armadas. Caberia, também, a esse órgão nomear e destituir chefias, bem como ratificar as promoções de oficiais-generais. Esse conselho seria constituído pelos atual e antigos Presidente da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, um governador estadual eleito pelos demais governadores e um oficial-general de cada arma, também eleito por seus pares.

A relação dos cientistas políticos e sociais que se manifestaram a respeito do papel das Forças Armadas poderia ser ampliada, entretanto, para os propósitos deste trabalho, essas menções são suficientes. Embora o intervencionismo constitua a questão principal em se tratando da normalização democrática do país, cabe colocar aqui um problema muito importante relativo ao preparo dos militares nesse período em que o Brasil vai procurando se estabilizar democraticamente: de que maneira o ensino ministrado nas escolas de formação de oficiais está contribuindo para a

[9] FERREIRA, O.S., As Forças Armadas na Constituição, in Política e Estratégia vol. III, No. 3, Jul-Set 85, p.435-438.

manutenção dos interesses da classe dominante brasileira em prejuízo da democracia?

A colocação desse problema é conseqüência da assunção de dois pressupostos. O primeiro refere-se à idéia de que a ingerência dos militares na vida política do país, em determinados momentos da história nacional, é, no mínimo, consentida pelos setores dominantes da sociedade, uma vez que ela protege interesses de tais setores. O segundo diz respeito à asserção de que o ato intervencionista, beneficiador dos grupos privilegiados, é praticado por militares, particularmente oficiais, cujo modo de pensar coaduna-se com a mentalidade desses segmentos dominantes. Considerando que esses militares se submeteram a processos formativos, é válido inferir que por detrás das históricas ações intervencionistas há uma contribuição importante da educação militar, haja vista que a educação, de qualquer espécie, não pode ser encarada sob o ângulo da neutralidade política.

Vale dizer que as instituições militares, brasileiras, encarregadas de preparar oficiais, são bastante antigas, apesar de seus nomes atuais não coincidirem com aqueles que tinham no passado. A Escola Naval, teve esse nome fixado no ano de 1886, pois, antes dessa data, recebeu as denominações de Academia Real dos Guardas-Marinha, Academia Imperial dos Guardas-Marinha e Escola de Marinha.A Academia da Força Aérea, passou a ter existência em 1919, porém com o nome de Escola de Aviação, e, posteriormente, denominando-

se Escola de Aeronáutica. A Academia Militar de Agulhas Negras, cuja origem está no ano de 1810, inicialmente chamava-se Real Academia Militar.

É importante, inclusive, ressaltar o tradicional nível de politização dos alunos pertencentes à escola do Exército que se evidência desde fins do século passado, devido a Abolição, Proclamação da República, Movimento Positivista, Revolução de 1930, etc. Um dos estudiosos da história do ensino militar, Jehovah Motta, afirma a esse respeito:

> "foram tempos convulsos, no cenário das inquietações político-sociais, fato que repercutiria, intensamente, na Academia, agitando-a e, por vezes, até desfigurando-lhe o perfil de instituto de ensino."[10]

O prejuizo à democracia deve ser entendido no sentido do enraizamento desse regime político na sociedade brasileira, mesmo em sua forma mais tradicional que é a representativa, atualmente em crise no país.Devido a essa crise assiste-se hoje a uma proliferação crescente de associações de interesses, com significativa participação dos setores populares. Acima de tudo, elas

> "expressam uma resposta à crise de governabilidade e à descrença na eficácia dos mecanismos de representação para a consecução de políticas e processamento de demandas;(...) representam uma quebra do oligopólio da participação pela via do sistema partidário."[11]

Esse avanço, em termos de prática da cidadania não

---

[10] MOTTA, J. , Formação do Oficial do Exército, companhia Brasileira de Artes Gráficas, R.Janeiro, 1976, p.177

[11] DINIZ, E. e outros, Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República, IUPERJ-VERTICE, R.Janeiro, 1989, p.43

é bem visto pelos setores dominantes da sociedade brasileira, pois como afirmam Diniz e Boschi:

> "do ponto de vista do empresariado, as perspectivas de democratização não passam pelo privilegiamento de uma ordem pluralista plena".[12]

Tal assertiva ajuda a confirmar o caráter autoritário, anti-democrático dos setores privilegiados da sociedade, pois sabe-se que o frágil período democrático entre 1945 e 1964, assentado, basicamente, nas massas populares urbanas que haviam ingressado recentemente no cenário político, não contava com o entusiasmo da burguesia da época.

Um pluralismo marcante, específico da prática política moderna, revela-se presente na débil e incipiente democracia brasileira atual. É esse o contexto que a história está oferecendo à burguesia nacional para exercitar-se enquanto classe dominante. Ela já teve uma chance no período anteriormente citado, porém sua atuaçao não foi bastante eficaz como atesta o golpe de 1964 que lhe favoreceu. O momento presente está oferecendo outra possibilidade a ela, porém, num ambiente social interno de profundas desigualdades, o que torna a tarefa bastante árdua e difícil. A esperança de que venha a desempenhar, de modo razoável, sua missão, nessa nova conjuntura é um pouco remota, pois o Estado autoritário foi por ela muito utilizado para manter sua dominação, particularmente através de seus aparelhos repressivos.

---

[12] DINIZ E OUTROS, Modernização e Consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República, IUPERJ-VERTICE, R.Janeiro, 1989, p.33.

Quanto ao processo de formação da oficialidade brasileira, preliminarmente, é preciso dizer que ele, se caracteriza por um autoritarismo significativo, em grau bem maior do que aquele existente nas escolas civis. A pedagogia castrense valoriza sobremaneira a obediência, a disciplina, a hierarquia e a ausência de situações conflituosas ou incertas. As ameaças de punição, sua prática e a vigilância são uma constante, assim como é clara a aversão em utilizar procedimentos de consulta e persuasão.

E necessário lembrar que o autoritarismo reinante nas Forças Armadas tem condicionado o processo de socialização de todos os membros da comunidade castrense, principalmente dos futuros oficiais. Esse autoritarismo, por sua vez, é um fenômeno que se manifesta a partir de origens bastante remotas. De fato, as Forças Armadas brasileiras se constituíram, historicamente, influenciadas por congêneres estrangeiras, isto é, de Portugal, Alemanha e França, nos momentos em que essas forças também valorizavam o autoritarismo. O uso freqüente dos castigos corporais e os métodos coercitivos de recrutamento ilustram bem essa prática autoritária tradicional e própria de quase todas as Forças Armadas do mundo.

Muito importante, também, é não esquecer que determinados fatores internos, portanto, nacionais, também favorecem o uso de práticas autoritárias. Dentre eles pode ser citado o elemento humano que primordialmente se adentrou nas fileiras do Exército. Os soldados de então provinham das

classes desprivilegiadas da sociedade. Quase todos eram analfabetos, ladrões ou criminosos. Por outro lado, durante muito tempo, a profissão das armas não foi bem vista pela sociedade civil brasileira. Assim sendo, os recursos militares eram precários, e os soldos, insuficientes, o que provocava sérios descontentamentos no seio da tropa.

A prática do autoritarismo nas Forças Armadas brasileiras deve-se, também, à assertiva vigente e vulgarizada em várias partes do mundo de que só é possível manter Forças Armadas disciplinadas mediante procedimentos autoritários. O medo das elites civis e militares da possibilidade de emprego das armas contra a própria sociedade ou Estado, ou a concepção de que a tarefa militar é carregada de segredos de Estado e de campanhas bélicas, talvez justifiquem a manutenção dessa assertiva justificadora das práticas autoritárias.

O condicionamento maior, no entanto, reside fora da organização militar, pois a prática do autoritarismo insere-se na lógica da dominação, que é tão velha quanto a própria história. Essa dominação pode ser entendida tanto do ponto de vista de Foucault, que a constata em diversos setores quanto do ponto de vista marxista, que prioriza o Estado como fonte de opressão. Uma das expressões atuais do autoritarismo é o próprio capitalismo, seja dos países centrais seja dos periféricos. Nesse sentido o exercício do autoritarismo castrense é, principalmente, conseqüência daquele existente no todo

social, em particular no sistema econômico vigente.

Importância do Problema

É comum hoje em dia encontrarem-se publicações tais como teses, dissertações, livros e artigos relacionados ao reprodutivismo escolar. Inúmeros são os trabalhos que mostram como a escola contribui para a manutenção da sociedade e, conseqüentemente do sistema econômico que lhe é próprio, ou seja, o capitalismo. Tais estudos têm contribuído bastante para a formação dos educadores de um modo geral, uma vez que lhes possibilitam enxergar a educação sob o ângulo da não-neutralidade, isto é, mostra-lhes como as práticas escolares constituem atos políticos por excelência. A escola, hoje, pode ser considerada o aparelho ideológico de Estado mais importante para a reprodução social.

Não resta dúvida de que, detrás desse esforço empreendido por esses intelectuais, reside uma esperança de que suas contribuições hão de servir, de alguma forma, para provocar mudanças na prática educativa, e, conseqüentemente, na prática social global, no sentido de tornar a sociedade mais justa, uma vez que ela é portadora de profundas disparidades e desigualdades.

O problema da formação da oficialidade brasileira, tal como foi anteriormente colocado, não foge dessa ótica reprodutivista. A formação autoritária recebida nas Academias, historicamente, tem encontrado ressonância

nos regimes políticos e econômicos vigentes, os quais, muitas vezes, se aproveitam da mesma para impedir os avanços no sentido da democracia. Os sucessivos golpes aplicados pelos militares no decorrer do tempo, assim como o abafamento de movimentos sociais constituem exemplos ilustrativos de impedimento da maturação democrática do país. Nesse sentido pode-se afirmar que a manutenção de diversas formas de injustiça social ou a contínua reprodução da sociedade em termos de amplas desigualdades devem muito aos funcionários fardados.

Ainda hoje, os membros mais conservadores da elite nacional do meio urbano ou rural possuem condições de impor pela força, se preciso, seus interesses à comunidade, haja vista que o artigo 142 da atual Constituição permite que se recorra às Forças Armadas para manter a ordem e a Lei. Esse artigo, tradicional nas constituições brasileiras, foi mantido graças à atuação dos políticos conservadores pressionados pelo "lobby" militar. Acima de tudo, ele evidencia o medo das elites dirigentes em relação ao poder das classes populares que freqüentemente se movimentam para concretizar seus interesses.

A valorização do autoritarismo, tanto por parte das elites civis quanto por parte das elites militares, historicamente, tem favorecido as classes hegemônicas da sociedade. Cabe citar, a esse respeito, o período de Getúlio Vargas que beneficiou setores agropecuários e industriais através de financiamentos bancários e as duas

décadas de regime castrense, após 1964, cuja burguesia industrial obteve vantagens na forma de uma acumulação acelerada devido aos fortes controles que incidiram nos sindicatos, na política salarial e no abafamento dos movimentos grevistas.

Nota-se, portanto, que o autoritarismo está intimamente ligado ao intervencionismo. São duas variáveis que se inter-relacionam. A democracia que se pretende instalar no país não se coaduna com as práticas autoritárias. Nesse sentido é bastante vantajoso para a sedimentação dela que a instituição militar, isto é, seus membros, internalizem os valores democráticos e os utilizem em suas tarefas diárias, uma vez que a pratica deles é garantia de uma assimilação eficaz. O uso de procedimentos democráticos no âmbito da Forças Armadas, embora não seja condiçao suficiente é muito importante para a garantia do regime democrático brasileiro, visto que a utilização dos mesmos delineia uma situação de continuidade entre os ambientes social e militar.

Como se sabe, as investigações em torno do papel da escola civil, numa perspectiva reprodutivista, são muitas e variáveis quanto ao referencial teórico adotado. Entretanto, após exaustivo levantamento feito em diversas publicações nacionais e estrangeiras, não foi encontrado sequer um capítulo ou um

artigo em revista especializada que abordasse as contribuições das escolas militares à manutenção da sociedade. A presente tese, parece constituir, portanto, um marco inicial nessa linha de pesquisa.

Objetivos

Quanto aos objetivos que se pretendeu alcançar, estes são em número de dois. Almejou-se explicar como o atual processo formativo dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica está atendendo aos interesses da classe dominante brasileira, bem como não está contribuindo para que eles, ao saírem das Academias, sejam árduos defensores da democracia. Visou-se, também, explicitar algumas práticas existentes nesse processo, que estão atuando no sentido de frear o favorecimento mencionado.

Metodologia

Os filósofos da ciência costumam classificar as pesquisas científicas de diversas maneiras. Existe uma classificação segundo a área de conhecimento, outra sobre a tipologia da investigação, etc. Tendo em vista um enquadramento da tese em pauta, pode-se afirmar que a mesma se encaixa num modelo descritivo-interpretativo. De fato, a análise de prática pedagógica relativa às três escolas militares, encarregadas de formar os futuros oficiais, gira em torno dos diversos elementos que compõem o processo ensino-aprendizagem. A explicitação desses componentes bem

como a sua caracterização e inserção no referencial teórico adotado, evidencia o encaixe no esquema descritivo-interpretativo.

Esses analistas da atividade científica, rotineiramente, fazem referência aos procedimentos que podem e devem ser utilizados pelo pesquisador na busca da verdade. Os expedientes usados na investigação, embora variáveis, não estão desvinculadas de uma perspectiva metodológica unificadora, pois, em qualquer área da pesquisa, os estudiosos formulam problemas, estabelecem hipóteses, propõem objetivos, fazem observações e as registram, revêem concepções anteriores e realizam inferências.

Em se tratando das pesquisas voltadas para as ciências sociais e humanas, nota-se a existência de diversas técnicas de investigação. Tem-se a entrevista, o questionário, a observação, etc. Quanto a esta última, pode-se classificá-la como espontânea, ou não orientada, ou controlada e sistemática que, muitas vezes, decorre da espontânea, por despertar o interesse do cientista para um determinado problema e se caracterizar por uma certa continuidade, além de estar baseada em determinada teoria. No caso da observação sistemática, esta pode se apresentar de duas formas. Uma em que o observador tenta manter um distanciamento do objeto observado, e outra em que o observador se aproxima e se encaixa no contexto do objeto observado.

A observação distanciada intenta apresentar-se como

uma técnica eminentemente objetiva, pois a essência de seu discurso é a eliminação da subjetividade que pode distorcer a atividade interpretativa decorrente. Supõe que a neutralidade da ciência é possível e inquestionável. Desconhece, portanto, que a pretensa neutralidade não passa de um mito. A outra forma de observação, que pode ser chamada de participante, ao contrário, admite a interferência dos interesses pessoais ou grupais no transcorrer das investigações. A adoção de um referencial teórico norteador da observação, bem como o tipo de pesquisa desenvolvida revelam a existência de certas expectativas e compromissos, muitas vezes não revelados, que comprovam a não indiferença do pesquisador em relação ao objeto da investigação.

Devido ao fato de o pesquisador inserir-se nas atividades comuns de um grupo de pessoas, com o objetivo de obter certos dados pelo contato direto, ocorre uma redução significatica das possíveis distorções que normalmente aparecem quando o investigador é estranho a ele. Isto acontece porque o grupo tende a acostumar-se com a figura do pesquisador, aceitando-o até como um membro do conjunto. A convivência diária permite-lhe, inclusive, penetrar nos pensamentos,sentimentos e reações da equipe. Em decorrência, ele obtém acesso a dados e situações habituais de seus membros bem como a certas informações de natureza reservada e de outros padrões de comportamento específicos do grupo em questão , os quais vêm à tona de modo pouco freqüente pois se concretizam de modo velado.

Essas considerações em torno da observação participante foram necessárias, pois, na elaboração dessa tese, o autor, aproveitou em demasia, sua experiência como professor da Academia da Força Aerea, durante dezesseis anos. No decorrer desse lapso, muitas observações espontâneas foram praticadas, o que estimulou o uso de uma observação mais atenta, contínua e fundamentada num referencial teórico específico. Além dessa vivência no setor de ensino da Aeronáutica , foram realizadas algumas visitas à Academia Militar de Agulhas Negras e Escola Naval, com o intuito de coletar, pelo contato direto com os professores, instrutores, dirigentes e alunos dessas escolas, as informações necessárias à elaboração desse trabalho.

Cabe lembrar que essa tese não inaugura o uso da observação participante na área militar. Apenas a título de exemplo, deve ser mencionado o trabalho de mestrado de Celso Castro, intitulado "O Espírito Militar", que foi elaborado a partir de sua presença na Academia Militar de Agulhas Negras durante trinta e seis dias, onde ele teve oportunidade de fazer entrevistas e manter conversas informais com cadetes e oficiais. Aliás, é sabido que a pesquisa participante já comprovou sua validade, visto ser muito utilizada por antropólogos, cujo exemplo próximo é Celso Castro, é etnólogos, desde há muito tempo.

Esta dissertação de mestrado constitui um trabalho importante, pois, apesar de ser uma pesquisa antropológica, encontra-se intimamente relacionada com a pedagogia

castrense. Assim sendo, abre uma linha de investigação sobre o ensino militar, bastante diferente da abordagem teórica utilizada nesta tese. Em tal dissertação, o autor, procura construir a identidade social do militar, que ele denomina de espírito militar, através de uma metodologia etnográfica. Pode-se visualizar seu trabalho como uma tentativa de descrição do perfil do cadete da Academia Militar de Agulhas Negras em função dos valores, atitudes e comportamentos que adquire durante o processo de socialização.Esse perfil é traçado em duas dimensões.Uma delas é mais genérica e atinge todos os alunos. A outra é mais específica, voltada para cada uma das armas escolhidas pelos discentes.Nesse caso, os integrantes de cada arma seguem determinadas regras de conduta, comum a todos, além de compartilharem certos símbolos, tais como emblemas, canções, patronos, etc. A dimensão específica de sua análise pode ser aplicada, também, na Academia da Força Aérea e na Escola Naval, pois em ambas existe uma segmentação de especialidades parecida com as da Academia Militar de Agulhas Negras.

O aproveitamento da experiência de professor da Academia da Força Aérea serve para indicar a delimitação do problema. As três Forças Armadas nacionais, Exército, Marinha e Aeronáutica, gastam um tempo significativo na formação dos oficiais que integram seus respectivos quadros. Essa preparação envolve três estágios . O estágio inicial realiza-se nas escolas preparatórias de segundo grau. O intermediário, nas Academias, consideradas estabelecimentos de ensino superior, e o terceiro, em instituições que podem

ser consideradas como destinadas à pós-graduação. Para efeito desse trabalho, foram levadas em conta as organizações intermediárias, isto é, as Academias, tendo em vista que uma pesquisa envolvendo os três estágios seria muito complexa e custosa, além de exigir um tempo de trabalho bem mais longo.

A prática pedagógica militar foi analisada com base nos documentos que a norteiam. Aqui cabe uma observação importante. Nas escolas militares existe uma preocupação muito grande em ministrar apenas aquilo que está previsto, o que exige uma aplicação dos conceitos de currículo formal e real. O primeiro refere-se a tudo que está contido nos documentos legais, enquanto o segundo diz respeito ao que se faz na prática. Essa diferença, normalmente, é percebida pelos professores e pode significar uma tentativa deliberada por parte deles no sentido de enganar, uma vez que, o que está sendo oferecido seja encarado como algo atraente. Ou pode significar uma dificuldade ou impossibilidade de controlar as variáveis intervenientes no processo ensino-aprendizagem que não foram previstas na hora do planejamento. No caso do ensino castrense, este divórcio, apesar de existir, não é significativo, por dois motivos. Em primeiro lugar, os professores que planejam suas disciplinas têm muitos anos de experiência de magistério, e os conteùdos e objetivos das mesmas tendem a ser repetidos no decorrer dos anos. Em segundo lugar, a administração do ensino possui mecanismos de controle que permitem a qualquer momento verificar a

coerência entre o que está previsto e o que está sendo ministrado. Assim sendo, o planejado e o executado tendem a coincidir, porquanto essas verificações ocorrem em diversos períodos do ano letivo.

O conceito de currículo oculto, que faz referência a tudo aquilo que o aluno aprende fora do previsto nos documentos legais, também foi utilizado, pois no ensino, de modo geral, e no bélico em particular, ocorrem, freqüentemente, resultados não-intencionais de uma prática intencional, os quais são favoráveis ao papel reprodutivista desempenhado pela escola.

Na análise da prática pedagógica castrense tentou-se levar em conta uma diretriz importante: fazer um estudo, ao mesmo tempo, abrangente e detalhado tendo em vista captar o máximo de profundidade possível. Para tanto, foram levados em conta múltiplos aspectos da estrutura de ensino comuns às três escolas, o que não invalidou a abordagem de certas peculiaridades próprias de cada arma.

Pelo exposto, pode-se deduzir que a metodologia adotada é marcadamente estruturalista, pois o objeto da pesquisa, a prática pedagógica militar, é analisada como um conjunto cujas partes estão intimamente relacionadas. O aspecto descritivo dos elementos que compõem essa prática são ressaltados e interpretados de modo uniforme. Além disso, e o que é mais importante, por constituir a essência deste trabalho , a maior parte do esforço empenhado se dirigiu para

a tarefa de evidenciar a correlação entre essa prática e a sociedade mais ampla, organizada na base de classes sociais antagônicas.

Nota-se nessa abordagem uma preocupação significativa com o aspecto transversal da estrutura do ensino que se caracteriza pelo intercâmbio relativamente constante e uniforme entre seus componentes. Embora o aspecto longitudinal tenha sido relegado, pois não se levou em conta a evolução do ensino num determinado período, o lado dinâmico que lhe é próprio não foi esquecido, uma vez que essa estrutura abriga dentro de si, como já foi anteriormente mencionado,elementos pertubadores do relativo equilíbrio que é peculiar da mesma. Esses fatores,apesar de importantes, assumem um lugar secundário, porque a metodologia em questão, ao priveligiar o aspecto transversal, tende a considerar os conjuntos pelo ângulo da resistência à transformação.

O elemento humano que faz parte de uma estrutura, segundo tal orientação de pesquisa, tende a reagir, com bastante freqüencia, de modo respondente, porquanto são poucos os estímulos capazes de pôr em funcionamento a consciência refletida; logo, a prática do pensamento crítico é reduzida. As regras vigentes no interior de uma estrutura organizacional, expressadoras da ideologia dominante, limitam, acentuadamente, a manifestação da criticidade que é fundamental para implementação de medidas transformadoras. Dentre os diversos componentes da estrutura, o indivíduo é encarado como um deles.

Organização do Estudo

Tendo em vista o fornecimento de uma visão sincrética, convém apresentar um breve resumo dos capítulos que se seguem. O capítulo II contém, basicamente, uma apresentação e uma análise de várias teorias reprodutivistas bem como algumas possíveis correlações entre elas e a educação militar. O capítulo III trata das posições de diversos teóricos quanto ao papel intervencionista dos militares na sociedade. Este capítulo é importante porque serve de base para se analisar o ensino militar sob a ótica do referencial adotado. O capítulo IV discorre sobre o papel constitucional das Forças Armadas. Nele, a tarefa de defesa interna, apresentada sob o ângulo ideológico, emerge como elemento viabilizador da reprodução social. O capítulo V pode ser considerado o mais relevante, pois nele é feita uma identificação e uma caracterização dos componentes do sistema de ensino militar. O intercâmbio entre eles bem como a relação do conjunto com a sociedade são aí evidenciados. O capítulo VI diz respeito a apresentação das discrepâncias existentes no ensino castrense, as quais tendem a perturbar sua homogeneidade.Ele tem uma significação especial, pois os eventos didáticos levantados, causadores da descontinuidade do processo pedagógico militar, indicam uma possível superação do papel conservador da educação castrense. O capítulo VII, está voltado para apresentação de sugestões e explicitação das inferências pertinentes.

O conteúdo do capítulo VI tende a mostrar que não há, por parte do autor desta tese, uma intenção de reforçar o estado psicológico pessimista de muitos educadores da atualidade. Ao contrário, almeja-se alentar a esperança de uma educação comprometida com uma sociedade mais justa. Observe-se, porém, que esse alento não pode ser calcado em bases falsas. Além de ineficaz, não é correto iludir os profissionais do ensino, apregoando-se um otimismo idealista, desvinculado da realidade objetiva.

CAPITULO II

REFERENCIAL TEORICO

No capítulo anterior foi colocado o pressuposto de que a educação de qualquer espécie não pode ser encarada sob o ângulo da neutralidade política. O vocábulo política deve ser entendido no seu sentido mais amplo, isto é, tudo aquilo que se refere à vida da pólis, em especial as relações que expressam o exercício do poder.

Bernard Charlot, através de exemplos extraídos do cotidiano soube expressar muito bem o significado dessa palavra.Há um trecho em uma de suas publicações que, apesar de longo, merece ser citado pelo seu alto teor elucidativo:

> " Tudo é política, pois a política constituí uma certa forma de totalização do conjunto das experiências vividas numa sociedade determinada. Eleicões, uma greve, a aposta em corrida de cavalos, a seca, um jogo de futebol, uma bofetada, etc., todos esses acontecimentos têm uma significação política. Mas eles não são políticos da mesma maneira. Alguns são políticos por definição: as eleições, por exemplo. Outros são políticos enquanto são conseqüencias da organização econômica, social e política da sociedade; uma greve,por exemplo, é, antes de tudo, um fenômeno econômico, mas tem igualmente um sentido político na medida em que coloca em causa a organização social do trabalho. Outros acontecimentos são políticos porque têm conseqüências políticas: a seca é um fato climático que coloca problemas

> econômicos com repercurssões sociais e políticas. Outros acontecimentos, ainda, só são políticos na medida em que desviam os indivíduos dos problemas políticos, trazendo um exutório as suas frustrações sócio-políticas: aposta em corrida de cavalos ou jogo de futebol, por exemplo. Finalmente, o sentido político de certos fatos é somente muito indireto: a bofetada é um ato repressivo, e pode-se considerar que prepara a criança para a obediência social e política, mas sua significação política não é nem imediata, nem direta[1]".

Segundo sua maneira de ver, a educação é uma atividade eminentemente política porque transmite os modelos sociais, forma a personalidade, difunde idéias políticas e utiliza a escola, uma instituição que depende das relações sociais de força para se organizar e funcionar.

As teorias da reprodução que também podem ser denominadas de crítico-reprodutivistas, devido enfatizarem o aspecto político da educação,isto é, os condicionantes sociais do fenômeno educativo, aparecem aqui como os referenciais adequados para se analisar o ensino militar, principalmente porque as intervenções castrenses, seja na forma de golpes ou desmantelamento de movimentos sociais constestatórios favorecedores dos segmentos dominantes da sociedade, constituem atos políticos inquestionáveis.

De acordo com essas teorias, a escola é encarada como uma instituição que tem por finalidade preparar a mente e o modo de proceder das pessoas, de tal forma que elas atendam aos interesses das classes dominantes da sociedade. Embora todas concordem nesse ponto, variam os enfoques de

---

[1]CHARLOT,B. A Mistificação Pedagógica, 2ª ed., Zahar Editores, R.Janeiro, 1983, p.13

cada uma. Essa divergência pode ser constatada a partir de uma análise das mesmas, a qual se faz necessária para a compreensão do ensino militar enquanto fenômeno político.

Teorias da Reprodução

A Escola como Unidade Fabril

Em seu livro "Marxismo e Educação", Sarup, baseado em categorias marxistas, tenta demonstrar que a escola é uma unidade fabril, pois considera que o processo educativo que se desenvolve em seu interior pode ser visto como um modo de produção que abrange professores e alunos, e cujo conhecimento é considerado, simultaneamente, capital e propriedade privada.

O tema da alienação é, também, utilizado por ele. Como se sabe, a propriedade privada, segundo Marx, é a causadora da alienação do trabalhador, porque ela rompe o intercâmbio do operário com o resultado do seu trabalho, uma vez que este pertence ao capitalista. Assim sendo, o trabalho é encarado como algo exterior ao homem,não intregrado à sua personalidade, como atividade obrigatória, não voluntária. Por isso, ao executá-lo, não se sente feliz, satisfeito,realizado. No entanto, ele é um meio para satisfazer outras necessidades. Sarup aplica essa idéia do produto do trabalho como algo separado do trabalhador e que se torna um poder em si mesmo no conhecimento. Diz

ele:

> "a tradição predominante dos `filósofos liberais´ apresenta formas de conhecimento como `existentes objetivamente´, externas ao conhecedor - que ali estão para serem descobertas, dominadas, aprendidas. O produto do trabalhador - nesse caso o conhecimento - é com frequência estranho aos estudantes, que não o podem usar; é com frequência demasiado limitado, especializado, não relacionado, abstrato. O aluno não tem controle sobre o que ele faz, ou o que é feito do produto"[2].

A partir da infância as crianças aprendem, inclusive, que a cultura é uma espécie de capital particular, pois são estimuladas

> "a trabalhar como indivíduos isolados, com os braços em torno de seu trabalho"[3].

Quanto aos alunos, eles podem ser encarados como mercadorias e trabalhadores. Enquanto trabalhadores, ao realizarem as tarefas educativas, eles produzem determinados resultados, recebendo por isso notas, conceitos, pontos,diplomas que se assemelham ao salário. Alguns, inclusive, recebem em termos monetários. São aqueles que se mantêm nas escolas devido serem bolsistas de entidades públicas ou privadas. Quando terminam seus cursos, são colocados no mercado de trabalho. Nesse aspecto eles podem ser considerados como mercadorias. As diferentes ocupações disponíveis para eles caracterizam-se pelo escalonamento, havendo, portanto, uma relação entre qualificações, "status" e salário. Nota-se assim, que aquilo que os alunos realizam na escola expressa o que ocorre na sociedade onde

---

[2] SARUP, M., Marxismo e Educação, Editora Guanabara, R.Janeiro, 1980, p. 129.

[3] IDEM p. 129.

tal escola está inserida.

Em se tratando do professor, ele se apresenta, também, como um trabalhador, só que seu produto são seus alunos que ele tenta qualificar para o mercado de trabalho. O professor é, desse modo, um elemento importante no processo de manutenção da sociedade, pois comporta-se como um agente dos grupos conservadores dessa sociedade.

Observa Sarup que as atividades docentes e discentes proporcionam às escolas um certo "status" perante a sociedade. A quantidade de alunos que os colégios conseguem aprovar nos vestibulares, assim como a qualidade dos estudantes e profissionais que as escolas conseguem atrair concorrem a favor desse "status" que, nesse sentido, pode ser encarado como uma forma de lucro.

A questão do conflito é também abordada por ele. Segundo Sarup, o conhecimento é algo situado fora e acima tanto do professor quanto do aluno. No que tange aos alunos, esse conhecimento encontra-se dissociado de suas necessidades e interesses, porque foi estabelecido por outros. Quanto ao professor, este o vê como algo a ser transmitido devido às exigências legais. Nesse contexto, é provável

> "que alunos e professores se vejam mutuamente como em oposição, ou em competição - professor contra aluno, professor contra professor, aluno contra aluno. Essa divisão é da mesma maneira uma manifestação de classe, que constitui uma expressão das relações sociais reificadas"[4].

---

[4] SARUP, M., Marxismo e Educação, Editora Guanabara, R.Janeiro, 1980, p. 130.

O Princípio da Correspondência

Bowles e Gintis fundamentam suas análises relativas do processo educativo capitalista, particularmente o americano, a partir do princípio da correspondência. Esse princípio considera que a esfera econômica da sociedade condiciona a esfera educativa dessa sociedade, no sentido de que as relações de domínio e subordinação próprias da organização econômica se manisfestam nas organizações educativas.

As palavras de Bowles e Gintis são mais adequadas para clarificar o sentido desse princípio:

> "A estrutura das relações sociais da educação não só acostuma o estudante à disciplina em seu posto de trabalho, senão que desenvolve os tipos do comportamento pessoal, formas de apresentação própria, imagem de si mesmo e identificações de classe social que são ingredientes cruciais da idoneidade para o posto. Concretamente, as relações sociais da educação - as relações entre administradores e professores e estudantes e seu trabalho - são uma réplica da divisão hierárquica de trabalho. As relações hierárquicas estão refletidas nas linhas de autoridade verticais que vão de administradores a mestres e estudantes"[5].

O fenômeno da reprodução da consciência é o responsável direto pela reprodução das relações sociais. Essa consciência é composta de valores, crenças, autoconcepção e modos de reagir. A própria vivência do indivíduo na sociedde garante a construção dessa consciência, sendo que ela se caracteriza por manifestar-se como uma força estabilizadora.

---

[5] BOWLES, S. e GINTIS, H., La Instrucción Escolar en La América Capitalista, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986, p.175.

"Por exemplo, quando a população trabalhadora está estratificada de maneira efetiva, as necessidades individuais e o conceito de si mesmo se desenvolvem de uma maneira igualmente fragmentada. Os jovens com diferentes características raciais, sexuais, éticas ou econômicas percebem diretamente as posições econômicas e as prerrogativas de sua `classe de gente´. Quando ajustam suas aspirações de conformidade, não só reproduzem a estratificação ao nível de consciência pessoal, senão que fazem com que suas necessidades estejam em harmonia (pelo menos parcialmente) com as condições fragmentadas da vida econômica. As relações de poder e os critérios de contratação na empresa estão organizados de forma tal que reproduzem as concepções que os trabalhadores têm de si mesmos, a legitimidade de suas atribuições dentro da hierarquia, um sentido de inevitabilidade tecnológica da divisão hierárquica do trabalho e a distância social entre os grupos de trabalhadores da organização"[6].

De modo consonante, o processo educativo, por estimular a diferenciação de "status", torna mais forte a consciência estratificada, que sustenta a fragmentação das classes qualificadas como subordinadas do ponto de vista econômico. Esse reforço é alcançado por meio da produção, rotulação e recompensa das características pessoais consideradas relevantes para a distribuição de postos na hierarquia social, bem como pela frustração e castigo de outras habilidades e necessidades. Nesse sentido, o processo educativo contribui, sobremaneira, para legitimar a desigualdade econômica.

Essa distribuição é exemplificada por eles por meio do carater progressivo do ensino, ou seja, os trabalhadores

---

[6] BOWLES, S. e Gintis, H., La Instrucción Escolar en La América Capitalista. Siglo Veintiuno Editores, México, 1986, pg. 172 e 173.

que concluem determinado nível de escolaridade encontram colocação profissional de acordo com o mesmo. De maneira semelhante, a organização escolar apresenta uma dinâmica interna apropriada aos níveis da divisão hieráquica do trabalho.

> "Como temos visto, nos níveis mais baixos da hierarquia da empresa evidencia-se o respeito pelas regras; nos níveis médios a dependência e a capacidade para operar sem supervisão direta e constante, enquanto que nos níveis altos se fomenta a interiorização das normas da empresa. No caso da educação, os primeiros níveis tendem a limitar e canalizar consideravelmente as atividades dos alunos. Um pouco mais adiante, os 'community colleges' e as escolas normais proporcionam uma atividade mais independente e uma supervisão global inferior. As escolas superiores com planos de quatro anos destacam as relações sociais equiparadas às dos níveis superiores da hierarquia da produção. Estas diferenças de relações sociais entre e dentro das escolas refletem em parte a caracterítica social dos estudantes e suas prováveis posições econômicas futuras. As escolas compostas por membros da classe trabalhadora tendem a destacar o controle da conduta e o acatamento às regras, enquanto que as escolas das zonas de pessoas acomodadas fazem uso de sistemas relativamente abertos que favorecem uma maior participação do estudante, a supervisão menos direta [e a] interiorização dos padrões de controle"[7].

Não é apenas a escola a responsável pelo processo reprodutivo; a família também se sobressai nesse aspecto. Graças a ela a escola não encontra quase dificuldade alguma para adequar seus formandos à estrutura ocupacional da sociedade, pois as crianças desde cedo, em seu interior, são submetidas a um processo de socialização que as orienta

---

[7] BOWLES, S. e GINTIS, H., La Instrucción Escolar en La América Capitalista, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986, pp. 176 e 177.

vocacionalmente, assim como lhes incutem aspirações e autoconceitos que as preparam para determinadas posições econômicas.

Dizem Bowles e Gintis:

> "O impacto da família na reprodução da divisão sexual do trabalho, por exemplo, é claramente superior ao do sistema educativo. [As famílias reproduzem em seus descendentes uma consciência própria ao mundo do trabalho.] A divisão social do trabalho promove a separação entre o trabalho assalariado e o doméstico. [A família reproduz então a divisão sexual do trabalho.] Em primeiro lugar as esposas e mães, normalmente adotam suas próprias concepções como trabalhadoras domésticas. Elas transmitem a seus filhos mediante a diferenciação dos tipos e dos papéis sexuais dos meninos e das meninas na família. Em segundo, e quiçá de maior importância, os meninos tendem a desenvolver conceitos de si mesmos nas divisões sexuais que observam em sua volta. A família é uma unidade reprodutiva biológica e social que não faz senão refletir sua divisão do trabalho na unidade de produção"[8].

Segundo eles, em se tratando das relações de autoridade, a educação dos filhos na família corresponde às necessidades da produção capitalista, pois a prevalência masculina nessa instituição, caracterizada pelos privilégios e poderes, apresenta-se, de certa forma, como uma réplica da hierarquia da produção empresarial. Além disso, as diferenças familiares tendem a reforçar essa hierarquia, uma vez que na classe média os pais estimulam os filhos a se auto governarem, enquanto nas classes inferiores os genitores enfatizam o conformismo filial à autoridade

---

[8] BOWLES, S e GINTIS, H., La Instrucción Escolar en La América Capitalista, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986, pg. 192 e 193.

externa. Ainda a esse respeito, tem-se os pais que possuem "status" mais elevado, geralmente castigam seus descendentes que desrespeitam as normas que foram interiorizadas, ao passo que os de "status" mais baixo impõem castigos pela transgressão das mesmas publicamente fixadas.

A Dialeticidade do Processo Educativo

Algumas teorias reprodutivistas tais como as duas anteriormente citadas, preocupam-se demasiadamente em mostrar como a escola prepara seus alunos para ajustarem-se à vida econômica e social. Assim sendo, passam ao leitor uma visão relativamente distorcida desse processo, pois o induz a acreditar numa certa tranqüilidade do mesmo. Colabora para a fixação dessa a visão a colocação em plano secundário, por parte de seus autores, dos aspectos que dificultam o reprodutivismo. Além disso, nem todos tentam analisar os mecanismos da reprodução no sentido de encontrar saídas para superá-la.

Carnoy procura estudar o fenômeno reprodutivista dentro dessa perspectiva dinâmica. Tal como vários estudiosos do assunto, e tendo em vista a educação estadunidense, ele considera que

> "a escola e o local de trabalho organizam-se de modo bastante análogo. Tanto um quanto outro tende a ser grande, burocrático, impessoal, hierarquizado e rotinizado. Ambos tendem a motivar o desempenho mediante recompensas externas como notas e salários. Escolas e local de trabalho são dominados pelos especialistas e pela autoridade formal; em ambos existem horários que determinam o

ritmo do trabalho e regulamentos que determinam sua natureza"[9].

Essa constatação, porém, não concorre para unilaterizar sua visão a respeito do papel da escola, pois defende o ponto de vista de que as práticas pedagógicas e a inculcação ideológica não têm poder suficiente para produzir um tipo de indivíduo exatamente adequado à estrutura ocupacional. Não há, segundo sua concepção, uma correspondência mecanicista entre escola e trabalho. Tal concepção, não se mantêm, a seu ver, principalmente devido ao fato de a escola ser uma organização mais igualitária e democrática que o ambiente de trabalho. Em face dessas colocações, ele tenta sustentar que

> "a relação entre educação e trabalho é dialética, composta de uma eterna tensão entre duas dinâmicas: os imperativos do capitalismo e os da democracia sob todas as formas"[10].

Ao defender essa visão dialética, ele deixa claro que as concepções tradicionais se tornam superadas. Uma delas refere-se à educação progressiva, defensora da idéia de que a escola, ao modelar o modo de pensar da juventude, pode imprimir transformações na sociedade, isto porque ela se encontra livre dos determinantes sociais e econômicos. A outra, uma extensão desta, é a denominada crítico-progressiva. Nesse caso, o fracasso da escola enquanto

---

[9] CARNOY, M. e LEVIN, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, p.19

[10] IDEM, p.22.

instituição transformadora tende a fazer com que muitos pensem que as mudanças não acontecem por causa de sua incapacidade em formar pessoas críticas, criativas, habilitadas, portanto, para realizar as mudanças necessárias. Uma terceira diz respeito à tese funcionalista que, a partir do argumento de que a ocupação profissional é algo muito importante na organização social, justifica o papel da escola enquanto agência formadora de trabalhadores competentes. A quarta posição, denominada crítico-funcionalista, representa um avanço significativo, pois concebe que as escolas são organizações determinadas pela estrutura classista, própria da sociedade capitalista.

No caso norte-americano, Carnoy constata que os estudos sobre educação realizados pelos pesquisadores estadunidenses deixam de lado as teorias de Estado por considerá-las irrelevantes, pois o concebem como uma entidade que paira acima das classes sociais. Essa omissão é imperdoável, porquanto o Estado é o responsável direto pela educação do povo. Esse Estado, inclusive, enfrenta uma contradição importantíssima. De um lado, ele tem que atentar para a promoção da justiça e diminuição das desigualdades entre os cidadãos; logo, a rede escolar tem a obrigação de capacitá-los para subirem na escala social e participarem das questões relativas à vida política nacional. De outro, por ser um Estado capitalista, ele tem que

> "reproduzir as relações capitalistas de produção, entre as quais a divisão do trabalho e as

relações de classe que são parte daquela divisão"[11].

O estado capitalista abriga classes opostas, resultantes da institucionalização da propriedade privada. A classe dominante composta pelos proprietários e empresários é favorecida pelo processo de acumulação do capital, habilitando-os a exercer influências no âmbito social, principalmente no campo da cultura e dos costumes. A classe subalterna agrega as pessoas cuja renda é obtida do trabalho. Capitalistas e trabalhadores têm sua consciência moldada pelo relacionamento que ocorre no processo de produção. Os estilos de vida e o desenvolvimento social das pessoas são resultantes dessa relação. Assim sendo, tanto os indivíduos quanto as instituições sociais têm sua história atrelada às relações de produção.

A crítica que faz aos estudiosos que vêem o reprodutivismo apenas sob o ângulo econômico é muito importante. A esse respeito ele cita Offe, defensor da autonomia relativa do Estado, cuja burocracia exerce um papel mediador entre as classes opostas. De acordo com esse modo de ver, a educação apresenta-se como um instrumento muito importante para o Estado, visto que, por meio dela ele consegue reforçar sua legitimidade, porque amplia o nível de emprego da massa trabalhadora, bem como solidifica o capital pelo incremento do processo acumulativo. De fato, essa prática é pertinente, pois o processo reprodutivo não

---

[11] CARNOY, M. e LEVIN, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, p.46

se reduz ao aspecto econômico, embora ele possa ser considerado o principal.

Carnoy observa, também, que o reprodutivismo escolar deve ser analisado sob a ótica dialética, porquanto

> "as instituições educacionais não são apenas reprodutoras das concepções da classe dominante sobre qual e quanta educação deve ser oferecida, as escolas públicas refletem também as demandas sociais. Na teoria do conflito social, a luta dos grupos dominados para mudar as condições que os oprimem, e as tentativas dos grupos dominantes para reproduzir as condições de seu domínio constituem a chave para compreender as mudanças na economia, nas relações sociais a na cultura. Essas mudanças, por sua vez, refletem-se nas políticas do Estado e na educação pública, aquelas, como esta, importantes alvos do conflito. Diversas frações da classe capitalista procuram conformar a educação e outros aparelhos do Estado à reprodução capitalista, e os movimentos sociais procuram conformar essas mesmas instituições a melhor servir aos trabalhadores, às mulheres e às minorias. A educação é (...) um local onde os movimentos sociais buscam satisfazer suas necessidades e o empresariado procura reproduzir sua hegemonia"[12].

Esse aspecto econômico, realmente, manifesta-se como o mais importante.

> "O trabalho numa sociedade capitalista condiciona as relações fundamentais nas escolas - dos professores com os administradores, dos alunos com os professores, e do alunos entre si, (...) quanta educação se oferece a quem se relaciona com a divisão de trabalho no processo de produção, o que se ensina nos diferentes níveis de escolaridade é influenciado pelas qualificações e atitudes exigidas da mão-de-obra pelos cargos oferecidos"[13].

Esse trabalho, em termos organizacionais, encontra-se

---

[12] CARNOY, M. e LEWIS, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, pg - 66 e 67

[13] IDEM, p.72.

hierarquizado e fragmentado. A grande maioria dos trabalhadores executam atividades rotinizadas que se repetem dia após dia. E quase impossível ao trabalhador expressar sua originalidade, criatividade e concepções pessoais. As tarefas são encaradas como algo que causa aborrecimento. O controle interno e a disciplina são reforçados pela hierarquia e divisão do próprio trabalho.

As práticas escolares, além de incutir valores e normas consonantes com a reprodução das relações de produção, distribuem conhecimentos variados aos alunos de acordo com os segmentos da força de trabalho. Os jovens das classes inferiores recebem conhecimentos apropriados para atuarem em ocupações de baixa remuneração, enquanto aqueles pertencentes às classes mais elevadas recebem conhecimentos adequados para executarem tarefas de alta remuneração.

Os conflitos entre os movimentos sociais e os empresários revelam a dinamicidade do processo reprodutivo escolar. Essa dinamicidade torna-se mais evidente ainda quando ele analisa o desenvolvimento histórico dessa instituição, o que lhe permitiu concluir que a escola norte-americana foi capaz de transformar-se no decorrer do tempo para preparar mão-de-obra apropriada a um local de trabalho em mudança. A esse respeito ele mostra que, no início do século passado, as crianças aprendiam na escola apenas rudimentos de escrita e leitura pois o capitalismo em vigor era essencialmente agrário. Na medida em que a

industrialização é incrementada, as escolas passam a exigir de seus alunos pontualidade e obediência a instruções. Em fins desse mesmo século ocorreu, também, uma expansão acelerada das escolas secundárias, em função do aumento dos setores comercial e de serviços e do surgimento de grandes companhias. Conseqüentemente, os currículos escolares foram diversificados, e vários ramos de ensino estabeleceram-se, tendo por base a estrutura de classes sociais e as exigências empresariais quanto à motivação e disciplina. Os responsáveis pelas reformas educacionais instituíram, basicamente dois ramos de ensino:

> "um superior, para preparar uma burocracia de nível médio para a administração das grandes empresas em crescimento, e outro, inferior, para formar trabalhadores qualificados para manter a dispendiosa maquinaria da nova tecnologia e supervisionar a produção no nível da fábrica"[14].

Quanto ao nível escolar pós-secundário, em período mais recente, ocorreu uma diferenciação por instituição, e não em termos curriculares, tal como no caso das escolas secundárias.

Ainda em relação a essa dinâmica, Carnoy constata a existência de vários tipos de contradições.

> "O primeiro tipo de contradição manifesta-se na luta política pelos recursos para a educação. A ampliação de recursos para melhorar as oportunidades educacionais para os grupos subalternos pode resultar numa diminuição da taxa de acumulação de capital pelo aumento de impostos e pela redução dos tipos de assistência que beneficiam mais diretamente o capital. Um segundo

---

[14] CARNOY, M. e LEVIN, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, p. 144.

> tipo de contradiçao é interno ao processo educacional"[15]

e se refere ao fato de que, ao atender o lado democrático, a escola gera funções que atrapalham a reprodução de trabalhadores eficientes.

Esse segundo tipo de contradição manifesta-se sob várias formas. Uma delas refere-se ao nível de participação dos alunos. O grau de liberdade de expressão dos discentes assim como a possibilidade que os mesmos têm de influir no processo educativo são bem maiores que os desfrutados pelos trabalhadores nas empresas. A socialização política decorrente dessa prática permite que os alunos contestem as próprias características da relação de emprego. Outra diz respeito à pregação escolar quanto à idéia de igualdade e mobilidade social que cria dificuldades no local de trabalho, uma vez que nem sempre ocorre uma expansão do número de trabalhos qualificados. Uma terceira faz menção a aspecto cultural da escola. Os estudos literários e humanistas desenvolvidos em seu interior tendem a desenvolver o senso crítico dos alunos que pode ser aplicado às relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que reduz sua capacidade em habilitar tecnicamente os discentes. A relativa independência da burocracia escolar possibilita a seus membros questionar e até contrariar o modo pelo qual os jovens são profissionalmente preparados, constituindo a quarta forma de contradição.

---

[15] CARNOY, M. e LEVIN, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, pg. 170 e 171.

Professores e alunos, por serem alienados enquanto mão-de-obra, apresentam sérios problemas ao reprodutivismo. O fato de os alunos desenvolverem tarefas não escolhidas por eles e que não lhes causam satisfação tende a interferir na aprendizagem, o que prejudicará seu desempenho no ambiente de trabalho. A formação ideológica dos alunos é afetada pelas negociações e greves realizadas pelos professores, muitas vezes decorrentes do controle de suas atividades por forças externas à própria escola.

Outras dificuldades vêm à tona pela resistência ao processo educativo. Com efeito, os membros das classes inferiores da sociedade geralmente fracassam nos estudos, pois para eles o sucesso pedagógico é algo bastante incomum. Ausentar-se da classe, não prestar atenção, rebelar-se abertamente e até agredir professores constituem formas de resistência, embora não conscientemente atreladas a um projeto político.

A divergência entre a educação e o emprego, isto é, a tentativa feita pela escola em expandir as oportunidades educacionais em face das exigências do trabalho e a ampliação da mobilidade social têm provocado uma difusão exagerada dessas oportunidades. Esse exagero tem acontecido, também, na qualificação dos futuros profissionais, pois muitos deles estão recebendo uma formação acima das necessidades ocupacionais, pois as funções estão sendo alteradas no sentido de um incremento da rotinização das atividades e redução do número de elementos que tomam decisões. O

fenômeno da supereducação tem provocado sérios problemas às empresas, tais como a sabotagem industrial, o uso de drogas no interior das fábricas, as manifestações grevistas e os elevados índices de absenteísmo. Um efeito positivo, no entanto, tem surgido, porquanto muitos dirigentes empresariais têm feito tentativas para aproveitar melhor esse profissionais via humanização do trabalho e estímulo à participação dos mesmos nos destinos da organização. De qualquer forma, tanto a supereducação quanto a superexpansão do ensino têm causado sérios problemas ao reprodutivismo.

Tendo em vista o fenômeno da supereducação, Carnoy sugere que as empresas promovam uma série de alterações em seu interior. Tais mudanças são classificadas por ele em microtécnicas, macrotécnicas, micropolíticas e macropolíticas. Essas sugestões não são inéditas, tendo em vista que muitas organizações, normalmente, já as utilizam, embora seus dirigentes prefiram aquelas que incrementam o lucro e a produtividade, ao mesmo tempo em que lhes garantem o controle de seus empregados.

Uma conclusão importante apresentada por Carnoy é a seguinte:

> "As escolas constituem um campo de conflito porque têm o duplo papel de preparar trabalhadores e cidadãos. Por um lado, as escolas devem preparar os cidadãos para conhecer seus direitos legais, bem como sua obrigação de exercer esses direitos por meio da participação política. Por outro lado, as escolas devem preparar os trabalhadores com as qualificações e as características de personalidade que lhes possibilitem atuar num regime de trabalho autoritário. Contudo, isto não significa que a

> influência das duas forças opostas estejam sempre em equilíbrio. Ao contrário, em cada período histórico há uma tendência a que uma dessas dinâmicas tenha primazia sobre a outra.(...) Na década atual, as pressões no sentido de utilizar a escola para a reprodução da força de trabalho conseguiu a primazia sobre as feitas em favor das reformas democráticas e igualitárias"[16].

Outra conclusão relevante refere-se ao fato de que

> "a escola se expande em resposta às reivindicações dos grupos subalternos, mas uma vez que as estruturas de classe, raça e sexo são as características básicas da sociedade, só se modificará a forma de papel reprodutivo da escola, e não sua substância"[17].

No entanto, admite que, a longo prazo, os movimentos sociais poderão contrapor-se às práticas reprodutivas e imprimir-lhes mudanças significativas.

A Violência Simbólica

Diferentemente das concepções anteriores, Bourdieu e Passeron encaram o processo reprodutivo educacional sob a ótica da violência simbólica, pois segundo eles a ação pedagógica caracteriza-se pela imposição de um arbitrário cultural feita por um poder também arbitrário. Esse arbitrário cultural está intimamente relacionado aos interesses dos grupos ou classes que praticam a dominação social. A fatualidade desse arbitrarismo é evidente, porquanto inexiste qualquer princípio universal

---

16 CARNOY, M., e LEVIN, H.M., Escola e Trabalho no Estado Capitalista, Cortez Editora, São Paulo, 1987, pgs. 281, 282 e 298.

17 IDEM, p. 166

que lhe dê sustentação. Ele mantém-se como cultura legítima devido ao fato do desconhecimento de sua verdade objetiva.

A ação pedagógica manifesta-se como uma violência simbólica em dois sentidos:

> "Num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é condição de instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação); [e] num segundo sentido, na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de serem reproduzidas por uma ação pedagógica, reproduz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou classe opera objetivamente e por seu arbitrário cultural"[18].

Essa ação pedagógica que se manifesta na forma de uma imposição arbitrária do arbitrário cultural dominante, também se reveste de legitimidade, porque sua verdade objetiva, enquanto modo de atuar dominante imputador desse arbitrário, é desconhecida. Quanto à sua implementação, ela é feita por meio das autoridades pedagógicas, as quais são qualificadas como transmissoras dignas e autorizadas a exigir receptividade, bem como controlar o processo inculcatório por meio de sanções garantidas ou aprovadas pela sociedade.

Ainda em relação à mesma, tem-se que ela ocorre em instituições específicas, porém mandatárias dos grupos

---

[18] BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., A Reprodução, Livraria Francisco Alves Editora, R.Janeiro, 1975, pg. 21 e 22

sociais subordinantes. Desse modo, dispõem da autoridade pedagógica necessária para impor o arbitrário cultural, ou seja, por delegação, detêm o direito de praticar a violência simbólica. Por outro lado, sua concretização provoca resultados diferentes segundo os grupos ou classes sociais, porquanto cada um desses conjuntos possui um "ethos" pedagógico próprio e um capital cultural específico, isto é, bens culturais que cada família transmite pela sua ação pedagógica.

O trabalho pedagógico é o meio pelo qual se realiza a ação pedagógica. Ele possui diversas peculiaridades. É um trabalho longo, pois dura diversos anos, durante os quais ocorre a inculcação de um arbitrário cultural sob a forma de um "habitus" durável e transferível. Esse "habitus" diz respeito a um esquema de pensamento, apreciação, percepção e ação. Sua transferibilidade permite que certas práticas sejam geradas de modo adequado ao arbitrário cultural, as quais ultrapassam o apelo explícito à regra e toda regulamentação manifesta.

E, também, um substituto da coerção e repressão física, pois, devido à sua durabilidade, manifesta-se de modo semelhante a elas no que tange à eficácia, uma vez que ambas não têm o poder de gerar consequências caso cesse o efeito aplicativo. Sob o ângulo social, ele

> "tem sempre uma função de manter a ordem, isto é, de reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura

dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida viável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura"[19].

Divide-se o trabalho pedagógico em dois tipos: o primário e o secundário. O primário relaciona-se à inculcação do arbitrário cultural originário, e o secundário diz respeito à introjeção do arbitrário cultural posterior ao originário e que dele depende. É essencial do trabalho pedagógico secundário a meta de uma conversão radical, isto é, ele visa a

> "matar o `velho homem´ e gerar `ex-nihilo´ o novo `habitus´. As instituições totais (caserna, convento, prisão, asilo e internato) permitem que se perceba com toda clareza as técnicas de desculturação e de reculturação às quais deve recorrer um trabalho pedagógico que visa a produzir um `habitus´ tão semelhante quanto possível àquele que produz a primeira educação, tudo levando em conta um habitus preexistente"[20].

Quanto ao sistema de ensino, constata que o mesmo é capaz de camuflar sua função social, que é a de legitimar as diferenças de classe. Tal camuflagem torna-se possível devido à tarefa que lhe é destinada: formar pessoas qualificadas, ou seja, adaptadas às exigências do mercado de trabalho, bem como dotadas de certas qualidades consonantes à estrutura de classe. A função técnica ou produção e comprovação de habilidade, e a função social que está voltada para a manutenção do poder e de privilégios, permitem

---

19 BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., A Reproução. Livraria Francisco Alves Editora, R.Janeiro, 1975, p.52

20 IDEM, p.55

entender o fato de a sociedade fornecer ao sistema de ensino várias oportunidades de exercer seu poder de transformar vantagens sociais em vantagens escolares, as quais, por sua vez, revertem-se em vantagens sociais.

Essa duplicidade de tarefas desmorona a concepção de que o sistema de ensino tem independência absoluta, entretanto, não destrói a fatualidade de sua autonomia relativa, que se manifesta na forma de obediência a regras que lhes são próprias. O cumprimento de normas específicas, reforçado pela aparente neutralidade e independência a ele conferido, possibilita-lhe desincumbir-se mais eficazmente de suas tarefas.

> "É com efeito à sua autonomia relativa que o sistema de ensino tradicional deve ao fato de poder trazer uma contribuição específica à reprodução da estrutura das relações de classe já que lhe é suficiente obedecer às suas regras próprias para obedecer ao mesmo tempo aos imperativos externos que definem sua função de legitimação da ordem estabelecida. É com efeito, à sua aptidão particular para autonomizar seu funcionamento e obter o reconhecimento de sua legitimidade garantindo a representação de sua neutralidade que o sistema escolar deve sua aptidão particular para dissimular a contribuição que ele traz à reprodução da distribuição do capital cultural entre as classes. Assim, o sistema de ensino tende objetivamente a produzir, pela dissimulação da verdade objetiva de seu funcionamento, a justificação ideológica da ordem que ele reproduz por seu funcionamento"[21] .

Educação e Transformação Social

Gramsci assume uma dupla posição em relação ao

---

[21] BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., A reprodução. Livraria Francisco Alves Editora, R.Janeiro, 1975 pp. 208 e 215.

fenômeno pedagógico. Uma delas refere-se ao caráter reprodutivista da educação. A outra diz respeito ao seu potencial transformador. Em relação à primeira, constata-se que ele encaixa o processo educativo no esquema da dominação, o qual se caracteriza por uma eficácia significativa, pois conta com a inexistência de uma visão do mundo, homogênea e harmônica por parte das classes subordinadas, e tem como garantida a introjeção da ideologia dominante pelas mesmas. Essa unificação ideológica é sustentada pelo senso comum, envolvedor da religião, das crendices e do folclore, e que podem ser considerados modos desagregados e ocasionais de conceber o mundo, próprios dos grupos dominados.

As classes subordinantes exercem sobre o conjunto da sociedade uma função de hegemonia que se desdobra nas tarefas de domínio e direção. A atividade de domínio implica o uso da coerção e da força, enquanto a ação de direção se concretiza pela persuasão e conquista ideológica, sendo considerada o lado mais forte da função hegemônica.

O conceito de hegemonia é muito importante para explicar o reprodutivismo, pois essa hegemonia tem como um de seus pilares a figura dos intelectuais.

> "Cada grupo social, nascendo no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o

> organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc."[22]

Esses intelectuais são, portanto, agentes das classes hegemônicas da sociedade.

> "Trabalham nas diferentes organizações culturais (sistema escolar, organismos de difusão jornais, revistas, rádio, cinema - etc.) e nos partidos políticos da classe dominante, de maneira a assegurar o consentimento passivo, ou mesmo ativo, das classes dominadas à direção que imprime à sociedade a classe dominante"[23] .

Embora a tarefa mais importante dos intelectuais, enquanto comissários dos grupos dominantes, seja a de obter o consenso das grandes massas populacionais de modo espontâneo e de acordo com as orientações desses grupos, há, também intelectuais que atuam no setor coercitivo do aparato estatal, destinado a garantir, segundo os ditames legais, o enquadramento dos grupos que não consentem, nem passiva, nem ativamente.

Segundo Gramsci, a escola é a agência encarregada de preparar intelectuais de diversos níveis. De acordo com ele, todas as pessoas enquadram-se na categoria dos intelectuais, no entanto, somente alguns exercem na sociedade a função de intelectual. A idéia de que os intelectuais são independentes e autônomos, pelo que foi dito anteriormente, se revela insustentável.

---

[22] GRAMSCI, A., Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 2o. Ed., Civilização Brasileira, R.Janeiro, 1978, pg. 3 e 4.

[23] MOCHCOVITCH, L.G., Gramsci e a Escola, Editora Atica, R.Janeiro, p.20.

A educação, encarada como atividade transformadora tem um lugar importante no pensamento de Gramsci, e não poderia ser diferente, visto que suas obras explicitam um compromisso político de transformação social. A viabilidade de imprimir mudanças na sociedade a partir do processo educativo assenta-se na idéia de assegurar às classes subalternas os meios necessários para que as mesmas, após um longo período de luta e conscientização, se organizem e se tornem aptas a governar seus governantes. Essa concepção exige, portanto, uma elevação cultural delas, capaz de superar o conformismo e a adesão resultantes da atividade pedagógica. Essencialmente, a elevação cultural diz respeito à transmissão eficaz dos códigos das classes dominantes às classes dominadas, a fim de que estas venham a utilizá-los contra a ordem vigente.

Na visão gramsciana o conceito de hegemonia também é visto como instrumento de mudança social, pois, na medida em que a classe operária elabora uma concepção de mundo homogênea e coerente, ela tenderá a propor às outras classes subalternas, tais como a pequena burguesia e o campesinato, uma nova hegemonia, contrária à da classe dominante.

Os intelectuais também são vistos por ele como elementos de transformação. Esses intelectuais, adjetivados de orgânicos, são pessoas que convivem com as massas e encontram-se empenhados em trabalhar sobre o bom senso de seus componentes. Esse bom senso refere-se ao núcleo sadio

do senso comum. A tarefa desses intelectuais consiste em desenvolvê-lo e transformá-lo em consciência de classe, dotando-o de uma concepção homogênea e coerente de mundo, sendo que a filosofia da práxis, sinônimo do materialismo histórico e dialético, constitui o instrumento mais adequado para burilá-lo. Ainda quanto a estes intelectuais, diz Gramsci que se deve

> "trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos"[24] .

A reforma intelectual e moral dos membros das classes subalternas, para iniciar-se, não depende da ocorrência de alterações na infra-estrutura, da socialização dos meios de produção e outras modificações na economia, pois a crise dos valores burgueses, bem como o questionamento dos mesmos manifestam-se como condições objetivas favoráveis à sua realização. São justamente esses valores da ideologia dominante, assimilados pela massa trabalhadora, os causadores da produção de seu senso comum. Por isso mesmo a reforma intelectual e moral deve iniciar-se pela crítica a esse senso comum. Tal reforma deve caminhar no sentido da aquisição

> "de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se radiquem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais"[25] .

---

[24] GRAMSCI, A., Concepção Dialética da História, 3ª. Ed., Civilização Brasileira, 1978, p.27.

[25] IDEM, p.148.

O meio didático mais eficaz para implementá-la, segundo Gramsci, é a repetição.

Críticas importantes são feitas por ele em relação às escolas profissionais. Assevera que elas se voltam para a formação de trabalhadores que exercerão funções diretivas ou instrumentais. Logo, é preciso lutar contra a ampliação dessa diversidade e a favor da escola única, destinada a ensinar o aluno a pensar, estudar e controlar ou digirir aqueles que dirigem. Essas mesmas escolas são falsamente apresentadas à sociedade como instituições democráticas, pois destinam-se a dar aos membros da população mais humilde um preparo técnico atualizado, consonante com as transformações industriais e ao surgimento de novos empregos. Entretanto, sua finalidade é escamoteada, pois na verdade elas destinam-se a perpetuar e a cristalizar as diferenças sociais. De fato, a qualificação do operariado de maneira estratificada dá a impressão de ser uma tendência democrática. Mas essa tendência,

> "intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada `cidadão´ possa se tornar `governante´ e que a sociedade o coloque ainda que `abstratamente´ nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar"[26] .

---

[26] GRAMSCI, A., Os intelectuais e a Organização da Cultura, 2ª. Ed., Civilização Brasileira, R.Janeiro, 1978. p.137.

Os Aparelhos do Estado

Embora haja uma diferença marcante entre Gramsci e Althusser, uma vez que o primeiro exibe uma dose significativa de otimismo em relação ao poder da educação de realizar as transformações sociais, e o segundo não partilha dessa expectativa, nota-se uma semelhança muito grande entre ambos no que tange à questão da hegemonia. Segundo Gramsci, o exercício da mesma envolve os aspectos de dominação ou uso da força e de direção, essencialmente persuasivo. De modo parecido, Althusser propõe que sua prática acontece por meio dos chamados aparelhos de Estado.

A manutenção dos interesses das classes dominantes no ambiente social é feita por esses aparelhos que são classificados em dois tipos: os repressivos, tais como a polícia e os tribunais, e os ideológicos que agregam, entre outros, a família e a escola. Cabe notar que não há uma separação entre ambos quanto ao funcionamento, pois os repressivos funcionam de forma predominante pela ideologia e, secundariamente, pela repressão.

O conjunto dos aparelhos ideológicos atua num mesmo sentido, isto é, visa à reprodução das relações de produção capitalistas que são relações de exploração. Esses aparelhos constituem alvos e locais da luta de classes. Nesse sentido,

> "a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE)

posições de combate"[27] .

Dentre os aparelhos ideológicos, destaca-se a escola, que é considerado o mais importante, uma vez que tem à sua disposição uma audiência obrigatória que nela permanece durante um tempo bastante longo. A escola é a instituição social destinada a preparar os indivíduos em consonância com os papéis que devem desempenhar:

> "papel de explorado (...) papel de agente de exploração (...) de agentes da repressão"[28].

A qualificação e a sujeição desses indivíduos, constituem dois momentos marcantes da ação pedagógica voltada para lugares a serem ocupados na estrutura social[29].Embora ela tenha um caráter eminentemente ajustador, ocorrem em seu âmbito, práticas de resistência, uma vez que existem professores que tentam não ceder, apesar de serem raros. Esses professores

> "em condições terríveis, tentam voltar-se contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra"[30].

A escola favorece os demais aparelhos ideológicos do Estado e é favorecida por eles, principalmente o religioso e o familiar. A Igreja ensina que o homem é um ser livre e responsável pelas suas ações; no entanto, todo cristão deve

---

27 ALTHUSSER, L., Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Editorial presença, Lisboa, p. 50

28 IDEM, p. 65

29 POULANTZAS, N., Escola em Questão, in Tempo Brasileiro, nº 35, out-dez, 1973, p.134.

30 ALTHUSSER, L., Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Editorial Presença, Lisboa, p. 67

submeter-se a uma autoridade superior. As crianças aprendem uma série de condutas e hábitos, sendo que o respeito e o temor dos filhos pelos pais é um comportamento muito desejado pela sociedade. Indiscutivelmente, os três aparelhos criam nos jovens uma predisposição para obedecer, que é de extrema importância para os detentores dos meios de produção.

De modo específico, Althusser menciona que o Exército, embora empregue com maior freqüência a repressão, não deixa de utilizar a ideologia para manter a sua coesão e reprodução.

Em seu entender, a ideologia possui determinadas características. Uma delas diz respeito ao fato de não possuir história,isto é, ela é eterna, imutável em sua forma no decorrer do tempo. Outra, indica seu teor representativo. Esta peculiaridade traduz-se pela construção de relações imaginárias por parte dos indivíduos em face das relações concretas em que vivem. Tal peculiaridade permite inferir que a ideologia tem uma existência material. De acordo com essa inferência, a relação imaginária, própria dos indivíduos, decorre de condições objetivas e manifesta-se na forma de práticas específicas, isto é, as concepções de uma pessoa existem ou devem existir nos atos que ela realiza diariamente. Tais práticas, inclusive, são reguladas por rituais que variam em função da especificidade dos aparelhos ideológicos. A última característica da ideologia é a de que ela é interpelativa, ou seja, ela existe

pelo e para o sujeito.

As Instituições Totais

Na concepção de Bourdieu e Passeron, o trabalho pedagógico divide-se em dois tipos: o primário e o secundário. O trabalho pedagógico secundário define-se pela sua finalidade, que é a de promover uma conversão radical do indivíduo. Essa transformação é praticada no interior das instituições totais em que, dentre outras, inclui-se a caserna. Pela desculturação e reculturação, essas instituições visam a produzir um novo "habitus", semelhante àquele produzido pela educação inicial, considerado um "habitus" preexistente. Essa concepção revela-se muito importante para o entendimento do fenômeno reprodutivista nas escolas militares.

Embora Goffman não possa ser enquadrado na linha crítico-reprodutivista aqui adotada, uma análise de sua contribuição precisa ser feita por dois motivos. Primeiro, porque sua abordagem a respeito da atuação organizacional sobre a personalidade inclui, especificamente as instituições militares. E não se pode negar que sua investigação traça adequadamente o perfil daqueles que atuam nos estabelecimentos bélicos.Segundo, porque não parece impossível, apesar de difícil, utilizar suas análises como auxílio ao referencial teórico adotado nessa tese. Assim sendo, a maneira pela qual a personalidade dos internos é modelada pode auxiliar a compreensão do papel social

conservador exercido pelos militares.

Uma instituição total, segundo Goffman

> "pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada"[31].

Ela tem, portanto, um caráter envolvente ou totalizante que se evidencia pela existência de barreiras que impedem ou dificultam o intercâmbio social com o mundo externo.

O caráter total dessas instituições manifesta-se de diversos modos. Todos os movimentos internos são guiados pela mesma autoridade e ocorrem no mesmo local. As atividades diárias de cada um são implementadas com a companhia permanente de outros que pertencem ao mesmo grupo, sendo que todos realizam as mesmas tarefas, bem como são tratados de forma idêntica. Todas as atividades são antecipadamente programadas e devidamente encadeadas pelas autoridades competentes de acordo com regras claras, e auxiliadas por um grupo de funcionários. Apesar de divergentes, essas atividades se revelam unificadas, pois visam a atender às metas oficiais da instituição. Esse conjunto de aspectos é que caracteriza uma instituição total, uma vez que, individualmente, eles existem em outras organizações.

As instituições totais dividem-se em vários tipos:

---

31 GOFFMAN, E., Manicômios, Prisões e Conventos. Editora Perspectiva, S.Paulo, 1961, p.11

> Há instituições estabelecidas para cuidar de pessoas consideradas incapacitadas [asilos, orfanatos]; lugares organizados para pessoas consideradas incapazes de tomar conta de si mesmas ou que constituem ameaça para a comunidade, embora sem intenção [sanatórios e leprosários]; aqueles destinados a proteger a comunidade contra o que se consideram perigos intencionais [prisões, campos, de prisioneiros de guerra]; instituições supostamente estabelecidas para algumas tarefas técnicas e se justificam apenas em bases instrumentais [quartéis, internatos]; estabelecimentos destinados a retiros do mundo, ou lugar de formação de religiosos [mosteiros, conventos]. Essa relação das instituições não é final nem exaustiva"[32].

Essas instituições apresentam algumas peculiaridades importantes. Está a seu cargo o manejo de muitas necessidades humanas. Em relação ao mundo exterior, nota-se que os internos se relacionam com ele de modo restrito, enquanto os membros do "staff" encarregados de supervisioná-los, que normalmente dedicam um terço do dia a essa tarefa, encontram-se integrados a ele. Os elementos de cada conjunto exibem uma visão bastante estereotipada, de vez que os internos tendem a encarar os membros do "staff" como pessoas orgulhosas, complacentes, ao mesmo tempo que se consideram fracos, inferiores e dignos de culpa. Por outro lado, os que compõem o "staff" inclinam-se a ver os internos como indivíduos segregados, amargurados e indignos de confiança, e simultaneamente se autoconcebem corretos e superiores.

Ainda em relação a essas peculiaridades, observa-se que, entre esses dois grupos, existe uma distância social

---

32 GOFFMAN, E., As Características de Instituições Totais, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1978, p.304

considerável e formalmente preceituada. As próprias conversas entre os membros dos grupos opostos são conduzidas em um tom de voz específico. Nesse contexto, pode-se inferir que a mobilidade social entre um agregado e outro é muito restrita. Tal restrição deve colaborar para a manutenção dos estereótipos hostis. Observa-se, também, que essas organizações não se conciliam com uma instituição fundamental da sociedade que é a família, porquanto é quase impossível aos internos manterem uma vida doméstica significativa.

Uma radiografia mais precisa das instituições totais pode ser obtida a partir de uma análise separada dos dois grupos que a constituem: o dos internos e o do "staff". Em relação ao primeiro, percebe-se que os elementos que nela adentram, possuem uma personalidade já formada. A vida inicial dos mesmos será profundamente marcada por um processo de despojamento ou de alteração radical de sua personalidade. O vocábulo "mortificação" talvez seja o mais adequado para expressá-lo. De fato, em muitas dessas organizações, o neófito sofre constantes degradações e humilhações, bem como é profanada a sua subjetividade. A identidade pessoal é removida, e, ao mesmo tempo, alguns dos pertences que a sustentam são confiscados. A autonomia pessoal é eliminada, pois a programação das atividades diárias realizadas em conjunto não permite seu exercício. Os meios de comunicação dos internos com o mundo exterior são restringidos ou bloqueados, e eles têm que, constantemente,

exibir sinais de respeito aos membros do "staff", os quais, normalmente, manifestam-se devido à existência de procedimentos coercitivos.

Segundo Goffman, essas instituições apresentam razões oficiais que justificam esse modo de atuar sobre os internos.

> "Nos hospitais de doenças mentais, existe o tema da proteção do paciente de si próprio e dos demais pacientes. Nas instituições religiosas [é a] necessidade de purificação da alma e penitência através da disciplina da carne"[33].

Embora ele não o diga, sabe-se que nas organizações militares o motivo justificador relaciona-se à própria natureza da profissão, exigidora de obediência irrestrita e profundo respeito à hierarquia. Aparentemente, essas razões são convincentes, devido à sua formalidade, no entanto, uma reflexão mais profunda pode colocá-las em x que.

Os internos vivem nessas organizações sob o jugo dos membros do "staff", cuja autoridade é hierarquizada. Eles possuem determinados direitos sobre os internos com vistas a discipliná-los. O modo como se vestem, a conduta pessoal, o exíguo contato com o exterior e seus maneirismos constituem objetos de controle por parte dos membros do "staff". A exibição de qualquer comportamento considerado indesejável num determinado setor interfere na posição do indivíduo em outro setor. Essas dimensões do exercício da autoridade mostram que é praticamente impossível ao interno

---

[33] GOFFMAN, E., As Caracteristicas de Instituições Totais, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1978, p.309.

livrar-se das pressões oriundas dos funcionários encarregados de julgá-los, bem como da situação de constrangimento que o envolve.

Evidentemente, o aspecto normativo constitui o lado forte das instituições totais, principalmente as regras proibitivas. A transgressão das mesmas, com efeito, provoca, automaticamente, a aplicação de punições. Algumas delas consistem na retirada temporária ou permanente de privilégios ou ainda do direito de pleiteá-los. Outras são mais severas, tais como a detenção e a prisão. Esses privilégios ou recompensas são concedidos em função do grau de obediência manifestado pelos internos aos membros do "staff", os quais, parecem atuar no sentido de reorganização do eu, ou seja, tendem a instaurar de novo as relações com o mundo perdido, abrandando sintomas conseqüentes do distanciamento dele e do próprio eu perdido. O denominado processo de confraternização,

> "isto é, o processo pelo qual as pessoas socialmente distantes desenvolvem mútuo apoio e reações contrárias em oposição a um sistema que as forçou à intimidade, e numa comunidade única, igualitária quanto ao destino"[34] ,

exerce influência positiva nessa ação reintegrativa.

No desenrolar do tempo, às vezes, acontece de algum interno ser surpreendido fazendo algo proibido, ou seja, tentando o suicídio, brigando com um colega ou embebedando-se. Esses casos caracterizam um fenômeno denominado

---

[34] GOFFMAN, E., As Caracteristicas de Instituições Totais, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, p.315.

"complicar as coisas". A vida difícil que levam nessas instituições concorre para que os internos elaborem uma espécie de dialeto institucional, expressador de acontecimentos importantes de seu mundo específico.

Quanto aos modos pelos quais se realiza a adaptação dos internos, estes são vários:

> "Primeiramente, existe o processo do recolhimento da situação . O interno retira sua aparente atenção de tudo, exceto dos acontecimentos ocorridos ao seu derredor. Em segundo lugar, há a linha rebelde. O interno desafia intencionalmente a instituição pela recusa flagrante de cooperar com o `staff´ praticamente em todos os assuntos. Esta posição é tipicamente temporária, constituindo uma fase inicial de reação. Em terceiro lugar, uma espécie de colonização, uma existência relativamente contente é construída com base nas máximas satisfações disponíveis dentro da instituição. A experiência do mundo externo é empregada como ponto de referência para demonstrar o desejo de viver na parte interna. Em quarto lugar, um forma de adaptação ao conjunto de uma instituição total é a conversão. O interno, para aceitar totalmente a opinião oficial ou do `staff´ acerca dele, tenta agir como o interno perfeito"[35].

É essa a forma de adaptação desejada pelas instituições totais, pois seus dirigentes consideram que as maneiras de se comportar previstas constituem um modelo ideal de conduta, principalmente porque está em harmonia com os interesses mais importantes das pessoas a que ele se aplica.

O processo de adaptação dos internos à instituição revela a existência dos denominados ajustes secundários que se manifestam na forma de conivência, realização de acordos,

---

[35] GOFFMAN, E., As caracteristicas de Instituições Totais, in Organizações complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1978, pg.318 a 319.

aplicação de truques, etc. Estes ajustes revelam ao interno que ele ainda conserva algo de sua personalidade anterior e que é capaz de exercer um certo controle sobre determinadas instâncias, cujos resultados lhes são favoráveis, pois consegue obter proteção ou satisfazer certos interesses ou necessidades por meios proibidos. Uma outra espécie de ajuste denominado "conservar o sangue frio" também é adotado pela maioria dos internos. Ele caracteriza-se pelo fato de o interno apoiar perante os colegas certas propostas favoráveis ao grupo, porém inaceitáveis pela instituição, e não apoiá-las quando estiver só, junto aos membros do "staff".

Em relação ao mundo do "staff", percebe-se que seus membros trabalham num ambiente bastante delicado e complexo. A questão da governabilidade da instituição é séria, pois os internos que nela permanecem por um tempo alongado possuem ligações com o mundo exterior. Devido a compromissos assumidos, existem contas a pagar e impostos a serem recolhidos. Por outro lado, se o interno é aposentado, alguém deve receber seus proventos, e se tem direito aos benefícios de um seguro, certas providências necessitam ser tomadas. O tipo de atendimento que um interno deseja pode conflitar com as expectativas de outro. Certos recursos disponíveis não poderão ser usados por determinados elementos, tal como uma agência de correio, por exemplo, uma vez que alguns internos podem escrever cartas ameaçadoras ou obscenas.

Os problemas administrativos enfrentados pelos membros do "staff" são difíceis de resolver, no entanto eles contam com os expedientes da ameaça, da recompensa e da persuasão para solucioná-los. Tais procedimentos são capazes de garantir o desempenho satisfatório de cada um dos elementos que vivem nessas instituições. Além desses problemas, os membros do "staff" também estão sujeitos a envolverem-se emocionalmente com os internos. Por mais precauções que eles tomem a fim de se manterem distantes dos internos, estes podem tornar-se objeto de camaradagem e até de afeição. Um possível envolvimento afetivo tende a ameaçar a posição de distanciamento assumida pelos demais membros.

Uma observação importante feita por Goffman a respeito dessas organizações refere-se à sua permeabilidade com o mundo exterior. Quanto a isso ele diz que os padrões sociais das instituições totais influenciam os padrãos sociais da sociedade e, simultaneamente, são por eles influenciados. A questão da supressão das distinções constitui um exemplo típico dessa interação. A esse respeito ele cita o caso do novo cadete da escolar militar cuja possibilidade de receber dinheiro de casa é negada, e da postulante à ordem religiosa que, ao ingressar no convento, tem cessada a sua idade cronológica, que passa a ser substituída pela idade de vida religiosa. Em termos de honradez essa supressão é muito importante para uma instituição total.

Complementa Goffman a esse respeito:

"mas independentemente da radicalidade aparente de uma instituição sempre haverá limites para suas tendências renovadoras. Assim, parece não haver uma instituição total na sociedade ocidental, que cuide de uma vida em conjunto, independentemente dos sexos; e as instituições semelhantes aos conventos, parecendo impermeáveis às gradações sócio-econômicas, na verdade tendem a designar funções domésticas a prosélitos de antecedentes rurais, da mesma forma que o grupo de pacientes faxineiros nos nossos hospitais de doenças mentais, supostamente integrados, tendem a ser constituídos de homens de cor"[36].

A Teoria das Organizações

Embora as concepções reprodutivistas complementadas pela proposta de Goffman a respeito das instituições totais sejam suficientes para interpretar o processo educativo encarregado de formar os militares de modo geral e os oficiais em particular, é conveniente complementar esse quadro teórico com certas colocações feitas por alguns importantes estudiosos que se preocupam em investigar o fenômeno organizacional. A importância das mesmas reside no fato de que a análise organizacional é uma abordagem mais abrangente, pois inclui os mais variados tipos de estabelecimentos, sendo as instituições totais um deles. Esse caráter abrangente possibilita a detecção de certas peculiaridades comuns às diversas formas de organização.

Antes de explicitar as posições de alguns estudiosos que analisaram o poder das organizações sobre os indivíduos que nelas atuam, convém deixar claro que , tais

---

[36] GOFMANN, E., As Caracteristicas de Instituições Totais, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, p.330.

estudiosos não podem ser apresentados como investigadores da perspectiva crítico-reprodutivista, exclusos apenas Pagés e colaboradores que utilizam a concepção althusseriana de aparelhos ideológicos. Neste caso, percebe-se a relação de algumas de suas idéias com teóricos da reprodução social. Os demais, talvez , possam ser enquadrados como representantes do funcionalismo. De qualquer forma, o que se pretende mostrar a seguir, é a imensa capacidade que as estruturas possuem para moldar os indivíduos, de tal modo que eles se comportem de acordo com os padrões internos ou externos desejados.

Num artigo intitulado "Estrutura Burocrática e Personalidade", Merton explicita os modos pelos quais a burocracia interfere na maneira de ser das pessoas. Primeiramente ele apresenta o significado da palavra burocracia. A burocracia, a seu ver,

> "envolve clara divisão de atividades integradas, que são consideradas como obrigações inerentes ao cargo. Há nos regulamentos um sistema de controles e sanções diferenciados. A designação de papéis processa-se segundo qualificações técnicas, que são determinadas por processos formais impessoais (por exemplo, exames). Dentro da estrutura da autoridade disposta na forma hierárquica, as atividades de `peritos treinados e assalariados´ obedecem a regras gerais abstratas e claramente definidas, que evitam a necessidade de emissão de instruções específicas em cada caso"[37].

Essa estrutura burocrática, no decorrer do tempo, envolve e pressiona o funcionário no sentido de que ele

---

37 MERTON, R.K. Estrutura Burocrática e Personalidade. in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, pg. 58 e 59.

manifeste determinados comportamentos considerados fundamentais à sua manutenção, tais como as reações de prudência, metodismo e disciplina, sendo esta concebida como obediência aos regulamentos. Para facilitar a exteriorização dessas condutas, as organizações planejam para seus funcionários uma carreira gradual baseada principalmente no critério de antiguidade, bem como prevêem a majoração periódica dos salários e pensões. Tais procedimentos são reforçados em sua eficácia pelo reconhecimento, por parte de todos, do sentido da destinação comum reservada a eles.

A possibilidade de ocorrência de atritos interindividuais e intergrupais, nesse contexto, é mínima. A manifestação de um conflito qualquer está quase que exclusivamente na dependência da violação das relações de impessoalidade vigentes. Fora este provável acontecimento, os funcionários seguem cumprindo a rotina diária, identificando-se, efetivamente, com seu modo de vida e ostentando um orgulho capaz de fazer com que eles apresentem fortes reações às mudanças nessa rotina, principalmente se originadas ou impostas por elementos estranhos à organização.

A estabilidade organizacional mostrada por Merton pode interferir no contexto social. Um estudo a respeito dessa possibilidade foi feito por Lipset. Em fins da última Guerra Mundial, ele tentou comprovar a hipótese relativa ao papel conservador que geralmente se atribui ao serviço

público. Sua análise incidiu nas atividades políticas levadas a cabo por um governo social-democrático no período anterior citado. O problema que ele pretendia resolver era o seguinte: as reformas prometidas por seus agentes

> "podem ser iniciadas com sucesso e ser administrada por uma estrutura burocrática organizada para regulamentar um conjunto diferente de normas, e cujos membros possuem valores diferentes dos valores políticos radicais?"[38].

Tal hipótese realmente confirmou-se. Aliás, os próprios ministros do governo recém-empossado previram que ocorreriam resistência e sabotagem pelos membros do serviço público aos planos elaborados por eles. A explicação fornecida por Lipset baseou-se numa constatação empírica. Segundo ele, a burocracia em questão foi institucionalizada em governos anteriores, cuja marca principal era o conservadorismo. Seus modos de reagir eram claramente rotineiros. As propostas de utilização de novos métodos administrativos eram encaradas de maneira pessimista, pois os funcionários os consideravam difíceis ou impossíveis de colocar em prática. Alegavam que, anteriormente, ninguém havia tentado inserir alterações e que estas exigiriam uma reorganização de diversos setores. Por outro lado, verificou, também, uma espécie de sensação de perigo existente entre os funcionários enquanto grupo. Devido terem conquistado uma série de privilégios, tendiam a ver as reformas como algo que os afetaria adversamente. Conseqüentemente eram partidários de sua incorreção

---

[38] LIPSET, S.M., Burocracia e Reforma Social, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, p.257

além de asseverarem que elas não funcionariam.

Pelas colocações de Merton e Lipset, pode-se inferir que as organizações têm uma capacidade muito grande no que diz respeito à manipulação da conduta humana. Pagés e outros estudiosos afirmam quanto a isso:

> "A dominação se exerce ao nível inconsciente e modela a fundo as estruturas da personalidade. A organização funciona como uma máquina de prazer e angústia, estimula um processo psicológico, um ciclo auto-reprodutor em que a angústia alimenta a procura de um prazer agressivo motor gerador de angústia.O indivíduo tende a assumir a organização, sua ideologia e suas regras, o trabalho que ela lhe propicia e a reproduz, assim, da maneira mais segura e ao mesmo tempo mais suave e mais adaptada do que se fosse o objeto de uma restrição (coerção) direta. Ele vive a organização como uma droga da qual não pode se separar"[39].

Ressalta-se nessa afirmação o valor da psicanálise enquanto referencial capaz de explicar as reações humanas no interior das instituições. Entretanto, essa visão psicanalítica está intimamente associada ao marxismo, principalmente às idéias de Althusser. De fato, Pagés e colaboradores afirmam que os aparelhos ideológicos da sociedade, tais como a religião, a escola e a família atuam no indivíduo de forma a sustentar a empresa capitalista, que por sua vez caminha em direção ao reforçamento dos mesmos. As próprias ideologias produzidas pelas organizações tendem a solidificar a dominação, facilitando a exploração dos trabalhadores.

Na visão de Pagés e colaboradores, e de modo mais

---

[39] PAGES, M., e outros, O Poder das Organizações, Editora Atlas, São Paulo, 1987, p.36

abrangente, a personalidade é modelada pelas estruturas sociais. As organizações com suas regras, oportunidades e princípios estruturam a vida dos indivíduos fazendo-os gozar, esperar e tremer. A autonomia e o conflito são vistos de acordo com esse contexto. De fato, o gerenciamento dos recursos humanos é praticado por meio da combinação das coerções e privilégios, que têm o poder de impedir o surgimento de grupos independentes de trabalhadores.

> "As contradições dos trabalhadores permanecem latentes e inconscientes; elas se reencontram transformadas e absorvidas na política contraditória da organização. O indivíduo, mergulhado na organização que o isola dos outros trabalhadores, vive uma situação contraditória da qual não compreende a origem. Ele interioriza, ou melhor, introjeta as restrições (coerções) e os estimulantes da organização que se transformam em angústia e em prazer, e tornam-se os dois pólos fundamentais de sua estrutura inconsciente"[40].

A cooperação dos trabalhadores é, ao mesmo tempo, induzida e limitada pela organização, principalmente porque ela necessita estimular e competição entre eles e evitar que os mesmos constituam grupos que transcendam as regras instituídas. O campo de autonomia dos indivíduos circunscreve-se aos modos pelos quais as normas são aplicadas. Devido à possibilidade do aparecimento de determinadas situações de incerteza no interior das organizações, os princípios reguladores possuem uma certa flexibilidade voltada, no entanto, para a garantia de sua eficácia. E inviável sequer pensar na utilização da mesma para fins de contestação do sistema de hegemonia. Aliás,

---

[40] PAGES, M., e outros, O poder das Organizações, Editora Atlas, S.Paulo, 1987, pg. 29 e 30.

num contexto dessa natureza, é quase impossível a sobrevivência do espírito crítico, principalmente voltado para este objetivo.

Essa flexibilidade direcionada à eficácia organizacional possibilita enxergar o conservadorismo das instituições em seu movimento. A esse respeito, Blau, depois de estudar dois órgãos governamentais, constatou a ocorrência de

> "ajustes espontâneos nos dois órgãos em observação, isto é, práticas que resolveram problemas operacionais atuais apareceram entre os funcionários no curso do trabalho, sem terem sido deliberadamente instituídos pelos superiores"[41].

Para que essas iniciativas surjam, no entanto, é preciso, segundo Blau, a presença de determinados pré-requisistos, tais como uma certa segurança no emprego e a inexistência de conflitos entre o corpo administrativo e os grupos de trabalho.

O pendor das organizações para a inércia pode ser verificado, também, nas instituições de ensino. Em se tratando do caso brasileiro, Garcia constatou que

> "a evolução educacional do país, nos últimos anos, tem-se mostrado altamente contrária à produção de inovações no sistema de ensino"[42],

devido à vigência de muitos formalismos e centralização excessiva do processo decisório. As raras tentativas foram

---

41 BLAU. P. M. . A Dinâmica da Burocracia, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S. Paulo, 1976, p. 339.

42 GARCIA, W. E., Inovação Educacional no Brasil, Cortez Editora, S. Paulo, 1980, p. 11

feitas em colégios vocacionais e de aplicação, e eram baseadas na idéia do transplante cultural. De qualquer forma, as transformações operadas pela política oficial de ensino, além de não terem resolvido o problema de superação das desigualdades sociais geraram novas distorções. De modo semelhante, essa resistência se aplica às organizações militares de ensino.

Implicações Para as Instituições Militares

Em termos de referencial teórico, foram articuladas três abordagens: as concepções educacionais reprodutivistas, as instituições totais e a teoria das organizações. E preciso agora extrair dessas propostas algumas diretrizes que permitam a análise das relações entre a corporação militar, isto é, os estabelecimentos de ensino encarregados de preparar os futuros oficiais e a sociedade mais ampla, estruturada em classes antagônicas, portadoras de interesses divergentes. A amplitude desse referencial é importante em face da inexistência de estudos reprodutivistas relacionados à área militar. As diferentes concepções podem ser aproveitadas em diversas pesquisas por parte dos interessados na temática castrense.

Apesar de notório, cabe ressaltar que, as três abordagem citadas apresentam várias diferenças, não só quanto ao conteúdo das análises realizadas, mas também em relação aos pressupostos sustentadores das respectivas investigações, entretanto, elas possuem um ponto em comum. Os enfoques

reprodutivistas, com certas variações, a tese das instituições totais e a teoria das organizações tendem a mostrar que os indivíduos são profundamente condicionados pelas estruturas em que estão inseridos. Muito esforço é aplicado para ajustar as pessoas às exigências e necessidades das organizações ou aos interesses políticos e econômicos existentes na sociedade, freqüentemente, próprios das minorias privilegiadas.

A escola como unidade fabril, na perspectiva de Sarup, revela-se uma contribuição muito importante. A idéia de que o que se faz nas instituições de ensino constitui uma amostra representativa, ou é uma simulação do que acontece na esfera econômica da sociedade é de uma relevância especial, na medida em que incute no aluno uma representação da dinâmica do setor produtivo. Embora o preparo militar não esteja direcionado para o mercado de trabalho, uma vez que ele se destina ao preenchimento dos quadros das respectivas forças, nota-se uma analogia muito grande entre as organizações bélicas e as instituições econômicas.

Essa visível semelhança já foi notada há séculos antes de Cristo por Xenofonte, Aristóteles e Platão. A partir dessa constatação

> "inferiram uma teoria dos agrupamentos e das funções sociais fundadas na hierarquia e na obediência"[43].

---

[43] FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P., Tratado de Sociologia do Trabalho, Ed. Cultrix, S.Paulo, 1983, p. 370

Mais recentemente, isto é, no século passado, Marx, ao escrever o Manifesto Comunista, afirmou que

> "a indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários amontoados na fábrica aí se organizam militarmente. Simples soldados da indústria, esses operários são colocados sob a vigilância de uma hierarquia completa de suboficiais"[44].

As expressões "exército industrial" e "exército industrial da reserva"[45] foram utilizadas por ele e por vários socialistas de seu tempo. Taylor e Weber apregoaram que a organização militar e do trabalho está fundamentada nos princípios da subordinação e da hierarquia, os quais mostram a separação milenar entre as tarefas de execução e comando. Weber enfatiza que o modelo ideal da fábrica capitalista moderna é a disciplina militar.

Atualmente a analogia é mais marcante, pois, como diz Friedmann,

> "um porta-aviões de 60.000 toneladas já não é hoje apenas uma fábrica; é uma cidade industrial flutuante. As divisões de tarefas, a especialização dos empregos e o agrupamento das equipes assumiram nas tropas combatentes, formas inspiradas nas formas da indústria; a fábrica devolve ao batalhão o que ela lhe tomou emprestado. Conceitos estratégicos como os de bases e linhas de operações, desenvolvidos por Jomini, encontram hoje, aliás, na estrutura reticular automatizada da indústria, aplicações supreendentes, insustentáveis há cinqüenta anos. A logística, isto é, o conjunto dos meios que colocam as tropas em

---

44 FRIEDMANN, G. E NAVILLE, P., Tratado de Sociologia do Trabalho, Ed. Cultrix, S. Paulo, 1983, p. 370.

45 MARX, K., O Capital, Livro 1, Volume II, Difel, S.Paulo,1985 pg. 730 e seguintes.

estado de combater, tornou-se ela própria um ramo industrial à parte"[46]

Embora os vínculos existentes entre as esferas militar e industrial civil tenham estreitado as relações entre ambas, principalmente porque se comportam de modo análogo, isso não significa, em hipótese alguma, que elas sejam idênticas, uma vez que o risco de vida constitui o fator principal que as diferencia. Por outro lado, muitas vezes, podem manifestar-se certos antagonismos entre elas. Uma guerra interfere na atividade produtiva, pois estimula a fabricação de determinadas mercadorias em detrimento de outras que passam a ser consideradas secundárias. Pode causar a escassez de certas matérias vistas pelos empresários como estratégicas à produção, além de alterar a estrutura dos preços e provocar abalos sensíveis no esquema de contratação de pessoal.

A proposta de Bowles e Gintis é parecida com a de Sarup. A diferença entre ambas reside em suas premissas. Sarup pressupõe que a escola se comporta como uma unidade fabril. Baseado nessa concepção, ele apresenta determinadas implicações e conseqüências harmônicas com este modo de visualizar a instituição educativa. Bowles e Gintis, por sua vez, fundamentam-se na idéia de que as relações de subordinação e domínio, próprias da organização econômica, manifestam-se nos estabelecimentos do ensino. Assim sendo,

---

[46] FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P., Tratado de Sociologia do Trabalho, Ed. Cultrix, S.Paulo, 1983 pg. 372 e 374.

suas análises mostram outras implicações e conseqüências. O grau de inclusividade da premissa de Sarup parece ser maior do que a de Bowles e Gintis, uma vez que envolve vários aspectos da instituição escolar. Nota-se,também, que Sarup enfatiza o reprodutivismo econômico, enquanto Bowles e Gintis se preocupam mais com reprodutivismo social. No entanto, mais importante do que comparar essas aborgadens, é ressaltar a idéia central de subordinação e domínio proposta por eles, que é assimilada pelo aluno por meio das relações hierárquicas ou linhas verticais de autoridade vigentes nas instituições educativas.

Essa concepção ajusta-se bem às organizações bélicas. A esse respeito, Janowitz afirma:

> "O sistema de patentes militares é uma pirâmide contínua, com linhas de autoridade diretas e insofismáveis e canais de comunicação escalonado"[47].

Entretanto, não se pode asseverar que tal verticalidade se aplique integralmente em todas as forças armadas do mundo. Parece que este esquema é mais próprio das instituições militares pertencentes aos países menos desenvolvidos ou politicamente centralizados. Aliás, uma crítica bastante apropriada é feita por Janowitz a esse sistema, pois, segundo ele, a nova estrutura de aptidões decorrentes do desenvolvimento tecnológico está exigindo das organizações bélicas um outro esquema de comando bastante próximo da configuração geométrica losangular.

---

47 JANOWITZ, M. , Hierarquia e Autoridade no Estabelecimento Militar, in Organização Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, p. 205.

Em relação à tese da violência simbólica, é aproveitável a idéia da imposição de um arbitrário cultural relacionado aos interesses das classes dominantes, cujo processo inculcatório envolve o controle por parte das autoridades pedagógicas e o uso de sanções aprovadas pela sociedade. Sobressai, nesse ângulo de abordagem,o aspecto cultural do reprodutivismo. Esse trabalho de inculcação provoca o surgimento de um "habitus" ou esquema de pensar, apreciar, perceber e agir. Interessa, também, nessa teoria, o tipo secundário de trabalho pedagógico, destinado à conversão radical do indivíduo. Tal proposta de Bourdieu e Passeron constitui uma ponte que os liga às concepções de Goffman relativas às instituições totais, onde aparecem, dentre outras, as organizações militares.

O processo de transformação do indivíduo, nesse caso, ocorre em termos de uma moldagem de sua personalidade, isto é, pretende-se que ele deixe de lado suas peculiaridades civis e assuma as características próprias do militar. A implementação desse processo baseia-se na idéia de que a profissão das armas apresenta peculiaridades específicas que a diferenciam das demais ocupações civis. Daí a necessidade de uma formação própria, destinada a inculcar certos valores e a desenvolver determinadas habilidades imprescindíveis ao exercício da mesma. A provável existência dessa especificidade conduz algumas organizações bélicas a realizarem o preparo de seus militares de modo preponderantemente isolado do todo social. O caso brasileiro encaixa-se nessa perspectiva.

Junto a essa conversão radical, pode-se agregar a proposta de Althusser relativa aos aparelhos de Estado. Apesar de as Forças Armadas brasileiras serem responsáveis pela defesa externa do país, cabe a elas, também, a tarefa de defesa interna. Embora não seja o caso de analisar, nesse momento, os motivos causadores, sabe-se que o aparato bélico nacional, especialmente o Exército, historicamente, tem-se dedicado quase que exclusivamente à segunda atividade. Assim sendo, cabe muito bem nesse trabalho utilizar sua concepção de escola enquanto instituição destinada a formar as pessoas de acordo com os papéis que deverão desempenhar na sociedade. No caso em pauta, em face das intervenções nos movimentos contestatórios, pode-se inferir que os militares parecem estar sendo preparados para atuar como agentes coibidores de certas reações advindas dos setores menos favorecidos da sociedade. E necessário incluir aqui o papel desempenhado pela ideologia dominante segundo a concepção do próprio Althusser.

Ainda agregada a essa conversão radical, deve ser incluída a idéia de conservadorismo explicitada pela teoria das organizações. O apego à rotina interna, praticada ao longo do tempo, tende a extrapolar para o âmbito externo, isto é, para a sociedade como um todo. Além disso, as organizações exercem um poder muito grande sobre a personalidade de seus integrantes e são capazes de controlar

seus impulsos, necessidades, expectativas, conflitos e tendência à autonomização. Vários estudiosos da sociologia militar têm destacado o papel conservador exercido pelos militares de modo geral no desenrolar da história.

A esse respeito Janowitz menciona:

> "A organização militar já em meados do século XIX,muito se opunha às inovações tecnológicas. Até aquela ocasião, as organizações militares da Europa Ocidental eram dominadas por aristocratas que, preocupados com sua forma de vida tradicional, contrastavam as modificações sociais e as inovações tecnológicas com muita relutância, aceitando o desenvolvimento da organização militar"[48].

Carrillo também confirma o caráter conservador da corporação militar ao asseverar que

> "quanto ao aspecto ideológico-político, as investigações têm assinalado uma tendência usual para o alinhamento à direita e uma identificação política conservadora"[49].

Uma possível explicação para este fato, segundo ela, porém apoiada em outros estudiosos do assunto, seria a clareza e a rotinização dos procedimentos. Huntington, por sua vez, afirma que o conservadorismo militar tende a fazer com que o processo de reformas sociais seja atrasado.

Parece ter ficado claro que a articulação das concepções reprodutivistas, das instituições totais e da

---

48 JANOWITZ, M., Hierarquia e Autoridade no Estabelecimento militar, in organizações Complexas, Editora Atlas, S.Paulo, 1976, p. 202

49 CARRILLO, M., Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Sec. XX, Estudos Gerais Série Universitária, Lisboa, p.55.

teoria das organizações proporcionam uma visão bastante desagradável do papel desempenhado pela instituição escolar, especialmente a militar. No entanto convém lembrar que ainda não foram analisadas as propostas de Carnoy e Gramsci. São exatamente essas duas propostas que apresentam determinados ensinamentos capazes de permitir um vislumbre da escola sob um outro prisma.

De fato, Carnoy analisa o processo educativo não sob o ângulo da relativa estabilidade, como fazem Sarup, Bowles e Bourdieu, mas a partir de uma visão dinâmica, calcada nas contradições existentes no interior das escolas. Interessa para fins dessa tese sua concepção de que a organização escolar é mais democrática que o ambiente de trabalho. E óbvio que essa proposta tem que ser redimensionada para a esfera militar, uma vez que sua análise está voltada para as instituições escolares civis. Faz-se necessário evidenciar aqui que tanto o ambiente de trabalho castrense quanto seu setor educativo caracterizam-se pela predominância das práticas autoritárias. No entanto, é possível constatar que, no interior dos quartéis existem práticas democráticas, particularmente em suas organizações de ensino. A historicidade do reprodutivismo é outra idéia muito importante. Fazendo uma transposição da mesma para o setor militar, constata-se que alterações curriculares importantes aconteceram na década de oitenta, na medida em que o país foi evoluindo do regime autoritário para o

democrático.A valorização das ciências humanas e a preocupação com a profissionalização constituem exemplos corroborantes.

Embora Gramsci destine suas preocupações pedagógicas para as classes menos favorecidas da sociedade, o que não é o caso dos alunos das escolas militares encarregadas de formar oficiais, visto que a origem dos mesmos, majoritariamente, aponta para a classe média, interessa destacar em seu pensamento a idéia de reforma intelectual e moral. Parece que os atuais currículos encarregados de preparar os futuros dirigentes das Forças Armadas, trazem em seu bojo um volume significativo de matérias pertencentes à área de ciências sociais e humanas, cujos conteúdos podem colaborar para a concretização dessa reforma.

Críticas às Teorias da Reprodução

Pelas colocações anteriores, parece possível examinar a prática pedagógica castrense sob vários ângulos de abordagem. Assim sendo, revela-se bastante conveniente apresentar agora algumas observações críticas que, normalmente, são feitas a essas teorias tendo em vista situar o ensino militar em relação a elas, uma vez que, as mesmas são destinadas à educação civil.

As teorias reprodutivistas apresentadas e

analisadas até agora podem ser agrupadas em dois tipos. Algumas enfatizam o aspecto do ajustamento interno, isto é, dos elementos da estrutura do ensino, bem como o aspecto do ajustamento externo, ou seja, dessa estrutura de ensino à organização social. Outras destacam o aspecto do desajustamento interno e externo. As críticas levantadas contra o reprodutivismo escolar tendem a incidir naquelas que priorizam o aspecto do ajustamento.

Um dos críticos mais perspicazes das teorias reprodutivistas é Giroux. Ao analisar as propostas de Althusser, ele observa que esse filósofo apresenta uma noção de dominação

> "tão unilateral que é impossível deduzir de sua perspectiva a possibilidade de ideologias que sejam, por natureza, de oposição. [Ela sugere que as escolas são] espaços que funcionam tranqüilamente, para reproduzir uma força dócil de trabalho. A dominação aparece como uma força capaz de invalidar ou dissolver qualquer tipo de resistência. As escolas e outros espaços sociais parecem livres do mínimo vestígio de conflito, contradição e luta. Os seres humanos são relegados a atores estáticos,portadores de significados pré-definidos, agentes de ideologias hegemônicas inscritas em seu psiquismo como cicatrizes irremovíveis"[50].

Quanto a Bowles e Gintis, Giroux retruca nos seguintes termos:

> "o que é desconsiderado na noção de correspondência' não é apenas a questão da resistência, mas também qualquer tentativa de delinear as maneiras complexas pelas quais as subjetividades da classe trabalhadora são constituídas. [O que se pode ver é] uma imagem

---

[50] GIROUX, H., Teoria Crítica e Resistência em Educação, Editora vozes, Petrópolis, 1986, pp. 114 e 115.

homogênea da vida da classe trabalhadora, moldada somente pela lógica da dominação. Não apenas as contradições e tensões desaparecem, nessa perspectiva, mas também a promessa de uma pedagogia crítica e mudança social. Ambas as perspectivas [as de Althusser e Bowles e Gintis] relegam a ação humana a um modelo passivo de socialização e enfatizam exageradamente a dominação ignorando as contradições e formas de resistência que também caracterizam os espaços sociais como a escola e o local de trabalho"[51].

Em relação à tese de Bourdieu e Passeron, Giroux observa que, por meio da noção de "habitus", se

> "desconsidera a pressuposição de que o pensamento reflexivo pode resultar em práticas sociais que reestruturam qualitativamente a disposição ou estrutura de necessidade da pessoa, o habitus da pessoa [o que elimina] a esperança de transformação individual e social"[52].

Prosseguindo, Giroux assevera:

> " As ideologias também são impostas aos alunos, que ocasionalmente as vêem como contrárias a seus próprios interesses e que resistem abertamente ou se conformam apenas sob pressão das autoridades escolares"[53].

Para auxiliar sua postura crítica à teses de Bourdieu, ele recorre a outras fontes do saber. Lembra a noção de poder proposta por Foucault, que se caracteriza por um alto nível de inclusividade, não se restringindo, portanto, à mente como querem Bourdieu e Passeron. Cita os estudos neomarxistas relativos à incompletude dos mecanismos de reprodução social e cultural bem como do processo de autoformação própria da classe trabalhadora.

---

51 GIROUX. H., Teoria Crítica e Resistência em Educação, Editora Vozes, Petrópolis, 1986, pg. 117 e 119.

52 IDEM, pg. 117 a 119.

53 IDEM, p. 125

Tendo por base essas críticas, Giroux propõe uma teoria da resistência. Essa teoria é vista por ele como

> "um constructo teórico e ideológico que fornece um foco importante para se analisar as relações entre a escola e a sociedade maior. E inerente a ela uma noção radical de resistência, uma esperança expressada, um elemento de transcedência, para transformação radical. O valor último da noção de resistência tem que ser avaliado na base do grau em que ela não apenas provoca o pensamento crítico e a ação reflexiva, mas o que é mais importante, com relação ao grau em que contém a possibilidade de galvanizar lutas políticas coletivas em torno da questão de poder e determinação social"[54].

A teoria da resistência de Giroux encontra um respaldo fatual, pois, como diz ele,

> "os professores devem tentar entender o significado das contradições, disfunções e tensões que existem tanto na escola quanto na ordem social mais ampla. Além desso, eles devem focalizar os conflitos subjacentes nas escolas e na sociedade e investigar como esses conflitos podem contribuir para uma teoria mais radical de educação para a cidadania. A questão crucial é como essas contradições oferecem a possibilidade de aumentar o grau de conscientização de professores e alunos? Em outras palavras, como elas podem ser usadas para desvelar o funcionamento do poder e da dominação na cultura da escola?"[55].

Essa profunda reflexão praticada por Giroux desemboca numa proposta pedagógica direcionada para um não ajustamento do aluno à sociedade bem como para a prática da coragem cívica, capaz de fazer com que ele se volte contra as forças políticas, econômicas e sociais que o oprimem. Em termos metodológicos, ele sugere algumas medidas centralizadas no aluno, tais como a participação no processo

---

[54] GIROUX, H., Teoria Crítica e Resistência em Educação, Editora Vozes, Petrópolis, 1986, pg. 145 a 150.

[55] IDEM, pg. 259 a 261

de aprendizagem, o exercício do pensamento crítico, a clarificação de valores, a apropriação da própria história, etc.

Outras críticas importantes às teorias educacionais reprodutivistas foram feitas por Juan Tedesco. Segundo ele, o reprodutivismo é um enfoque que reforça o ângulo conservador do ensino, pois nega as contradições, os conflitos, as demandas populares por educação. Todo

> "o esquema se baseia na eficácia do circuito de imposição e reprodução ideológica. A determinação das políticas educacionais [está] nas mãos dos setores dominantes. [E negada] a possibilidade de formular demandas educativas a partir dos setores populares e seus interesses"[56].

Consonante com essas premissas, ele explicita as limitações do referencial reprodutivista para explicar o fenômeno educativo latino-americano. Uma dessas limitações localiza-se no elemento diferenciador da força de trabalho. Nesse caso, prevê-se um ajuste entre as exigências do mercado ocupacional e a oferta educativa, bem como a quantidade de tempo de estudo necessária ao preenchimento dos postos de trabalho. Contrariando essa previsão, Tedesco constata que

> "o peculiar das últimas décadas (...) tem sido a notável expansão quantitativa da educação e a crescente rigidez no mercado de trabalho"[57].

Diz ele que isso aconteceu porque os setores tradicionalmente excluídos conseguiram transpor as barreiras que impediam seu

---

[56] TEDESCO, J. C., Reproductivismo Educativo Y Sectores Populares en América Latina, in Educação na América Latina, Cortez Editora, S. Paulo, 1985, pp. 33 e 35.

[57] IDEM, Pp. 37 e 38.

acesso à escola. Esse aumento do contingente escolar provocou a extensão do período de aquisição de credenciais educativas, a perda de eficácia do processo de aprendizagem e a valorização diferenciada das instituições educativas.

Outra limitação reside na crença de que os setores dominantes da sociedade controlam a possibilidade de entrada nas escolas bem como a qualidade das experiências e conteúdos curriculares. Desfavorável a essa postura, ele menciona que as demandas por educação também estão associadas aos grupos organizados da sociedade. Além disso, a expansão do ensino também está ligada ao Estado que pretende alcançar uma certa homogeneidade cultural básica.

Ainda em relação às suas limitações, Tedesco considera pouco sustentável a tese de que o processo educativo legitima as desigualdades e estratifica a população por meio dos códigos culturais dominantes que são impostos aos discentes. Segundo ele,

> "importantes porções do conhecimento não são produtos de um grupo ou classe determinado senão de relações entre os homens e estes com a natureza.O conflito entre as classes passa também pela apropriação de um conteúdo que é algo mais que mera aparência ou pura arbitrariedade"[58].

Também, na visão de Tedesco não é conveniente encarar as relações pedagógicas como equivalentes às relações de trabalho marcadas pelo autoritarismo e

---

[58] TEDESCO, J. C. , Reproductivismo Educativo Y Sectores Populares en América Latina, in Educação na América Latina, Cortez Editora, S. Paulo, 1985, p. 44.

exploração de classes, onde o professor aparece como um mero agente dos grupos subordinantes, pois nesse caso

> "a especificidade do vínculo escolar - o processo de aprendizagem - e seu produto - o conhecimento - tendem a desaparecer"[59].

Contribui ainda para limitar o reprodutivismo o fato de que a prática pedagógica se realiza por meio de uma dissociação entre o que se prega e o que se faz. Nesse caso, introduz-se

> "uma contradição entre a teoria e a prática que debilita o nível de legitimidade da ordem que se pretende impor"[60].

Por outro lado, o reducionismo dessas teorias pode

> "deixar de fora do foco de análise os acontecimentos principais que se estão produzindo na estrutura social em geral e no plano ideológico em particular, [pois] na América Latina, em mudança, o peculiar é a crise hegemônica, a instabilidade e a heterogeneidade estrutural e cultural"[61].

De modo resumido, a discordância de Giroux em relação às propostas de Althusser e Bowles e Gintis incide no fato de que ele não assume a imagem passada por esses autores quanto ao papel humano de marionete social. Essa idéia, realmente, é apresentada de forma clara. Parece que tal apresentação decorre da ênfase dada por eles ao aspecto descritivo da estrutura educacional. Embora isso seja

---

59 TEDESCO, J. C., Reproductivismo Educativo Y Sectores Populares en América Latina, in Educação na América Latina, Cortez Editora, S. Paulo, 1985, p. 46.

60 IDEM, P. 46

61 IDEM, p.46.

verdadeiro, não se pode afirmar que suas posturas sejam monolíticas a esse respeito. Apesar de bastante secundárias, Althusser menciona que, no interior da escola, alguns professores assumem atitudes de resistência, o que não afirma em relação aos alunos. Bowles e Gintis, por sua vez fazem propostas educacionais superadoras do reprodutivismo, tal é o caso de suas defesas quanto à democratização do ensino, capaz de desacostumar o aluno à submissão e incentivar seu senso crítico.

No caso militar, a Tese do Ajustamento aplica-se mais facilmente do que no caso civil. A abordagem da teoria organizacional constitui um subsídio importante a esse respeito. Como se viu anteriormente, as organizações, de um modo geral, e a militar, em particular, caracterizam-se pela rotinização de suas atividades. Em se tratando das instituições castrenses, essa rotinização alcança níveis altíssimos. Pode-se afirmar, quanto às Forças Armadas brasileiras, que estas se comportam de acordo com um modelo de previsibilidade a toda prova. As atividades a serem desenvolvidas são planejadas nos mínimos detalhes, e as condutas a serem manifestadas são previstas e devidamente controladas por leis, decretos, portarias, etc. As escolas militares enquadram-se muito bem nesse esquema, porquanto o processo ensino-aprendizagem realizado em seu interior é exaustivamente regulamentado. O cadete aí parece, de modo enfático, como um mero cumpridor daquilo que as autoridades pedagógicas consideradas competentes planejaram para ele. Um eficiente sistema de recompensas e punições é utilizado

para garantir a subordinação discente.

Outro fator importante que vem reforçar o conformismo se localiza na teoria das instituições totais, onde se inserem também, as organizações bélicas nacionais. Todo o processo de socialização do futuro oficial é feito dentro de um ambiente fechado e relativamente isolado da sociedade mais ampla. Pretende-se que nesse meio seja possível realizar o processo de despersonalização, isto é, a substituição de uma identidade civil por uma militar, que é caracterizada por alguns traços marcantes como o profundo respeito à hierarquia, a irrestrita obediência às ordens e regulamentos, a lealdada ao chefe, etc.

A crítica que Giroux faz a Bourdieu e Passeron, no que tange à possibilidade de intervenção do processo reflexivo sobre o "habitus", merece, também, um reparo. Não é possível negar que o exercício da reflexão acontece no decorrer da vida de alguém, mesmo que seja de forma rara, e que esta reflexão seja capaz de provocar uma transformação individual. No entanto, em se tratando das escolas militares encarregadas de preparar o futuro oficial, nota-se uma preocupação muito grande com o processo de transmissão das informações. Nelas, pretende-se, de modo enfático, que o cadete memorize uma quantidade exagerada de conteúdos. Nesse sentido, quase não há espaços para uma análise profunda do mesmo, capaz de conduzir a um redimensionamento da conduta pessoal.

E preciso evidenciar aqui que a aplicabilidade das

teorias reprodutivistas na área militar é menos problemática, em vista do papel estabilizador exercido pelos funcionários fardados na sociedade brasileira. Por outro lado, é necessário perceber que a tese da resistência proposta por Giroux é dotada de uma relativa fragilidade. Com efeito, não se pode negar que ela exista em todos os setores, inclusive nas escolas. Entretanto, os casos de resistência parecem ser menos freqüentes do que os casos de subordinação. Além disso, essa resistência enquadra-se muito mais no rol das condutas espontâneas do que no conjunto das reações ligadas a um projeto contra-ideológico.

É valido afirmar-se, também, que a teoria da resistência é muito mais algo a ser elaborado do que uma realidade acabada. A própria concepção de resistência é encarada por Giroux sob o ângulo de um constructo teórico, isto é, como uma categoria hipotética dotada de um certo valor interpretativo. Freqüentemente ele recorre a certas expressões, tais como os "professores devem", "as contradições podem", etc., o que reforça a visão de uma tarefa a realizar. Com base nesse constructo, ele apresenta, inclusive, um projeto pedagógico eficaz, cuja aplicabilidade pode causar transformações importantes.

Quanto às críticas apresentadas por Tedesco, essas também, devem ser redimensionadas. Uma delas diz respeito ao descompasso entre as ofertas de ensino e mercado de trabalho. No caso militar, essa observação não é aplicável, uma vez que as vagas nas escolas encarregadas

de preparar os oficiais das três armas são oferecidas de acordo com a disponibilidade ocupacional existente nas diversas organizações do Exército, Marinha e Aeronáutica espalhadas pelo país, nas quais esses militares exercerão atividades específicas.

Os grupos organizados, por sua vez, também não influem na quantidade de vagas oferecidas pelas escolas militares, pois elas são determinadas pelos escalões superiores das Forças Armadas. Isto ocorre porque as organizações bélicas nacionais desfrutam de uma certa autonomia em relação ao Estado e à sociedade civil. Essa margem de liberdade, já constatada em diversos estudos feitos por vários investigadores brasileiros e estrangeiros, ajuda, inclusive, a explicar o intervencionismo castrense na política. Assim sendo, não se pode falar em pressões populares por mais vagas, ou ingerência governamental visando à expansão desse tipo de ensino devido a um pretenso objetivo de homogeneidade cultural básica.

Em relação às porções de conhecimento ensinados na escola que não são produtos de determinada classe, cabe dizer que esta afirmação de Tedesco pode ser verdadeira, entretanto fica difícil rebatê-la devido à formalidade que a caracteriza. Além disso, essa importante dose de conteúdos, segundo seu modo de pensar, obviamente deve constituir uma pequena parte do currículo. Ainda em relação a ele, não é fácil compreender como determinados conhecimentos

podem apenas ser resultantes das relações dos homens entre si e deles com a natureza,se os indivíduos se comportam no mundo enquanto pessoas ligadas a classes sociais especificas.

A questão da especificidade do vínculo escolar também deve ser comentada. Essa especificidade parece repousar no pressuposto da autonomia da escola. Apesar da idéia de autonomia absoluta não encontrar respaldo na realidade, a tese da autonomia relativa pode ser encarada sob o ângulo de sua liberdade para elaborar regras próprias de funcionamento, porém, enquanto instituição, a serviço das classes subordinantes da sociedade. Mesmo havendo autonomia relativa capaz de permitir a manifestação de condutas de resistência, a força conservadora tende a abafá-la. Essa força conservadora, nas escolas militares, manifesta-se no exercício do autoritarismo que permeia todo o processo de aprendizagem realizado pelos cadetes, semelhante, portanto, ao autoritarismo praticado nos locais civis e militares de trabalho.

Carece de sustentação convincente sua tese de que ocorre uma debilitação da ordem que se pretende impor, porque, na escola, reina uma dissociação entre o que é proposto e o que efetivamente se realiza. Essa tese, evidentemente, é frágil, porque o currículo oculto é bastante eficaz em se tratando da tarefa de reprodução social. Aliás, no quinto capítulo deste trabalho, serão apresentados alguns exemplos extraídos do ensino militar,

decorrentes da implementação desse currículo, os quais estão intimamente relacionados à sociedade mais ampla.

Paul Willis, outro estudioso do reprodutivismo escolar, através de uma publicação de grande importância[62], também apresenta críticas em relação ao papel da escola, visto sob o ângulo da teoria da reprodução. Tais críticas decorrem de um estudo de caso e cinco estudos comparativos que fez envolvendo escolas inglesas, destinadas a alunos da classe operária.

Willis, nessa obra, concorda que as escolas em questão empreendem esforços significativos para formar um trabalhador adequado às exigências do capitalismo. Entretanto ele discorda da plena eficácia desses esforços. No seu modo de ver - e isso ele comprova exaustivamente - grande parte dos alunos oriundos da classe operária tendem a se comportar de modo contrário às expectativas dos padrões escolares, embora haja muitos que neles se enquadram.

Segundo o autor, esses alunos exibem, freqüentemente, na escola, certas condutas, as quais ele denomina de "cultura contra-escolar", e que é caracterizada por uma forte oposição às autoridades escolares. Essa cultura envolve um repertório variado de práticas, sobejamente conhecido pelos professores e faz parte da rotina diária das instituições educativas. Arrastar cadeiras, resmungar, ler revistas em quadrinhos, vestir-se de modo diferente,

---

62 WILLIS, P. Aprendendo a Ser Trabalhador, Editora Artes Medicas Sul Ltda, P. Alegre. 1991

gazetear, movimentar-se em classe, etc, constituem exemplos típicos.

Essa cultura contra escolar elaborada pelos alunos no interior das escolas é bastante parecida com a cultura para a qual eles estão destinados, e que é denominada por Willis de "cultura de chão de fábrica". De fato, o autor constatou que em algumas indústrias é normal entre os operários o ostracismo, as provocações, o furto de objetos, etc. verificou, também, que essa cultura é passada pelos pais aos seus filhos através de conversas familiares e pelos diversos contatos intergrupais.

Para Willis, a cultura contra- escolar, tem um poder desmistificante estando relacionada às condições e possibilidades desses alunos numa sociedade baseada em classes distintas.Com efeito, ela proporciona aos educandos uma certa consciência de que o diploma e as qualificações adquiridas na escola não serão suficientes para proporcionar uma mobilidade social, pois as oportunidades de trabalho tendem a ficar aquém do número de profissionais periodicamente formados pelas escolas. Permite, também, que eles adquiram um determinado saber a respeito da qualidade do trabalho que os espera, essencialmente padronizado e sem significação alguma.

Com base em suas análises Willis contesta o pensamento reprodutivista pelo ângulo estruturalista, que apresenta

"a ideologia dominante (sob a qual a cultura é subsumida) como impenetrável.Tudo se ajusta de forma demasiadamente perfeita.A ideologia parece sempre pré-existir e se antecipar a qualquer crítica autêntica.Não há nenhuma rachadura na superfície perfeitamente lisa - como de bola de bilhar - do processo.Todas as contradições e conflitos específicos são aplainados através das funções reprodutivas universais da ideologia.Esse estudo sugere, ao contrário, e em minha opinião, de forma mais otimista, que existem profundas disjunções e desesperadas tensões no interior da reprodução social e cultural. Os agentes sociais não são passivos portadores da ideologia, mas apropriadores ativos, que reproduzem as estruturas existentes tão somente através de luta, contestação e uma penetração parcial daquelas estruturas"[63].

Antes de transferir as críticas de Willis para a pedagogia castrense, convém fazer algumas observações preliminares. Primeiramente, deve ser dito que a imagem do reprodutivismo estruturalista apresentada por ele é um pouco exagerada. O próprio Althusser, especificamente mencionado em sua crítica, tal como já foi anteriormente visto, afirma que no interior das escolas existem professores que resistem à inculcação ideológica e que a escola é alvo e local da luta de classes.Por outro lado, considerando que a sociedade é organizada na base de classes sociais antagônicas, que a classe dominante usa recursos variados para manter sua denominação e que a ideologia pode ser considerada sua arma mais importante, é coerente inferir que as representações, valores e crenças dominantes permeiam as relações interindividuais e intergrupais com vistas à obtenção do consenso social. Nesse sentido , a ideologia constitui algo pré-existente. Uma crítica, desvinculada da ideologia

---

63 WILLIS, P. Aprendendo a Ser Trabalhador, Editora Artes Médicas Sul Ltda, P. Alegre .1991 pg. 213 e 214

dominante, pode ser feita, particularmente, através da filosofia, que é uma atividade da consciência capaz de desenvolver um contra-discurso ideológico, desde que, antes, ela se purifique das concepções dominantes encarnadas na estrutura social.Quanto ao fato de os indivíduos reproduzirem passiva ou contestatoriamente as estruturas existentes, a verdade é que o processo se mantêm em ambas as formas, muito embora a constestação tenha uma relevância especial em termos de uma proposta educacional contra-ideológica.

A existência de discrepâncias no processo educativo, por si mesmas, não garantem o estancamento da reprodução, embora a dificulte. O aproveitamento delas, por parte de determinados professores com vistas a imprimir ações fortalecedoras da resistência constitui um passo importante, porém não suficiente. E preciso uma vontade coletiva, uma ação conjunta, consubstanciada num projeto político-educacional contra-ideológico para tentar alterar as estruturas injustas da sociedade. Sabe-se, no entanto, das profundas dificuldades para se convencer um volume de pessoas a agir com base em um denominador comum.

Por outro lado, cabe questionar a respeito das possíveis reações dos grupos dominantes da sociedade a respeito de um movimento dessa natureza.Cabe questionar, também, se a escola, enquanto instituição historicamente condicionada pelas estruturas sociais, seria capaz de dar um salto qualitativo, ultrapassando esses condicionamentos.Mesmo admitindo essa possibilidade, um salto qualitativo interno

não garantiria um salto qualitativo externo, pois não pode ser esquecido que ela se apresenta apenas como uma dentre as instituições colaboradoras da reprodução social, embora possa ser considerada a mais importante.

Não se deve admitir como um aspecto negativo da concepção estruturalista, o fato de ela apresentar o ensino como algo ajustado à divisão de classes sociais, pois isso é feito de uma maneira bastante didática e convincente pelos seus representantes. O fato de os partidários do estruturalismo enfatizarem os mecanismos pedagógicos conformadores não impede que sejam realizados estudos visando mostrar aspectos discrepantes do processo educativo. A marcante ocupação desse espaço, além de liberar, tende a estimular outros estudiosos a pesquisarem o ensino sob o ângulo da resistência.

Faz-se necessário dizer que a crítica em questão é bastante apropriada para uma concepção funcionalista, que valoriza a cooperação e o equilíbrio social. O referencial estruturalista apesar de ser semelhante ao funcionalismo quanto ao caráter teleológico dos elementos de um conjunto, possui diferenças marcantes, e a mais importante, talvez, resida na natureza do conjunto analisado. Por ser um estruturalismo marxista, e tendo por objetivo de estudo a organização social, esse tipo de estruturalismo não poderia negar o conflito e as contradições existentes no seio da sociedade.

Obviamente, o referencial estruturalista em questão,

por colocar em segundo plano a gênese das estruturas, tende a minimizar, enquanto instrumento analítico, as contradições internas existentes nas mesmas. Ao priorizar, para fins de estudo, um determinado momento do real corre-se o risco de vê-lo apenas por um determinado ângulo de abordagem, que é aquele assumido pelo pesquisador. Uma visão histórica, reveladora da origem e desenvolvimento de uma determinada estrutura é muito mais eficiente para captar as contradições objetivas. Nesse caso, a metodologia dialética revela-se bastante apropriada. Esses dois pólos da teoria marxista, isto é, o estrutural e o dialético, já foram devidamente constatados, e Godelier soube explicar muito bem a correlação entre ambos.Diz ele:

> "O método do Capital é uno e múltiplo.Sua unidade é a unidade sintética de demarches diferentes. Uma análise estrutural é soldada a uma teoria dinâmica dessas estruturas. Essa própria dinâmica é dupla. Esclarece de um lado, a gênese histórica dessas estruturas, e de outro, o modo de movimento desse conjunto definido de estruturas"[64].

Por mais estável que seja uma determinada estrutura ela não pode ser concebida apenas pelo ângulo da consonância. Em seu interior existem elementos discrepantes capazes de perturbar a relativa posição de equilíbrio e conferir-lhe um certo dinamismo.No entanto, a sua configuração básica tende a permanecer, o que não significa, em hipótese alguma afirmar a eternidade dessa configuração. Esse modo de ver a estrutura é melhor explicitado por Goldmann:

---

[64] GODELIER, M. Alguns Aspectos do Método do Capital, in Tempo Brasileiro, no 15/16, 3a ed., 1983. pg. 147 e 148.

> "Empregamos o termo estrutura no sentido preciso de um conjunto dinâmico e significativo de relações entre diversos aspectos de uma só e mesma realidade social, conjunto de relações de uma natureza tal que toda mudança de um desses aspectos, ou de uma dessas relações, implica nas outras mudanças correlativas que asseguram a persistência do tipo fundamental do conjunto.Bem entendido, acontece também que as mudanças atingem a um grau tal que o tipo fundamental da antiga estrutura não poderá ser mais conservado (é o que alguns chamaram em linguagem dialética uma `passagem da quantidade à qualidade´). Nossa hipótese é que neste último caso a estrutura é substituída por uma outra estrutura significativa de tipo diferente, mas tendo propriedades análogas, e que será em seguida, por sua vez, ultrapassada"[65].

Nota-se por essa citação que não é só a categoria de salto qualitativo da concepção dialética que pode ser aplicada à versão estruturalista, mas, também, a categoria de totalidade. Isso não autoriza, porém, afirmar a identidade de ambas.

Apoiado na verdade de que o conformismo e a resistência formam um par indissolúvel, Willis propõe algumas saídas para a superação das práticas reprodutivistas. Diz ele:

> " se não tivermos nada a dizer sobre o que fazer na segunda-feira de manhã,tudo se sujeita a uma tautologia purista, estruturalista, imobilizadora, reducionista: nada pode ser feito até que as estruturas básicas da sociedade sejam mudadas, mas as estruturas nos impedem que façamos quaisquer mudanças"[66].

Uma dessas saídas consiste em apresentar aos membros da classe operária as peculiaridades de sua própria cultura.

---

65 VIET, J.,Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, Tempo Brasileiro, R. Janeiro, 1973, p.28

66 WILLIS, P., Aprendendo a Ser Trabalhador, Editora Artes Médicas Sul Ltda., P.Alegre,1991,p.225.

Outra refere-se ao empenho que deve ser feito para se conseguirem mudanças nas oportunidades e na qualidade de trabalho que será realizado pelos jovens.Uma terceira está relacionada à atividade que os professores devem desenvolver para colocar a cultura contra-escolar no contexto social, considerando as prováveis implicações para os alunos, no futuro. Apesar de essas sugestões poderem ser consideradas eficazes, o fato é que elas não constituem uma prática rotineira.São apenas propostas valiosas, dignas de serem incluídas num projeto educativo contra-ideológico.

Transferindo as críticas de Willis para a pedagogia militar, cabe destacar que suas observações, apesar de válidas, não se aplicam às instituições bélicas.Com efeito, o estudo realizado por ele centrou-se em uma escola, cujos alunos eram oriundos da classe operária. E sabido que os jovens que freqüentam as Academias Militares, em sua quase totalidade,pertencem aos setores médios da sociedade. Apenas para corroborar essa afirmativa, uma vez que vários estudiosos da temática militar concordam com ela, são apresentados a seguir alguns números pertinentes à renda familiar dos alunos que ingressaram na Academia da Força Aérea em 1990. Do total dos discentes, aproximadamente 10% tinham pais que ganhavam até cinco salários mínimos; 25% estava entre a faixa de cinco a dez salários; 20% entre dez a quinze salários; 25% entre quinze e trinta salários e 20% ganhavam acima de trinta salários mínimos.Com pequenas variações pode-se estender essa escala para as demais séries e para a Academia Militar de Agulhas Negras e Escola Naval.

Alguns dados de 1989, relativos aos pais dos cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras também confirmam a situação de classe média desses cadetes. O nível de escolaridade de seus genitores apontava um percentual de aproximadamente 60% com cursos superiores e de segundo grau, enquanto que o das mães girava em torno de 52%. Quanto ao perfil profissional dos pais, cabe apresentar apenas os percentuais mais expressivos, também aproximados: 25% oficiais, 6% comerciantes, 4% funcionários públicos, 2% advogados e 2% engenheiros.Em relação à atividade ocupacional das mães, nota-se a seguinte variação: 52% professoras, 18% funcionárias públicas, 4% comerciantes, 3% enfermeiras e 2% advogadas"[67].

A argumentação apresentada pelo próprio Willis é suficiente para esclarecer o reprodutivismo nas escolas de classe média. Segundo ele, ao contrário dos indivíduos pertencentes à classe operária, os elementos da classe média reagem de modo bastante peculiar. Diz ele:

> "O padrão da classe média é diferente. Embora se possam observar alguma desilusão com a escola e uma afiliação com alguma forma grupal, essas coisas não ocorrem com referencia a uma cultura externa distintiva. A autoridade não é propriamente diferenciada com respeito à dinamica de classe. Consequentemente existem condições ideais para o eixo educacional dominante retomar sua antiga posição. Está basicamente faltando o segundo termo necessário para a diferenciação institucional. Quando o jovem de classe média é lançado de volta a sua cultura original, em vez de encontrar aí temas de oposição reforçadores e confirmadores, ele encontra os mesmos temas. As forças centrípetas atuam para lançá-lo de volta à instituição... Os pais da classe média, na verdade, tendem mais que

---

67 ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Anuário Estatístico, 1989, pa. 62 a 67

os professores a insistir na importancia da escola como uma fonte, não de teoria para ser aplicada na prática concreta, mas de qualificações,como um meio de mobilidade na cadeia de trocas que caracteriza nossa sociedade"[68].

Essa argumentação tecida por Willis deixa entrever que o marcante caráter ajustador, próprio da visão estruturalista é adequado para se analisar as escolas de classe média. Isso não significa, porém, que em tais escolas inexista resistência, mas, sim, que ela tem uma expressão bastante diminuída. Em se tratando das escolas militares, ora objeto de análise, o conformismo é de grau muito mais elevado, não só pelo fato de a grande maioria de seus integrantes pertencerem à classe média, mas também porque eles, ao se formarem, terão garantia de emprego para o resto da vida, mais a certeza de que, de tempo em tempo, ascenderão na escala hierárquica, auferindo benefícios financeiros e prestígio pessoal.

Algumas críticas parecidas com a de Willis, são feitas, também por Michael Apple ao reprodutivismo escolar. Tais críticas estão inseridas em seu livro intitulado "Educação e Poder". Nessa obra, o autor dá ênfase à resistência e às contradições existententes em diversos setores, principalmente nas manifestações culturais. E um trabalho bastante diferente de sua publicação anterior denominada "Ideologia e Currículo", cujo conteúdo centra-se no papel das escolas enquanto agências importantes da

---

[68] WILLIS, P., Aprendendo a Ser Trabalhador, Editora Artes Médicas Sul Ltda, P. Alegre, 1991, p. 101

reprodução social.

Uma das observações apresentadas por Apple refere-se à peculiaridade de que

> "as escolas não são 'meramente' instituições de reprodução, instituições em que o conhecimento explícito e implícito ensinado molda os estudantes como seres passivos que estarão então aptos e ansiosos para adaptar-se à uma sociedade injusta"[69].

Argumenta que as informações transmitidas sofrem intervenções decorrentes de classe, etnias e gêneros sexuais. De modo específico ele cita as escolas de classe operária, cujos alunos, segundo seu modo de ver, reinterpretam os conteúdos programáticos estudados.

Não se pode negar a veracidade de tal argumentação, porém com referência aos membros da classe operária em que ele se baseia. No caso dos elementos pertencentes aos setores médios da sociedade, especialmente em relação aos alunos das escolas militares, constata-se a ausência de uma cultura particular distintiva. Quanto à questão das etnias e gêneros sexuais, ambas estão relacionadas aos indivíduos pertencentes à classe operária também. Além disso, no caso das escolas militares constata-se que a presença do negro, por exemplo, é bastante minoritária e que a totalidade dos alunos é do sexo masculino.

Apple vai além de Willis quanto à categoria profissional analisada, pois menciona em sua obra os

---

69 APPLE, M. W., Educação e Poder, Editora Artes Médicas Sul Ltda, P. Alegre, 1989, p. 30

indivíduos que trabalham em escritórios. A esse respeito afirma que os executores das tarefas burocráticas realizam suas atividades sob um esquema de supervisão e controle hierarquizado. Tal fato provoca entre os funcionários reações de descontentamento, indignação, frustração e conflito. Visando abrandar ou eliminar esses efeitos, os empregadores têm sido levados a introduzir determinadas alterações no processo administrativo. A auto-gestão e a co-gestão constituem exemplos típicos. As alterações citadas indicam que esses trabalhadores resistem ao esquema autoritário de gerenciamento. Logo, pode-se inferir que as escolas não estão sendo bastante eficientes enquanto agências de docilização da personalidade discente. O ambiente de trabalho, por sua vez, deve ser visto como o responsável pelo desenvolvimento de uma cultura específica, geradora de normas alternativas favoráveis à resistência do trabalhador.

No caso militar, como se verá mais adiante, observa-se que a administração praticada em todos os setores enquadra-se num modelo linear. Pelo que se sabe, desde a criação das Forças Armadas no Brasil, essa estrutura tem-se mantido. Não se pode asseverar, entretanto, que a permanência desse modelo vem ocorrendo de modo tranquilo. Por outro lado, a linearidade do sistema não é impermeável às expectativas e sugestões dos elementos subalternos da escala hierárquica. A manutenção do esquema linear de comando é um indício relevante do alto grau de conformismo dos funcionários fardados.

Outra observação de Apple refere-se à similitude entre as relações sociais capitalistas e as instituições escolares quanto à existência de contradições internas. Nesse sentido, ele apresenta um exemplo bastante ilustrativo, relacionado às capacidades críticas que a escola tenta desenvolver nos alunos, pois são necessárias à manutenção do dinamismo social. Ao seu ver, essas habilidades

"podem servir, também, para desafiar o capital"[70].

Essa observação pode ser transferida para as escolas militares, pois como será visto no penúltimo capítulo dessa tese, certas matérias pertencentes à área de ciências sociais e humanas tendem a desenvolver nos alunos suas capacidades críticas. No entanto, tal fato não pode ser ultravalorizado, uma vez que a presença dessas disciplinas no currículo é relativa , seus conteúdos visam, principalmente a atividade profissional e não se pode afirmar que os professores que as ministram estejam intencionalmente comprometidos em qualificar os alunos para o exercício da análise econômica, social e política do país.

Ainda em relação às observações, Apple acredita que as escolas são estabelecimentos relativamente autônomos, porquanto a esfera econômica da sociedade não pode assegurar uma correspondência entre ela mesma e esses estabelecimentos. Tal crítica faz sentido, porém essa autonomia pode servir como mais um chance para a criação de expedientes favoráveis

---

[70] APPLE , M. W., Educação e Poder, Editora Artes Médicas Sul Ltda, P. Alegre, 1989, p. 31

aos grupos dominantes. Em se tratando das escolas militares, é sabido que as mesmas possuem uma autonomia de grau elevado, pois independem dos órgãos educativos oficiais civis para elaborar currículos, planejar o ensino, contratar professores, avaliar os alunos, expedir e reconhecer diplomas, etc, no entanto, essa grande autonomia não a livra do processo de reprodução social como se verá mais adiante.

Os argumentos apresentados pelos diversos estudiosos do reprodutivismo aqui mencionados, tendentes a minimizar o aspecto estrutural da reprodução escolar, isto é, a relativa consonância entre a escola e a sociedade capitalista, como se acabou de ver, praticamente não são aplicáveis à educação militar. Isto pode ser explicado a partir das próprias críticas elaboradas por esses pesquisadores, que estão direcionados, especificamete para as escolas civís, as quais são vistas como preparadoras de indivíduos que vão atuar num mercado ocupacional externo a elas. As escolas militares, ao contrário, são formadoras de elementos que integrarão o próprio quadro das forças armadas. O aspecto auto-reprodutivo é, portanto, evidente por si mesmo.

E preciso frisar, entretanto, que a auto-reprodução não descarta nem a resistência e nem a reprodução social. Como se verá, ainda nessa tese; os alunos das escolas militares apresentam em seu interior condutas não conformistas, porém, tais reações devem ser entendidas a partir da especificidade do ensino militar que possui

diversas caracteristicas, dentre as quais a forte rotina diária e as múltiplas exigências que são feitas aos cadetes. Os atos de resistência, por sua vez não causam prejuízos didáticos irreversíveis, uma vez que existem atividades de recuperação, várias provas e exercícios avaliados que permitem compensar possíveis notas baixas e aprovação com dependência. Quanto à reprodução social, tal como será visto posteriormente, esta tem acontecido através da ingerência militar no contexto da sociedade civil.

Embora seja possível analisar o ensino militar sob múltiplos referenciais teóricos, não é conveniente utilizá-los todos, ao mesmo tempo, numa determinada pesquisa. As peculiaridades e divergências dessas teorias constituem uma barreira significativa. Por outro lado, a especificidade da investigação científica apresenta-se como uma tendência vigorosa no momento atual. E quase impossível, devido ao nível de aprofundamento das teorias e tempo dilatado exigido, aventurar-se numa pesquisa que leve em conta a integração de referenciais. Cabe, no entanto, louvar aqueles que por acaso se dedicam a esse mister, pois torna-se cada vez mais difícil compreender a realidade objetiva devido à superespecialização da atividade investigatória, muitas vezes condicionada pelas exigências do setor produtivo da sociedade.

Para fins de implementação desse trabalho será utilizado o referencial teórico desenvolvido por Althusser, subsidiado pelas concepções de Goffman e outros estudiosos

que apresentam contribuições aproveitáveis. Embora Althusser não tenha se aprofundado numa análise das instituições bélicas ele apresenta duas idéias complementares muito importantes, utilizáveis na investigação da prática pedagógica castrense.Uma delas refere-se à destinação da instituição escolar, que visa preparar os indivíduos de acordo com os papéis que devem desempenhar na sociedade, sendo um deles o de agentes da repressão. A outra, diz respeito à ideologia, que é orientadora das ações do sujeito. No caso militar, a ideologia, segundo ele, tem duplo papel. Além de condicionar a atividade repressiva ela é responsável pela coesão e manutenção das forças armadas.

Cabe evidenciar aqui a relevância da concepção althusseriana , pois sua teorização permite constatar o duplo papel da educação militar em termos reprodutivos.Com efeito. a prática pedagógica castrense, enquanto atividade ideológica, ao preparar seus profissionais, reproduz, em primeiro lugar,as próprias forças armadas.Além disso,colabora para a reprodução da própria sociedade, pois esses profissionais da violência permanecem disponíveis para entrar em ação quando os interesses dos grupos hegemônicos estiverem em jogo. Obviamente, esta ação pode incidir tanto no âmbito das fronteiras nacionais quanto fora delas.

CAPITULO III

OS MILITARES E A SOCIEDADE

O primeiro capítulo desta pesquisa colocou como um pressuposto básico a correlação entre o intervencionismo militar e os interesses dos setores dominantes da sociedade.Essa ingerência direcionada autoriza pensar o ensino castrense sob a ótica das teorias reprodutivistas abordadas no segundo capítulo,particularmente sob o ângulo da reprodução das Forças Armadas enquanto instituições disponíveis ao exercício da hegemonia, praticada pelas classes dominantes da sociedade. As ações intervencionistas dos militares, favorecedoras dessas classes permitem inferir que sempre houve uma relativa eficácia do processo de formação da oficialidade brasileira, porquanto muitos desses militares, especialmente oficiais,passaram pelos bancos escolares das respectivas armas.

A persistente inclinação dos funcionários fardados para o lado dos setores privilegiados da sociedade não é um acontecimento exclusivamente brasileiro. Essa tendência é histórica e comum a diversos países do mundo, pois as forças

armadas nacionais fazem parte do aparelho repressivo do Estado, o qual é uma instituição eminentemente classista, haja vista que seu objetivo maior é o de conciliar os variados interesses das diversas frações do grupo que exerce o poder.

No contexto da América Latina, região que teve seu processo histórico atrelado às instituições bélicas, nota-se que esta inclinação é uma regra.Ela só foi violada uma vez devido a revolução peruana comandada pelo General Alvarado, durante o período de 1968 a 1976, que proporcionou importantes benefícios às classes populares através da institucionalização da propriedade social da terra e de empresas industriais.

Atualmente, constata-se um refluxo importante do intervencionismo castrense nos países da América Latina devido a movimentos internos e pressões internacionais contrárias à essa ingerência. Entretanto, por volta de 1980 apenas um terço da população desses países não era dominada pelos militares. Muitos cientistas políticos já se esforçaram para explicar o fenômeno, o que proporcionou a geração de teorias elucidativas. Diversos estudiosos, apesar de apresentarem explicações variadas, concordam num ponto relevante, que é justamente o da inclinação dos funcionários fardados para o lado dos setores privilegiados da sociedade. Essa concordância apresenta-se como uma sólida indicação para se pesquisar o ensino militar sob o ângulo das teorias

reprodutivistas.Daí a necessidade de se apresentar e analisar algumas dessas teorias elucidativas a fim e mostrar tal concordância justificadora do referencial adotado.

Teorias da Intervenção Militar

A Defesa do Estado

Em "O Estado Militar na América Latina", Alain Rouquié apresenta algumas possíveis causas que conduzem os militares a intervirem na vida política de várias nações, condicionando seu desenvolvimento. Apesar de explicitá-las, Rouquié não concorda com elas.Uma delas, denominada por ele de "culturalista", enfatiza que o intervencionismo militar é consequência de uma incapacidade democrática do povo latino-americano, decorrente

> "da tradição jurídica, da herança dos legisladores e teólogos espanhóis desde o século XVI e mesmo das Sietes Partidas de Afonso X, contemporâneo de S. Luis na França"[1].

Rouquié discorda dessa hipótese ao colocar a seguinte indagação:

> "por que teriam as normas do reino medieval ibérico mais eficácia do outro lado do Atlântico, do que as institucionalizadas pelo código e as constituições do liberalismo europeu e anglo—saxões do século XIX?"[2].

Segundo ele, isto caracteriza uma posição de

> "etnocentrismo do povo eleito"[3].

---

1 ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina. Editora Alfa Omega,1984, p. XVI

2 IDEM, p. XVI

3 IDEM, p. XVI

Esta atitude etnocêntrica não encontra sustentação, pois muitos países latino-americanos abrigam em seu território pessoas de nacionalidade européia que aceitaram as leis ditadas pelos militares durante décadas, enquanto no Suriname, cuja língua falada é o Holandês, ocorreu um golpe de estado em 1980, liderado pelo ten. cel. Desi Bouterse, que permaneceu no poder até 1988.

Outro motivo citado por Rouquié diz respeito aos "resíduos culturais das guerras civis do século XIX". De acordo com tal motivo,

> "o militarismo remontaria, dessa forma, à derrocada do Estado Colonial Espanhol, liberando as forças centrífugas e anárquicas dos caudilhos"[4].

Discorda dele, também, porque em vários casos ele não se aplica. Na Argentina, Chile, Peru e Bolívia, ocorreu

> "uma solução de continuidade entre as turbulências da independência e o começo da era militar do século XX. O poder civil foi soberano nesses países durante vários decênios depois do desaparecimento do caudilhismo - que, aliás, praticamente não existiu no Chile, para não se falar no Brasil, onde a emancipação se fez, senão em calmaria, pelo menos sem muita violência e sem grandes guerras. Ao contrário dos dois acima citados, nos países em que o fenômeno do caudilhismo teve um lugar prepoderante até uma data relativamente recente, não se verificam, já há algumas dezenas de anos, nem regime nem intervenções militares - como é o caso do México desde a década de trinta, e da Venezuela desde 1958"[5].

Uma outra causa apresentada diz respeito ao nível de subdesenvolvimento relativo a esses países. Várias

---

[4] ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina. Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. XVII

[5] IDEM, p. XVII

correlações foram feitas entre os indicadores de desenvolvimento e o grau de ingerência castrense no domínio político. Os governos autoritários foram instituídos, de acordo com essa visão, para proporcionar o acúmulo do capital, necessários à decolagem desses países. Segundo Rouquié,

> "os desempenhos econômicos dos regimes militares nos últimos dez anos na Argentina, no Equador ou no Peru não parecem particularmente adequados para confirmar a versão do militarismo modernizador nesses países. Isso sem falar no longo domínio de ditadores militares como Strossner e Trujillo que apenas contribuíram para o subdesenvolvimento de seus feudos. As três sociedades mais avançadas do continente são exatamente as que permaneceram sob os regimes militares mais violentos e tenazes: o Uruguai, o Chile e a Argentina que são nações eminentemente pluralistas e modernas"[6].

O quarto possível motivo causador de intervencionismo, comentado por Rouquié relaciona a militarização com os interesses do capital internacional.

> "A instauração, pelos exércitos, de regimes autoritários, corresponderia às necessidade do capitalismo mundial e à nova divisão internacional do trabalho que esse mesmo capitalismo coloca em vigor. A atual etapa do desenvolvimento `imporia´ um poder forte, repressivo dos movimentos sociais, encarregados de garantir os investimentos e de acelerar a acumulação de capital"[7].

Ao discordar desta tese, Rouquié argumenta que o México e a Venezuela, no aspecto econômico, são dois países altamente satelizados, possuidores de regimes civis e cujos militares encontram-se bastante tranquilos. Por outro lado, assevera: que

---

[6] ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. XVIII e XIX.

[7] IDEM, p. XX.

"as grandes firmas industriais norte-americanas mostram pouco entusiasmo como o Chile dos Chicago boys desde 1973, com o Uruguai sempre aberto a todos os ventos, [chegando] até a `desinvestir´ na Argentina a partir de 1976"[8].

Seria estranho, diz ele, a atitude de instituir regimes centralizados e deles não se aproveitar. Além disso, tal explicação se caracteriza por um mecanicismo bastante evidente, haja vista que desconsidera em cada país

"os agentes sociais, seus valores próprios, sua inserção nacional, assim como suas contradições internas"[9].

Rouquié critica os defensores da tese da dominação do capital internacional sobre os países periféricos, em vista do fato de os mesmos mudarem radicalmente de posição para justificá-la. Nesse sentido, afirma ele que esses defensores agora dizem que

"as transformações democráticas são desejadas e fomentadas pelas multinacionais e pela dominação direta ou indireta das nações do capitalismo central e de sua superpotência, [e que] o governo norte-americano e as multinacionais fazem uma política do ano 2.000 em que a dominação não poderá mais ser exercitada através de regimes fortes e ditatoriais que empregam métodos inumanos"[10].

Ao apresentar essas quatro possíveis explicações e fazer as devidas ressalvas a cada uma, Rouquié quer deixar claro que não está interessado em procurar uma única tese que explique todas as situações onde ocorreu o intervencionismo militar. Ele deseja, na verdade, estudar

---

[8] ROUQUIE, O Estado Militar na America Latina. Editora Alfa Omega. Sao Paulo, 1984 p. XX

[9] IDEM, p. XX

[10] IDEM, p.XX

principalmente a formação, evolução e funcionamento político das forças armadas latino-americanas. No entanto, sublinha de antemão, que a ingerência dos militares na política também não pode ser compreendida totalmente a partir das próprias organizações castrenses, embora isto seja importante. A abordagem comparativa feita por ele caminha nessa direção.

Essa abordagem comparativa, no entanto, possui um denominador comum. Segundo Rouquié , é preciso considerar os antecedentes históricos próprios do desenvolvimento dos países latino-americanos. Estes fatos anteriores constituem o contexto geral que pode ajudar a elucidar a questão intervencionista.A esse respeito ele observa que o continente latino-americano foi bastante traumatizado no decorrer do tempo. O extermínio crescente das populações indígenas, os comportamentos predatórios devido à ânsia do enriquecimento rápido, a concentração da propriedade rural nas mãos de poucos, as condições precárias de trabalho dos camponeses assim como os expedientes repressivos para submetê-los constituem exemplos ilustrativos.

Diz ele que os países deste continente tiveram um desenvolvimento econômico induzido do exterior, isto

> "desde a fase primária de exportação, como no breve período de industrialização nacional autocentralizada, que visava substituir as importações de produtos manufaturados, até agora, em que o momento é de sucursalização ou industrialização internacionalizada"[11].

---

11 ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina. Editora Alfa Omega, 1984, p. 42.

Por sua vez países dependentes tendem a manter, também, uma estrutura social tradicional, pois a produção é menos importante para as elites do que a reprodução. Infere-se, pois, que

> "esse tipo de configuração social é certamente mais propício à eclosão de despotismo do que à formação de sistemas liberais e representativos"[12].

O relacionamento entre as classes sociais caracteriza-se pelo paternalismo, repressão, cooptação e marginalização. As elites dirigentes exigem das massas manifestações constantes de lealdade, que são garantidas pelas emaranhadas relações do compadrio e falsas ligações de parentesco. Por sua vez, as classes subalternas consideram importante a manutenção dessa lealdade para evitar reações coercitivas ou receber determinadas gratificações. Os partidos e demais instituições políticas organizam-se e sobrevivem apoiados em determinadas autoridades, os líderes locais,

> "homens que pela sua posição, têm a população nas mãos através de serviços prestados ou de promessas eleitorais"[13].

Assevera Rouquié que o Estado nos países desse subcontinente, apresenta uma relativa independência em face dos vários interesses setoriais. Ele, além de outras funções que exerce,

> "procura em todos os casos, mas em graus e modos

---

12 ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, 1984, p. 44.

13 IDEM, p. 48.

diversos, harmonizar os interesses divergentes das várias classes privilegiadas. O Estado encarrega-se mais facilmente dos interesses da nação (...) do que a classe dirigente local que fracassou ou debate-se em inextrincáveis dificuldades e que, fora dos períodos de euforia de vento em popa, não consegue absolutamente fazer com que as classes subordinadas aceitem seus interesses momentâneos, como sendo os interesses gerais da nação"[14].

O intervencionismo militar, realizado principalmente mediante golpes, deve ser entendido então a partir dessas peculiaridades. Diante desse contexto, o Estado, nos países latino-americanos, tende a manifestar-se como

> "arbitro entre os setores participantes da sociedade, e está, portanto, a serviço de um status quo que pode ser remanejado ou mesmo subvertido para garantir o essencial, as relações de dominação, a exclusão social e/ou política. Esses golpes são, antes de mais nada, `golpes de Estado´ sobre os setores sociais cuja ação limitava sua autonomia ou colocava em perigo seu próprio funcionamento enquanto afiançador do pacto de dominação. Isso não significa absolutamente que a instituição [militar] se coloque acima das classes, mas sim que ela defende o "status quo" segundo sua própria lógica"[15].

E importante observar a concepção que o militar latino-americano tem do Estado, segundo Rouquié. Para ele, os funcionários fardados supõem que o Estado é uma entidade neutra e autônoma. Tais peculiaridades conferem-lhe um grande poder intervencionista voltado para a regulação e disciplinação da vida coletiva. Assim concebido, os militares tentam fazer tudo o que podem para livrá-lo das

---

14 ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, pg. 51 e 52.

15 IDEM, p. 54 e 55.

pressões classistas, pois, quanto mais liberado ele permanecer, mais facilmente poderá realizar suas ingerências no campo social. Desde o começo deste século, a veneração do Estado faz parte integrante da ideologia militar. Os membros das organizações bélicas parecem não ter consciência, entretanto, de que essa intervenção estatal só ocorre devido ao fracasso das classes dominantes em fazer com que as classes subordinadas aceitem seus interesses como se fossem comuns.

Ao lado da idolatria estatal, exibem os militares uma significativa margem de autonomia perante a sociedade civil. A origem dessa autonomia remonta, no caso brasileiro, à posição privilegiada das Forças Armadas existente no período colonial e à ocorrência de uma reorganização modernizadora em seu âmbito. A posição privilegiada estabeleceu-se porque, para ser cadete e posteriormente oficial, era preciso pertencer à nobreza. Essa autonomia é reforçada pela predominância de um sentimento messiânico de superioridade reinante em cada um dos membros do quadro de oficiais, devido não só à influência aristocrática do passado mas também à força da ética corporativa.

A reorganização modernizadora começa a instaurar-se no Brasil a partir do momento em que os oficiais tomam consciência de que eles são os garantidores do Estado, haja vista as ações militares empreendidas em Canudos e no Contestado. Tal conscientização os induz a

pensar que são merecedores de benefícios orçamentários. E preciso notar a esse respeito que, na época do Império, o Exército brasileito era uma organização bastante precária, pois os homens eram recrutados dentre os marginais, o soldo era baixo, os equipamentos ruins e o treinamento deixava muito a desejar. Ao lado desses oficiais conscientes, destacavam-se elementos da sociedade civil que pretendiam despolitizar a instituição, separando-a de partidos e facções, e encaminhá-la para um profissionalismo crescente. É evidente que o papel econômico dos países latino-americanos emerge como algo relevante, exigindo um aparato militar eficaz, voltado para a manutenção da ordem interna e capaz de projetar no exterior

> "uma imagem de seriedade e de competência que [proporcione] confiança aos investidores"[16].

A defesa da ordem interna permite

> "a exploração sem sobressaltos das riquezas minerais e agrícolas de que a Europa tem necessidade"[17].

Essa modernização das Forças Armadas brasileiras aconteceu por meio de influências recebidas das congêneres alemã e francesa, consideradas, entre fins do século passado e início deste, as de maior prestígio, e que ofereciam seus préstimos aos países que quisessem aperfeiçoar suas instituições castrenses. Com tais serviços elas alcançavam um dividendo importante: a expansão de sua indústria

---

[16] ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. 95.

[17] IDEM, p. 95

bélica. Os militares franceses teriam legado aos militares brasileiros

> "sua tradição aristocrática e seu desprezo para com o sistema representativo. O Offizier Korps é suspeito de haver transmitido aos exércitos germanizados da América um espírito de casta e uma mentalidade Junker pouco compatíveis com a democracia. A adoção de determinadas caraterísticas próprias às Forças Armadas alemãs - a ritualização da vida militar, a tônica colocada sobre os sinais exteriores da disciplina e sobre a unidade cooperativa - tende a hipertrofiar os valores institucionais e a aumentar as distâncias sociais internas e externas. Poderíamos, a partir desses fatos, pensar que a influência francesa tem por objetivo abrir as Forças Armadas para os problemas sócio-políticos, enquanto que o modelo prussiano tenderia a fechá-la em suas próprias normas e sua etiqueta. Na realidade, embora por vias diversas, os dois modelos estabelecem o prestígio, cimentam a coesão e reforçam a participação do aparelho militar na vida nacional"[18].

Em relação a tais influências, é conveniente lembrar que o contato entre militares brasileiros e franceses ocorreu de maneira direta, pois um grupo de oficiais franceses aqui permaneceu durante alguns anos, instruindo, confeccionando documentos normativos e reorganizando a tropa, enquanto o intercâmbio com os oficiais alemães aconteceu por via indireta, isto é, pela denominada "missão indígena", composta por um grupo de oficiais brasileiros que foram realizar um estágio nas Forças Armadas alemãs. Após a volta eles passaram a instruir os cadetes da época de acordo com o modelo militar germânico de ensino.

---

[18] ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. 124 e 125.

É bem provável que o peso dessas duas influências tenha colaborado bastante para reforçar o perfil de "instituição total" das Forças Armadas brasileiras, haja vista sua organização piramidal e centralização do comando, o uso de expedientes coercitivos para conseguir a obediência, o assentamento da autoridade com base numa posição de força física e simbólica, a rigidez burocrática e a inexistência de expedientes que visem contrapor-se ao poder central ou a limitá-lo. O fato de as instituições militares viverem fechadas em si mesmas, uma vez que são relativamente auto-suficientes, favorece a continuidade das mesmas enquanto "instituições totais."

Ainda em relação à autonomia militar, é sabido que a mesma foi reforçada, no decorrer do tempo, pela extensão dessa originária reorganização modernizadora, pois o ensino castrense é várias vezes modificado para fornecer aos cadetes uma base técnico-científica de alto nível. Os oficiais aperfeiçoam-se constantemente em escolas militares ou civis, tanto aqui como no exterior, visando não só melhorar sua capacidade profissional mas também avançar na carreira. Esse aperfeiçoamento é completado pelas constantes transferências a que esses oficiais são submetidos, e que lhes permite adquirir um conhecimento mais profundo da realidade brasileira.

Tal modernização, aliada à vida rigorosamente ordeira levada pelos funcionários fardados no âmbito dos quartéis, solidifica seu sentimento de superioridade. Eles

se percebem como membros de uma organização social impecável, pois todas as suas ações são norteadas por regulamentos específicos, nada acontece por acaso, a imprevisibilidade inexiste como variável interveniente. Os princípios da hierarquia e disciplina são extremamente funcionais. A prática da camaradagem e do respeito é incentivada. Esta

> "superestima de si mesmo enquanto grupo singular e fechado aumenta a autonomia da sociedade militar diante de qualquer outro poder, enquanto simultaneamente crescem também os seus recursos para intervir na vida política"[19].

Ressalte-se que este impulso intervencionista caracteriza-se pelo seu aspecto messiânico.

Pode-se afirmar que o aperfeiçoamento profissional dos oficiais brasileiros no exterior, mais especificamente nos Estados Unidos da América do Norte, trouxe para o interior das Forças Armadas nacionais um ingrediente importante, capaz de reforçar a postura intervencionista: a ideologia anticomunista. Ela deve ser considerada uma variável significativa, porque potencializou o sentimento anticomunista que já fazia parte da mentalidade dos militares brasileiros devido à ocorrência da Intentona Comunista em 1935. O doutrinamento recebido foi realmente eficaz, pois na década de sessenta, aconteceram vários golpes de Estado no continente latino-americano, acompanhados da deposição de governos considerados incapazes de conter os movimentos subversivos, dentre os

---

[19] ROUQUIE, A. O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. 127.

quais se destaca o Brasil em 1964.

A Indisciplina Social

Segundo Rouquié, os fatores organizacionais das instituições bélicas têm um peso relativo na ação militar intervencionista.Para Edmundo Campos Coelho, este peso é absoluto, pois a ingerência dos funcionários fardados na política é explicada totalmente pela perspectiva organizacional.

De modo parecido a Rouquié, Edmundo inicia seu trabalho apresentando e criticando algumas teses que tentam clarificar o fenômeno intervencionista. Essas teses que ele denomina de instrumentais, uniformemente, dão importância apenas aos interesses divergentes e contraditórios das classes sociais. Nenhuma delas leva em conta a organização militar considerada em si mesma.

Essas teses são três: a oligárquica, a dos setores médios e a moderadora. A oligárquica concebe que

> "as classes dominantes, cuja composição do dia é variável mas que inclui, inevitavelmente, os setores agrário, comercial e financeiro - comandam o Exército e dele lançam mão nos momentos de crise do sistema de dominação vigente. Tal comando resultaria do controle que a `oligarquia´ exerce sobre o aparelho do Estado. [Neste sentido,] o poder militar aparece como fator do poder civil, entendendo-se este como produto das relações de classe. A dos setores médios, [considera] o Exército (...) o agente político organizado das classes médias sobretudo das classes médias cartoriais. O recrutamento nestas classes, do quadro de oficiais é sugerido como o mecanismo que explica o caráter representativo do Exército. A moderada (...) imputa ao Exército o desempenho de

uma função arbitral cujo conteúdo e sentido são definidos fora das fronteiras da organização militar e independentemente dela. Sugere-se, segundo esta versão, que o arbitrariamento dos conflitos entre as classes e grupos é desempenhado em consonância com o sentido das correntes predominantes da opinião pública"[20].

Na sequência, apresenta ele os pressupostos das concepções instrumentais. Essas teses supõem

> "um elevado grau de `abertura´ do Exército aos influxos da sociedade civil. A observação óbvia e trivial de que as Forças Armadas `não existem num vazio social´ ou de que não agem monoliticamente - o que de resto, se aplica a qualquer outra instituição ou organização real - transforma-se na afirmação de que o Exército é pouco menos que o fac-símile fardado da sociedade paisana, de sua estrutura de classes e interesses correspondentes. Às Forças Armadas falta autonomia para formular sua `política externa´ independente seja em suas relações com o sistema inclusivo ou com segmentos deste. Em conseqüência, também faltam às Forças Armadas interesses e objetivos próprios, distintos dos objetivos dos grupos e classes"[21].

Edmundo rebate estas premissas. Quanto à primeira, diz que

> "abertura e autonomia são variáveis que comportam graus diversos, [ela se esquece de] todo um processo evolutivo, de transformações quantitativas e qualitativas, com que se abstrai o Exército do seu tempo histórico particular"[22].

Em relação à segunda ele afirma que ela não dintingue

> "entre a existência de interesses próprios do Exército, por um lado, e sua carência de montante de poder suficiente para implementá-los"[23].

---

20 COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976, p. 18 e 19.

21 IDEM, p. 26

22 IDEM, p. 26

23 IDEM, p. 26

Ao deixar de lado as concepções instrumentais, propõe o entendimento do fenômeno intervencionista a partir de uma perspectiva organizacional. De acordo com ela, devem ser considerados: a) o peso crescente dos interesses e necessidade próprias da organização como fatores de seu comportamento político; b) aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste; c) um `fechamento´progressivo aos influxos da sociedade civil"[24].

Para entender essa tese é preciso analisar o proceso evolutivo do Exército enquanto organização. De acordo com Edmundo, tal processo caracterizou-se por três fases.

> "A fase de hibernação (...) correspondeu a um tipo de comportamento defensivo: ele ajustou-se às pressões e à hostilidade manifesta da sociedade. A fase de ativação correspondeu à política de cooptação por parte da elite civil, (...) constituiu, provavelmente, uma situação de `empate´ ou de equilíbrio de forças: nem o Exército nem a elite política civil possuíam suficiente autonomia ou poder para impor-se um ao outro, havendo sido necessário que efetuassem entre si `pagamentos laterais´ para a manutenção da coligação. Finalmente a fase institucional corresponde ao que chamaremos de política laudatória. A correlação entre ambas subentende perda substancial de poder - ou autonomia - por parte da elite civil e uma aquisição muito mais do que proporcional de poder por parte do Exército"[25].

Embora seja um pouco difícil perceber, nessa linha

---

[24] COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976, p. 27

[25] IDEM, p. 129.

evolutiva, o segundo momento, ou seja, a fase de ativação, ficam nítidos o primeiro e o terceiro, que são os mais relevantes dessa análise.Em relação ao momento de hibernação, este pode ser entendido como o lapso de desprestígio do Exército perante a sociedade civil. Até as primeiras décadas do período republicano, o uso de castigos físicos sobre os membros da tropa era bastante comum; além disso, os modos de recrutamento eram violentos. Tais fatos forjaram uma imagem do militar como um indivíduo irascível e grosseiro.

Por outro lado a

> "classe política do Império, sobretudo os liberais, jamais se acomodou com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um Exército nacional. A sua preferência sempre fora por uma milícia civil, uma força de cidadãos-soldados sob comando regional"[26].

Além disso, havia a Guarda Nacional cujas tarefas eram justamente a de defender a Constituição e soberania do Império, fazer com que as leis fossem obedecidas, manter a ordem pública e colaborar com o Exército na defesa das linhas fronteiriças do país. O desprestígio do Exército também pôde ser detectado por ocasião da Guerra do Paraguai, uma vez que não houve reconhecimento por parte da sociedade quanto ao desempenho dele nessa contenda. Também foram frustradas as aspirações de aperfeiçoamento por parte da oficialidade nessa época.

---

26 COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976, p. 39

Quanto ao momento institucional, este pode ser caracterizado como o período em que ocorreu a ascensão militar. Vários fatores foram responsáveis por tal acontecimento. Um deles foi a Proclamação da República.

> "A efêmera unidade do movimento militar e o sucesso com que este havia contestado a autoridade do governo, somados à facilidade com que cederam as instituições monárquicas, impregnaram o espírito militar da crença na deteorização da ordem civil e na superioridade moral da ordem militar"[27].

Outro acontecimento foi o clamor positivista, cujo defensor maior nas casernas, Benjamim Constant, pregava a importância das Forças Armadas no contexto social e político das nações. Nesse sentido, defendia ele a necessidade de uma eficaz instrução moral, cívica e científica aos cadetes. Em conseqüência, o currículo escolar passou a preparar bacharéis em matemática e física, fazendo com que os alunos voltassem suas atenções para as questões políticas do país. A inculcação do espírito militar permaneceu desprezada. Ainda em relação ao aspecto educativo, cabe lembrar a influência dos `jovens turcos´, que iniciaram uma veemente campanha a favor do aperfeiçoamento profissional, direcionado basicamente para o problema da defesa externa e a atuação da missão militar francesa que sacramentou o estímulo necessário para a manutenção da reorganização modernizadora. Tais acontecimentos fizeram nascer e viscejar, entre os

---

27 COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976, p. 65.

membros da comunidade castrense, a

> "auto-consciência e auto-estima militares [que] foram, no essencial, o resultado da reação à marginalidade e subalternidade a que estivera forçado o Exército e os oficiais, individualmente"[28].

A instauração do Estado Novo, na década de trinta, e sua conseqüente vigência sustentada pelo Exército, devido à sua característica marcadamente autoritária, exigia dessa instituição elevados níveis de disciplina e eficácia do esquema de comando. Essa forte coesão grupal, conseguida pela força de sua organização piramidal, teve o poder de fazer com que os militares se vissem como um conjunto poderosamente solidário. Tal visão colaborou bastante para o movimento ascencional do Exército.

O general Góes Monteiro, fortemente contaminado por essa auto-estima e espírito de solidariedade, conclamava:

> "não pode existir um Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada, e o meio mais racional de estabelecer em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todo os ramos da atividade política, é justamente adotar os princípios da organização militar, contanto que seja isenta de espírito militarista. O pensamento de Góes Monteiro implicava a assunção plena da condição militar e dava-lhe dimensão própria ao fazer do Exército e da Marinha modelos para a organização da sociedade civil"[29].

Para entender melhor o posicionamento de Góes

---

[28] COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976. p. 86.

[29] IDEM, p. 105.

Monteiro, é preciso lembrar que, no decorrer do Estado Novo, houve a prática da repressão contra o povo. Ao lado dessa prática, foi dispensado um tratamento nacionalista à questão da defesa nacional, caracterizado principalmente pela

> "instalação de indústrias de base, ênfase na exploração autônoma das fontes de energia e proteção das riquezas do subsolo"[30].

Esse posicionamento também foi influenciado por um clima psicológico comunitário vigente no interior da tropa, decorrente da Intentona Comunista, que consistiu na apologia dos heróis militares e veneração aos que nela pereceram.

Avançando no tempo, pode-se inferir que

> "a fórmula Segurança/Desenvolvimento sobre a qual assenta a filosofia dos governos revolucionários pós 1964 é, em essência, uma visão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da idéia desenvolvida por Góes Monteiro de que a defesa nacional é, ao mesmo tempo, fator e resultado de uma política de desenvolvimento nacional que, para ser eficaz, supõe, como condição necessária, uma estratégia global de rígida contenção das forças políticas em luta e de disciplina social. [Esta concepção pressume que] os militares sempre desdenharam dos processos políticos vigentes, da incapacidade e do personalismo das elites civis e da indisciplina social do cidadão"[31].

O papel de inibidor e árbitro dos conflitos sociais fez com que aparecesse na literatura política a idéia de "poder moderador" relacionado ao Exército, e por extensão às

---

[30] COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976, p. 106

[31] IDEM, p. 112.

Forças Armadas de modo geral. Essa idéia, inclusive, deve ter sido bem aceita pelos funcionários fardados, haja vista a aparente crise de identidade existente no seio das instituições castrenses em vista do questionamento relativo ao papel de defesa externa. Parece que a tese do poder moderador foi usada para tornar legítimas as intervenções militares no campo político.

Conforme Edmundo, a própria doutrina da Segurança Nacional, que é uma ideologia caracteristicamente militar, traz em seu bojo orientações que devem ser observadas na vida em sociedade. Cita ele os seguintes trechos:

> "os princípios da organização militar devem reger a reorganização nacional. O Estado haverá de ter um perfil centralizado e a nação haverá de ser movimentada por governos fortes apoiados basicamente nas Forças Armadas. A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional. O controle e a redução do dissenso é fundamental para que não explore os diversos tipos de irracionalidade dos demagogos e radicais"[32].

Há uma semelhança muito grande ainda entre os valores inerentes à doutrina de segurança nacional e aqueles específicos do meio militar:

> "dedicação ao trabalho, ao serviço público, austeridade, sentido de missão e de comunidade, centralização, hierarquia, disciplina, consenso e unidade"[33].

---

[32] COELHO, E. C. Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, Forense-Universitária. R. Janeiro, 1976 , p. 167 e 175.

[33] IDEM, p. 175.

A Construção da Potência

Um dos maiores estudiosos de estratégia no país, G. L. Cavagnari, introduz, em suas análises relativas ao intervencionismo político por parte dos militares, o tema relacionado à construção da potência, cujo significado é o de dotar o Brasil dos elementos necessários para que ele seja considerado uma nação importante, soberana, capaz de exercer influências no contexto internacional.

Tendo em vista essa finalidade, concebem os militares que para a sua consecução faz-se necessária a existência de determinados requisitos:

> "base industrial, capacitação científico-tecnológica, força militar moderna, infra-estrutura moderna (de transporte, energia, comunicação) e qualidade de vida da população. Entretanto [privilegiam] a modernização da força militar, o desenvolvimento tecnológico militar e o domínio da tecnologia nuclear para fins militares"[34].

A construção da potência, na visão militar, está relacionada com uma certa concepção estratégica, que leva em conta os interesses brasileiros, tais como o patrimônio marítimo e seus recursos inexplorados, os poços de petróleo e as rotas oceânicas e considera a necessidade do exercício de hegemonia na região sulamericana, observando o que pode ocorrer nas situações de conflito:

> "as superpotências poderão cooptar países ribeirinhos para defesa dos seus interesses

---

[34] CAVAGNARI FILHO, G. L., Autonomia Militar e Construção da Potência, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, p. 82.

político-estratégicos localizados na área; as superpotências poderão não respeitar a resolução da ONU que declara o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação numa situação de agravamento do conflito Leste-Oeste"[35].

No que tange à construção da potência, os funcionários fardados acreditam que a autonomia militar apresenta-se como o instrumento mais importante de todos. Essa autonomia está acima da consolidação democrática do país além de ser fundamental para garantir a disciplina social. Entretanto, Cavagnari chama a atenção para o fato de que

> "não se deve inferir qualquer conspiração contra a democracia, ou qualquer manobra contra as mudanças, por parte das Forças Armadas. Elas desejam a democracia e as mudanças, mas com estabilidade política - só que essa condição, na visão militar, exclui do jogo político o componente de conflito e exige maior grau de disciplina da sociedade civil. E essa mesma condição, no raciocínio militar, impõe a conservação da autonomia militar no Estado como instrumento de dissuasão (se necessário de choque) em face da ameaça que possam representar as forças de esquerda. Por isso, é visível a pressão militar, com endosso conservador, para que não se reduza essa autonomia"[36].

De acordo com a visão militar, a tarefa de manutenção da ordem pública faz-se necessária, haja vista a probabilidade de ocorrência de um conflito interno provocado pelas injustiças econômicas, fraqueza das instituições políticas e os movimentos subversivos inspirados na doutrina marxista-leninista. Esta tarefa, segundo os membros da comunidade castrense está de acordo com um dos fins da

---

35 CAVAGNARI FILHO, G. L., Autonomia Militar e Construção da Potência, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, p. 95.

36 IDEM, pp. 62 e 63.

Política que é o monopólio da força praticado exclusivamente pelo Estado, cujas organizações militares constituem seu braço armado. Portanto,

> "na ótica militar a estabilidade interna (...) resulta do uso eficiente de instrumentos de natureza autoritária, capazes de impor disciplina e de reduzir os níveis de competição e de conflito na sociedade civil"[37].

Lembra Cavagnari que a defesa da autonomia militar no âmbito do Estado, pelos militares,

> "não visa a garantir privilégios nem a promover interesses de alguns setores conservadores, num esforço para perpetuar o status quo"[38],

mas sim realizar a intenção de construção da potência. Entretanto, essa ânsia libertária apresenta-se como um sério entrave ao processo de consolidação democrática do país, pois, para que isto ocorra, faz-se necessário que as Forças Armadas se subordinem legal e fatualmente ao poder civil. A instauração da democracia e a redução ou desaparecimento do ímpeto intervencionista por parte dos militares podem ser conseguidos por meio da redução da autonomia das Forças Armadas, do envolvimento dos membros da sociedade civil no debate relativo às questões de defesa e do fortalecimento da sociedade civil, assim como das instituições políticas democráticas.

---

37 CAVAGNARI FILHO, G. L., Autonomia Militar e Construção da Potência, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, p. 81

38 IDEM, PG. 81

A Intenção Tutelar

Na visão de João Quartim de Moraes, a questão do intervencionismo militar na vida social e política do país deve ser entendida a partir da intenção tutelar dos funcionários fardados em relação ao Estado, pois o exercício da tutela sobre ele tem ocorrido freqüentemente no desenrolar da história brasileira. Essa tutela tem se manifestado devido à autonomia que os militares desfrutam no interior do aparelho estatal.

> "A autonomia das Forças Armadas significa que todos os assuntos a) internos à instituição; b) relativos à articulação com as instâncias constitucionalmente investidas da responsabilidade de controlá-la e c) relativos a atos praticados por membros da instituição e/ou eventos provocados por ela ou por seus membros fora de seu âmbito, são resolvidos segundo critérios e procedimentos próprios à instituição, que trata qualquer `ingerência´ exterior, mesmo se apoiada na lei, como ameaça às suas prerrogativas"[39].

Alfred Stepan, em seu livro "Democratizando o Brasil", ao estudar os regimes pós-autoritários em alguns países da América Latina, detém-se na análise dessa autonomia militar no que tange ao caso brasileiro. Para ele, o exercício da autonomia decorre da existência de diversas prerrogativas castrenses que têm sido mantidas no decorrer do tempo. O amplo quadro ministerial, por exemplo, confere aos oficiais-generais que ocupam as pastas do primeiro escalão governamental, um poder razoável para

---

[39] MORAES, J. Q., O Argumento da Força, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, p. 12.

interferir na vida política do país. Outro exemplo são as questões de defesa, monopolizadas pelos militares, pois não é próprio do legislativo brasileiro solicitar ou receber documentos elaborados por eles quanto a tais questões.

Vários outros acontecimentos comprovam a prática dessa autonomia: a transferência de posto do Cel. Ustra, adido brasileiro no Uruguai, pelo ex-presidente Sarney, foi contrariada por um pronunciamento do general Leônidas, então ministro do Exército. A condenação pelo Judiciário do caso "Riocentro" em 1979, foi inibida por pronunciamentos oriundos do alto escalão militar. O anúncio feito pelo ex-presidente Sarney a respeito de um projeto de reforma agrária levou o general Bayma Denys a publicar um projeto cujo conteúdo versava sobre os modos pelos quais o Governo deveria agir para implementá-lo. O ex-ministro Pazzianotto, da pasta do trabalho, em 1985, teve seu espaço de negociação reduzido pelo chefe do SNI e pelo secretário do Conselho de Segurança Nacional. A tentativa de uma greve geral pelos trabalhadores em fins de 1986, foi perturbada pela ocupação da Usina de Volta Redonda por tropas do Exército.

A prática tutelar dos militares, no caso brasileiro, apóia-se não apenas na força coativa mas principalmente na ameaça de utilização dessa força. Alguns dos pronunciamentos feitos pelos ministros militares, particularmente do Exército, em determinadas ocasiões trazem em seu bojo intimidações mais ou menos veladas,

caracterizando, portanto, a intenção do uso da força. Não pode ser esquecido, também, que tal força foi muitas vezes empregada quer para impedir ou derrubar presidentes cujo modo político de pensar e agir não estava em harmonia com as idéias dos membros da cúpula militar, quer para exercer o poder de polícia nos momentos de repressão aos movimentos populares reivindicatórios.

O referencial teórico, capaz de contribuir para o esclarecimento da prática tutelar pode ser encontrado num fenômeno social denominado "cesarismo", cujo significado é o de tomada do poder político pelos detentores das armas. O "bonapartismo" é um caso típico de cesarismo. Ele diz respeito

> "a situações em que a autonomização do Estado decorre de uma crise de hegemonia, isto é, de uma crise provocada por um confronto no qual forças sociais antagônicas, tentam, sem sucesso, conquistar o poder político, desgastando-se reciprocramente nesse esforço. Criam-se assim as condições propícias para que o Estado se sobreponha à sociedade, impondo-lhe arbitralmente uma solução arbitrária para a crise de direção política"[40].

Quartim adota um pressuposto gramsciano no seu entendimento relativo ao intervencionismo militar, uma vez que cita a posição de Gramsci quanto ao cesarismo do século XX, a qual indica ser este acontecimento provocado pela contradição marcadamente irreconciliável entre o capital e o trabalho. Daí ele caracterizar-se pelo seu aspecto policialesco, de repressão interna.

---

[40] MORAES, J. Q., O Argumento da Força, in AS Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, p. 15.

Exemplos típicos de cesarismo policial, mencionados por Quartim são o nazismo e o fascismo. Eles foram instituídos

> "através de um movimento contra-revolucionário das massas enquadradas por formações militarizadas (os arditi na Itália, as SA e SS na Alemanha), que se encarregaram da tarefa que a classe dominante não conseguira realizar pelos métodos políticos e coercitivos legais: destruir pela intimidação e pelo terrorismo em larga escala os partidos e sindicatos operários, enterrando (sob o olhar `compreensivo´ e com a colaboração discreta dos grandes industriais, dos latifundiários, das cúpulas burocráticas) o parlamentarismo e as demais instituições jurídico-políticas da ordem liberal burguesa. Mussolini e Hitler não tomaram o poder; foram cooptados por um poder em crise para salvá-lo pelos métodos do cesarismo policial"[41].

Segundo Quartim, os movimentos contra-revolucionários latino-americanos, dentre os quais interessam os ocorridos no Brasil, não podem ser totalmente enquadrados no rol dos denominados de cesarismo policial, uma vez que a cúpula militar, ao assumir o papel de dirigente da sociedade, instaura uma ditadura de caráter burocrático. No entanto, o tema da irreconciliação entre o capital e o trabalho, inerente ao cesarismo policial, é utilizado para explicar os atos intervencionistas, haja vista a ocorrência da crise da hegemonia burguesa em muitos países do subcontinente latino-americano. Cabe notar, porém, que a estabilidade social nessa situação é vista como um caso de polícia. Logo, muitos atos de repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores foram praticados no decorrer do tempo. Tais atos fazem assemelhar,

---

41 MORAES, J. Q., O Argumento da Força, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo. R. Janeiro, 1987, p. 22.

portanto, a ditadura burocrática com o cesarismo de caráter policial.

Utilizando a contradição capital versus trabalho, Quartim introduz observações importantes que afetam o valor explicativo de outras teorias intervencionistas. Critica, por exemplo, a tese de José Nun que tenta elucidar os golpes castrenses latino-americanos a partir do fato de que os militares, enquanto representantes da classe média, ao agirem de modo intervencionista, estariam compensando a incapacidade dos membros dessa classe em se constituirem, tal como os militares dos países afro-asiáticos que agem no lugar de uma inexistente classe média. Na perspectiva de José Nun, o movimento de 1964 no Brasil pode ser caracterizado como

> "um golpe hegemônico da classe média, que alarmada com a mobilização crescente das forças operárias e camponesas, passou com armas e bagagens para o campo contra-revolucionário, formando com as oligarquias agrárias e a extrema-direita uma aliança reacionária na qual os militares golpistas funcionaram como ponta de lança e como núcleo hegemônico"[42].

A crítica que faz a José Nun diz respeito ao fato de que, no caso brasileiro, essa tese, apesar de aplicável ao movimento tenentista, não é capaz de explicar totalmente as intervenções militares que a ele se seguiram, tal como o Estado Novo, por exemplo, que pode ser caracterizado como um tipo de cesarismo.

---

[42] MORAES, J. Q., O Argumento da Força, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo. R. Janeiro, 1987, p.36.

Quartim crítica, também, a tese funcionalista de Oliveiros Ferreira, baseada na idéia do "vácuo Institucional". Segundo Oliveiros, as Forças Armadas são levadas a intervir na vida política nacional nos momentos considerados de crise, devido a inexistência de instituições capazes de dirigir o país nesses momentos. Observa Quartim a respeito dessa tese:

> "o conceito de `vácuo institucional´ leva uma contraverdade manifesta. Não foi, com efeito, para suprimir uma ausência, mas para suprimir uma presença (a frente popular que gestava no Comando Geral dos Trabalhadores, na mobilização crescente dos camponeses, na Frente de Mobilização Popular, nos centros populares de cultura, na UNE, etc.) que as Forças Armadas derrubaram o governo legítimo e implantaram a mais longa ditadura de nossa história"[43].

No período denominado de "Nova República", as Forças Armadas preservaram sua tradição intervencionista de modo indireto, mediante a tutela política. Por meio dela, ocorreu a manipulação daqueles que exerciam legalmente o poder. Os discursos do ministro do Exército a respeito dos movimentos sindicais e da reforma agrária objetivaram provocar determinadas influências, caracterizando, portanto, a intenção tutelar. O mesmo pode ser dito a respeito do controle por parte das Forças Armadas do Conselho de Segurança Nacional, Justiça Militar e SNI, pois sabe-se que não cabe exclusivamente aos militares esse controle. Entretanto, tais acontecimentos tiveram o poder de reforçar e ampliar a tutela política.

---

[43] MORAES, J. Q., O Argumento da Força, in As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo. R. Janeiro,1987, p. 36 -

A título de sugestão, e tendo em vista limitar o poder tutelar dos militares, Quartim propõe que as funções constitucionais dos militares sejam modificadas, pois "garantir as leis" não é atribuição específica dos funcionários fardados. O mesmo pode ser dito quanto à "manutenção da ordem", pois essa ordem pode ser injusta ou ilegítima. Além disso, a amplitude desse termo e sua conseqüente imprecisão concede-lhes um amplo espaço para envolverem-se em problemas trabalhistas, culturais e fundiários, os quais, na quase totalidade das vezes, não lhes dizem respeito.

De modo semelhante a Quartim, Eliéser de Oliveira afirma:

> "na falta de uma estrutura de vida partidária fundamentada numa hegemonia de um grupo social, os setores mais conservadores do sistema político, pressionados pelo conflito social relativo a reformas que não querem empreender, preferem a segurança da intervenção militar às dificuldades e incertezas do jogo político e democrático"[44].

Destaca-se, também, nessa postura, a questão do direcionamento da vida social pela classe dominante, num contexto marcado pela luta entre o capital e o trabalho. Essa preocupação com a segurança é tão evidente que se refletiu sobremaneira no momento em que as forças conservadoras da Assembléia Constituinte sacramentaram a manutenção do papel de defesa interna por parte das Forças Armadas, na Constituição.

---

[44] OLIVEIRA, E. R., O Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República, in A Tutela Militar, Edições Vértice, S. Paulo, 1987, p. 70.

A tutela, na visão de Eliéser, diz respeito a uma das possíveis manifestações do papel militar na manutenção da ordem interna. Ela se caracteriza pelo seu aspecto conjuntural e fornece ao governo uma certa estabilidade, importante ao exercício do poder. Fazem parte da sua natureza, também, outros interesses, além dos militares. A função tutelar, portanto,

> "diz respeito ao apoio que o aparelho militar está apto a oferecer e disposto a fazê-lo ao governo, [observando que] ela é alimentada por uma prática militar de não ceder espaços que foram ocupados no processo de concentração do poder militar"[45].

Tendo em mira uma política voltada para a redução da autonomia militar, em virtude de seu poder de incentivo ao intervencionismo, Eliéser endossa algumas sugestões, apresentadas por diversos autores: 1) a destinação das forças armadas deve ser a de defesa externa, sendo que, no âmbito interno, ela deve garantir os poderes constitucionais e não constituídos. A garantia da ordem fica limitada à ordem constitucional; 2) extinção da Lei de Segurança Nacional; 3) revisão dos regulamentos militares; 4) criação do Ministério da Defesa; 5) transformação do SNI; 6) participação do Congresso nas questões de estratégia nacional; 7) concessão aos militares da plena cidadania e 8) limitação da justiça militar.

Caminha, também, em direção parecida, o pensamento de Renê Dreifuss, a espeito do fenômeno intervencionista. De

---

[45] OLIVEIRA, E. R., O Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República, in A Tutela Militar, Edições Vértice, S. Paulo, 1987, pp. 60 a 72.

acordo com sua concepção, o reacionarismo existente em determinados setores do meio civil,

> "legitima, justifica, estimula e compactua com o militar, no seu papel de supressor ou redutor de tensão e conflito"[46],

caracterizando o ato da tutoria arbitral. Tais setores referem-se à elites políticas e econômicas. Esse fato é capaz de fazer com que os militares se liguem mais estreitamente a essas elites. Por outro lado, essa tutoria, e, principalmente, o exercício da autonomia provocam, ao mesmo tempo, uma espécie de diferenciação, pois, como entidade corporativa, a instituição castrense tende a colocar-se acima da sociedade civil, sendo que, muitas vezes, apresenta-se como intérprete da mesma.

Esta postura tutorial, na prática, implica a cassação da soberania popular. Alimenta-a a idéia de missão salvacionista que está inculcada na mente militar e o desconhecimento, por parte dos funcionários fardados, do direito de divergência próprio das sociedades democraticamente organizadas. A negação desse direito parece ser uma extensão do que ocorre nas casernas, pois nelas seus membros não são estimulados a praticá-lo.

Segundo Dreifuss, a tarefa de intervenção na vida interna nacional é extramilitar, uma vez que a origem e a finalidade do uso da força, historicamente, dão a ela outro sentido. Quanto ao monopólio da força, sabe-se que na Europa

---

46 DREIFUSS, R., Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária?, In As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, p. 107.

visava-se à fusão

> "e conformação das guardas e milícias regionais, religiosas ou classistas, dos exércitos ideologicamente conflitivos ou das tropas e polícias privadas, sejam aristocráticas ou burguesas, num instrumento militar geral dos nascentes Estados Nacionais, contra os particularismos armados. Na América Latina do século XIX e no início deste,[para erradicar os] exércitos caudilhescos e [as] tropas regionais, no processo de centralização e de federação"[47].

No que tange à destinação do monopólio da força, tem-se que, a exclusividade de seu uso

> "passa a ser fruto da vontade societária de constituir um agrupamento [destinado a defender] a integridade territorial, a soberania nacional e capacidade de auto determinação"[48].

Dreifuss propõe algumas alternativas contra o intervencionismo militar. Uma delas é a inserção no texto constitucional de um item cujo conteúdo seja o de proibir o desfecho de golpes de Estado. Acredita ele que esta determinação terá o poder de influir no processo de formação e reeducação da oficialidade, devido, principalmente, à viabilidade de ocorrência de discussões públicas em torno desse item. Outra sugestão é a de fazer com que os militares aceitem e convivam com as variadas tendências políticas existentes no meio social. Ainda, em termos de proposta, sugere uma reformulação do sistema de valores e normas da organização castrense. Os militares

> "devem chegar a ser capazes de assimilar a mudança, de ser objeto da mudança social e de

---

47 DREIFUSS, R., Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária? In As Forças Armadas no Brasil, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987, pg. 116 e 117.

48 IDEM, p. 117.

participar desta enquanto cidadãos plenos"[49].

A Força do Capital Internacional

Na visão de O´Donnell, a ação militar intervenionista é encarada sob o ângulo instrumental. Este modo de concebê-la aplica-se, entretanto, a alguns casos apenas. O intervencionismo, de acordo com tal abordagem, está relacionado com a instauração do que ele denomina de "Estado Burocrático-Autoritário". No Brasil e Argentina, ele apareceu nos anos sessenta. Posteriormente surgiu no Chile e Uruguai. Lembra, no entanto, que o aparecimento desse tipo de Estado pode ser conseqüência de transformações ocorridas em outros autoritarismos preexistentes.

São próprias desse tipo de Estado as seguintes características:

> "a) as posições superiores de governo costumam ser ocupadas por pessoas que chegam a elas depois de carreiras bem sucedidas em organizações complexas e altamente burocratizadas - Forças Armadas, o próprio Estado, grandes empresas privadas; b) são sistemas de exclusão política, no sentido de que pretendem fechar os canais de acesso ao Estado do setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só pela repressão mas também pelo funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do Estado sobre os sindicatos; c) são sistemas de exclusão econômica, porque reduzem e pospõem para um futuro indeterminado as aspirações de participação econômica do setor popular; d) são sistemas despolitizantes, ou seja, pretendem reduzir as questões sociais e políticas públicas a questões

---

[49] DREIFUSS, R., Nova República. Novo Exército? In Nova República: Um Balanço, L e PM Editores, P. Alegre, 1986, p. 189.

> `técnicas´, a resolver mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações acima mencionadas; e) correspondem a uma etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação das suas sociedades, que por sua vez formam parte de um processo de `aprofundamento´ de um capitalismo periférico e dependente, mas dotado de uma extensa industrialização"[50].

O Estado Burocrático-Autoritário é instaurado, principalmente devido à existência de uma atividade política intensa por parte dos setores populares. Os segmentos não populares da sociedade percebem que esta movimentação pode constituir uma séria ameaça à situação social e econômica vigente. Nesse contexto, os grupos dominantes e respectivas organizações passam a agir conjuntamente, tendo em vista sufocar o movimento das massas. Esta ação, normalmente envereda para os caminhos repressivos, porquanto concebem que os setores populares devem ser desativados e domesticados.

Após conseguirem seu intento, alguns dos segmentos que colaboraram para a derrota das massas percebem que poderão não auferir os benefícios da vitória. E o caso da burguesia nacional , que passa a observar que o Estado tende a ser permeável apenas ao capital internacional. Esse Estado, inclusive, encontra-se disposto a instituir um programa de reorganização da economia, o qual, não só não é vantajoso à burguesia nacional como apresenta palpáveis riscos a ela. Por isso mesmo, numa etapa posterior, essa burguesia alia-se aos segmentos médios e populares visando promover alterações no Estado Burocrático implantado.

---

[50] O´DONNELL, G. Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários, Edições Vértice, S. Paulo, 1987, p. 21.

A análise de O´Donnell, essencialmente econômica, leva em conta alguns aspetos importantes. Em primeiro lugar, deixa claro que a derrota do subdesenvolvimento e a conseqüente expansão econômica dos países periféricos pode ser mais facilmente alcançada por meio do capital internacional, via atração e instalação de empresas transnacionais tanto industriais como de prestação de serviços. Nota ele, a esse respeito, que, a partir da década de cinqüenta, essas empresas começaram a se espalhar pelo mundo. Em segundo lugar, evidencia que a ocorrência da transfusão do capital externo só pode ser feita numa conjuntura de estabilidade e previsibilidade social, daí a necessidade de reverter a tendência de autonomização do setor popular frente ao Estado e às classes dominantes.

Quanto à dinâmica dos Estados Burocrático-Autoritários, O´Donnell afirma que a equipe de técnicos gerenciadora da nova ordem enfrenta uma série de problemas. Lutam, portanto, em várias frentes.

> "Uma interna ao BA, contra os aliados civis e militares que alimentam ambições populistas ou visões pequeno-burguesas vagamente corporativistas e anti-big business. (...) Outra frente de luta é com os aliados civis do golpe desiludidos com o BA. (...) Há também que convencer o capital internacional da firme vontade de melhorar o nível de `eficiência´ da economia mediante, entre outras coisas, a eliminação de subsídios para a burguesia nacional, a diminuição de barreiras de importação e outras medidas que deixam clara a debilidade do capital nacional frente ao internacional. A terceira frente é o próprio capital internacional [necessidade de convencê-los sobre a manutenção do lucro e do controle popular]. (...) Têm que ter êxito [também] na complicada tarefa de convencer os militares com poder institucional suficiente para alinhar as

Forças Armadas em apoio de suas políticas"[51].

Ainda, a respeito dessa dinâmica, O´Donnell assevera que, no caso brasileiro, o Estado, numa fase posterior, reabre-se

> "à burguesia nacional e à formação com ela de um trio. (...) A `grandeza´ prometida no caminho do aprofundamento se nacionaliza, neste segundo período do BA, em benefício das classes dominantes nacionais. (...) O Estado se `re-nacionaliza´, abrindo-se novamente à sociedade civil, e, por isso mesmo, estabelece distâncias frente ao capital internacional"[52] .

A Fragilidade da Dominação Burguesa

Florestam Fernandes parece adotar também uma concepção instrumental. Para ele, a questão do intervencionismo militar na sociedade, especialmente no que tange à defesa da ordem interna, deve ser vista sob o ângulo da manifesta fraqueza da burguesia nacional, principalmente em face da

> "transição efetiva da democracia-restrita para a democracia de participação ampliada"[53].

Apesar das burguesias periféricas estarem sintonizadas com os ideais das burguesias centrais, percebem que a ampliação das atividades políticas por parte dos setores populares pode colocar em risco a ordem estabelecida.

---

51 O´DONNELL, G. Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários, Edições Vértice. S. Paulo, 1987, p. 37 a 40.

52 IDEM, p. 43 a 49.

53 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 40.

É conveniente mencionar que a preocupação burguesa com a ordem interna não é específica dos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que ela também faz parte dos países denominados desenvolvidos. A manutenção dessa ordem em qualquer país do mundo se faz pela utilização de vários expedientes, entretanto, nenhum Estado capitalista democrático exclui o elemento autoritário, pois ele é

> "um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fornecimento e da expansão do sistema democrático capitalista"[54].

O elemento autoritário revela-se importante nesse sistema, porquanto a democracia burguesa, caracterizada pela ocorrência de eleições periódicas, partidos políticos, Parlamento e Estado Constitucional, implica desigualdades econômicas, culturais e sociais. Além disso, as classes dominantes e seus representantes monopolizam substancialmente o poder.

Segundo Florestan, a democracia burguesa, composta de classes antagônicas, é irrigada por relações autoritárias. O capitalismo industrial que lhe é próprio, sozinho não gera esse fato,

> "mas, ele responde pelos dois extremos de concentração de poder, do poder econômico ao nível da produção e da fábrica, e do poder político ao nível da dominação burguesa e da máquina estatal. Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições estruturas, ideologias e processos sociais, e, potencialmente aptas a oscilar em função de

---

54 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 7.

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

alterações do contexto (ou mesmo de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes"[55] .

O Estado Capitalista vem sofrendo várias transformações em termos de tecnologia, modo de produção, organização do mercado, formas de financiamento, padrões de consumo, etc.. Entretanto, continua como antes, no que se refere à posse individual ou grupal dos meios de produção, conquista do lucro, desigualdade econômica e divisão classista da sociedade. Assim sendo, não poderia deixar de exigir o controle das massas pelo aparelho policial-militar e o conformismo social resultante do processo educativo. Este Estado, apesar de apresentar-se como algo moderno, é a

> "forma política mais avançada e refinada de ditadura de classe. (...) Sempre foi, ao mesmo tempo, um instrumento de poder e de dominação de classe. [Ele] volta-se ao mesmo tempo para o `inimigo interno´ e para o `inimigo externo´, fragmentando e esmagando a pressão operária, as rebeliões coloniais, os avanços na direção do socialismo"[56].

Esse Estado, internamente, caracteriza-se pelo fato de não deter o controle do processo de expansão do capitalismo, o que revela seu aspecto anárquico. O processo em pauta envolve o emburguesamento das classes inferiores, tendo em vista a manutenção do equilíbrio social interno e a

---

55 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 13.

56 IDEM, p. 28 e 30.

necessidade de atender às obrigações econômicas relacionadas à alimentação do modelo monopolista de desenvolvimento e das corporações. Tais fatos obrigam-no a se enrijecer e a tecnocratizar-se, ampliando seu tentáculo autoritário.

Outra característica desse Estado é a postura de defesa que assume quanto à expansão internacional do socialismo. Esse posicionamento leva à institucionalização de uma conduta política solidária entre as nações desenvolvidas, que abarca os aspectos econômico, cultural e ideológico. Na medida em que a dominação burguesa se internacionaliza, esse Estado passa a enfrentar tanto os inimigos externos quanto os internos, daí, ao nível da Forças Armadas, passa a implementar medidas relacionadas à

> "espionagem, contra-espionagem e contra-insurgência, propaganda e contra-propaganda"[57].

A análise da questão da dominação, nos Estados capitalistas periféricos, onde se encaixa o Brasil, deve levar em conta outras particularidades. Em primeiro lugar, é preciso observar que os países do continente latino-americano não foram capazes de

> "conciliar desenvolvimento capitalista autônomo com uma ordem social competitiva relativamente equilibrada e um Estado democrático"[58]

tal como os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo. Em segundo lugar, sua burguesia sempre esteve preocupada apenas com interesses próprios, manutenção de privilégios,

---

57 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 36.

58 IDEM, p. 39.

e, principalmente, com a autopreservação no decorrer do tempo, decorrendo daí sua obsessão com a defesa da ordem interna. O medo de que essa ordem seja alterada está intimamente relacionado à possibilidade de vir a sofrer abalos em seu posicionamento na estrutura social.

O Estado capitalista periférico enfrenta ainda dois sérios problemas. Tem que empreender esforços significativos para não regredir ao estágio colonial, haja vista o volume de pressões que recebe, oriundas das nações capitalistas hegemônicas e das várias empresas multinacionais. Tem, também, que cuidar de seu adversário principal, o denominado inimigo interno. Em relação a ele, a preocupação maior sempre foi a de encontrar expedientes capazes de eliminar o clamor dos operários e as manifestações dos sindicatos, bem como a pressão das massas, ou, pelo menos, a sua fragmentação.

Dentro desse quadro, o Estado capitalista periférico não poderia deixar de ostentar o aspecto autocrático que lhe é peculiar, pois

> "o poder é manipulado por um grupo reduzido de pessoas ou grupo de pessoas, civis e militares, que ocupam posições estratégicas de mando, tomam decisões sem recorrer ao consentimento expresso de maiorias ou que dependem do consentimento de pequenos setores dominantes"[59].

Sua política econômica, estimuladora de enormes transferências de recursos para o exterior, expansão das grandes corporações e concentração da renda, reforça seu

---

59 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 43.

caráter autoritário. Derivam desse contexto as

> "necessidades ultra-repressivas e a institucionalização da opressão sistemática (sem ela seria impossível o próprio capitalismo selvagem e manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com apoio de divergentes de outras classes)"[60] .

O uso do poder militar, principalmente na repressão aos movimentos reivindicatórios, visa, portanto , assegurar esse capitalismo e conseqüentemente os privilégios dele decorrentes.

A Politização Geral da Sociedade

Antes de apresentar sua tese explicativa do intervencionismo, S. Huntington coloca em questão duas causas comumente abordadas por alguns estudiosos do assunto. Uma delas diz respeito à ajuda militar americana. De acordo com sua versão, inexiste uma correlação indubitável entre ela e a atuação política dos militares. Para comprovar esta assertiva, Huntington menciona que, tanto as Forças Armadas que foram auxiliadas por outros países quanto as que não foram, intervieram na política. Por outro lado, tanto aquelas que receberam ajuda quanto outras que não receberam, se privaram dessa ingerência.

A explicação de que é a estrutura interna de instituição castrense, assim como a gênese social dos oficiais que determinam o intervencionismo, também é por ele

---

60 FERNANDES, F. Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, S. Paulo, 1979, p. 44.

rejeitada. Um dos defensores dessa tese é Morris Janowitz, para quem existe uma relação entre o ímpeto para intervir na política e as origens de classe baixa e média dos oficiais, mais a forte coesão interna, a posição heróica, o sentimento de serviço público e a capacidade gerencial. Segundo Huntington, essa tese carece de sustentação, pois

> "alguns militares que intervieram na política aparentemente foram motivados pelos altos ideais do serviço público; outros o foram mais evidentemente pelo lucro pessoal. Oficiais com as mais diversas habilidades - gerencial, carismática, técnica e política - intervieram na política; outros, com as mesmas habilidades se abstiveram de fazê-lo. E oficiais originários de todas as classes sociais já executaram golpes militares. E as forças militares internamente coesas não são mais propensas à intervenção que as menos coesas: pelo contrário, a intervenção política e o faccionalismo militar estão tão estreitamente ligados que é quase impossível determinar as relações causais entre um e outro"[61].

Uma compreensão mais adequada do intervencionismo militar pode ser conseguida, segundo ele, levando-se em conta um fato notório e corriqueiro, próprio das nações subdesenvolvidas, isto é, a politização de toda a sociedade, uma vez que todos os seus setores se envolvem nas questões governamentais. Dessa forma, cada grupo atua de modo específico, refletindo as peculiaridades que lhes são próprias,

> "os ricos subornam; os estudantes se amotinam; os operários fazem greve; as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes"[62].

---

61 HUNTINGTON, S.P., A Ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense-Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975, p. 205 e 206.

62 IDEM, p. 208.

Entretanto, é preciso ter consciência de que as causas que levam esses grupos a agirem de forma especial se encontram na estrutura social e não na natureza de cada grupo, como muitos poderiam supor.

Para Huntington, a ingerência militar na política está relacionada com o estágio de desenvolvimento em que se encontra a sociedade. Assim sendo, o intervencionismo pode ter uma conotação conservadora ou uma conotação progressista.

> "A medida que a sociedade muda, muda também o papel dos militares. No mundo da oligarquia o soldado é um radical; no mundo da classe média é um participante e um árbitro; à medida que a sociedade de massa desponta no horizonte, torna-se um guardião conservador da ordem existente. Assim, de uma maneira paradoxal mas compreensível, quanto mais atrasada é uma sociedade, mais progressista é o papel do militar; quanto mais adiantada se torna uma sociedade mais conservador e reacionário se torna o papel dos seus militares"[63].

O envolvimento do militar na política depende, obviamente, de sua politização, que é provocada pela debilidade das instituições políticas civis e falta de habilidade dos dirigentes políticos civis no trato das questões políticas enfrentadas pelo país. Essencialmente, a ampliação da participação política leva os funcionários fardados a desempenharem um papel reformista ou conservador. O papel reformista está relacionado com certos conceitos que desenvolvem, tais como honestidade, eficiência e nacionalismo, os quais os militares pretendem vê-los

---

63 HUNTINGTON, S. P., A Ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense-Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975, p. 233.

aplicados na vida social, apesar de os mesmos os conduzirem à uma alienação da ordem vigente. Nesse sentido, eles

> "intervêm na política para levar a sociedade ao mesmo nível dos militares (...). Se, entretanto, uma sociedade se move para a fase da participação de massa sem desenvolver instituições políticas efetivas, os militares se empenham num esforço conservador para proteger o sistema existente das incursões das classes baixas, especialmente das classes urbanas. Tornam-se guardiões da ordem da classe média existente"[64].

A respeito dos papéis reformista e conservador, lembra Huntington que, nos primórdios do século XX, os militares argentinos, chilenos e brasileiros atuaram de modo reformador. Posteriormente, no Chile, Uruguai, Costa Rica e México, devido a classe média constituir até trinta e seis por cento da população, os membros da organização castrense ou não se envolviam na política, ou nela se intrometiam desempenhando um papel evolutivamente conservador, tal como ocorreu na Argentina, Cuba, Venezuela, Colômbia e Brasil.

Em períodos mais recentes, pode-se notar uma ingerência maior dos militares, provocada pela ampliação da atividade participativa no âmbito social. Depois da década de trinta, os militares argentinos tornaram-se mais ativos. Nesse período, constata-se que o número de operários dobrou, isto é, passou de quinhentos mil para um milhão num lapso de dez anos aproximadamente. Por seu turno, os brados populares e a atuação demagógica dos políticos em 1950

---

64 HUNTINGTON, S. P., A Ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense-Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975, p. 234.

colocaram em cena, novamente, os membros das organizações bélicas brasileiras. Um pouco depois, esses elementos que tinham apoiado Vargas, voltaram-se contra ele, pois o caudilho procurou, tal como Perón na Argentina, assegurar para seu governo um apoio popular na base de promessas inconvenientes aos operários.

Essa última forma de atuação dos militares denomina-se, na concepção de Huntington, "golpe de veto". Esses golpes manifestam-se normalmente, quando determinados setores da sociedade que os militares desejam justamente eliminar do cenário político têm chances reais de alcançar o poder.

> "Cinco dos sete golpes militares que se verificaram na américa Latina entre 1962 e 1964 tiveram esse objetivo. Apenas 12% dos golpes na América Latina entre 1935 e 1944 ocorreram durante os doze meses imediatamente posteriores a uma eleição. De 1945 a 1954, essa proporção se elevou a 32% e entre 1955 e 1964, cerca de 56% dos golpes ocorreram perto do tempo de eleições. Golpes de veto ocorreram também quando um governo no poder começa a promover políticas radicais ou a conquistar as simpatias de grupos a quem os militares desejam excluir do poder. Foi esse o caso do Peru em 1948, da República Dominicana em 1963, do Brasil em 1964"[65].

Huntington observa que esses intervencionismos provocaram um efeito eminentemente conservador, pois, ao tentar impedir a ampliação da participação política de setores interessados em provocar alterações sociais, os militares atrasaram o processo de reformas sociais e econômicas. Apesar do fato de que, no período de 1935 a

---

[65] HUNTINGTON, S. P., A Ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense-Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975, pg. 235 e 236.

1944, metade dos golpes ocorridos no continente latino-americano ter em vista metas reformistas,

> "entre 1945 e 1954, 23% dos golpes tinham esses objetivos; entre 1955 e 1964 isso aconteceu em apenas 17%"[66].

Esses dados são postos para comprovar sua tese de que a modernização da América Latina torna os militares mais conservadores.

Sua análise a respeito do fenômeno intervencionista, além de apresentar subsídios valiosos para os estudiosos do assunto, traz uma relação de particularidades próprias dos membros da instituição bélica também importantes para aqueles que incursionam nessa área. Assim, de acordo com Huntington, os militares tendem a condenar

> "os partidos políticos. Tentam governar o Estado sem partidos (...). O primeiro ato de qualquer junta de reforma ou de tutela depois de assumir o poder é em geral abolir todos os partidos políticos existentes (...). Os partidos políticos são facções; os políticos são intrigantes ou corruptos; a expressão popular de opinião pública é insubordinação (...). Têm o objetivo de estabelecer a comunidade sem política e o consenso por meio de ordens de comando (...). O seu 'modelo apolítico de construção nacional' deixa de reconhecer os conflitos de interesses e valores inerentes a qualquer sociedade, mas particularmente predominante numa sociedade que sofra rápida mudança social, e conseqüentemente, não toma providências para exercer mediação entre os conflitos e conciliar os interesses"[67].

---

66 HUNTINGTON, S. P., A Ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense-Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975, pg.240.

67 IDEM, p. 255 e 257.

Reações Anti-Populares

Antes de fazer um balanço crítico das diferentes teorias do intervencionismo militar convém apresentar alguns exemplos de ingerência praticados pelos militares brasileiros sobre os setores menos favorecidos da sociedade, pois a análise feita até o momento privilegiou o intervenciomismo pelo lado dos golpes aplicados sobre a elite governante. Tais exemplos são importantes porque reforçam a tese da inclinação dos funcionários fardados para o lado dos grupos privilegiados da sociedade, que, por sua vez, fortalece o referencial reprodutivista adotado.

A esse respeito podem ser mencionados os seguintes casos ocorridos em período recente: a-) detenção, por uma patrulha do exército, de dirigentes do sindicato dos trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Marabá, no dia 15 de abril de 1988; b-) impedimento, por essa patrulha, da realização de um ato de protesto contra o governo Sarney no núcleo urbano do Projeto Carajás, também nessa data; c-) impedimento, por parte de soldados do exército e da polícia militar da "marcha contra a farsa da Abolição", organizada pelos movimentos negros,no dia 11 de maio de 1988 no Rio de Janeiro; d-) ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, por centenas de militares do exército no dia 29 de maio de 1988, devido a uma greve dos metalúrgicos; e-) cerceamento de um grupo de manifestantes composto de trabalhadores " sem- terra" e "sem-

teto" por policiais militares e soldados do exército durante a visita do atual Presidente da República na solenidade de abertura da Expoville em Joinville, no dia 27 de setembro de 1991.

Sabe-se que no decorrer da história brasileira, relativa ao presente século, os militares realizaram outros atos intervencionistas dessa natureza, que não precisam ser mencionados, pois os que integram o parágrafo anterior são ilustrativos e suficientes. Cabe dizer, no entanto, que a pretensa ausência de inimigos tem levado os militares brasileiros a procurá-los em diversos setores. Quanto a eles, é oportuno citar como novos adversários os adeptos da Teologia da Libertação, segundo o acordo assinado pelos representantes do exércitos de quinze países das Américas, em novembro de 1987, entre os quais aparece o Brasil. Como se sabe,essa teologia se compromete com os setores desfavorecidos da sociedade. Parece constituir um outro inimigo, também, os meninos de rua, pois, segundo a revista "Veja" de 25 de setembro de 1991, o documento da Escola Superior de Guerra intitulado "Estrutura do Poder Nacional para o Ano de 2001" os encara como horda de bandidos que precisarão ser neutralizados e destruídos com o concurso das Forças Armadas.

As Peculiaridades dos Enfoques

A exposição e análise dos diversos motivos que levam os militares a intervir na vida política dos países

latino-americanos, possibilitam a percepção das características próprias de cada abordagem. Ao captá-las, podem-se constatar algumas semelhanças e diferenças entre os vários enfoques. A tese da defesa do Estado, cujo autor é Rouquié, caracteriza-se por uma amplitude significativa, por situar o fenômeno intervencionista num contexto que abarca muitos elementos. Considera, também, importante, as particularidades das organizações castrenses, as quais estão intimamente relacionadas com essa ingerência.

Quanto à tese da indisciplina social de Edmundo, verifica-se que ela se caracteriza por uma restritividade significativa, pois considera o fenômeno intervencionista apenas sob o ângulo das instituições militares. A ingerência na política é explicada a partir das peculiaridades das organizações castrenses, principalmente quanto aos objetivos e valores defendidos pelos funcionários fardados. Embora Rouquié valorize o aspecto institucional, ele não concorda em que o intervencionismo possa ser completamente entendido por esse ângulo. E ele considera muito esse aspecto, pois em sua análise vai além do que preconiza Edmundo, uma vez que assevera serem as organizações militares instituições totais. O grande mérito de Edmundo foi o de chamar a atenção para um aspecto importantíssimo, pouco considerado pelos estudiosos do assunto. Entretanto, parece que Edmundo não consegue enxergar dialeticamente o fenômeno intervencionista, isto é, vê-lo ao mesmo tempo como um ato autônomo e condicionado.

O entendimento dessa dialeticidade exige um comentário a respeito da questão ideológica. Inicialmente pode-se conceber a ideologia como um conjunto de representações, valores e normas de conduta. Assim concebida, não é difícil perceber que, sendo a sociedade composta de diversos setores, grupos e instituições, cada qual possua uma determinada ideologia. Ainda nessa mesma linha de pensamento, pode-se afirmar, inclusive, que cada pessoa em particular tem uma ideologia própria, comumente denominada filosofia de vida. Essa ideologia, ao contrário do que muitos pensam, é originada do contexto existencial; é produto das condições reais ou da situação do homem no mundo. E preciso que isso fique claro, pois é possível entender a gênese da ideologia a partir de outras bases. Não pode ser esquecido que, no decorrer da história, alguns filósofos se preocuparam com a origem das idéias de forma diferente. Tal é o caso de Platão, que as situava num mundo transcendente ao nosso, e S. Agostinho, que as considerava como um influxo divino recebido pelo homem. Devido ao fato de o ser humano ser dotado de consciência e pensamento, é possível, inclusive, que muitos a concebam como originária dessa subjetividade considerada em si mesma.

O fato de a ideologia fundamentar-se nas condições existenciais não leva a uma desvalorização do sujeito, que poderia ser encarado como um ente meramente passivo. Ao contrário, a ideologia pode ser repensada e alterada. Uma nova ideologia pode ser elaborada para mudar as próprias

condições de existência que possibilitaram a elaboração e introjeção da ideologia anterior. Há, portanto, um relação dinâmica entre a idéia e a situação, em que ambas atuam de modo recíproco. Esse referencial conduz, obrigatoriamente, a um exame do contexto existencial para tentar ver nele os elementos que permitem o surgimento da ideologia.

Uma abordagem desse contexto revela que a sociedade onde se vive é capitalista, no caso brasileiro, de periferia, composta de classes sociais distintas: os detentores dos meios de produção e os produtores. E óbvio, entretanto, que tais classes, como diz Poulantzas[68], encontram-se subdivididas em frações, camadas e categorias. Nessa estrutura social de classes antagônicas, os interesses são profundamente divergentes. É por isso que se pode aceitar a tese das ideologias diferenciadas, tal como fez Gramsci ao denominá-las, apropriadamente, de "ideologias arbitrárias"[69]. Embora elas existam e sejam concretizadas, estão recobertas pela ideologia dominante que é fundamental para a vida em sociedade, pois constitui o elemento de ligação entre vários setores dessa sociedade, proporcionando a sobrevivência da mesma no decorrer do tempo. A ideologia dominante é inculcada na mente de todos por diversos meios: imprensa, religião, escola, família, etc., o que lhe confere um forte poder hegemônico.

---

[68] POULANTZAS, N. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, 2a ed. Zahar Editores, R. Janeiro, 1978, p. 25.

[69] GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História, 3a ed., Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978, pa. 62 e 63.

Daí a proposta de Gramsci no sentido de que as classes dominadas devem elaborar uma contra-ideologia para fazer frente à ideologia dominante e conduzir o proletariado a movimentos capazes de alterar a estrutura social vigente, em seu benefício.

Se as ideologias arbitrárias se manifestam no contexto da ideologia dominante, é bem provável que elas estejam mais ou menos em harmonia com a ideologia dominante. De fato, os valores que Edmundo apresenta como próprios dos militares, tais como disciplina, ordem, consenso, contidos na doutrina de segurança nacional e apontada por ele como uma ideologia caracteristicamente militar, são também valores da classe dominante brasileira, dotados de uma conotação específica. Outros itens dessa mesma lei, como a centralização do Estado, governo forte apoiado nas Forças Armadas e controle do dissenso, também já constituíram interesses da burguesia nacional num passado recente, principalmente porque ela auferiu enormes benefícios nesse período, na forma de proteção alfandegária, incentivos e subsídios, assim como no constante uso do aparelho repressivo desse Estado para conter movimentos populares e estudantis reivindicatórios. O apelo à ordem, ao consenso e à disciplina é fundamental para ela, pois sabe que, num ambiente de profunda injustiça econômica e cultural, a possibilidade de ocorrência de conflitos é muito grande, podendo ameaçar a sua situação privilegiada no contexto social.

E preciso notar ainda que a ideologia, e no caso a

ideologia dominante, tem um forte poder hegemônico também, dado seu caráter operatório e não-temático como afirma Ricoeur[70]. Tal caráter se manifesta auxiliado pelo modo como o homem se comporta no mundo. Seus atos, na maioria das vezes, são espontâneos; predomina a consciência ingênua que é desprovida de criticidade no contato com o real. Ele age de forma a aceitar as coisas tais como são. Inexiste preocupação com seus fundamentos e com a escolha de critérios para analisá-las. O contexto existencial não é por ele tematizado. Os problemas da consciência ingênua dizem respeito apenas às necessidades imediatas, satisfeitas pelo senso prático e comum.

O poder hegemônico da ideologia dominante é reforçado, também, por uma de suas funções: a de ocultamento da realidade, como diz Chauí[71], ou seja, as idéias dominantes tendem a esconder das pessoas a maneira pela qual as formas e relações sociais, em termos de ascendência política e econômica, foram produzidas. Para tanto, as concepções próprias das classes dominantes são transformadas em idéias gerais aplicáveis a todos os membros da sociedade.Nesse sentido Marx e Engels afirmam que

> "cada nova classe que se coloca no lugar de outra que denominou antes dela,é obrigada, apenas para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse comunitário de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e

---

70 RICOEUR, P. Interpretação e Ideologias, Livraria Francisco Alves Editora, R. Janeiro, 1977, p. 70

71 CHAUI, m. O Que é Ideologia, 5a ed. Editora Brasiliense, S. Paulo, 1981, pe. 78 a 85.

universalmente válidas"[72].

Esse ocultamento manifesta-se, também, quando a ideologia confere a determinados agentes não-humanos a responsabilidade pelo desenrolar da história. O modo pelo qual a ideologia dominante realiza o fenômeno da inversão, ou seja, tomar os efeitos como causas, e os resultados de um processo como início do mesmo, também constitui uma maneira eficaz de ocultar a realidade.

Feitas essas colocações, pode-se perceber que a questão da ação militar intervencionista, baseada em concepções oriundas das características organizacionais das instituições castrenses, deve ser encarada de modo bastante limitado, pois, tal como foi colocado, infere-se que é possível a elaboração de uma ideologia por parte dos funcionários fardados, capaz de orientar sua ação no meio social; entretanto, ela é construída tendo por base a ideologia das classes dominantes, não surge a partir de um vácuo ideológico, uma vez que lhe antecede todo um conjunto de representações, valores e concepções orientadores da vida em sociedade. A ideologia arbitrária castrense é muito semelhante à hegemônica, tanto no seu aspecto teórico como no prático. Aliás, é preciso não esquecer essa peculiaridade mais importante da ideologia: a sua concretude, pois é comum concebê-la apenas teoricamente.

---

72 MARX, K. e ENGELS, F., A Ideologia Alemã, Edições Avante, Lisboa, 1981, p. 61.

Essa dimensão prática da ideologia é muito defendida por Althusser[73] . O fato de a organização militar ser fechada, como propõe Edmundo, não lhe garante imunidade completa, porquanto esse fechamento não é absoluto. Todos sabem que os militares assistem a televisão, lêem revistas, jornais, e estudam em livros impressos por diversas editoras. Sabem, também, que eles receberam uma educação familiar e que a maioria professa um credo religioso. Tal como foi anteriormente dito, esses meios são os responsáveis pela disseminação e inculcação da ideologia dominante. Portanto, enxergar dialeticamente o fenômeno intervencionista significa considerar essa ingerência baseada numa ideologia que é autônoma, enquanto elaborada pelos militares como grupo específico, porém condicionada pelas concepções hegemônicas.

Em relação à autonomia ideológica merece ser citado aqui uma publicação do professor Severino, pois ele reforça a tese da relatividade dessa autonomia. Nesse trabalho, após analisar a concepção de ideologia em Ricoeur, Lukcács, Poulantzas, Godelier, Chauí e dos representantes da Escola de Frankfurt, ele apresenta uma síntese resultante desse estudo, cuja parte que interessa diz o seguinte:

> " Outras vezes, o conceito é usado com uma certa autonomia em relação ao grupo que representa os interesses evocados.Trata-se, em sentido parcializado, considerado mais isoladamente, do plano da abstração conceitual. E quando se fala, por exemplo de ideologia da segurança nacional, de ideologia da raça pura, de

---

73 ALTHUSSER, M. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, Livraria Martins Fontes. S. Paulo, ps. 83 a 91

> ideologia da superioridade da raça branca etc. Trata-se de um subconjunto doutrinário constituído de uma série de idéias explicativas - conceitos - e de uma série de juízos apreciativos, de tomadas de posição - valores - que definem um ideal a ser imposto e defenido como absolutamente verdadeiro e questionável. E' claro que estes subconjuntos ideológicos integram os sistemas doutrinários mais amplos, indo enraizar-se, finalmente nas ideologias abrangentes que perpassam a vida social e política como um todo.Sua autonomia ocorre apenas em função de uma análise conceitual que trabalha abstratamente um determinado conteúdo"[74].

A tese da construção da potência defendida por Cavagnari também pode ser parcialmente entendida a partir desse referencial ideológico. Embora ele reconheça que o intervencionismo militar se tem voltado contra as ameaças representadas pela forças de esquerda, assevera que os militares não visam preservar interesses de alguns setores conservadores. E preciso observar nesse caso o caráter operatório e não temático da ideologia. Assim sendo, é óbvio que, ao se ingerirem na política, não são capazes de perceber claramente que estão atuando a favor dos grupos dominantes da sociedade. Não há intencionalidade explícita nesse sentido.

Os defensores da tese da tutela militar também parecem desconsiderar o papel da ideologia, principalmente seu aspecto operatório. Com efeito, Quartim considera o intervencionismo a partir da crise da hegemonia burguesa e do papel autônomo dos militares no interior do Estado.

---

[74] SEVERINO, A. J., Educação, Ideologia e Contra Ideologia, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 1986, p. 35.

Eliéser, por sua vez, utiliza também esse conceito de autonomia para explicar a ingerência castrense nas questões políticas. Para ele, essa ingerência é aceita pelos segmentos conservadores da sociedade, que preferem a segurança do intervencionismo aos problemas e impresividades do jogo democrático. Além disso, ela proporciona uma estabilidade relativa, muito importante aos que exercem o poder. O mesmo se aplica a Dreyfuss, com a ressalva de que, nesse caso, os militares, ao praticarem o intervencionismo no sentido de eliminar o conflito, recebem dos grupos dominantes da sociedade uma injeção de ânimo, pois esse ato não só é estimulado, mas também legitimado e justificado por eles.

O'Donnell, aparentemente, também não leva em conta a ideologia, pois pressupõe que a união dos segmentos dominantes só aparece nos momentos de crise, quando os setores populares se manifestam de tal forma, que podem colocar em risco a ordem social e econômica vigente que beneficia as elites. O grupo militar aparece, nessa concepção, como um grupo que se alia aos segmentos dominantes ou é por eles cooptados.

Ao afirmar que o intervencionismo é fruto da politização geral da sociedade, Huntington não consegue enxergar que este acontecimento é carregado de elementos ideológicos dominantes. Para captá-los, basta uma análise do processo de politização e da prática intervencionista. Além disso, asseverando o papel conservador exercido pelos

militares ou guardiões da classe média, ele fornece um indício dessa ideologização. De fato, o posicionamento da classe média entre a classe alta ou dominante e a classe baixa ou dominada, confere-lhe um traço bastante característico: a contradição entre o conservadorismo da que lhe é superior e o revolucionarismo da que lhe é inferior. Entretanto, em situações de crise política, muitos de seus setores tendem a unir-se à classe superior pelo medo de que sua condição social seja alterada para pior. Os militares constituem exemplo típico. Ao defenderem diretamente a classe média, mesmo porque majoritariamente são dela oriundos, indiretamente estão defendendo a classe alta ou dominante. O aspecto revolucionário da classe média evidencia-se, principalmente, no momento em que um de seus segmentos elabora uma proposta contra-ideológica capaz de ativar as massas.

A análise de Florestan Fernandes toca no aspecto ideológico. De acordo com sua concepção, o autoritarismo enquanto valor próprio das classes dominantes está incorporado em todas as manifestações ideológicas. Apesar de não adotar a concepção de uma ideologia dominante permeadora de toda a sociedade, é partidário de que as diversas ideologias possuem um denominador comum, que é o apreço ao autoritarismo. E viável conceber o autoritarismo como um elemento importante da ideologia dominante que incide nas demais concepções ideológicas, embora ele não seja favorável a essa concepção. Florestan aproxima-se, portanto, da idéia

de uma ligação entre os diversos setores sociais, provocada pelo componente ideológico, fato não considerado pelos demais estudiosos do fenômeno intervencionista aqui abordados, excluso Rouquié, que superficialmente admite o peso da doutrina anticomunista inculdada na mente militar devido à influência americana e as reminiscências da intentona ocorrida na década de trinta. Essa doutrina, como se sabe, constituiu interesse da burguesia nacional num passado recente. Parece que os mesmos pressupõem que a sociedade é composta por diversos setores relativamente independentes. Nela o poder encontra-se distribuído desuniformemente, isto é, cada segmento é dotado de mais ou menos força em relação aos outros. Em momentos de crise social, ocorrem alianças entre alguns contra outros, ou um setor mais poderoso coopta outro, também forte, tendo em vista impor-se perante os demais. Tais premissas são válidas e aceitáveis. Entretanto, essa visão não admite uma relativa organicidade da vida social resultante de um denominador comum capaz de cimentar as relações entre seus diversos setores.

Observando com mais atenção as teses aqui examinadas, conclui-se que todas, implícita ou explicitamente, admitem serem os setores mais poderosos da sociedade os grandes beneficiados da ingerência militar. Tais benefícios envolvem a desestatização de certas atividades econômicas que interessam ao setor privado, a instituição de incentivos, subsídios e dispositivos alfandegários protetores e a repressão aos movimentos

populares reivindicatórios, mecanismos que têm o poder de garantir os privilégios desses setores, principalmente no que tange ao processo de acumulação do capital, uma vez que os níveis salariais são conservados ou rebaixados. Esse fato causa profunda inquietação e, obrigatoriamente, traz à tona uma séria questão: por que são sempre os grupos dominantes da sociedade que se beneficiam do intervencionismo militar? Essa conseqüência parece ser favorável à tese de que a ideologia dominante é muito forte, pois induz os agentes sociais a atuarem de modo favorável aos interesses das classes subordinantes. No entanto, é preciso deixar claro que a ideologia dominante não é dona de um poder absoluto. As contradições existentes no meio social, o faccionalismo, próprio das constituições grupais, e as divergências de várias espécies podem, em muitos casos, enfraquecê-la.

A análise feita mostra, também, que alguns estudiosos do fenômeno intervencionista tocam diretamente na questão do Estado.Rouquié e Cavagnari, ao abordarem-na, indicam o modo pelo qual os militares encaram o aparelho estatal. Ambos afirmam que eles o concebem como uma entidade neutra e autônoma, destinada a regular e disciplinar a vida coletiva. Entretanto, quanto às posições pessoais, apenas Rouquié deixa clara sua concepção de Estado. Para ele, o Estado é uma entidade dotada de relativa independência em face dos diversos interesses setoriais. Ele tende a manifestar-se como árbitro entre os segmentos que participam da vida em sociedade. Procura conciliar os interesses

divergentes das classes privilegiadas e está a serviço do "status quo" e da dominação. Alguns dos demais pesquisadores abordados deixaram de lado seu posicionamento em relação ao Estado. Esse posicionamento se faz necessário para um melhor entendimento do fenômeno intervencionista, uma vez que o intervencionismo está intimamente relacionado com o aparelho estatal, visto que os militares constituem seu braço armado. Observando como cada qual encara o fenômeno intervencionista, é possível inferir suas possíveis concepções.

Edmundo confere autonomia plena à instituição castrense e afirma que seus membros agem tendo por base as peculiaridades da organização militar e não os interesses das classes dominantes. Assevera também que, por meio do intervencionismo, os militares tentam conter as forças políticas em luta e disciplinar a sociedade. Essa visão permite que se conclua ser o Estado, em sua instância civil, uma entidade bastante fraca, incapaz de dirimir o conflito social. Se a instituição militar, como setor importante do Estado, não está a serviço de determinada classe, é bem provável, por extensão, que o Estado como um todo, também não esteja. Ao contrário, ele parece ser vítima da contenda classista, pois não é suficientemente capaz de sustentar-se perante as pressões que recebe dos diversos grupos da sociedade. Quando Edmundo trata das relações entre o Estado e o Exército, isto parece evidenciar-se.

Florestan Fernandes deixa claro seu posicionamento em relação ao Estado. Seja nos países centrais seja nos periféricos,o Estado é sempre um instrumento de dominação a serviço das classes subordinantes da sociedade. Nos primeiros, o inimigo principal encontra-se além das fronteiras nacionais, ao passo que nos segundos, localiza-se internamente. Devido a uma série de problemas que enfrenta não só quanto ao inimigo interno mas também quanto às pressões internacionais, o Estado nos países periféricos tende a manter ou expandir seu caráter autoritário.

Excluso O'Donnell, os demais estudiosos do assunto, apesar de não explicitarem seu posicionamento quanto ao Estado, deixam entrever um possível entendimento a seu respeito. Cavagnhari mostra que a ação militar no âmbito social visa dissuadir as ameaças representadas pelas forças de esquerda. Quartim afirma que a contenda entre o capital e o trabalho leva os militares a reprimir os setores populares. Eliéser assevera que em razão das pressões advindas do conflito, os setores conservadores da sociedade admitem e aceitam a intervenção castrense. Dreyfuss defende a tese de que os setores conservadores da sociedade estimulam, justificam e legitimam o papel repressivo exercido pelos funcionários fardados. O'Donnell diz que o Estado Burocrático-Autoritário, ao ser instituído, envida esforços para evitar o acesso do segmento popular a ele, assim como protela indefinidamente a participação econômica desse segmento. Finalmente Huntington afirma que, na medida em que a sociedade se desenvolve, o militar atua

conservadoramente, evitando que os setores populares ajam no sentido de provocar alterações sociais em benefício próprio.

Todas essas posturas tendem a admitir que os grandes beneficiados do intervencionismo militar são os grupos privilegiados da sociedade, parecendo levar a uma concepção classista de Estado, porém de modo diferente da visão de Florestan. O Estado aparece aqui como um local onde ocorre a contenda entre os setores divergentes da sociedade. Por serem mais fortes, os setores privilegiados têm mais capacidade para pressionar o Estado a seu favor, embora promova certos benefícios aos setores populares, uma vez que esses possuem uma certa dose de poder. A consecução desses benefícios é bastante difícil, pois para tanto é necessário existir um ambiente democrático que possibilite o exercício da contestação pelas classes subordinadas.Esse ambiente, porém,é pouco peculiar nos países latino-americanos.

As classes privilegiadas são fortes perante o Estado porque, mediante as corporações, são capazes de influenciar os poderes executivo e legislativo. Além disso, existe a possibilidade da ameaça capitalista de uma greve de investimento. E preciso não esquecer que a sobrevivência do Estado nos países capitalistas depende dos recursos oriundos do processo de acumulação do setor privado da economia. Por outro lado, as próprias rotinas e estruturas da organização estatal são favoráveis aos grupos dominantes da

sociedade. Ainda, a esse respeito, constata-se que os elementos alocados nos altos postos do Legislativo, Executivo e Judiciário, majoritariamente, pertencem às classes subordinantes. Os que a ela não pertencem, passam a comportar-se como se pertencessem à mesma por nascimento. Ressalte-se aqui o poder da ideologia dominante que atua como denominador comum entre as pessoas que fazem parte da cúpula estatal. Pela própria natureza, isto é, por estar inserido no modo capitalista de produção, o Estado tem que ser favorável ao capital.No entanto, ele possui um certo grau de autonomia perante a classe dominante da sociedade, pois se normalmente age em benefício dela, tem que ter uma certa independência para tanto. Essa independência é sustentada, também, pela necessidade de promover determinadas ações beneficiadoras dos segmentos populares, pois, caso contrário, o Estado não consegue legitimar-se perante a sociedade como um todo.

Essas considerações em torno do Estado se fizeram necessárias, principalmente porque os militares brasileiros, como já foi dito por alguns estudiosos do fenômeno intervencionista, o concebem como uma entidade neutra, que paira acima das classes sociais. Sua ação intervencionista, inclusive, é baseada nessa concepção. Tal idéia deve ter sido inculcada na sua mente pelo processo formativo a que são submetidos, ou deve ser fruto da admiração sentida por eles quanto ao modo de vida político praticado pelos norte-americanos. A incipiente prática democrática brasileira

também pode ter favorecido a elaboração desse conceito. Essa visão, de caráter pluralista, supõe que o poder está nas mãos do povo, pois é ele que, nas eleições, escolhe aqueles que politicamente o representarão. Os eleitos, portanto, devem obrigatoriamente refletir seus anseios. Logo, as políticas públicas são definidas pelo conjunto da sociedade. A ação governamental nesse caso é resultante de uma síntese que espelha tanto as expectativas individuais quanto as grupais.

O Estado visto sob este ângulo, isto é, como uma entidade que age em função do bem comum, não encontra sustentação nem nos estudiosos do assunto que analisam seu papel nas sociedades avançadas, como é o caso norte-americano recente, considerado um exemplo de país pluralista. A esse respeito Carnoy menciona alguns pesquisadores importantes. G. W. Domhoff é um deles. Segundo Domhoff[75], a classe alta estadunidense é dona de uma quantidade desproporcional da riqueza do país. Uma parte considerável de seus membros atua nas organizações que detêm o poder decisório da nação. Essa classe controla os bancos, as universidades e os meios de comunicação mais importantes, os Poderes Executivo e Judiciário e as instituições militares. Exerce, ainda, uma relativa influência no Poder Legislativo e em muitos governos estaduais e municipais. Domhoff afirma que classe subordinante norte-americana exerce sua hegemonia sem excluir os demais segmentos da sociedade, e

---

75 CARNOY, M. Estado e Teoria Política, Papirus Editora, Campinas, 1988, pp. 268 a 271.

não dominando de modo absoluto o aparelho estatal.

Na visão de Fred Block[76], o controle do Estado pelos capitalistas é feito de modo indireto, isto é, por meio dos elementos que o administram. A reprodução das relações capitalistas é garantida por eles, porque os mesmos possuem uma certa dependência da atividade econômica, que decorre do fato de as atividades produtivas gerarem benefícios para o Estado. Além disso, o apoio ao regime político tenderá a declinar caso o processo acumulativo não se mantenha.

De acordo com Manuel Castells[77], o Estado possui uma certa dose de autonomia. Não é independente da classe dominante, mas também não é um instrumento exclusivo dela. As constantes lutas de classe o modelam. Tanto a classe dominada quanto a classe dominante o influenciam. Entretanto, as instituições estatais tendem a refletir, basicamente, os anseios da burguesia.

Outros cientistas políticos citados por Carnoy, apesar de não aceitarem a tese de que a classe dominante tem mais poder sobre o Estado do que a classe dominada, asseveram de forma diferenciada que o Estado, numa sociedade capitalista, não pode ser compreendido sem que se leve em conta a existência das classes opostas, específicas

---

76 CARNOY, M. Estado e Teoria Política, Papirus Editora, Campinas, 1988, pg.276.

77 IDEM, p. 298.

dessa sociedade. Tal é o caso de Adam Przeworski[78], que considera o acordo feito entre essas classes, em termos de manutenção do investimento pelos capitalistas e a moderação nas demandas por parte dos trabalhadores, o que permite ao Estado institucionalizar o compromisso classista e exercitar sua ação coordenadora. O mesmo pode ser dito em relação a Alan Wolfe[79], que afirma estar o Estado sujeito às contendas classistas na medida em que, ao tentar resolver as contradições que lhe são próprias, normalmente as intensifica.Assim sendo, tanto os proletários quanto os capitalistas não têm poder suficiente para dominá-lo. A visão pluralista anteriormente mencionada não consegue enxergar a luta de classes como a grande condicionadora da ação estatal. Ela apresenta-se, portanto, como uma visão que se encaixa no cerne da ideologia dominante, porque colabora amplamente para manter a função de ocultamento da realidade própria dessa ideologia.

Se, nas sociedades mais avançadas, o Estado tende a favorecer o capital local, seria absurdo pensar que nos países periféricos isso não aconteceria. E óbvio que a dinâmica dos Estados periféricos dentre os quais se inclui o

---

78 CARNOY, M. Estado e Teoria Política, Papirus Editora, Campinas, 1988, pp. 272 a 274.

79 IDEM, pp. 290 e 291.

Brasil, não pode ser compreendida sem se considerar o poder econômico da Metrópole, causadora dessa periferia. Embora os Estados dependentes beneficiem o capital estrangeiro com a divisão internacional do trabalho, por exemplo, a luta de classes existente em seu interior o condiciona profundamente. Nessa contenda, os setores populares têm empurrado o Estado numa direção democrática. O setor dominante, por sua vez, ao defender determinados interesses considerados estrangeiros, fá-lo porque os concebe como seus. O Estado periférico passou a fortalecer a burguesia local a partir da crise mundial do capitalismo em 1929, quando

> "interveio para estimular tarifas protecionistas, para transferir renda do setor de exportação para o setor doméstico e para criar a infra-estrutura necessária para manter indústria de substituição e importações"[80].

No decorrer do tempo outros expedientes foram colocados em prática para beneficiar a burguesia nacional, os quais não necessitam ser mencionados.

Implicações Para a Pedagogia Castrense

A análise do fenômeno intervencionista revelou certos fatos que conduzem a uma reflexão quanto à importância que deve ser atribuída ao proceso formativo a que os militares, especificamente os oficiais, são

---

[80] CARNOY, M. Estado e Teoria Política, Papirus Editora, Campinas, 1988, p. 247.

submetidos, tendo em vista a sua ingerência no campo político do país. A postura assumida aqui é a de que o ensino a eles ministrado constitui uma variável importante, pois colabora para com o ímpeto intervencionista.

A abordagem feita por Rouquié possui alguns pontos significativos relacionados ao aspecto pedagógico. Com efeito, em sua análise, afirma que os militares encaram o Estado como uma instituição neutra, que nada tem a ver com as classes sociais e que se destina a regular a vida coletiva. Essa concepção de Estado, introjetada na mente militar, não existe por acaso. A passagem dos oficiais pelos bancos escolares deve ser a grande responsável por ela. Isso posto, é preciso investigar, principalmente em certas matérias que estudam, como Direito ou Sociologia, por exemplo, a qualidade do conteúdo ministrado e o tipo de bibliografia utilizada.

Essa imagem do Estado, tal como foi mencionada, carece de veracidade, pois não é possível concebê-lo divorciado das classes sociais antagônicas. Se de fato o ensino castrense de certas disciplinas transmite essa falsa imagem do Estado, tem-se aí um indício de que a pedagogia militar está recoberta pela ideologia dominante e pode inclusive conter outras práticas que lhe são consonantes.

Rouquié menciona, também, em sua abordagem, que as organizações militares podem ser enquadradas no rol das instituições totais, em face do uso de expedientes

coercitivos, sua rigidez burocrática, a prática da vigilância e a ausência de recursos que limitem o poder central. Essas peculiaridades organizacionais têm um forte poder em termos de moldagem da personalidade dos jovens que abraçam a carreira do oficialato. Destarte, é preciso captar os traços que padronizam essa personalidade, para verificar como eles se harmonizam com a ideologia dominante e são favoráveis aos interesses da burguesia nacional.

Edmundo, que tem uma posição parecida à de Rouquié, ao considerar as Forças Armadas como instituições fechadas, e asseverar que elas exercem um forte poder modelador sobre seus membros, deixa claro que elas incutem na mente dos militares certas concepções e valores, tais como ordem, disciplina e consenso, de tal forma que eles passam a querer ver tais valores aplicados na vida social civil, vista por eles como algo deteorizado. Nesse caso, é preciso constatar como essas concepções e valores são introjetados na mente militar e de que modo tendem a favorecer as expectativas da classe dominante brasileira.

Grande parte dos estudiosos da questão intervencionista menciona que a autonomia detida pelos militares, no âmbito do aparelho estatal, é favorável à sua ingerência na política. Cavagnhari, Quartim, Eliéser, Dreyfuss, Rouquié e Edmundo concordam com essa tese. Rouquié explica que o sentimento de superioridade ostentado pelos militares em relação aos civis é um

elemento importante na constituição dessa autonomia. Esse sentimento, segundo Rouquié, deve-se à vida impecável que levam no interior da caserna e à educação que recebem. Edmundo, por sua vez, afirma que esse sentimento é resultante da ordem reinante nos quartéis. Dada a importância da questão da autonomia, é preciso investigar a prática pedagógica, para descobrir os modos pelos quais ela contribui para a fixação desse sentimento, e conseqüentemente apresentar sugestões capazes de, no mínimo, enfraquecê-los.

O doutrinamento anticomunista mencionado por Rouquié, Cavagnhari e indiretamente tocado por Edmundo, também é um elemento importante da explicação do fenômeno intervencionista. Parece não haver dúvida de que a burguesia nacional se beneficiou com esse doutrinamento, pois vários atos repressivos praticados pelas Forças Armadas contra determinados segmentos da sociedade, tendo por base essa doutrinação, favoreceram a manutenção do processo acumulativo.Assim sendo, é necessário verificar se esse doutrinamento ainda permanece, seja de modo explícito ou velado, apesar da implantação do processo democrático brasileiro e das alterações que vêm ocorrendo nos países que recentemente abandonaram o socialismo real.

Essa tese da autonomia militar perante o Estado e a Sociedade Civil merece alguns comentários adicionais uma vez que é um referencial de grande pertinência. De fato, segundo

ela, os funcionários fardados possuem um alto grau de indepedência; suas prerrogativas, mantidas até hoje, atestam-na. Tal como já foi visto, todos os assuntos internos à instituição bélica bem como aqueles que estão relacionados a outras instâncias governamentais, mais os atos individuais de seus membros e os eventos coletivos são decididos de acordo com os critérios estritamente militares. Possuem até uma autonomia ideológica, pois a especificidade do trabalho militar exige que seus membros internalizem uma série de valores que são considerados por eles como fundamentais ao exercício profissional. O companheirismo, a lealdade, a honra, o dever, etc., constituem exemplos típicos. Entretanto, é preciso observar que a autonomia ideológica não é absoluta, pois como se verá no capítulo cinco, a prática pedagógica castrense inculca nos cadetes uma representação de mundo e determinados valores próprios dos setores hegemônicos da sociedade, os quais comprovam a asserção de que a ideologia dominante permeia todas as ideologias particulares.

A gênese social dos cadetes, constitui, também, uma barreira importante à autonomia plena, porquanto são maciçamente originados dos setores médios da sociedade, o que favorece a inclinação para o lado das frações dominantes, via aceitação de seus valores, representações e concepções. A esse respeito afirma, apropriadamente, Costa Neto:

> "Através da composição social das Forças Armadas elaborada desta forma, o Estado assegurou que a autonomia das Forças Armadas (baseadas no discurso da doutrina geopolítica) seriam restringidas pelo reflexo da estratificação do corpo social dentro do aparato, com os indivíduos nos níveis superiores das classes compondo o bloco hegemônico. Portanto,

> a autonomia das Forças Armadas é mediada pela composição social/afinidade, permitindo identificar aquela autonomia como relativa, e falar portanto da autonomia relativa do aparato militar"[81].

Aliás, isso não constitui novidade, pois o corpo de oficiais desde o século passado, em vários países do mundo tem-se organizado com base nos segmentos privilegiados da sociedade.

Em termos de reforço à essa concepção da autonomia relativa, cabe dizer, ainda, que os atos intervencionistas praticados pelos funcionários fardados não constituem reações isoladas, pois decorrem de certas articulações entre as esferas civil e militar, que envolvem oficiais dos altos escalões, políticos e representantes do setor econômico.

Levando em conta essas ressalvas, é possível investigar a prática pedagógica castrense sob o prisma da autonomia militar, uma vez que a construção da atitude de independência, freqüentemente exibida pelos funcionários fardados deve muito ao processo formativo. Algumas práticas educacionais podem ser vistas como contruibuídoras dessa construção.

Vale mencionar a esse respeito, por exemplo, a enorme quantidade de matérias que os alunos estudam durante quatro anos, as quais abarcam muitos ramos do conhecimento humano, tais como matemática, física, história, psicologia, administração, etc. Não é exagero afirmar que o total soma várias dezenas. Além disso, o processo ensino-aprendizagem a que os cadetes são submetidos ocorre em período

---

81 COSTA NETO, L., Hegemonia e Política de Estado. Editora Vozes, Petrópolis, 1988, p. 53.

integral, juntamente com a obrigação de assistirem a todas as aulas e realizarem inúmeros testes e exames mensais, os quais os forçam a manterem-se em dia com os assuntos ensinados.

Devido a essas práticas os alunos adquirem consciência de que o ensino bélico é diferente do congênere civil. Assim, eles sabem que a parte de cultura geral do currículo é bem mais enfatizado nas Academias do que nas faculdades que são privilegiadoras da especialização, e que o regime integral, obrigatoriedade de assistir a aulas e fazer múltiplas avaliações periódicas são próprios das escolas militares. Tais ocorrências tendem a fazê-los perceber que o ensino castrense é mais sério e mais eficaz, que sabem mais, são superiores aos alunos civis, logo devem ter maior liberdade de ação.

Essa superioridade é reforçada , ainda pelas frequentes viagens que os cadetes realizam pelo interior do Brasil e por países estrangeiros, proporcionando o ganho de conhecimento e experiências extras. Além disso, sabem, por meio de publicações internas e contatos com militares mais antigos que, quando formados, estarão sujeitos a envolverem-se com ações cívicas, geralmente beneficiadoras dos estratos menos favorecidos da sociedade. As tarefas públicas que visam ao bem estar da população atuam no sentido de convencê-los que eles são os agentes mais capacitados para organizar o desenvolvimento do país.

E possível descobrir na prática pedagógica

castrense outros expedientes responsáveis pelo surgimento da atitude de independência na personalidade militar. Provavelmente, alguns dos procedimentos relacionados no capítulo cinco possam estar contribuindo, também, para esse fim. Entretanto, um aprofundamento nessa direção não é necessário face o escopo dessa pesquisa. Os breves comentários anteriores foram feitos devido a importância da tese da autonomia. Espera-se, que ele contribua, de alguma maneira, aos estudiosos interessados em pesquisar o ensino bélico sob o ângulo dessa abordagem, visto que a formação da oficialidade pode ajudar a atender o ímpeto intervencionista e a prática tutelar.

A proposta de Huntington enfatiza a importância do processo de politização geral e do militar em especial, assim como apresenta uma caracterização da mentalidade dos funcionários fardados, que envolve a concepção de que os políticos são corruptos, as manifestações populares constituem atos de insubordinação, o conflito social deve ser eliminado, etc. E aceitável que essa mentalidade tenha contribuído para a insinuação militar em assuntos que não lhe competem ou que pelo menos não deveriam estar no seu campo de competência. Tendo por base a educação que os oficiais recebem, cabe perguntar: Quais expedientes didáticos contribuem para a aquisição dessa mentalidade? De que forma essa mentalidade se enquadra na ideologia dominante? Por que ela interessa aos segmentos privilegiados da sociedade brasileira?

O que pode ser facilmente percebido nessa análise dos motivos que conduzem ao intervencionismo militar, é o aspecto classista do mesmo , pois reina uma certa concordância de que a ingerência castrense tende a favorecer os setores privilegiados da sociedade. Nessa perspectiva, seria extremamente difícil conceber que o processo formativo dos oficiais não seja um colaborador importante dessa interferência tendenciosa. As implicações pedagógicas aqui relacionadas indicam esse direcionamento. Parece, portanto, que a educação militar, do mesmo modo que a civil, está a serviço da classe dominante da sociedade, embora traga dentro de si certas peculiaridades que a diferenciam de sua congênere. Entretanto, isso não significa que a educação atende, de modo exclusivo e absoluto aos interesses dessa classe, senão que sua tendência é para com os anseios dela, via inculcação da ideologia própria dos segmentos dominantes da sociedade.

CAPITULO IV

AS FORÇAS ARMADAS NA CONSTITUIÇAO

Como se viu no capítulo anterior, vários estudiosos da temática militar concordam que o intervencionismo bélico na esfera social civil aponta uma inclinação dos funcionários fardados favorável aos setores privilegiados da sociedade. A finalidade constitucional das forças armadas pode ser vista como o elemento que autoriza e sustenta essa interferência tendenciosa. Este capítulo tenta mostrar que o papel militar previsto na Carta Magna, expressador da ideologia dominante, no plano jurídico, é que tem viabilizado essa tradicional inclinação.

Ordem, Lei e Segurança

Muitos dos pesquisadores da problemática castrense consideram ilegal os atos intervencionistas, entretanto, essa ilegalidade pode ser questionada face ao caráter genérico da

tarefa constitucional prevista para as forças armadas. Tal caráter, é, inclusive, favorável à esses setores da sociedade. O papel militar, determinado na lei magna revela a presença da ideologia hegemônica revestida desse caráter genérico.

Embora o papel de defesa externa esteja previsto na constituição não interessa levá-lo em conta nesse momento, pois a natureza dessa tese exige que se considere apenas a tarefa de defesa interna, pois é justamente ela que explicita os valores dominantes, isto é, aqueles que estão inscritos no documento legal maior. De fato, a atual constituição, em seu artigo 142, prevê:

> "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes contitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

São justamente estes dois últimos vocábulos abstratos que expressam grande parte da ideologia dominante.

E interessante notar a constante presença dessas palavras nas diversas constituições brasileiras. A manutenção da lei e da ordem, tarefa freqüentemente praticada pelos militares brasileiros no transcorrer desse século, responsável pela construção da identidade das Forças Armadas, aparece nas cartas magnas de 1934, 1946, 1967, 1969 e 1988. Cabe observar que a emenda constitucional de 1969 acrescentou uma outra atividade, bastante parecida à anterior, que foi a de execução da política de segurança nacional.

Horowitz, ao analizar o papel que os militares desempenharam na América Latina até a década de sessenta afirma apropriadamente que todas suas intervenções foram concretizadas

> "em nome da lei, da legitimidade, da ordem e da segurança"[1].

Essa afirmação, como não poderia deixar de ser, aplica-se adequadamente ao caso brasileiro, pois as intervenções praticadas pelos funcionários fardados nacionais no período contemporâneo tiveram como pano de fundo as constituições anteriormente mencionadas. Acrescente-se a isso o espírito legalista, comumente atribuído aos militares, que pode ser visto como um instigador da aplicação dos mandamentos constitucionais.

O trinômio "ordem, lei, segurança", tem constituído, portanto, a ideologia do grupo armado da sociedade brasileira. É através de sua utilização, no âmbito da sociedade civil que os militares contribuem para os interesses da burguesia nacional. Ao produzirem os militares que as forças armadas necessitam, particularmente os oficiais, as escolas bélicas colaboram para a reprodução da sociedade na medida em que formam um tipo de militar, ou seja, o portador desses valores, o qual, embora permaneça em disponibilidade, entra em ação nos momentos que exigem o concurso da violência para proteger os interesses dos

---

[1] HOROWITZ, I. L., Los Militares de America Latina, in Elites y Desarrolo en América Latina, 2a ed., Editora Paindós, Buenos Aires, 1971, p. 214.

setores dominantes. Esta ação pode incidir, inclusive, no segmento civil que controla o poder. Isto acontece quando os funcionários fardados certificam-se da incapacidade desse segmento em manter a estabilidade social.

Faz-se necessário observar, entretanto, que não se pretende passar aqui a idéia de que os militares constituam uma massa de manobra homogênea. Ao contrário, de modo semelhante aos vários agrupamentos civis, existem clivagens no interior das forças armadas. O exemplo do golpe de 64 é bastante ilustrativo:

> "o Exército brasileiro estava muito dividido em relação aos problemas políticos. Havia uma forte ala nacionalista, mais inclinada para a esquerda, muito mobilizada pela nacionalização do petróleo (Petrobrás). Ela se exprimia cada vez mais frequentemente sobre assuntos políticos, principalmente por intermédio do Clube Militar. Porém não conspirava para chegar ao poder; provavelmente não pensava nisso; optara por levar suas reivindicações ao foro da discussão política. Havia também um partido legalista, de centro, ligado à função profissional do exército e também às instituições representativas. Havia, enfim, a Escola Superior de Guerra. Falava-se pouco nela. Preparava-se discretamente. Conspirava"[2].

Além dessas divisões, sabe-se que os elementos da linha dura que assumiram o poder, expurgaram um número considerável de militares que ousaram discordar , passiva ou ativamente dos rumos políticos. Tais fatos mostram que o processo de socialização, em particular, o sistema de ensino castrense, não foi suficientemente forte para garantir a

---

[2] COMLBLIN, J., A Ideologia da Segurança Nacional, 2a ed., Editora Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978, p. 156.

plena coesão dos funcionários fardados. Apesar dessas discrepâncias, falou mais alto a linha vertical de comando. A manutenção, a qualquer custo, da hierarquia e da disciplina garantiram o sucesso do movimento.

Embora haja divergências entre os membros da corporação militar, nota-se que as posturas mais tradicionais tendem a prevalecer. O caso mais próximo refere-se ao papel constitucional das forças armadas. Os meios de comunicação, em particular, as publicações especializadas, divulgaram as opiniões de diversos militares a respeito desse papel. Foi possível constatar através delas que no início das discussões sobre esse tema, alguns expoentes da Marinha e da Aeronáutica eram favoráveis a possíveis modificações na tarefa de defesa interna. No decorrer do tempo, e talvez por influências recebidas de seus colegas do Exército, tais expoentes passaram a defender, também, a manutenção do atual papel. Esse caso ilustra muito bem o papel do exército, que, tradicionalmente, tem atuado como força hegemônica.

O período de vinte anos de autoritarismo, a partir de 1964, sob a égide da ideologia da segurança nacional, foi mantido graças à repressão aplicada aos dirigentes sindicais, líderes estudantis, intelectuais, religiosos e políticos. A permanência desse lapso deveu-se também ao baixo nível de politização do povo, presença de um sentimento nacionalista e principalmente devido ao

> "apoio praticamente incondicional das forças econômicas que, nos momentos cruciais, se

identificam com a "linha dura" do exército"[3] .

Vale dizer a esse respeito que foram justamente os setores privilegiados da sociedade, os grandes beneficiados do golpe de 1964. Há inúmeras publicações que mostram que a concentração da propriedade rural aumentou, o valor real dos salários baixou, a distribuição da renda nacional favoreceu os mais ricos em mais de cem por cento e o salário mínimo teve seu valor diminuído. A chamada era do "milagre brasileiro" teve o mérito de agravar significativamente as desigualdades que já eram bastante acentuadas. Assim sendo há bons motivos para

> "suspeitar que, por trás do controle dos sindicatos, da repressão de qualquer movimento de reivindicação, da supressão do direito de greve, etc., há algo mais que a preocupação quanto à segurança nacional. Ou então, em outras palavras, a segurança nacional serve para legitimar uma determinada política social, consequência de determinado modelo econômico que sacrifica os trabalhadores e os camponeses a fim de favorecer os setores minoritários"[4].

Aliás foram justamente esses segmentos privilegiados da sociedade que contribuíram bastante para a abertura do regime , no momento em que seus interesses foram contrariados.

> "A insatisfação crescente do empresariado manifestou-se através da campanha contra a estatização da economia,culminando com a retirada de apoio, por parte do setor industrial, ao regime autoritário."[5]

---

[3] COMBLIN, J., A Ideologia da Segurança Nacional , 2a ed., Editora Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978, p. 164.

[4] IDEM, p. 95.

[5] DINIZ, E. e outros, Modernização e Consolidação Democrática no Brasil; Dilemas da Nova República, IUPERJ VERTICE, R. Janeiro, 1989, p. 29.

O vocábulo segurança, inserido no papel constitucional das Forças Armadas, elemento sintetizador da ideologia de segurança nacional, aparece na carta magna, num determinado momento da história brasileira. Esse momento coincide com a projeção no cenário nacional da Escola Superior de Guerra , enquanto instituição encarregada de estudar os destinos do país. O ano de 1964 surge como uma oportunidade para colocar em ação essa doutrina, elaborada pelos seus teóricos, sendo do conhecimento de muitos que tal instituição de ensino volta-se para a preparação das elites que devem ocupar os postos mais importantes da administração do país. Face à sua finalidade, não é de se estranhar que seus componentes sempre se mantiveram ligados aos setores dominantes da sociedade, haja vista que os freqüentadores de seus cursos, geralmente, são pessoas pertencentes às classes mais elevadas da sociedade, especialmente empresários ou seus representantes. O conteúdo e aplicação dessa doutrina, não poderia, portanto, contrariar os interesses desses alunos privilegiados.

Estabilidade Social e Industrialização

Deixando de lado, momentaneamente, esse vocábulo do trinômio ideológico, cabe agora tecer algumas considerações em torno dos termos "ordem e lei", que permaneceram em diversas constituições brasileiras. Em relação a ambos, é importante, em primeiro lugar, remontar às suas origens. Assim sendo, nota-se que a tarefa de manutenção da ordem e da

lei, enquanto um par ,aparece pela primeira vez na constituição de 1934, uma data que chama a atenção por estar ligada ao processo de industrialização do país, além de ser um ano circundado por turbulências políticas importantes, tais como o tenentismo, as revoluções, a intentona comunista, o movimento integralista, as inúmeras greves feitas pelo operariado, etc.

Segundo Cerqueira Filho[6] a industrialização brasileira é fortalecida na década de trinta devido a alguns fatores: limitação da capacidade do país de importar, crescimento do mercado interno, crises internacionais do capitalismo e estímulos governamentais. O fortalecimento da industrialização traz consigo o crescimento da classe operária. Por sua vez, o aumento do proletariado tende a acirrar o conflito entre o capital e o trabalho, conseqüentemente, a presença marcante do proletariado, no cenário nacional, coloca problemas de ordem política , social e econômica, que ele denominou de "questão social".

De acordo com seu pensamento, a questão social é vista pelos setores dominantes através do ângulo da integração social, ou da harmonia de relacionamento entre indivíduos, grupos e classes antagônicas. Entretanto,

> "nos momentos conjunturais de aguçamento da crise de hegemonia no Brasil, a`questão social´ se define como uma questão que deve ser resolvida na base dos aparelhos repressivos de Estado. Isto define a `questão social´ como uma `questão de polícia´ que, sem deixar de ser política, passa a ser resolvida

---

[6] CERQUEIRA FILHO, G., A "Questão Social" no Brasil Crítica do Discurso Político, Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1982, p. 68.

com o predomínio de uma de suas dimensões, a repressão efetiva, prática. É nesse momento crítico que o agir das classes dirigentes revela concretamente os seus limites."[7]

A recorrência aos aparelhos repressivos não é específica desse período da história. A fração industrial da burguesia de então herdou dos antigos donos de escravos o seu caráter autoritário, pois como se sabe o controle deles era feito através do emprego da violência. É do conhecimento de muitos , inclusive, a recusa manifestada pelos militares do exército em serem usados como "capitães do mato". Cabe lembrar ainda a Guarda Nacional que aparece no cenário político como organização militar a serviço das oligarquias agrárias.

O ímpeto de aplicação da violência para solucionar os problemas sociais ganha reforço significativo através da presença de determinadas correntes político-ideológicas, tais como o integralismo que prega a inserção dos trabalhadores na vida política do país, segundo uma ótica autoritária e paternalista; o tenentismo, valorizador do autoritarismo, que é próprio do exército devido aos princípios da hierarquia e disciplina, reguladores da vida militar, além das marcas do positivismo que defende o impedimento da participação popular e encara o conflito como desordem. Aliás, um de seus principais expoentes , Benjamim Constant, defendia publicamente que as forças armadas deveriam ser vistas como

---

[7] CERQUEIRA FILHO, G., A "Questão Social" no Brasil Crítica do Discurso Político, Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1982, p. 28.

garantidoras da paz e da ordem, condição imprescindível ao funcionamento regular das indústrias.

E preciso dizer, também, que em fins de século passado Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos elaboraram a idéia do "soldado cidadão", a qual apregoava o direito dos militares de participar da vida política do país. Por sua vez, no início deste século, Bertholdo Klinger inventou a concepção da "Intervenção controladora", que outorgava ao exército uma função estabilizante ou de correção das possíveis perturbações internas provocadas pelo desenvolvimento da sociedade.

Não é de se estranhar, portanto, que a tarefa de manter a ordem e a lei por parte das Forças Armadas surja nesse momento da história brasileira . O papel estabilizador atribuido aos militares revela-se um importante recurso da burguesia industrial emergente, originária do setor agrário. Daquela parcela de senhores rurais que foram retirados do isolamento campestre e colocados no cenário político da corte e das províncias saíram

> "os vacilantes e oscilantes empresários das indústrias nascentes de bem consumo."[8]

O apreço aos expedientes repressivos, próprio da fração agrária estende-se assim à fração industrial. Ressalve-se que a capacidade da guarda Nacional para manter a ordem interna era questionável devido sua ligação com as forças

---

[8] FERNANDES, F., A Revolução Burguesa no Brasil, 3a ed. Editora Guanabara, 1987, p. 28.

oligárquicas, consideradas agentes de instabilidade social, face seu envolvimento com movimentos revolucionários.

Ao exercerem a tarefa de manutenção da ordem interna , os militares prestam uma colaboração significativa a nível federal, a esse novo grupo hegemônico, porquanto se sabe que a nível dos estados existem organizações policiais destinadas a coibir os movimentos contestatórios. Assim sendo, pode-se perceber um aumento significativo da força repressiva beneficiadora desse grupo, sem a qual seria, talvez, impossível manter o processo de dominação. O fato de destinar aos militares um papel interno pode ser visto, inclusive, como uma tentativa de limitar a autonomia castrense, haja vista o anterior descontentamento do setor agrário diante da relativa indepedência do aparelho militar. A Campanha Civilista expressou esse descontentamento, pois um de seus objetivos era o de

> "submeter as forças repressivas militares à classe burguesa e à sua representação política civil."[9]

Posteriormente a 1930 as outras constituições continuarão prevendo para os militares a mesma tarefa interna. Levando em conta o período que vai de 1930 a 1937, nota-se que a manutenção desse papel se faz necessária porque embora os setores dominantes passem a considerar a "questão social" como legítima, o que incentiva os poderes públicos a intervirem nos problemas trabalhistas ,tais setores aceitam o

---

[9] FERNANDES, H. R., Política e Segurança, Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1974, p. 156.

conflito apenas de maneira limitada, isto é, até o momento em que ele não gere inquietação social.

Entre 1937 e 1947, período da ditadura Varguista, a "questão social" volta a ser tratada com base na repressão, embora não seja vista como uma coisa ilegal, tal como acontecia antes de 1930. Apesar da prática repressiva sobre o movimento sindical,é criada uma legislação social destinada a circunscrever as expectativas dos trabalhadores.

Segundo Cerqueira Filho no lapso que vai de 1946 a 1964 a "questão social" volta a ser encarada pelo ângulo político.

> "As pressões que as massas migrantes do campo para a cidade realizam para ter acesso aos empregos urbanos, para participar da sociedade de consumo e da vida política nacional, acabam forçando que o discurso político, até então rígido e autoritário, acabe por mostrar-se distendido e flexível, capaz de transigências e compromissos."[10]

Entretanto sua inserção na esfera política não dispensa o uso dos aparelhos repressivos, pois como já foi visto, o golpe de 1964 mostra a oposição dos setores dominantes à emergência das classes populares na política.

As concepções de Cerqueira Filho, abordadas nos parágrafos anteriores confirmam a natureza do sistema capitalista. Em qualquer um dos estágios em que este se encontre, inicial ou avançado, e em qualquer país,

---

10 CERQUEIRA FILHO, G. A "Questão Social" no Brasil Crítica do Discurso Político, CivilizaçÃo Brasileira, R. Janeiro, 1982, p. 163.

desenvolvido ou subdesenvolvido o capitalismo, exige,para se manter, um eficiente aparelho repressivo.O modo de produção capitalista requer um ambiente social e político de relativa estabilidade. O investidor estrangeiro, inclusive, dá preferência aos países pouco turbulentos. Aliás cabe muito bem relembrar aqui o momento da instalação de empresas transnacionais no país, isto é, a partir da década de cinqüenta, segundo O´Donnell, o qual afirma que a transfusão do capital externo só pode ser feita numa conjuntura de previsibilidade social. O papel de mantenedores da ordem e da lei atribuído aos militares visa também atender aos interesses da burguesia internacional, uma aliada da congênese interna , pois esse papel tende a projetar no exterior uma certa garantia de reversão da autonomia popular frente ao Estado e as classes dominantes.

No período mais recente da história brasileira nota-se que a ordem e a lei continuaram inseridas na carta magna. Isto garantiu às forças armadas o exercício de seu trabalho repressivo interno sobre movimentos estudantis, manifestações populares, guerrilha,etc. Nessa época é acrescentado o vocábulo segurança já comentado anteriormente e que se evidenciou devido a presença mais ostensiva dos militares no cenário político. Todo esse empenho reverteu em benefício à burguesia nacional, na forma de rebaixamento dos níveis salariais e manutenção do processo de acumulação capitalista.

Os constituintes, elaboradores da última carta magna, mantiveram o tradicional papel às forças armadas. Essa manutenção tem a ver com as peculiaridades do capitalismo brasileiro atual, que continua dependente do exterior em termos de investimentos e cujos emprestadores exigem um ambiente de calmaria social. Por sua vez, o empresariado nacional, enquanto grupo hegemônico está sendo testado em sua tarefa de dominação, num contexto democrático. Pairam dúvidas sobre essa capacidade, porque a história revela que o escudo da repressão foi freqüentemente usado para proteger esse grupo social. Aliás essa é apenas uma das formas de dependência em relação ao Estado, pois existem outras,tais como os subsídios, os incentivos, as isenções, a proteção alfandegária,etc.

O general Boscassi Guedes, então comandante da Região Sul, disse em 1987, que diversos empresários foram várias vezes ao seu gabinete tentar convencê-lo da necessidade de outra intervenção militar. Essa afirmação registrada na revista "Veja" de setembro daquele ano confirma o apreço da burguesia retrógrada aos expedientes autoritários e reforça a dúvida sobre seu potencial de resistência num regime democrático que ensaia seus primeiros passos.

A utilização do Estado em seu benefício estimulou o acomodamento desse grupo. Daí, hoje, constatar-se a baixa competitividade do setor industrial e a fraca produtividade, decorrentes da aplicação de métodos administrativos

tradicionais, que dispensam a participação do trabalhador no processo produtivo e dos parcos recursos aplicados no treinamento de pessoal e na segurança dos funcionários. É um segmento que prefere dispensar em massa os empregados nos momentos de crise e vê com bons olhos a atuação da polícia sobre os movimentos contestatórios. Sua preocupação maior é a de sobrevivência enquanto grupo dominante, o que torna secundária a tarefa produtiva.

De modo geral, essas peculiaridades aplicam-se, também, às frações financeiras, comercial e agrária, principalmente quanto ao aspecto autoritário, haja vista as freqüentes greves bancárias que são tratadas a cassetetes e os conflitos rurais que somam-se às centenas os últimos anos para cá, envolvendo milhares de trabalhadores e apresentando um saldo de dezenas de mortes.

Não se pretende colocar aqui um capuz em todo o empresariado nacional, pois há empresários lúcidos, modernos, progressistas, tais como aqueles que estimulam a co-gestão e utilizam o princípio democrático da transparência em relação às taxas de lucro e investimento. Essa minoria, porém, não desfaz a dominação enquanto processo unitário, envolvedor de todas as frações mencionadas, o que não significa negar a primazia de uma delas perante as demais. Obviamente essas frações possuem interesses divergentes. É o caso, por exemplo da taxa de juros na conjuntura atual, onde se percebe a satisfação do setor bancário em vê-los elevados enquanto os donos de indústrias os consideram como inviabilizadores da

economia. Entretanto, essa divergência é captada pelo Estado que atua em moldes conciliatórios.

> "O Estado extrai a sua unidade própria dessa pluralidade de classes e frações dominantes na medida em que a relação entre elas, não podendo funcionar sob a forma de repartição do poder, necessita do Estado como fator organizador de sua unidade propriamente política"[11].

As próprias frações, apesar de contarem com o auxílio estatal, são capazes, em determinados momentos, de articularem seus interesses. A esse respeito pode ser citado o período do Estado Novo em que os investimentos na indústria estiveram na dependência da acumulação de capitais na agricultura. Tal exemplo, citado por Cerqueira Filho, serve para corroborar sua opinião de que

> "ao nível das classes sociais dominantes as contradições não chegaram nunca a ser antagônicos. Os interesses das oligarquias agrárias e da burguesia industrial sempre arranjaram uma forma de composição"[12].

Essa afirmação autoriza pensar a respeito de uma provável extensão dessa capacidade conciliatória. O papel de manutenção da ordem e da lei atribuído aos militares pode ser visto sob este ângulo. Com efeito, a ampliação dessa capacidade conciliatória é viável porque a fração hegemônica tende a atuar como agente polarizador dos interesses das outras frações.

Em se tratando da constituição em vigor, sabe-se

---

11 POULANTZAS, N., Poder Político e Classes Sociais, Livraria Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1986, p. 297.

12 CERQUEIRA FILHO, G., A "Questão Social" no Brasil Crítica do Discurso Político, Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1982, p. 110.

que o artigo destinado ao papel das forças armadas, contou com o apoio significativo dessas frações, que estavam abrigadas nos partidos conservadores. Apenas os partidos de esquerda foram contra o estabelecimento do artigo em questão. A votação de 354 votos a favor e 65 contra tende a mostrar o conservadorismo majoritário, inscrustado na Assembléia Constituinte. De fato, as eleições anteriores produziram um Congresso Constituinte cuja maioria não estava comprometida com a mudança, justamente por pertencer às frações citadas. Segundo Dreifuss

> "um grupo numeroso de deputados passou a representar os interesses da capital urbano e rural, independente dos partidos de que fossem parte"[13].

Esses deputados foram relacionados por ele um a um, indicando ainda o partido a que pertencem e o ramo de atividade que exercem. Pode-se ver nessa relação a presença de representantes de todas as frações de classe. O diário da Assembléia Nacional Constituinte do dia 13 de abril de 1988, que trouxe a votação do artigo em pauta, contém os nomes citados por Dreifuss, os quais votaram maciçamente a favor do atual papel das forças armadas. E possível aceitar, no entanto, que o interesse maior em relação a esse papel seja da fração mais importante, isto é a industrial.

O empenho dos parlamentares conservadores em manter o papel tradicional das forças armadas contou com o apoio do "LOBBY" militar, profundamente condicionado pela ideologia da

---

[13] DREIFUSS, R., O Jogo da Direita, 2a ed., Editora Vozes, Petropolis, 1989, p. 103.

lei e da ordem. Esse "LOBBY" pode ser visto como um espelho das forças armadas, particularmente do exército, que tiveram sua identidade construída a partir das freqüentes intervenções internas.As várias manisfestações das autoridades castrenses, no decorrer da história, sedimentaram no psiquismo do militar esse dever inquestionável e que o interpela nos momentos de crise política.Veja-se a esse respeito as mensagens trocadas entre os generais Machado Lopes e Odílio Denys, por ocasião da posse de João Goulart, cujo conteúdo expressa a preocupação com a estabilidade social, haja vista a presença nelas dos vocábulos ordem e lei.[14] O atual presidente do Clube Militar também faz referência a esses dois termos na entrevista que concebeu ao jornal "Folha de S. Paulo", publicada nesse meio de comunicação no dia 16 de outubro de 1991.

Esses vocábulos, possuidores de um alto grau de abstração e generalidade, freqüentemente incluídos em discursos e documentos elaborados por autoridades bélicas, capazes de colocar em ação as tropas, e justificadores dos atos praticados, mostram o poder da ideologia enquanto valor introjetado no psiquismo militar. Tais palavras mobilizadoras não passam para o nível da consciência não se apresentam como objeto de apreciação, não são tematizadas. Elas soam como algo sagrado, místico e simbólico.A idéia de "missão",também incutida no subjetivismo militar, revela-se uma importante colaboradora desse quietismo intelectual.

---

[14] SILVA, H., O Poder Militar, L e PM Editores, Porto Alegre, 1984, p. 230.

Ao analisar a segurança nacional como linguagem, nos Estados Unidos da América do Norte, Comblin concorda com esse posicionamento:

> "A segurança nacional é o valor do qual se fala o tempo todo e que não precisa ser explicada nem justificada: ela é anterior a toda reflexão ou discussão, o pressuposto do qual se imagina que todos estejam muito conscientes... A expressão, `segurança nacional´ é o encantamento que interrompe qualquer discussão, que dá a palavra final, que serve para calar qualquer objeção e questionamento. Uma vez invocada a segurança nacional, todos se calam."[15]

A submissão ao chamamento ideológico tem a ver com o processo de formação da oficialidade estadunidense. Esse processo envolve dois aspectos. Um deles refere-se à internalização, por parte dos militares, da finalidade profissional das forças armadas que é a de servir à causa da sociedade civil. Tal internalização é reforçada pelo controle político exercido sobre eles através dos poderes constitucionais. O outro, diz respeito à introjeção de um código ético relacionado à salvaguarda dos valores nacionais, inscrita no preâmbulo da constituição. Como se pode notar, esses procedimentos atuam no sentido de fazê-los crer que estão defendendo os interesses de todos os americanos. O esforço para ocultar essa grande mistificação tem sido relativamente eficaz.

Não é novidade para muitos que o capitalismo estadunidense atingiu um nível de desenvolvimento tão elevado

---

[15] COMBLIN, J., A Ideologia da Segurança Nacional, 2a ed., Editora Civilização Brasileira, R. Janeiro, p. 106.

que seus tentáculos encontram-se cravados em várias partes do mundo. As instabilidades nas regiões onde esses tentáculos estão fincados tendem a abalar a economia americana. O papel de policiar o mundo, exercido por eles, tendo em vista a segurança nacional americana, de fato, objetiva prevenir, controlar ou eliminar os focos de instabilidade que podem colocar em risco a economia estadunidense, o que, na verdade, significa proteger os múltiplos interesses da burguesia americana espalhados pelo mundo. Enquanto os militares dos países periféricos atuam no sentido da manutenção da ordem interna, em benefício das burguesias locais e por extensão às estrangeiras, os militares americanos atuam no sentido da manutenção da ordem internacional em benefício de sua burguesia.

É interessante notar, inclusive, como o currículo encaregado de preparar os oficiais americanos espelha essa projeção externa. A título de exemplo, cite-se o caso da Academia da Força Aérea.O catálogo de informações de 1982, relativo a esse estabelecimento de ensino mostra que os cadetes dessa época estudavam durante o curso, um conjunto de matérias bastante diversificado envolvendo ciências exatas, físicas, sociais, etc., muito semelhante a congênere brasileira. Entretanto, algumas disciplinas lá existentes não são aqui ensinadas, tais como A Europa e o Mundo, Sistemas Políticos Internacionais, Sociedade e Guerra Moderna, História da América Latina e Literatura Russa.

Diversos artigos publicados numa importante obra

soviética[16] tratam do intervencionismo militar estadunidense nas várias regiões do mundo, e mostram que por detrás dessas ingerências bélicas há interesses econômicos em jogo, e que o papel exercido pelas forças armadas visa favorecer a burguesia americana. Um deles, por exemplo, trata da agressão sobre a Coréia com vistas a abocanhar seus recursos naturais, outro aborda a ingerência na China, tendo por objetivo impor uma dominação monopolista.Há muitos outros que caminham nessa mesma direção.

O atendimento à sua classe dominante não reside apenas na manutenção da ordem internacional. Na medida que atuam como policiais do mundo , empregando armamentos e testando novos instrumentos bélicos eles também a favorecem pelo estímulo que aplicam à indústria armamentista.Essa atuação tem colaborado muito para colocar os Estados Unidos como um dos maiores produtores de armas do planeta. O exemplo americano reforça a idéia de que a implantação da indústria de armamentos ocorrida em várias nações tem muito a ver com a necessidade de acumulação do sistema capitalista.

Em relação ao Brasil pode-se dizer que esse tipo de indústria tende a estreitar mais ainda os laços que unem a burguesia industrial e os militares. Tal união é fortalecida

---

16 VARIOS AUTORES, A História das Intervenções Armadas Americanas, vols. I e II, Academia das Ciências da URSS, Moscovo, 1981

por meio da compra e venda de materiais bélicos, principalmente em relação ao armamento voltado para a defesa interna, pois como se sabe as fábricas nacionais de armas sempre responderam às iniciativas e considerações oriundas da área militar.[17]

Apesar das forças armadas americanas, há várias décadas estarem empregando seus soldados na defesa externa sabe-se que até um passado bem próximo, o exército foi freqüentemente usado para reprimir movimentos contestatórios. Em 1969, o major Richard Fisher escreveu um artigo criticando esse emprego, baseado no argumento de que a ameaça de prováveis inimigos à sociedade e os movimentos de protesto social não apresentam uma linha divisória nítida. Disse ele:

> "O exército é uma força - a mais importante de nossa sociedade - e a força é o sustentáculo da política. É sumamente ingênuo alegar que a restauração da lei e da ordem não é uma atividade política.Segundo um dos dogmas da presente revolução social, a lei é incongruente e a ordem social é iníqua.Logo, a manutenção ou restauração daquela lei e desta ordem podem ser encaradas, tanto na teoria quanto na prática, como atividades situadas no âmago da luta política de nossos dias."[18]

Embora os soviéticos tenham acusado as forças americanas de estarem a serviço do imperialismo, não pode ser esquecido que os militares russos , também se mantiveram

---

[17] DAGNINO, R. P., A Indústria de Armamentos Brasileira: desenvolvimento e perspectivas, In O Armamentismo e o Brasil, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1985, p. 73.

[18] FISHER, R. B., O Exército e os Distúrbios Civis, In Military Review, vol. XLIX, set. 1969, no 9, p. 61.

ligados à sua "classe dominante", isto é, à burocracia estatal. Deixando de lado a conjuntura soviética atual, pois no presente momento as forças armadas vermelhas estão sofrendo transformações importantes, sabe-se que até a aplicação do golpe para derrubar Gorbatchev, os soldados foram várias vezes empregados, tanto interna quanto externamente, em atendimento às diretrizes dessa burocracia, detentora coletiva da propriedade dos meios de produção e monopolizadora do poder político, que sempre se esforçou para manter-se no poder e não perder seus privilégios enquanto grupo hegemônico. Ela conseguiu utilizar os soldados para finalidades específicas porque selecionava as chefias militares através de critérios políticos, e contava com a infiltração nas fileiras dos membros do partido único e a atividade da polícia secreta. Acrescente-se como variável importante o doutrinamento ideológico rigoroso praticado nas Academias, voltado para a introjeção dos valores socialistas, cuja assimilação era facilitada devido os militares fazerem parte do partido comunista. E a constituição desse país reza em seu artigo 31 que as forças armadas destinam-se a proteger as conquistas do socialismo e o trabalho pacífico do povo soviético.

Apesar da resistência aplicada pelos partidos de esquerda, foram mantidas, também, na atual constituição as polícias militares como força auxiliar e reserva do exército, porém subordinadas à autoridade dos governadores. A permanência dessa ligação mostra que a rede do aparelho repressivo continua bastante extensa e bem articulada para

garantir a estabilidade social. Essa articulação continua sendo feita através dos contatos entre a Inspetoria Geral da Polícia Militar e o Comando Geral da Polícia Militar, além das Inspeções realizadas por generais, passagem de revista à tropa e atuação conjunta dos soldados do exército e policiais.

Nota-se, portanto, que os setores dominantes da sociedade contam com um aparelho repressivo bastante forte e que lhe serve de escudo no decorrer do exercício da dominação. A legalização desse aparelho repressivo

> "descobre e esclarece o inconsciente coletivo da minoria privilegiada, consagrando a tutela militar como um direito e um dever supremos. Nessa curiosa constelação político-legal, não se busca a democracia, o que se quer é a tutela militar como garantia da ordem, isto é, como fator estatal de defesa da minoria privilegiada contra a maioria oprimida... A repressão e a opressão são tão valiosas quanto o ouro ou até mais. Sem elas, a periferia não seria um paraíso para uma minoria privilegiada e as nações imperialistas não contariam com a capacidade de continuar a pilhagem colonial"[19].

Além disso, eles contam, ainda, com outros recursos protetores complementares, pois proliferam no país as guardas municipais e os corpos de segurança instalados nas empresas, bancos, fazendas, condomínios e domicílios particulares.

Em relação à legalização do uso da violência, tem-se também a lei complementar que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das forças

---

[19] FERNANDES, F., A Transição Prolongada, Cortez Editora, S. Paulo, 1990, pp. 171 e 173.

armadas. Embora ela seja importante e necessária, uma vez que a constituição previa a sua posterior elaboração, percebe-se que a mesma não traz um esclarecimento a respeito dos termos "ordem e lei", nem define as situações em que as forças armadas podem ser empregadas.

Para entender o porquê do caráter genérico e abstrato desses termos é preciso, em primeiro lugar, compreender o papel da lei ou do direito no sistema capitalista. As leis constituem o instrumento norteador do execício do poder praticado pelos grupos dominantes. Elaboradas por seus representantes elas não poderiam deixar de proteger os interesses desses segmentos. Isso não significa que os setores dominados sejam totalmente descontemplados. O conflito classista é capaz de colocar limites ao exercício do poder, e a relativa capacidade dos grupos subalternos em opor resistência, geralmente lhes conferem algum benefício legal.

Não é estranhável o fato desse documento complementar deixar de esclarecer os termos "ordem e lei". Esses vocábulos, expressam a ideologia dominante, e apresentam-se de maneira genérica e abstrata porque isso é próprio das concepções hegemônicas. Ao se apresentar dessa forma vê-se confirmado o caráter marcante de toda legislação burguesa que é o de ocultamento da realidade. A inserção desses termos no artigo da constituição referente ao papel das forças armadas, escrito em linguagem culta e por

representantes das classes dominantes dá a entender que a manutenção da ordem e da lei é algo que visa beneficiar todos os brasileiros. Dá a entender, também, que o arcabouço legal vigente deve permanecer intacto e que o conflito é prejudicial a qualquer cidadão.

Embora a legislação burguesa mostre apreço pelo ocultamento, uma vez que isso facilita o exercício do poder, sabe-se que os representantes das classes hegemônicas tendem, também, a elaborar as leis de forma tal que elas permitam uma flexibilidade de ação, pois essa flexibilidade é muito importante para a prática da dominação. Os termos "ordem e lei", claramente genéricos e abstratos, permitem aos grupos privilegiados utilizar as forças armadas em diversas situações, até naquelas em que pareça estar sendo violada a determinação legal. Essa intenção vem de encontro à tese de Poulantzas:

> "Todo sistema jurídico inclui a ilegalidade, assim como comporta, como parte integrante de seu discurso, vazios e brancos, `lacunas da lei´: não se trata de simples descuidos ou cegueira causados pela operação ideológica de ocultação que sustenta o direito, porém de dispositivos expressamente previstos, brechas para pemitir ir além da lei"[20].

A Convergência Ideológica

O binômio "ordem e lei" constitui, a ideologia particular do grupo armado da sociedade brasileira. É por meio da prática dessa ideologia sobre segmentos da

---

[20] POULANTZAS, N., O Estado, O Poder, O Socialismo, 2a ed., Edições Graal, R. Janeiro, 1985, p. 95.

sociedade civil que os militares contribuem para os interesses da burguesia nacional. A prática, nesse caso, refere-se, como já foi várias vezes mencionado, ao intervencionismo político e ao abafamento de movimentos contestatórios, inúmeras vezes praticados no decorrer da história. Não obstante esses fatos possam ser constatados na literatura pertinente, ou mesmo nos grandes jornais diários que circulam no país, muito pouco foi dito até agora a respeito de como essa ideologia é vivenciada pelos militares no interior dos quartéis, particularmente nos quartéis-escola, ou, de modo mais específico nas Academias encarregadas de preparar os oficiais e que constituem o objeto de estudo dessa pesquisa.

Deve ser observado que a transferência à sociedade mais ampla,da mentalidade ordeira e legalista da caserna constitui um pressuposto básico dessa tese. O militar, nesse caso, concebe, a partir de sua vivência de soldado, que os quartéis constituem um modelo ideal de vida comunitária, pois no dia-a-dia praticam, ou, pelo menos, acredita-se que praticam a colaboração, a disciplina, a lealdade, a assiduidade, a pontualidade, a honestidade e outros valores positivos, os quais não se encontram ou raramente são encontrados no meio civil. Pensa, portanto, que a sociedade é caracterizada pela corrupção,indisciplina, conflito, etc. Assim sendo, imagina que a sociedade civil deveria espelhar-se no modelo da caserna. Acredita o militar que uma organização social fundada em valores castrenses

é capaz de resolver pacificamente os problemas que surgem e manter-se estável no decorrer do tempo. Note-se que a aquisição desse modo de encarar a realidade é possível, devido, basicamente, ao fato de as organizações militares se enquadrarem no rol das instituições totais propostas por Goffman, cujos membros levam uma vida bastante fechada e formalmente administrada, uma vez que essas organizações se encontram relativamente separadas do todo social.

O interesse das classes dominantes em utilizar as Forças Armadas de acordo com as necessidade do momento decorre da percepção de suas elites quanto à fragilidade de sua própria hegemonia. O exemplo do golpe de 64 é bastante ilustrativo. A década de sessenta, como se sabe, constituiu um período em que a classe trabalhadora apresentou um crescimento quantitativo rápido bem como ocorreu o aperfeiçoamento de seu modo de organização. Nesse golpe

> "Contra o populismo e a articulação das classes populares ... participou o conjunto das classes dominantes, incluindo a assim chamada `burguesia nacional´, da qual tanto intelectuais, políticos e até mesmo militares esperavam uma tomada de posição nacionalista e reformista"[21].

O conservadorismo das classes dominantes nacionais é patente. Os membros que as integram têm defendido seus interesses ao oscilarem entre a crítica à intervenção do Estado na economia e a sustentação da legitimidade quanto

---

21 DREIFUSS, R., Internacional Capitalista, Editora Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1986, p. 138.

à recepção de subsídios deste mesmo Estado[22]. De modo semelhante têm agido em relação ao capital estrangeiro, pois a aceitação de sua entrada no país é feita com base em determinados condicionamentos, ao mesmo tempo que tem exigido proteção alfandegária. Na realidade sua pretensão, usando um jargão que já se tornou popular nos meios de comunicação, é particularizar os lucros e socializar os prejuízos.

Em relação à defesa de seus interesses, ela tem manifestado um certo apreço pelo autoritarismo, como demonstra a história brasileira. A questão social na década de trinta, encarada como um problema de polícia, que ainda persiste nos dias atuais, é corroborante. O apoio dado aos vinte anos de regime antidemocrático, a concordância quanto à atuação das tropas federais contra as manifestações populares e, às vezes, até a iniciativa de solicitação delas para essa tarefa repressiva, os pedidos de intervenção política aos militares, na forma de golpe, e mais recentemente o empenho de seus representantes no Congresso Constituinte em manter o tradicional papel das Forças Armadas voltado para a defesa interna, atestam de modo indubitável o conservadorismo e a fragilidade da dominação burguesa. A ausência de uma política social consistente, patrocinada pelas classes dominantes nacionais, é a grande responsável pelo estado de calamidade em que o país vive, e em consequência se faz

---

22 GORENDER, F.C., A Burguesia Brasileira, 5a ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1986.

necessária a manutenção de um extenso aparelho repressivo constantemente chamado para resolver problemas de conturbação da ordem pública.

A preferência pelo autoritarismo está intimamente relacionada ao conservadorismo da burguesia. Essa preferência está associada também à visão de mundo própria de seus membros, decorrente, em grande parte, das práticas capitalistas. O gerenciamento empresarial hoje em dia encontra-se fortemente apoiado em estudos da ciência administrativa. Procedimentos diversos são colocados em uso para movimentar os empreendimentos. A esse respeito pode ser mencionada a contribuição de Taylor relativa à metodização e racionalização do trabalho, bem como a técnica de supervisão funcional, e outras, advindas de Fayol, que propôs as funções administrativas de planejamento, organização e controle assim como os princípios de autoridade, disciplina e hierarquia dentre outros. Existe também a denominada administração por objetivos, cujos proponentes são Sloan e Drucker.Nesse caso, a missão de uma organização produtiva é delimitada pelos seus altos escalões, e os resultados a serem buscados pelos respectivos dirigentes setoriais devem ser baseados nos escopos da cúpula diretora. Há, ainda, os círculos de controle de qualidade, que são compostos de um conjunto de funcionários integrados permanentemente.Sua missão é a de ocupar-se com os problemas ligados à produção e serviços, apresentando, conseqüentemente, soluções cabíveis.

Não resta dúvida de que os recursos administrativos disponíveis vão além dos citados aqui. No entanto, tais exemplos são suficientes para evidenciar o aspecto conformador dos mesmos. Aliás, Fernando Garcia, um estudioso do assunto, pronuncia-se muito bem a esse respeito. Diz ele que os cientistas da Administração, ao produzirem seus conhecimentos, sempre

> "privilegiaram as elites e sempre estiveram preocupados em desenvolver habilidades, atitudes e comportamentos nas chefias com o único alvo de adaptarem os trabalhadores ao `modus vivendi´ da produção capitalista, ou nas palavras de Foucault (nunca é demais sublinhar) , sempre estiveram preocupados em desenvolverem técnicas de punição d´alma, de tornarem os corpos dóceis e produtivos"[23].

Um estudo realizado por Garcia em duas importantes indústrias brasileiras, situados no estado de Minas Gerais, esclarece bem o modo de concretização da lógica capitalista sob o ângulo conformador. Em tal estudo, o autor, mediante entrevistas com os mais destacados executivos das diversas áreas dessas empresas, fez uma análise minuciosa dos mais importantes procedimentos utilizados pelo patronato visando ao controle da força de trabalho. Um deles refere-se ao sistema disciplinar entendido como

> "a exata observância de preceitos e cumprimento dos deveres de cada um, em todas as classes hierárquicas, e o reconhecimento da autoridade do investido em cargo mais elevado ou de maior graduação"[24].

---

23 GARCIA, F.C., Afinal, O que é Administração?, Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 1983, p.3.

24 GARCIA, F. C., Ação Patronal, Poder e Organização no Setor Siderúrgico de minas Gerais, In Revista de Administração de Empresas, vol.24, no 3, Jul/Set, 1984, p.55.

Para consegui-la, são utilizados vários recursos a vigilância hierárquica, o controle pelo horário, a sanção normalizadora e a observação quanto à qualidade do trabalho. O disciplinamento vale-se também, de um código, que prevê as conseqüências para o empregado, caso ele manifeste determinados comportamentos considerados inadequados à organização empresarial. Fica claro que o sistema disciplinar visa manter ou elevar as forças dos corpos para o processo produtivo e conseguir a obediência dos mesmos pela imposição.

Outro expediente refere-se às formas de controle. Realizam-se em tais empresas os trabalhos em equipe e a prática dos grupos de controle de qualidade. Esforços são feitos para eliminar as posturas autoritárias centradas no mando. O que se pretende é a diminuição do conflito e a busca da concórdia, via participação. O trabalho da chefia não é mais entendido como o de dar ordens e sim o de coordenar resultados. Existe a avaliação do desempenho em moldes tradicionais, e a qualidade do trabalho de cada empregado é fiscalizado pela qualidade do produto elaborado por cada um na utilização de aparelhagem apropriada, capaz de apontar tanto o posto quanto o operário que fabrica tal produto. Embora não seja o caso de tais empresas, Garcia menciona que determinadas organizações produtivas manifestam características das instituições totais quanto ao nível de controle. Tal é o caso de uma delas, por exemplo,

"onde existe um tipo de prisão interna, o famoso `chá de banco´, para quem comete faltas, além de existir um circuito interno de televisão, que focaliza vários setores da fábrica, controlado pela central de segurança"[25].

Ainda em relação a tais expedientes,existem a política salarial e os planos de carreira. A esse respeito, Garcia constatou a existência de salários indiretos, apesar de pouco significativos, e a avaliação do desempenho, em termos vertical e horizontal. O vertical é realizado pelo supervisor e incide sobre a equipe, enquanto a segundo é feito por meio de cada um, tentando-se relacionar o rendimento próprio com a produção conjunta. Outros procedimentos são apresentados por ele, mas estes bastam para mostrar que a prática capitalista, no interior das empresas, concorre amplamente para sedimentar na classe dominante uma mentalidade específica, ou seja, a de que o mundo, na visão burguesa, é passivo e ordenado; o conflito é acidental e deve ser evitado e combatido porque produz conseqüências indesejáveis, e essa é a idéia que se tenta passar a todos os membros da sociedade. Tal modo de encará-lo indica que cada coisa ou pessoa tem um lugar próprio e uma função específica no todo social, não devendo, pois, serem alterados. Essa visão apresenta característica mecanicista, uma vez que se assemelha ao funcionamento de um conjunto de engrenagens, e encara a vida em sociedade como um sistema

---

25 GARCIA, F.C., Ação Patronal, Poder e Organização no Setor Siderúrgico de Minas Gerais, In Revista de Administração de Empresas, vol. 24, no 3, Jul/Set, 1984, p. 62.

eminentemente cooperativo. O próprio modo de produção capitalista, baseado no trabalho conjunto de especialistas, induz à formação dessa imagem.

Vários pronunciamentos feitos por representantes dos setores dominantes revelam a visão harmônica de sociedade que defendem. Os jornais diários publicam, quase todos os dias a fala desses indivíduos que insistem na tese do diálogo, entendimento, pacto, etc. Os discursos lidos por eles em situações específicas também evidenciam essa concepção do real. No primeiro simpósio internacional sobre o futuro do sindicalismo no Brasil, patrocinado pelo banco do Estado de S. Paulo e algumas empresas brasileiras, diversos oradores fizeram uso da palavra para expor suas opiniões sobre o tema, as quais foram registradas num livro cujo título é bastante sugestivo: O Futuro Do Sindicalismo no Brasil, O Diálogo Social, publicado pela Livraria Pioneira.

Essa visão de mundo já se faz presente na introdução do livro, escrita pelo seu organizador. Eis alguns trechos:

> "sem o desenvolvimento harmônico de todos os estratos da sociedade, as empresas não terão condições de crescimento"..."promoção do diálogo harmonioso e permanente entre os principais parceiros do desenvolvimento nacional"..."A América Latina deve progredir com o trabalho dos seus homens e das suas mulheres, graças a uma corrente de solidariedade real e eficiente".

No discurso feito pelo diretor da FIESP aparece a afirmação:

> "o nosso dado cultural é o de olhar a relação capital-trabalho como altamente conflituosa. Esse dado é aquele que vai contra os sistemas participativos".

Em relação à fala do gerente de recursos humanos da

Petroquímica União existem duas frases:

> "Para a pacificação e o entendimento, tão necessários neste momento difícil da vida brasileira, eu apontaria alguns caminhos para reflexão e discussão"..."Empresários e trabalhadores, através de suas legítimas representações, deveriam adotar o princípio da cooperação em lugar do princípio da confrontação tão presente hoje".

Além dessa visão de mundo, aparece, também, num dos discursos um valor muito apreciado pelos setores dominantes que é o paternalismo. O gerente geral do Grupo Paes Mendonça encarregou-se de abordá-lo:

> " Tenho a tentação de pensar que temos vivido, nos últimos cem anos, uma espécie de nostalgia da senzala.Isso significa, na minha maneira de ver, que temos cultivado uma paternalidade senhorial aliada a uma necessidade do servo de se sentir protegido. O empregador, muitas vezes,sente-se o protetor paternal do empregado e o empregado sente, muitas vezes, a necessidade de se sentir protegido pela sua relação de emprego".

A ênfase nos termos da integração social e colaboração de classes é bastante antigo e data desde o início do processo de industrialização do país. Essa ênfase revela a ojeriza da burguesia pelo imprevisível, o contraditório e o instável. Quanto ao paternalismo, um fenômeno ligado ao discurso populista, pode-se dizer que ele é um recurso utilizável no exercício da hegemonia política. Essencialmente, o paternalismo é um estimulador da dependência e submissão em troca de favores e doações.

E interessante notar como a visão de mundo própria dos membros pertencentes ao grupo hegemônico coincide com a dos militares. O próprio Dreifuss, já citado, afirma a esse respeito:

> "os militares desenvolveram uma lógica necessariamente autoritária e especialmente conservadora, no tocante às mudanças sociais e políticas do país: a concepção de si mesmos como preservadores da ordem, isto é, a visão de quem abomina o conflito inerente a uma estrutura societária em movimento"[26].

Talvez essa comunhão ideológica seja o elemento principal da aliança existente entre ambos os grupos, pois, como diz Dreifuss novamente:

> "a sociedade militar privilegia de fato as classes dominantes (não se confundindo com elas, a não ser em casos individuais), como focos de referência e parceiras do processo, e também procura, seletivamente, como manto de legitimação e espelhamento ideológico, alguns estratos das camadas médias - omitindo, na prática, todos os outros segmentos sociais, a não ser como foco de análise e alvo de sua ação política"[27].

Observe-se que essa convergência ideólogica, pelo lado militar também está relacionada ao modo pelo qual as organizações bélicas são administradas. Os princípios de gerenciamento anteriormente citados, oriundos de Taylor e Fayol, principalmente de Fayol, tais como o de autoridade, disciplina e hierarquia, são amplamente utilizados nas instituições castrenses, de maneira parecida à maioria das empresas do país, e com o mesmo objetivo conformador. O sistema disciplinar usado nas forças armadas assemelha-se ao praticado nas indústrias civis quanto aos aspectos de observância das regras, cumprimento do dever e submissão às chefias. Esses comportamentos são mantidos também, devido a vigilância, controle pelo horário, utilização dos mecanismos de recompensa e punição, plano de carreira e avalização horizontal.

---

[26] DREIFUSS, R., O Jogo da Direita, 2ª ed., Editora Vozes, Petrópolis, 1989, p. 32.

[27] IDEM, p. 28.

CAPITULO V

A CONTINUIDADE NA EDUCAÇÃO MILITAR

Embora todos os capítulos dessa tese se encontrem intimamente relacionados numa ordem sequencial, este quinto apresenta-se de forma destacada por constituir seu cerne, uma vez que aqui será feita uma análise da prática pedagógica militar, envolvendo as três armas, tendo por referência os interesses de classe.

Levando em conta os capítulos anteriores, principalmente o quarto, pode-se inferir que o papel de defensores da ordem e da lei, destinado aos militares, é algo que faz parte da expectativa da burguesia nacional como um todo, apesar da fração hegemônica, isto é, a industrial, dedicar-lhe um afeto especial, particularmente seus representantes mais conservadores. O apreço para com essa função justifica-se, pois, desde há um certo tempo ela vem atendendo aos seus interesses de conservar a população disciplinada, minar a articulação dos trabalhadores, manter o processo de acumulação do capital, enfim, de continuar existindo enquanto grupo que pratica o exercício da dominação.

A análise do ensino bélico visa explicar como o atual processo formativo dos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica está atendendo aos interesses da classe dominante brasileira, bem como está contribuindo para que os oficiais ao saírem das Academias não sejam árduos defensores da democracia. Esse atendimento, como já foi dito não é imediato, pois os militares permanecem em disponibilidade, podendo ser mobilizados nas situações em que a ordem e a lei forem desrespeitadas, isto é, nos momentos desfavoráveis ao capital. Assim sendo, o ensino militar colabora com a reprodução da sociedade na medida em que reproduz as forças armadas, pois o tipo de profissional que as Academias formam para os diversos quadros está de acordo com as expectativas dos setores dominantes da sociedade. E preciso relembrar que essa mobilização não é mecânica e nem pacífica, porquanto existe a possibilidade de ocorrerem dissidências.

O grau de coesão interna proporcionado pela educação castrense é uma variável importante, pois quanto menor o dissenso mais fácil será a tarefa de mobilização. A respeito desse grau de coesão das forças armadas tem-se a impressão que ele aumentou a partir da última intervenção ocorrida em 1964, pois não mais apareceram em público oficiais com posições divergentes. A explicação dada por João Quartim a respeito do desaparecimento da corrente de esquerda, nas hostes castrenses, desde a aplicação do último golpe, plenamente aceitável, vem de encontro à idéia de que as forças armadas, atualmente estão mais coesas do que no passado. Segundo ele,

> "o efeito combinado da `lavagem de cérebros´, da vigilância inquisitorial, dos `serviços de inteligência´ e do `sufoco ditatorial´ inibiram toda e qualquer expressão de um pensamento crítico entre os militares"[1].

Obviamente esta coesão implica um alto nível de conformismo por parte dos funcionários fardados.

Essa explicação dada por Quartim valoriza sobremaneira o referencial teórico adotado para analisar a prática pedagógica castrense, porquanto os militares mencionados por ele são formados nos quartéis-escola também sujeitos à ação desse efeito combinado. De fato, o ensino bélico atual, como se verá a seguir, caracteriza-se pelo estímulo à passividade intelectual dos cadetes, o que tende a facilitar a tarefa de mobilização dos jovens oficiais.

Tendo em vista a finalidade principal deste capítulo, é importante dizer que a pedagogia militar ao reproduzir as forças armadas inculca nos alunos a ideologia dominante, isto é certos valores, tais como a obediência, a hierarquia, o mérito pessoal, etc., e a concepção de mundo e de vida em sociedade eminentemente estável e harmoniosa, além de introjetar, ainda, certos valores específicos da corporação militar, isto é, o companherismo, a honestidade, a lealdade, a abnegação, etc. Essa ideologia particular das forças armadas revela-se um importante campo de investigação,

---

[1] MORAES, J. Q., A Esquerda Militar no Brasil, Vol. I, Edições Siliciano, S. Paulo, 1991, pg. 7 e 8

pois, talvez, possa ajudar, também, a entender o fenômeno intervencionista.

A ênfase da análise que será feita neste capítulo recairá na concepção de mundo e de vida em sociedade assimilada pelo cadete, pois considera-se que essa visão da realidade é a principal responsável pela ligação dos militares aos segmentos dominantes. Tal crença não é original, haja vista que os estudiosos do reprodutivismo costumam destacá-la em seus estudos. Apple[2], por exemplo, assevera que nos Estados Unidos da América do Norte parte do conteúdo relacionado à área de estudos sociais tende a mostrar a sociedade como um sistema cooperativo e o conflito como oposto ao equilíbrio social, bem como a evendenciar que os indivíduos e as instituições estão intimamente ligados e contribuem para a preservação da estabilidade social. Willis[3], por sua vez, menciona que os professores, freqüentemente, tentam convencer seus alunos, através de exemplos extraídos da vida diária, que a convivência em sociedade é pautada pela harmonia decorrente da valorização das tarefas profissionais, principalmente das subalternas. As situações descritas por ambos mostram que essa idéia que se tenta passar aos alunos tem conotações funcionalista e mecanicista. Acrecente-se, ainda, que a concepção de

---

2 APPLE, M. Ideologia e Currículo, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1982, pg. 140 e 141.

3 Willis, P., Aprendendo a Ser Trabalhador, Editora Artes Médicas Sul Ltda., P. Alegre,1991, p. 94.

sociedade e de mundo em questão pode ser vista como uma grande estimuladora das práticas intervencionistas.

Antes de passar ao estudo da pedagogia castrense, é preciso relembrar as duas idéias básicas do referencial adotado, ou seja, a ideologia que é orientadora das ações do sujeito em sua dimensão prática atrelada ao aspecto representativo, e o papel que as pessoas devem desempenhar na sociedade, decorrente do processo educativo escolar, no caso o de agentes da repressão. A recolocação dessas idéias se faz necessária pois constituem os pressupostos teóricos do trabalho analítico realizado neste capítulo, e são indicadoras da marcante padronização do ensino militar.

A Organização do Ensino

O Modelo de Administração Escolar

A profissão militar, sem dúvida alguma, constitui um dos ofícios mais antigos da humanidade e o mais perigoso de todos, pois a possibilidade de morrer é muito grande. As tarefas de preservar a vida, obrigação primária de qualquer combatente, e de derrotar o inimigo, impuseram aos militares a necessidade de se organizarem. A teoria administrativa numa perspectiva cronológica, é posterior à instituição castrense, e é sabido que a mesma se nutriu das experiências praticadas no âmbito dos quartéis. Um de seus pioneiros, Fayol, que viveu entre 1841 e 1925, propôs alguns parâmetros administrativos claramente militares. Aliás, é

bom lembrar que ele mantinha estreita ligação com os militares franceses de sua época, pois exerceu durante vários anos o cargo de professor da Escola Superior de Guerra de Paris.

Os livros introdutórios a essa ciência revelam o fayolismo como um conjunto de normas destinadas ao corpo dirigente das empresas. Dentre as propostas de Fayol, destacam-se vários princípios.O de planejar visa à diminuição dos riscos de um empreendimento e a facilitação do ato de controlar. O de organizar tem por finalidade o agrupamento das atividades em face dos objetivos da empresa. O de comandar, significando dar ordens, bastante próprio da caserna, almeja motivar os empregados quanto à realização das tarefas previstas. O de coordenar visa à unificação e à consonância das atividades, através da linha de autoridade e da comunicação que parte do superior hierárquico aos membros subordinados. O de controlar é destinado a constatar o desempenho dos executantes de um plano de ação que contém determinados padrões, os quais permitem a avaliação do desempenho e a correção dos desvios. Ressaltam-se, ainda, algumas diretrizes importantes, tais como a divisão do trabalho, a disciplina, ou obediência às regras, a unidade do comando, isto é, cada setor possuindo um chefe único, e a hierarquia ou diferenciação dos níveis de autoridade.

Na abordagem que faz a respeito de Fayol, o

professor Orlando assevera que o organograma de uma instituição que aplica seus ensinamentos se enquadra no modelo de estrutura linear. Segundo suas próprias palavras:

> "é uma estrutura da forma de pirâmide em cujo vértice repousa a autoridade máxima. Por essa razão é centralizadora, ou seja, poucos mandam. Sendo centralizadora, preserva a unidade de comando. As ordens vêm de uma só chefia. Nos escalões mais baixos, os indivíduos não se comunicam livremente, necessitando da intervenção dos respectivos chefes. Cada setor opera com autonomia, subordinando-se apenas em relação à autoridade de linha, ou seja, na vertical"[4].

As organizações militares brasileiras enquadram-se nesse modelo de estrutura linear. Embora não se possa afirmar que o fayolismo seja o único determinante, é indubitável que as propostas de Fayol se encontram presentes nas organizações de ensino castrenses. É conveniente lembrar a esse respeito que as Forças Armadas Nacionais sofreram uma influência muito grande de sua congênere francesa. A missão militar francesa permaneceu no Brasil durante vinte anos, ou seja, de 1920 a 1940. Aliás, um personagem muito importante, o General Marcel Carpentier, integrante dessa missão, foi um dos dirigentes da Escola Superior de Guerra de Paris, onde Fayol ministrava suas aulas.

A título de ilustração pode ser citada uma parte do organograma da Academia da Força Aérea[5] . Em seu ponto mais elevado, situa-se o Comando dessa organização militar de

---

[4] SILVA, S. O., Estilos de Administração, Editora Didática e Científica, R. Janeiro, 1990, p.77.

[5] MINISTERIO DA AERONAUTICA, Regimento Interno da Academia da Força Aérea, 1990.

ensino. Um pouco abaixo desse ponto, ao lado direito, aparece o Subcomando. Diretamente subordinadas ao Comando, alocam-se na horizontal as Divisões de Ensino, de Suprimento e Manutenção, de Infra-Estrutura e o Corpo de Cadetes. Aparecem, imediatamente ligadas à Divisão de Ensino, e também horizontalmente, as Subdivisões de Planejamento, Avaliação e de Instrução. Para o propósito em pauta, basta apenas essa referência, pois as outras escolas congêneres seguem o mesmo modelo, apenas variando a quantidade de setores bem como as respectivas denominações.

Pode-se inferir, pelo exame dessa estrutura linear, que as propostas de Fayol são concretizadas. De fato, em relação à Divisão de Ensino, parte principal do organograma, existe um setor encarregado da realização do planejamento pedagógico. Cabe a uma de suas seções, a de estudos, elaborar o calendário escolar e o Plano Geral de Ensino. Quanto à tarefa de controle, há também uma seção específica denominada Seção de Controle, que tem por objetivo o controle dos resultados da aplicação do Plano Geral de Ensino, bem como o controle dos cursos proporcionados aos alunos e professores. A função de organização está evidenciada pelo agrupamento das atividades próprias da área do ensino, que engloba as Subdivisões de Planejamento, Avaliação e Instrução. Percebe-se ainda que há uma clara divisão do trabalho, pois cabe a cada um dos setores discriminados tarefas específicas, que se vão detalhando, na medida em que se avança nas subdivisões e respectivas seções e subseções. Tal é o caso da Subdivisão de

Avaliação, cuja subseção de montagem de testes está encarregada da organização e manutenção das baterias de itens de teste e organização e aplicação dos testes, dentre outros misteres. A unidade de comando é tornada clara pela alocação de um único chefe em cada setor, e o princípio da hierarquia aparece na verticalidade das posições, ou seja, Comandante, Subcomandante, Chefe da Divisão de Ensino, etc.

O modelo de administração escolar praticado mostra suas peculiaridades de racionalização, previsibilidade e centralismo decisório. Esse modelo, usado também na maioria das empresas nacionais, devido conter, de forma escalonada, múltiplas chefias, estimula o comportamento de submissão e cria condições para a prática do paternalismo. Por sua vez, a existência de diversos setores convenientemente articulados, além de transmitir a idéia de cooperação, revela aos integrantes da organização que todos os problemas surgidos no dia-a-dia devem ser apresentados às repartições competentes, encarregadas de encontrar as soluções para eles. O encaminhamento de um determinado problema, feito rigorosamente pelas vias burocráticas, percorre diversas chefias antes de chegar ao setor encarregado de resolvê-lo. O interessado em solucioná-lo, ao observar as regras de tramitação, que inclui a passagem por instâncias superiores, inculca em seu psiquismo os valores da hierarquia e disciplina. Como se pode perceber, esse modelo, desconsiderador da participação do subordinado no processo decisório, desvaloriza os métodos democráticos de gerenciamento, e por extensão, o exercício da democracia

enquanto atividade política.

O Modelo de Planejamento do Ensino

Os livros de pedagogia, quando tratam do planejamento educativo, costumam classificá-lo em dois tipos: o planejamento normativo e o planejamento participativo. O planejamento normativo é aquele que

> "prescreve formas de ação dentro de uma seqüência logicamente organizada ... A seqüência de ações, em geral, inicia por uma definição de objetivos, externamente definidos ou formulados com base em uma identificação de necessidades (diagnóstico), seguindo-se previsões com base em possibilidades ou limitações da realidade (prognóstico), seleção de alternativas ou cursos de ação, avaliação e controle de resultados"[6].

Esse modelo de planejamento assenta-se nos pressupostos de que o ser humano precisa de prescrições e regras para nortear suas ações bem como eliminar ou diminuir significativamente a incerteza. Quanto ao modelo participativo, este

> "presume que muitos aspectos das organizações humanas não são previsíveis, exceto em grau muito pequeno. Isto porque as organizações são manejadas por pessoas, cuja percepção do que é possível e desejável depende da situação em que são colocadas ... Planejar assim não requer previsão formal, nem se constitui numa sequência de ações para alcance de objetivos"[7].

Baseia-se tal modelo na conjectura de que o homem é capaz de estabelecer normas de conduta de acordo com as circunstâncias além de conviver com o risco da incerteza.

---

[6] SANT'ANA, F. M., e outros. Planejamento de ensino e Avaliação, 11a ed., Sagra Livraria e Editora, P. Alegre, p. 274.

[7] IDEM, p. 275.

Avançando na comparação, tem-se que o planejamento normativo geralmente é elaborado por técnicos em pedagogia e outros, que trabalham em determinados órgãos, muitas vezes distantes da escola onde o plano deverá ser aplicado, enquanto no planejemento participativo, além desses técnicos, atuam também professores, dirigentes escolares, alunos e até membros da comunidade onde se localiza a escola. Nesse caso, a evolução do ato de planejar caminha a partir das interações e realizações conjuntas, uma vez que inexiste um pré-plano elaborado por algum integrante da equipe. Os próprios objetivos, elementos essenciais do planejamento, não são formulados de modo operacional, isto é, com verbos que expressem as condutas observáveis do aluno, mas com um grau considerável de generalização. Tais objetivos, inclusive, podem ser alterados ou substituídos conforme o avanço das atividades. As técnicas de ensino e os critérios de avaliação são escolhidos mediante da participação de todos os membros do grupo.

Do ponto de vista político, pode-se inferir que o planejamento normativo apresenta um caráter eminentemente autoritário, pois separa os elementos envolvidos no processo educativo em dois grupos: o dos planejadores e o dos executores, além de privilegiar os membros técnicos do conjunto. As decisões tomadas pela equipe do planejamento, inseridas num documento formal, tornam-se normas obrigatórias a serem cumpridas pelos membros do grupo executor.

O planejamento participativo, por sua vez, revela-se um procedimento marcadamente democrático, pois atende ao princípio básico da democracia que é o de igualdade de direitos de todos os indivíduos em termos de propostas, discussões e escolhas de tudo que esteja relacionado ao ser humano, seja em particular, seja em conjunto. A decisão da maioria mostra-se como um processo político democrático por excelência. Vianna assevera que planejar de modo participativo constitui um ato voltado para

> "a formação de pessoas críticas, conscientes e atuantes, estabelecendo com outros homens relações de reciprocidade, para construir sua cultura histórica ... O exercício efetivo da autonomia do cidadão e sua consciente participação no processo educacional da comunidade deverão constituir o ponto de partida para o planejamento participativo ... E mais do que uma atividade técnica, é um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria em benefício da maioria ... [Ele educa] para a responsabilidade, a crítica, a mudança, o conflito, a criatividade"[8].

A colaboração pessoal e o diálogo constituem os únicos procedimentos utilizados nesse modo de planejar.

O modelo de planejamento adotado pela três escolas responsáveis pela formação dos futuros oficiais enquadra-se no enfoque normativo,centralizado. Seria bastante estranho se isso não acontecesse, uma vez que o modelo administrativo anteriormente mencionado exige esse tipo de plano; caso

---

[8] VIANNA, I. O. A., Planejamento Participativo na Escola, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 1986, pg. 13 a 24.

contrário, as divergências entre ambos tornariam bastante difícil, senão impossível, a concretização da atividade pedagógica. Os dois são muito harmônicos quanto à peculiaridades de racionalização, controle, previsibilidade e centralismo decisório. Nesse sentido, ambos se complementam, proporcionando as condições necessárias à realização de um tipo de ensino também consonante com esses modelos.

Na Escola Naval, pode-se constatar o uso desse modelo no momento do planejamento curricular. O esquema, também linear, comporta uma série de etapas: 1) Formulação do propósito geral do curso, 2) Seleção de disciplinas, 3) Formulação dos propósitos de cada disciplina, 4) Seleção dos assuntos de cada disciplina, 5) Formulação dos propósitos específicos de cada assunto, 6) Seleção das técnicas de ensino e dos recursos instrucionais a serem empregados, 7) Determinação da avaliação da aprendizagem e 8) Determinação da carga horária.

O documento intitulado "Manual de Elaboração de Currículos", cuja capa já registra sua "finalidade: normativa", apresenta um conjunto detalhado de procedimentos que devem ser seguidos pelas organizações escolares da Marinha, tendo em vista a montagem de seus cursos. Nesse manual encontram-se não só os passos anteriormente citados, mas também certas minúcias pedagógicas, tais como, a relação de técnicas de ensino, a lista de verbos para a confecção de propósitos, a relação de recursos instrucionais, etc, os quais revelam uma preocupação exagerada quanto ao

estabelecimento de regras.

A normatividade é tão rigorosa, que o documento prevê, inclusive, a possibilidade de se inserirem modificações curriculares. Nesse caso, o centralismo decisório aparece de modo incontestável. Diz o manual, logo em seu início:

> "o currículo é o documento básico que estabelece a estrutura permanente do curso. Esse documento é aprovado e controlado pela Diretoria de Ensino da Marinha e sua alteração, mesmo parcial, depende de autorização desta OM"[9].

Prevê, também, esse manual a existência de

> "documentos complementares que detalham o currículo e que são aprovados e controlados pela OM de execução do curso. São documentos mais flexíveis podendo sofrer alterações para acompanhar a evolução técnica e pedagógica; atender a fatores de ordem administrativa; e estimular ou absorver atividades criativas dos docentes. As alterações dos documentos complementares não podem, porém, ser de natureza ou de amplitude que impliquem modificações no previsto pelo currículo, sem a devida aprovação pelo Diretor de Ensino da Marinha. Os documentos complementares são projetos específicos de disciplinas (ou módulos), cronogramas, planos de aulas, programas de ensino e outros necessários à condução do curso"[10].

Não é necessário analisar o planejamento do ensino no Exército e na Aeronáutica, porque são bastante semelhantes, variando apenas a nomenclatura e a quantidade das etapas.

E importante observar que o planejamento adotado pelas Academias Militares, ao realçar a competência técnica,

---

[9] DIRETORIA GERAL DO PESSOAL DA MARINHA, Manual de Elaboração de Currículos, 1987, p. 1.1.

[10] IDEM, p.1.1.

leva em conta as sugestões advindas dos docentes e discentes, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino. Ao fazer isso, o corpo administrativo reforça a idéia da cooperação entre os diversos setores, no caso, voltada para um objetivo específico. Entretanto, a decisão final sempre acontece na cúpula da hierarquia, o que valoriza o escalonamento do poder. Esse tipo de planejamento, por estimular o exercício da tarefa de previsão faz com que os responsáveis pelo ensino relacionem, minuciosamente as atividades que deverão ser levadas a cabo no decorrer do ano letivo. O exercício dessa tarefa pode ser visto como um indicador da preferência dos militares para com as situações definidas, o estado de certeza, e da antipatia dos mesmos para com a mudança e a dúvida. Por ser ainda um planejamento que não estimula a autonomia do aluno e se volta para a estabilidade, pode-se dizer que o mesmo não está comprometido com uma vivência democrática.

Os responsáveis pelo ensino, ao levarem em conta as sugestões dos alunos manifestam a séria intenção de aperfeiçoar o produto que sairá das Academias, isto é, os futuros oficiais. Geralmente, essas sugestões são colhidas através da aplicaçao de questionário, porquanto muitos militares que trabalham com o processo ensino-aprendizagem são valorizadores dos recursos da tecnologia da educação. Entretanto, essa intenção não é unidirecional apenas, pois ao atender as expectativas do corpo discente eles esperam, em troca, manifestações de lealdade e conformismo por parte dos cadetes.

É preciso não esquecer que as escolas militares, por serem instituições totais, utilizam recursos variados a fim de conseguir a plena adaptação dos alunos. O trabalho de docilizar a conduta discente permite identificar grupos de alunos que são mais sensíveis aos estímulos domesticadores. Aqueles que consentem mais, geralmente passam a constituir objetos de uma atenção especial, pois são incluídos no "aquário" de determinados oficiais. E enquanto "peixes", isto é, protegidos desses oficiais, normalmente recebem certos favores que não são prestados aos demais cadetes, particularmente àqueles que apresentam condutas de resistência, embora haja exceções. A existência dos "áquarios" e dos "peixes" nas escolas militares mostra que o paternalismo continua sendo ainda, um valor difundido pela pedagogia castrense, pois ele colabora para a coesão das forças armadas na medida em que provoca a conduta da obediência, pilar básico da estrutura da organização militar. É possível que o exercício do paternalismo concorra para a infantilização do cadete, uma vez que ele permanece durante vários anos sob a proteção de alguém.

Concorre, também, para a adaptação dos cadetes à estrutura organizacional, o seviço de psicologia escolar que ganhou impulso significativo em período recente, isto é, a partir da criação do quadro feminino na Marinha e na Aeronáutica. Este setor é o encarregado de resolver os problemas pessoais dos discentes, principalmente aqueles oriundos da submissão à prática pedagógica. As incompatibilidades manifestadas em relação a certos

instrutores ou professores, as dificuldades de aprendizagem, a obtenção de notas baixas, etc., constituem objeto da psicologia escolar. Este ramo do conhecimento humano, aplicado nas escolas bélicas, cumpre relativamente bem uma de suas funções que é a de ajustar os indivíduos, pois como diz um crítico da psicologia escolar:

> "tudo indica que a psicologia é instrumento e efeito das necessidades geradas nessa sociedade, de selecionar, orientar, adaptar e racionalizar, visando em última instância, a um aumento da produtividade"[11].

Os objetos da psicologia escolar, anteriormente mencionados, também constituem preocupação dos oficiais paternalistas, uma vez que o envolvimento dos mesmos nesses problemas geralmente resulta em alguma vantagem aos seus protegidos.

O Condicionamento Legal

Já se tornou popular o ditado de que o militar é um profissional legalista. Aliás, o intervencionismo castrense, na esfera social e política do país, pode ser examinado sob a ótica constitucional, uma vez que essa interferência tem ocorrido respaldada nas diversas cartas magnas que o país já teve. De fato, o artigo referente às Forças Armadas destinando-as à defesa da lei e da ordem, tal como já foi comentado, pelo seu caráter abstrato e genérico, permite uma interpretação desse tipo.

---

[11] PATTO, M. H. S., Psicologia e Ideologia, T. A. Queiroz Editor, S. Paulo, 1987, p.87.

O modelo normativo de planejamento do ensino adotado pelas três armas revela apenas uma pequena parte da ânsia regulamentadora dominante no interior dos quartéis, que é a grande responsável pelo espírito legalista dos funcionários fardados. O volume de leis, decretos, portarias, regulamentos, estatutos, etc, aplicáveis ao Exército, Marinha e Aeronáutica, apesar de não se possuírem dados exatos, provavelmente chega a várias dezenas. Esses documentos descem a minúcias e detalhes de como deve ser a conduta de cada um nas várias situações em que se encontram, bem como explicitam os direitos e deveres dos militares.

Um exame do currículo destinado a formar os futuros oficiais das respectivas armas revela a existência de certas matérias responsáveis pela assimilação dessa mentalidade. Tal é o caso da Legislação Militar ensinada no primeiro e segundo anos da Academia da Força Aérea. No primeiro ano, os dois objetivos mais importantes que se visa alcançar referem-se à aplicação dos preceitos contidos na legislação comum às três armas, e à valorização dessa legislação para um eficaz desempenho profissional. Tendo em vista esses objetivos, são estudados o Regulamento de Continências, o Estatuto dos Militares, o Regulamento do Serviço Interno da Aeronáutica, o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica, a Lei de Remuneração dos Militares, o Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos e as Normas Padrão de Ação. No segundo ano, tais objetivos permanecem, porém mudam os documentos.

Os alunos passam a estudar a Instrução sobre correspondência e Atos Oficiais do Ministério da Aeronáutica, A Lei do Serviço Militar, O Regulamento de Promoção dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica, O Regulamento e Regimento da Organização Militar, O Cerimonial Militar, O Regulamento para o Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica e o Regulamento para o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica.

Em se tratando da Academia Militar de Agulhas Negras, constata-se, também, um estudo de documentos legais na disciplina Administração de Material, ministrada no terceiro ano para o curso de Intendência. A relação bibliográfica inserida no Plano dessa disciplina mostra a existência entre outros dos seguintes documentos: Manual de Campanha, Regulamento do Departamento Geral de Serviços, Boletim de Suprimento, Instruções para a Distribuição de Fardamentos, Normas de Procedimentos de Armazenamento de Suprimentos de Subsistência, Regulamento Interno e dos Serviços Gerais. Outra disciplina, intitulada Administração de Subsistência, cita como bibliografia: Manual de Alimentação e Nutrição das Forças Armadas, Normas Administrativas da Diretoria de Subsistência, Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Plano de Apoio de Subsistência, etc.

O prosseguimento dessa análise revelaria , sem dúvida alguma, a existência de várias outras matérias, ministradas nas três escolas, cujo conteúdo programático

gira em torno de documentos legais, o que permite inferir que a conduta dos funcionários fardados é rigorosa e detalhamente regrada para todas as situações possíveis, inclusive até fora do ambiente dos quartéis ou repartições militares, pois suas reações no meio civil, consideradas inadequadas, são passíveis de punição. A legislação pertinente prevê, por exemplo, como transgressão disciplinar o desrespeito, por palavras ou atos, às instituições, às religiões e aos costumes do país estrangeiro em que se acharem bem como o desrespeito às autoridades constituídas.

Esse rigoroso balizamento da conduta militar através de inúmeros documentos favorece o ato de interpelação dos funcionários fardados com vistas a mobilizá-los para fins intervencionistas. Além disso, a constante aplicação dos mandamentos legais no interior dos quartéis-escola concorre para que os discentes pratiquem um tipo de convivência social bastante pacífico e harmonioso, pois o real cumprimento das leis é significativamente eficaz para impedir o surgimento de conflitos. A existência de regulamentos para todos os atos e circunstâncias, incute no cadete a noção de que a vida que leva é eminentemente pacífica, estável, ordenada, previsível e isenta de confrontos. Essa proliferação de normas concorre, ainda, para estimular a obediência e a subordinação, condutas mantenedoras da escala hierárquica.

A Ocupação do Espaço

As organizações militares são assentadas em dois

princípios básicos denominados hierarquia e disciplina. A disciplina, objeto de maior interesse nessa parte da análise, é entendida como obediência às ordens emanadas dos superiores hierárquicos bem como o cumprimento das determinações existentes nos incontáveis documentos legais.

Michel Foucault, sem dúvida, apresenta-se como um dos mais profundos estudiosos da questão disciplinar. Recorrer a ele é de fundamental importância nesse momento, pois a ocupação do espaço no interior das casernas está intimamente ligada à construção da mentalidade ordeira própria dos militares. Com efeito, ao analisar essa questão, Foucault assevera que um dos procedimentos utilizados no ato da disciplinação se refere à distribuição dos indivíduos no espaço. Essa distribuição é feita, segundo ele, pelo do uso de várias técnicas. Uma delas consiste no estabelecimento de um ambiente fechado onde todos deverão permanecer para executar suas atividades.

A inserção dos indivíduos num mesmo local de trabalho exige, automaticamente, o emprego de uma outra técnica denominada por Foucault de quadriculamento.

> "Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo ... O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. E preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um,

apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos"[12].

Ele cita, como exemplo de quadriculamento, as fábricas que surgiram em fins do século XVIII, composta por oficinas especializadas segundo os tipos de operações praticados. Ao andarem pelo corredor que as ligava, os responsáveis pelo serviço podiam observar os empregados trabalhando e, conseqüentemente, registrar as faltas e presenças, o desempenho de cada um, bem como compará-los para fins classificatórios.

Outra exigência desse cerceamento é a organização por meio de filas, mais uma técnica do ato de disciplinar.

> "Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros"[13].

Foucault ilustra essa técnica, citando a sala de aula dos colégios pertencentes aos jesuítas, que era organizada de modo parecido com as legiões romanas. Tal fato ocorreu também em fins do século XVIII. Por volta dessa época, nota ainda que as filas predominavam não só nas classes, mas também nos corredores e nos pátios. A ocupação do aluno, em certos pontos da fila, dependia de diversos critérios, tais como idade, tipo de tarefa, dificuldade do assunto ministrado, etc. Essa forma de tratar o espaço pedagógico permitia um trabalho simultâneo, uma economia do tempo de

---

[12] FOUCAULT, M., Vigiar e Punir, Editora Vozes, Petrópolis, 1977, p. 133.

[13] IDEM, p. 133.

aprendizagem e principalmente o controle de cada um. Permitia, também, pela observação constante por parte do professor, punir, recompensar e hierarquizar os alunos segundo vários critérios, dentre os quais o desempenho em classe.

As concepções de Foucault ajustam-se muito bem às organizações militares. A proposta do ambiente fechado, semelhante à de Goffamn, que será levada em consideração mais adiante, no momento da análise do período de adaptação, revela a natureza específica das instituições castrenses. De fato, os quartéis e outras repartições bélicas, principalmente as escolas de formação, tendem a estabelecer-se em locais relativamente separados da comunidade mais próxima. Tal é o caso da Academia da Força Aérea, que dista alguns quilômetros da cidade de Pirassununga, onde se situa; da Academia Militar de Agulhas Negras que se localiza na periferia de Rezende e da Escola Naval, que pitorescamente está assentada numa pequena ilha no Rio de Janeiro. Esse relativo distanciamento favorece a situação de clausura que lhes são próprias, mesmo porque seus limites físicos são claramente marcados por muros, cercas, placas indicadoras, presença de sentinelas, etc.

No interior desses estabelecimentos de ensino, as técnicas do quadriculamento e da fila são aplicadas com muita frequência, tendo em vista o controle das presenças, necessário à execução das atividades. A divisão do espaço

físico é notória em diversas circunstâncias. Nas solenidades militares, sejam elas de qualquer grau de importância, desde as formaturas diárias até as do término dos cursos de formação de oficiais, destaca-se a divisão dos locais: dos oficiais superiores, dos oficiais subalternos, dos suboficiais e sargentos, dos professores civis, dos cabos e soldados, das autoridades convidadas e do povo que geralmente comparece. Esses locais encontram-se previamente determinados em croquis específicos, geralmente dois, um para tempo normal e outro para tempo instável, isto é caso ocorram chuvas.

Quanto às filas, estas são por demais evidentes. Nas formaturas, nota-se que elas são instituídas de acordo com a patente e grau de antiguidade. A distribuição horizontal e vertical dos elementos que compõem um agrupamento em marcha, por exemplo, mostra na primeira fila os oficiais superiores, cuja linha de ascendência caminha da esquerda para a direita. Na segunda fila os oficiais subalternos; na terceira, os suboficiais; na quarta, os primeiros sargentos e assim sucessivamente, até o soldado mais moderno, sempre se obedecendo ao princípio da ascendência já mencionado. No caso dos alunos dos cursos de formação de oficiais, essa ordem obedece ao critério de altura, ou seja, os mais altos à frente e os mais baixos atrás.

Em se tratando das salas de aula, observa-se também o uso das técnicas de quadriculamento e fila. No interior de

uma classe, notam-se dois ambientes: o do aluno e o do professor. Geralmente o do professor é destacado por uma elevação do nível do piso. Nessa plataforma encontram-se seus instrumetos de trabalho: uma mesa, o quadro de giz e, de modo quase constante, a presença de um retroprojetor. O do aluno, muitas vezes situado alguns centímetros abaixo do ambiente do docente e freqüentemente na forma de anfiteatro, com cadeiras fixas. Na Academia da Força Aérea e na Escola Naval, a ocupação das cadeiras, a partir da frente para trás, isto é, da proximidade maior à figura do professor ao seu progressivo distanciamento obedece ao critério de antiguidade que é baseado no princípio da meritocracia. Os alunos que obtêm notas e conceitos mais elevados sentam-se nas primeiras ou últimas filas. Na Academia Militar de Agulhas Negras, a ocupação das carteiras que compõem a classe depende da determinação de cada professor. Ele pode, por exemplo, colocar na primeira fila os alunos que possuem algum grau de deficiência visual. O início e o término das aulas ocorrem de modo ritual, com os alunos postados em pé, após a ordem de comando emanada do aluno responsável pela turma.

Percebe-se ainda que muitas portas das salas de aula possuem uma pequena abertura, revestida de vidro, que permite a quem está do lado de fora, isto é, nos corredores, observar a conduta discente e docente. Aliás, na Academia da Força Aérea, é comum notar-se a presença de oficiais postados nessa pequena janela, perscrutando o interior da classe com o intuito de detectar alguma

irregularidade. A existência de locais fixos, além de permitir facilmente a identificação do aluno através da abertura de vidro, facilita o trabalho de controle da classe pelo professor, ao mesmo tempo que lhe permite observar a conduta de cada discente, com vistas à avaliação, pois como se sabe seus conceitos e notas não resultam apenas da realização de exercícios e provas, incluem também as reações manifestadas em classe, tais como interesse, participação, relacionamento, etc. E importante notar que sua entrada e saída da sala, no decorrer da aula, depende de autorização verbal concedida pelo docente.

A ocupação do espaço físico, minuciosamento planejada e rigorosamente cumprida, serve para presesrvar o distanciamento entre o superior e o subordinado, e atende ao objetivo de manutenção da hierarquia. A concepção funcionalista de vida em sociedade é passada então ao cadete nos diversos eventos que ocorrem durante a realização do curso. De fato, os alunos tendem a perceber que embora haja conjuntos distintos, devidamente espalhados no âmbito das organizações bélicas, cada um cumpre determinados papéis em seu interior, contribuindo para a harmonia do conjunto.

O espaço físico devidamente ordenado e ocupado, como se viu, permite que os responsáveis pelo ensino observem a conduta do cadete, pois as reações que manifestam são devidamente registradas para fins de avaliação. O enquadramento dos alunos na escala hierárquica resulta,

também dessas observações, e o ponto em que cada um se situará nessa linha vertical é decorrência do mérito pessoal. Aqueles que apresentarem condutas adequadas às expectativas dos dirigentes passarão a ocupar os primeiros lugares, e aqueles que não as apresentam, ou demonstrarem outras, incompatíveis aos padrões previstos serão incluídos no fim da escala.

Como se pode notar, a organização e ocupação do espaço físico é de suma importância para a realização da prática pedagógica castrense pois são responsáveis pela introjeção no psiquismo do cadete da concepção funcional de vida em sociedade, além de favorecerem o exercício da meritocracia, um valor tipicamente burguês, solidificarem o princípio da hierarquia e passarem a idéia de que as pessoas necessitam ser vigiadas e controladas para evitar a desordem, uma concepção própria dos estratos dominantes da sociedade, devidamente partilhada com os militares.

O Período de Adaptação

No segundo capítulo dessa pesquisa foram apresentadas dentre outras, as concepções de Goffman relativas às intituições totais. Uma delas diz respeito ao lapso inicial vivenciado pelo neófito no interior das mesmas. Nesse momento ele afirma que os indivíduos serão profundamente marcados por um processo de despojamento ou de alteração profunda da personalidade, pois que esta

se encontra relativamente formada antes que eles realizem uma certa vivência em seu âmbito. Tal como ele assevera, durante esse período, os membros do "staff" agem de tal forma que a autonomia interna do indivíduo é praticamente eliminada pela necessidade de cumprir rigorosamente, e em conjunto, as atividades minuciosamente programadas. Sua identidade pessoal é removida, e cada um tem que, constantemente, manifestar sinais de respeito aos membros do "staff", os quais podem utilizar expedientes punitivos capazes de garantir essa exibição.

O período de adaptação nas escolas de formação de oficiais, a partir do período letivo anterior sofreu algumas alterações, porquanto, desde há muitos anos, essas escolas recebiam alunos oriundos não só dos colégios militares mas também do meio civil. Com o corte de verbas promovido pelo Governo Federal , provocando medidas de contenção de despesas, a Academia Militar de Agulhas Negras e a Academia da Força Aérea deixaram de admitir alunos recém-formados do ensino de segundo grau, não obstante a Escola Naval ter mantido essa tradição.

Na Escola Naval existe um programa de adaptação específico, destinado aos novos aspirantes, isto é, aos alunos oriundos tanto dos colégios militares como dos colégios civis que conseguiram aprovação no exame de admissão, semelhante ao vestibular praticado pelas Universidades. Esse programa tem a duração de quatro

semanas, sendo a primeira destinada apenas aos paisanos. Os condutores do programa são os aspirantes mais antigos, especialmente os do quarto ano. Esses condutores são oficialmente denominados aspirantes adaptadores e auxiliares de adaptação. A finalidade desse estágio, composto de quatro semanas, é incutir o apego às tradições navais e o espírito marinheiro, bem como melhorar o desempenho militar e acadêmico dos iniciantes. O documento que prevê o programa mencionado, fornece todas as informações necessárias à execução e ao controle das atividades planejadas. E necessário observar que essas atividades preenchem o dia todo e parte da noite dos neófitos, e que a sua liberação só acontece às sextas-feiras, com retorno obrigatório aos domingos até a meia-noite. Percebe-se, pois, que o nível de autonomia dos estagiários é quase inexistente.

As matérias estudadas e praticadas nesse estágio estão em perfeita consonância com a finalidade de solidificar nos ingressantes os traços fundamentais do militar, pois o que realmente se pretende no início é remover-lhes a personalidade civil e inserir em seu lugar os traços marcantes da mentalidade castrense. Posteriormente, visa-se cristalizar esses traços em todos os neófitos. "Instrução Militar Inicial I" é o título da matéria destinada aos novos alunos civis. Seu conteúdo abrange os seguintes assuntos dentre outros: Cadeia de Comando, Deslocamento de Militares, Modo de Falar e de se Apresentar ao Superior Hierárquico, Prática da Continência a Oficiais, Procedimento do Militar ao entrar numa Organização Militar,

Contravenções Disciplinares, Hierarquia e Disciplina, Prerrogativas Militares, Uso dos Uniformes, Ordem Unida com Arma e sem Arma, Vultos da História Naval, Tradições do Mar e Hinos.

Na seqüência é ministrada a "Instrução Militar Inicial II", a todos os ingressantes sejam civis ou militares. Os temas dessa matéria, que contam várias dezenas, incluem: Tipos de Serviço, Deveres do Aspirante, Rotina Diária, Formaturas, Parada Escolar, Atividades do Ensino, Ocorrências Disciplinares, Penas Disciplinares, Fardamento de Aspirantes, Calendário Escolar, Quadro Semanal de Trabalho, Ordem Unida com Arma e sem Arma, Instrução Prática de Remo e Vela, Hinos da Marinha, Prática de Tiro, Círculos Hierárquicos, Alojamentos, Regulamento de Assuntos Sigilosos, Cerimonial da Marinha, Regras de Precedência, Recompensas e Prêmios, etc.

O estágio de adaptação realizado pelos iniciantes na Academia Militar de Agulhas Negras difere do da Escola Naval em alguns aspectos. Em primeiro lugar ele é mais reduzido, em torno de duas semanas. Em segundo lugar, como já foi dito, os alunos são todos provenientes da Escola Preparatória de Cadetes. Assim sendo ele é mais simples, pois, em termos de conteúdo, abarca poucos temas: Hierarquia nas Forças Armadas, Histórico da Academia, Aspectos da Vida do Cadete e Disciplina. Grande parte desse período é consumida com exames médicos, visitas às instalações, ordem unida, treinamento para formatura, entrega de

uniformes e práticas esportivas.

Embora não integre alunos civis, o período de adaptação realizado na Academia da Força Aérea é mais parecido com o da Escola Naval, pois dura um mês aproximadamente, e o volume de matérias e respectivos assuntos é bastante significativo.

Em relação a essas matérias, têm-se as seguintes com os seus respectivos assuntos: 1) Educação Cívico-Militar: Hinos e Canções Militares, Símbolos Nacionais e Conceitos de Pátria, Nação e Estado; 2) Forças Armadas Auxiliares: Emprego das Forças Navais e Terrestres, Emprego da Força Aérea Brasileira; 3) Conduta Social e Militar: Cumprimento, Despedidas, Postura, Convites, Recepções, Correspondência, Hospedagem, Transações Pecuniárias, Boatos; 4) Aeronáutica: Fundamentos de Aerodinâmica, Classificação e Características das Aeronaves, Proteção ao Vôo e Efeitos do Vôo sobre o Organismo; 5) Higiene e Primeiros Socorros: Tabagismo, Alcoolismo, Tóxicos, Doenças Respiratórias; 6) Treinamento Físico Básico: Alongamentos, Corridas, Arremessos, Judô, Esgrima, Tiro, Voleibol, Pentatlo, Natação e outros.

Durante o período de adaptação os novos alunos entram em contato com um "código de honra", praticado pelos discentes mais antigos e cujas determinações deverão ser internalizadas e concretizadas por eles. Tal código, essencialmente normativo, compõe-se de certos mandamentos, tais como: não mentir, manter-se limpo, estudar, obedecer a

superiores hierárquicos, etc. A violação das regras aí previstas traz consequências desagradáveis aos infratores. Esse código constitui um recurso de especial importância, pois é o grande responsável pela diferenciação entre civis e militares. Com efeito, alguns valores, tais como a honestidade, a lealdade e o companherismo assimilados pelos cadetes em decorrência da aplicação desse código, caracterizam, de forma marcante, a personalidade militar.

Essa diferenciação se dá, também, devido a introjeção dos valores de assiduidade e pontualidade, pois o cadete é doutrinado para estar presente, em todos os eventos programados, tais como solenidades, formaturas e principalmente aulas. Apesar de serem valores tipicamente militares, sabe-se que os setores dominantes da sociedade os prezam em demasia, porquanto são importantes para a manutenção da atividade produtiva. Daí a presença do relógio-ponto em muitas empresas, tendo em vista controlar a conduta dos funcionários no sentido de torná-los pontuais e assíduos.

O processo de adaptação, como se pode inferir, tem um peso significativo em termos de moldagem de uma nova personalidade. Ele é capaz de fixar, inicialmente, certos traços do caráter militar, tais como a obediência, hierarquia, disciplina, etc., que não são marcantes na mentalidade paisana. Esse processo de moldagem será bastante reforçado no decorrer dos quatro anos de duração do curso de formação dos futuros oficiais.

Além disso, no desenrolar da carreira, a prática profissional no interior dos quartéis cristalizará definitivamente o modo padronizado de pensar, sentir e agir dos funcionários fardados. O grau de eficácia desse processo é bastante elevado, pois sabe-se que a conversão dos neófitos, forma de adaptação desejada pelos dirigentes das instituições totais, segundo Goffman, é muito grande, uma vez que as estatísticas mostram que, nas três escolas militares, o percentual de desistência varia de cinco a dez por cento.

O período de adaptação, enquanto momento preparatório, representa uma síntese de tudo o que ocorrerá durante o processo formativo, mais o prosseguimento na carreira, até a passagem para a reserva. Apesar de rápido, ele constitui o estágio inicial de inculcação da ideologia dominante.

A Rotina Diária

Um dos procedimentos mais eficazes de inculcação da idéia de ordem é a prática da rotina diária, que é rigorosamente vivida pelos alunos das três escolas, tanto no período de adaptação como no decorrer dos vários anos do processo formativo. Essa rotina, inclusive, será uma constante da vida castrense até o momento em que o militar vai para a reserva.

Na Academia Militar de Agulhas Negras, tal rotina é subdividida da seguinte forma: alvorada às seis horas; parada

Avançar às seis e cinco, parada Rendição às seis e vinte, Café às seis e trinta, formatura Geral às seis e cinqüenta, primeira parte do expediente das sete e dez às onze e dez, Almoço às onze e quarenta, Segunda Parte do Expediente das treze às dezessete horas, Jantar às dezessete e quarenta e cinco, Revista do Recolher às dezenove horas, Estudo das dezenove e trinta às vinte e uma e trinta, Ceia às vinte e uma e trinta e Silêncio a partir das vinte e duas horas.

Em se tratando da Academia da Força Aérea, verifica-se algo parecido: Alvorada às seis e quinze, Café às seis e trinta, Expediente da manhã das sete e trinta às onze e cinqüenta, Parada diária às doze e cinco, Almoço às doze e quinze, Expediente da tarde das treze e quarenta e cinco às dezessete e quinze, Arriamento da Bandeira às dezoito horas, Jantar às dezoito e dez, Revista do Recolher às vinte e uma horas, Atividades extraclasses das dezenove e vinte às vinte e uma e cinquenta e Silêncio às vinte e duas horas.

Quanto à Escola Naval, nota-se também um esquema bem próximo aos dois anteriores: Alvorada às seis, Café da manhã às seis e trinta, Expediente da manhã das sete e dez às doze e vinte, Almoço às doze e trinta, Parada Escolar às treze e trinta, Expediente da tarde das catorze e quinze às dezessete, Recreação das dezessete às dezoito e quinze, Jantar às dezoito e vinte e cinco, Estudo a partir das dezenove, Ceia às vinte e uma e dez e Silêncio às vinte e duas horas.

A rotina diária do aluno das três escolas é

concretizada com o apoio de determinados instrumentos complementares do planejamento normativo anteriormente abordado. Um deles refere-se ao Calendário Escolar, recurso que agrega o conjunto das atividades que serão desenvolvidas pelos alunos no decorrer do ano letivo. Na Academia Militar de Agulhas Negras, existe não só um calendário geral que prevê a ocorrência dos eventos mais importantes, tais como o início e o término dos cursos, as datas comemorativas, as férias, os licenciamentos, etc, mas também outros dois mais específicos. O de verificações que abrange as provas e exames em termos de matérias com as respectivas datas e horas e o calendário de testes psicotécnicos que envolve a aplicação de questionários, teste sociométrico, instrumentos de orientação educacional, etc, também com as respectivas datas e horas.

Na Escola Naval o referido calendário prevê dia a dia a concretização das atividades: Estágio de Adaptação, Viagem de Instrução, Testes Preliminares, Exame Médico, Cerimônia de Juramento à Bandeira, Palestras, etc. Quanto à Academia da Força Aérea, o calendário registra vários eventos, tais como o início e o término do período escolar, os feriados e dispensas, as férias e o campeonato interno.

Outro instrumento de apoio à realização da rotina diária refere-se à programação de aulas. Quanto a ela nota-se que ocorre uma variação entre as três escolas. Na Academia de Agulhas Negras, essa programação é única ou

anual, ou seja, faz-se uma previsão bastante fixa dos meses, semanas, dias e horas em que cada matéria será ministrada. Na Escola Naval ela é composta de dois períodos, isto é, a previsão anteriormente citada ocorre por semestre. Em se tratando da Academia da Força Aérea, verifica-se que a programação é elaborada semanalmente.

A prática da rotina diária é um evento extremamente importante para a formação de personalidade militar, pois tende a consolidar uma visão harmoniosa e ordeira de mundo, visto que o cumprimento dessa rotina exige basicamente um mecanismo psicológico respondente, isto é, aquele esquema do estímulo-resposta. De fato, constata-se que a execução dos atos padronizados diários acontece precedida de determinados estímulos sonoros e visuais. Têm-se nesse caso os sinais eletrônicos, isto é, o som das campainhas a cada início e término das aulas, a voz de comando do superior hierárquico pronunciada em tom elevado e firme, os toques de corneta tão usados na ordem unida, paradas e solenidades, e os gestos corporais que se manifestam pelo uso dos braços e mãos.

A manipulação da conduta discente por meio da aplicação de determinados estímulos, mostra que a prática pedagógica castrense é enfatizadora da automatização do comportamento. Essa automatização, por sua vez, é bastante desejada por aqueles que ocupam posições superiores, pois solidifica o conformismo, torna automática a conduta da obediência, favorece a coesão e fortalece a hierarquia . A elevada frequência de emissão de respostas face a

determinados estímulos passa ao cadete uma visão mecanicista de sociedade, uma vez que os movimentos executados individualmente, ou em conjunto são muito regulares e padronizados.Como se pode perceber, não é difícil mobilizar os militares para determinados fins, porquanto eles são treinados a reagir imediatamente quando certos estímulos lhes são apresentados.

Os Mecanismos de Controle

De acordo com o que foi colocado na seção anterior, infere-se que a rotina diária do cadete é apoiada em componentes da teoria psicológica do condicionamento, cujo pressuposto básico é o de que as pessoas são moldadas pelos fatores ambientais. A evidência disso reside na apresentação de respostas apropriadas diante do surgimento de estímulos específicos. Com efeito, os partidários dessa corrente psicológica afirmam:

> "aprendizagem em sua forma mais simples, é o estabelecimento de uma conexão entre um estímulo e uma resposta. Completada a aprendizagem, o estímulo e a resposta estão de tal forma ligados que o aparecimento de um evoca a emissão de outra"[14].

Essa teoria possui, ainda, outros elementos importantes, tais como a classificação dos estímulos, a manutenção e extinção de condutas e a diversificação dos tipos de resposta. Destacam-se nesse rol os reforçadores

---

[14] SABINI, M.A.C., Psicologia Aplicada à Educação, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 1986, p. 3.

do comportamento, que podem ser entendidos como estímulos agradáveis ou desagradáveis, ressalvando-se que essa adjetivação está sujeita a interpretações diversas, ou como estímulos positivos ou negativos, capazes, respectivamente, de manter ou aumentar a freqüência de uma resposta quando apresentados, ou provocar o mesmo efeito quando retirados. Os negativos podem, também em algumas situações, diminuir a freqüência de uma resposta quando apresentados. Embora ambos os reforçadores sejam usados cotidianamente, de forma consciente e muito mais de modo inconsciente, por adultos, pais, professores, etc, em diversas situações, sabe-se que a proposta básica dessa teoria é a de que a utilização dos reforçadores positivos é suficiente e mais adequada para a moldagem da conduta humana.

Não é necessário um aprofundamento maior nessa teoria para analisar-se o modo de controle da conduta vigente nas escolas militares. Assim sendo, qualquer um pode perceber que o comportamento dos funcionários fardados, em particular dos alunos das Academias, balizado pelo montante exagerado de leis, decretos, portarias, boletins, regulamentos, estatutos, etc, anteriormente analisados, tende a manifestar-se de acordo com esses documentos devido a um processo de condicionamento, assentado na vigilância ou observação das reações pessoais, que permite a aplicação de reforçadores, na caserna, denominados de recompensas e punições.

E preciso ressalvar que a utilização da técnica do condicionamento no âmbito das instituições bélicas é feita de modo distorcido, pois os militares tendem a acreditar na plena eficácia dos reforçadores negativos ou do controle aversivo. O sistema presidiário tradicional, não só no Brasil como em várias partes do mundo, já se evidenciou como um fracasso para recuperar ladrões, criminosos e outros elementos classificados como marginais pela sociedade. É bem provável, inclusive, que a aplicação constante de punições venha a produzir efeitos colaterais na personalidade, tais como o medo e a apatia.

O conformismo militar às regras estabelecidas pode ser entendido mais sob o ângulo da aplicação de penalidades do que de recompensas. De fato, os regulamentos disciplinares das Forças Armadas dão um destaque muito maior às punições do que às recompensas. A título de exemplo, pode ser examinado o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica. Dos oito capítulos que o compõem, apenas um, o sexto, trata das recompensas. A simples leitura dos títulos da maioria deles já revela esse destaque: Título II: Transgressões Disciplinares; Título III: Punições Disciplinares; Título IV: Competência e Jurisdição para aplicar, agravar, atenuar, relevar, cancelar e anular punições disciplinares; Título V: Parte e Recursos Disciplinares; Título VII: Reabilitação de Militar Licenciado ou Excluído a Bem da Disciplina.

A grande preocupação com a vigilância e punição

só pode ser explicada, portanto, pela necessidade contraditória que as instituições militares possuem de uniformizar e diferenciar os comportamentos. A uniformização das condutas facilita o trabalho de gerenciamento dos estabelecimentos bélicos. Por outro lado, a manutenção de uma organização hierárquica rigorosa exige que seus elementos sejam classificados, pois não há hierarquia sem classificação. O processo avaliatório aplicado aos cadetes, a ser analisado posteriormente, encaixa-se nessa ótica. Cabe ressaltar que o setor mais importante das escolas militares, sem dúvida, é a divisão de avaliação. As regras minuciosas destinadas à atribuição de pontos e conceitos, bem como as variações de décimos e centésimos na nota obtida pelo aluno estão intimamente relacionadas com a preocupação classificatória dominante.

Os alunos militares são observados pelos oficiais e professores, e os mais novos estão submetidos, ainda, à vigilância dos mais antigos. Quando algum cadete comete algum deslize, normalmente recebe uma punição e dentre as previstas em regulamento, podem-se mencionar a repreensão, a detenção, a prisão, o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina dentre outras. Os alunos que se destacam positivamente também recebem recompensas. De modo geral são previstos o elogio e a dispensa de serviço.

Apenas para exemplificação, durante o ano de 1987, foram aplicados, nos cadetes do terceiro e quarto anos da Academia da Força Aérea sessenta e oito punições assim

distribuídas: três repreensões, cinqüenta e uma detenções, treze prisões e uma exclusão.Esses dados foram fornecidos por um dos oficiais do corpo de cadetes da época. Embora as recompensas previstas sejam em número menor, sabe-se que existem outras com grau de importância maior ou menor que essas. Na Academia Militar de Agulhas Negras, existe a dispensa do arranchamento por um ou mais dias e dispensa do recolher. Na Escola Naval é prevista dentre outras a licença para sair diariamente. Essas recompensas menores são corriqueiras e concretizam-se todos os dias. Há também as mais vantajosas destinadas aos alunos que concluem os respectivos cursos de modo destacado, isto é, os primeiros colocados. Viagens ao exterior e prêmios em dinheiro são considerados os mais importantes.

Voltando à preocupação punitiva vigente, é necessário lembrar que ela dá margem à utilização de outros expedientes não previstos no regulamento oficial. E o caso dos denominados " corretivos" aplicados por um cadete mais antigo sobre um mais novo que cometeu um deslize qualquer, por exemplo, usar um fardamento mal passado.Nesse caso o mais antigo aplica-lhe um corretivo que, normalmente, diz respeito a uma atividade física. As flexões com os braços tendo as mãos postas ao chão são ilustrativas. O professor, por sua vez, em determinadas circunstâncias, aplica as denominadas provas relâmpago, um exercício avaliatório sem aviso prévio, motivado por manifestações de indisciplina em sala de aula, tais como não prestar atenção ou estudar outra matéria.

A generalização da cultura punitiva é um fato tão evidente que pode ser percebida, inclusive, na linguagem específica utilizada pelos alunos. São expressões idiomáticas que eles utilizam para comunicarem-se entre si e que são conhecidas pelos membros do corpo dirigente. Esses termos, que constituem um conjunto relativamente grande, revelam as concepções veladas, os estados emocionais, enfim o drama existencial vivido por eles. Em sua teorização sobre as instituições totais, Goffman tece considerações em torno desse dialeto institucional, observando que ele é o meio pelo qual os internos exprimem os acontecimentos principais de seu mundo específico.

Em relação a esses jargões, há um estudo, muito interessante, realizado pelo professor Marinotto[15] da Academia da Força Aérea, com fundamento em métodos sociolingüísticos. Dentre as dezenas de expressões idiomáticas utilizadas pelos cadetes e catalogadas pelo referido professor, destacam-se algumas que revelam a existência dessa cultura punitiva: babaca: cadete mais antigo que dá parte injustamente; bitolado: camarada muito preso ao regulamento; cabaço: cadete sem punição; cafua: prisão; canetar: anotar, dar parte; créu: dar parte do cadete; crocodilar: falsear, prejudicando alguém; escamofar: tirar o recalque em cima de alguém; festa: corretivo; jantar: ser punido; lançar: dar parte de alguém; lanceiro: cadete

---

15 MARINOTTO, D., Glossário de Giria e Expressões Idiomáticas dos Cadetes da Aeronáutica, 1985.

mais antigo que dá parte injustamente; mijado: chamado à atenção, admoestado; nabo: repreensão, consequência negativa; passarinho: delator, dedo-duro; piscar: ter medo de alguma coisa; piscão: pessoa medrosa, sem iniciativa; ralar: pagar castigo físico; secar: torcer para que outro se dê mal em alguma coisa; secação: mau olhado, mau agouro; suruba: punição severa; torpedo: punição.

A aparência física, isto é, os cabelos aparados e a barba raspada, bem como o vestuário, ou seja, a farda engomada e bem passada constituem aspectos mais comuns de vigilância pelos oficiais, e a não-observância desses preceitos pode provocar a manifestação de atitudes punitivas, embora de caráter mais leve. Esse fenômeno foi muito bem analisado por Dixon, que o denominou de "bullshit"[16]. A aparência e o vestuário fazem parte desse conceito que é mais amplo, pois abarca todos os comportamentos que devem ser controlados por regras pré-estabelecidas.

> "Quer sejam as biqueiras, os botões ou o alinhar pela esquerda, o comprimento do cabelo, a inspeção do equipamento ou o marcar passo, a quinta essência da perfeição está na conformidade com o padrão regulamentar. O bull se preocupa fundamentalmente em substituir o acaso por um comportamento padronizado, reduz evidentemente a ansiedade porque reduz a incerteza. O fenômeno envolve uma observância ritualística das relações ascendência-submissão da hierarquia militar"[17].

Um mecanismo de controle que causa bastante satisfação e é muito utilizado nas escolas militares diz

---

[16] DIXON, N. F., A Psicologia da Incompetência dos Militares, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1977, p. 223.

[17] IDEM, pp. 224 a 232.

respeito ao lazer. No interior das Academias existe uma estrutura que atende ao objetivo de entreter os discentes nas horas de folga, composta de campos de futebol, quadras de volei e basquete, piscinas, planadores, barcos, televisão, cinema, etc. Essas recreações, como se sabe, são encaradas por aqueles que delas se ocupam como atividades que descansam, distraem e fazem uma higiene mental. Ao proporcionarem o descanso, a distração e a higiene mental, tais entretenimentos conduzem à uma recuperação das energias gastas no estudo. Assim sendo, os lazeres em pauta atuam no sentido de preparar os cadetes para a volta ao estudo, garantindo assim a continuidade dessa tarefa. Servem, ainda, para evitar o surgimento de condutas inadequadas, que possam vir a atrapalhar o clima de tranqüilidade próprio do ambiente da caserna, haja vista que proporcionam uma sensação de estabilidade e equilíbrio interior.

Os mecanismos de controle, como se pode inferir, são aplicados para manter o conformismo haja vista que a ocorrência de punições revela a presença de condutas de resistência. Não é preciso esforçar-se para perceber que os recursos aplicados na manipulação da conduta discente visam alguns objetivos. Pretende-se com o uso deles manter-se a pacificidade reinante no interior dos quartéis. Porém, a utilização desses expedientes passa aos alunos uma concepção peculiar dos grupos dominantes da sociedade, isto é, a idéia de que aqueles que merecem devem ser recompensados. O uso deles, também serve para sustentar a estrutura hierárquica, preservar a conduta da obediência e valorizar a capacidade

pessoal daqueles que conseguem galgar os primeiros lugares. A premiação dos mais aptos demonstra o apreço dos militares para com a meritocracia.

O Ensino de Algumas Matérias

Matemática

O ensino de matemática nas escolas militares, tradicionalmente, sempre foi enfatizado. É preciso remontar a muitas décadas atrás para entender o porquê dessa preferência. Nessa olhada para o passado, obrigatoriamente as atenções devem voltar-se para uma arma específica, que é o Exército, pois na denominada Real Academia Militar, vigorava o pensamento de que, além de preparar oficiais, ela deveria formar engenheiros para a Colônia, dada a necessidade de realização de serviços públicos. Concebia-se, também, que a arte da guerra estava alicerçada em princípios matemáticos. Não pode ser olvidada ainda a influência positivista de Benjamin Constant, professor de matemática da real Academia.

A preferência pela matemática, no âmbito da Academia Militar, manteve-se contínua no decorrer dos anos, apesar das várias mudanças curriculares levadas a cabo. Hoje, pode-se afirmar que ela ainda conserva uma certa posição de prestígio. Nas outras escolas congêneres, isto é, na Marinha e Aeronáutica, a relativa predileção pela matemática continua. Essa matéria, em ambas as escolas, e

de modo semelhante à Academia do Exército, até há alguns anos, tinha por base os cursos de engenharia, o que constituía uma séria distorção. Por outro lado, as denominadas ciências sociais e humanas vêm conquistando espaço nos currículos responsáveis pela formação dos futuros oficiais das três armas, pois passou-se a perceber que certas matérias como a psicologia e a sociologia são importantes à exercitação das tarefas militares, fato que tem abalado o marcante prestígio da matemática, vigente até um passado bem próximo dos dias atuais.

Na época atual constata-se ainda uma presença significativa da matemática nas três escolas em questão. No que tange à Academia Militar de Agulhas Negras, essa matéria é ministrada com uma carga horária de cento e vinte horas anuais. Durante esse tempo estudam-se várias unidades programáticas, notadamente Cálculo Diferencial, que ocupa a maior parte do tempo, ou seja, trinta e quatro horas. Os procedimentos metodológicos a serem utilizados aparecem no final da relação das subunidades pertencentes a cada unidade. De modo constante e repetitivo, lê-se:

> "Na realização da aula teórica o professor abordará os pontos importantes dos assuntos e esclarecerá suas parte críticas. Em seguida passará a uma parte prática sobre o tema, onde serão resolvidos problemas pelos cadetes com a assistência do professor"[18].

---

[18] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias, Vol. 2, Curso Básico, Ensino Fundamental, 1o ano, 1991.

Quanto à Escola Naval, o ensino da matemática é segmentado em quatro disciplinas: Cálculo I, com setenta e cinco horas e cinco unidades. Cálculo II, com noventa horas e também com cinco unidades. Ressalte-se a presença de uma unidade intitulada Equações Diferenciais, com quinze aulas. Cálculo III, com sessenta horas, envolvendo seis unidades. Observa-se nessa matéria a destinação de quatro horas para aplicação em engenharia e circuitos. Cálculo Numérico, com quarenta e cinco horas e cinco unidades, dentre as quais aparece o tópico Resolução Numérica de Equações Diferenciais, ocupando seis horas. Prevê-se que tal disciplina será ensinada com vistas à aplicação em calculadoras e computadores. Em relação ao procedimento metodológico é dominante o uso da aula expositiva juntamente com a realização de exercícios em todas as quatro matérias mencionadas.

No que tange à Academia da Força Aérea, a matemática é subdividida em duas disciplinas: Cálculo Matricial com cinqüenta horas e três unidades. Encontra-se previsto, no plano de unidades didáticas a seguinte diretriz:

> "As aulas serão ministradas de forma expositiva com a realização de exemplos e exercícios que deverão ser resolvidos pelos alunos e, posteriormente, pelo professor. Com os conhecimentos adquiridos, o aluno será solicitado a resolver listas de exercícios extra classe a fim de fixar a aprendizagem"[19].

---

[19] ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 1º e 2º anos, 1991.

Cálculo Diferencial e Integral com cento e quarenta e quatro horas, abarcando sete unidades. O procedimento metodológico é idêntico ao proposto pela disciplina anterior.

Essa breve descrição do modo pelo qual a matemática é ensinada nas escolas militares permite inferências importantes. Em primeiro lugar constata-se que tal matéria é apresentada aos alunos em termos formais e abstratos, pois apenas na Marinha se nota uma reduzida preocupação com sua aplicabilidade. E o caso de Cálulo III, que destina quatro horas do total de sessenta à utilização dos conhecimentos na área de engenharia e circuitos, e de Cálculo Numérico, que, de modo geral, está voltado para o emprego em calculadoras e computadores. Tal distanciamento da realidade tende a incutir no cadete a concepção de que

> "o conhecimento matemático possui caraterísticas gerais de objetividade, de precisão, de rigor, de neutralidade do ponto de vista ideológico, que o universalizam"[20].

A inculcação dessa idéia exige a recorrência à teoria curricular, particularmente quanto ao conceito de currículo oculto, pois esse resultado não intencional, derivado de uma prática pedagógica intencional específica, só pode ser entendido pelo ângulo desse conceito. A tese do currículo oculto, nesse momento da análise do ensino castrense, é de suma importância, pois é sabido que em todas as escolas vigoram, ao mesmo tempo, vários tipos de

---

[20] MACHADO, N. J., Matemática e Realidade, Editora Cortez, S. Paulo, 1981, pg. 3 e 4.

currículo, além do oficial, previsto nos documentos e prospectos. A esse respeito Kelly[21] menciona o currículo real por oposição ao oficial, ou seja o que se faz na prática, caracterizado por um certo distanciamento do oficial; o currículo formal que diz respeito às atividades planejadadas para o horário de funcionamento da escola, o informal composto de atividades a serem concretizadas fora do horário escolar com base no voluntariado, e finalmente o currículo oculto, assentado em aprendizagens decorrentes da maneira pela qual o trabalho da escola é planejado e organizado. A importância desse currículo reside no fato de ele ser um agente bastante eficaz em termos de conformação dos alunos segundo o esquema reprodutivista.

Essa matemática pura ensinada nas escolas militares conserva um resquício da matemática estudada na Antiguidade. Ela é

> "filha dileta da matemática grega, especulativa, as preocupações estéticas se sobrepondo às de ordem prática, de resultados exatos relativos a um universo supratemporal, de formas perfeitas, captáveis apenas através da razão"[22].

E uma matemática que mantém uma ligação classista, pois como se sabe as elites dirigentes gregas possuíam bastante tempo livre para dedicarem-se a certos entretenimentos,de vez que seus escravos davam conta do trabalho manual, que era desdenhado por essa elite. Isso não significa

---

21 KELLY, A. V., O Currículo Teoria e Prática, Editora Harper e Row do Brasil, S. Paulo, 1981, pp. 3 e 4.

22 MACHADO, N. J., Matemática e Realidade, Editora Cortez, S. Paulo, 1987, p. 16.

que a matemática estava totalmente desvinculada do real, pois sabe-se que a geometria,por exemplo, originou-se da necessidade de se redistribuir as terras resultantes do rebaixamento anual das águas do rio Nilo.

A grande ênfase dada à matemática como um ramo de estudo distinto do real, embora não integralmente dele separada, haja vista a sua utilização na física, tende a promover a concretização de um outro resultado não intencional: a percepção pelos discentes de que as entidades matemáticas dirigem o mundo objetivo. Isto porque se trata de

> "uma matemática impregnada da inversão idealista que supõe a razão determinando o real, não tendo nele o seu ponto de partida ... Esta inversão é caracterizada pelo fato de os objetos matemáticos, hipostasiados, passarem a deter poderes insuspeitados de reger o real"[23].

Uma concepção de matemática tal como a anteriormente descrita facilita consideravelmente a assunção de um posicionamento determinista, outro resultado não intencional, em face da relação de causalidade ou de determinação do real pelo ideal. Esse posicionamento é reforçado pela presença significativa do Cálculo Diferencial inserido nas matemáticas ensinadas nas três escolas militares.

> "A equação diferencial ... é a linguagem matemática pela qual se exprime o determinismo. A solução de uma equação diferencial é totalmente determinada pelo estado inicial. Assim serão

---

[23] MACHADO, N. J., Matemática e Realidade, Editora Cortez, S. Paulo, 1987, pg. 51.

> inculcados, sob a forma de teorema matemático da idéia de que o passado e o futuro estão totalmente inscritos na configuração do instante presente"[24].

De modo resumido, pode-se afirmar que os alunos tendem a ver a matemática como uma ciência exata, o reino do indubitável, capaz de fornecer certezas, uma ciência da ordem e da medida, que tem justamente por objetivo

> "criar ordem onde previamente parecia reinar o caos, extrair estrutura e invariância do seio da desordem e da confusão"[25].

Essa visão se coaduna com a postura assumida pelos homens de modo geral, que, no decorrer da história, tentaram estabelecer uma ordenação de tudo aquilo que os cerca, pois parece não apreciarem o convívio com o duvidoso e o indeterminado. E bem provável que o apreço pela ordem, universalmente, tenha a ver com a estrutura classista reinante em quase todos os países do mundo. Quanto à formação dos futuros oficiais das Forças Armadas, isto constitui o núcleo central dessa tese.

A própria natureza da matemática contribui para o aluno adquirir as concepções mencionadas. De fato, essa matéria assenta-se em dois pilares específicos, que são o formalismo e a tautologia. O formalismo caracteriza-se pelo afastamento da realidade objetiva. As operações aritméticas,

---

[24] EKELAND, I., O Cálculo e o Imprevisto, Livraria Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1987, p. 21 e 25.

[25] DAVIS, P. J., e HERSH, R., A Experiencia Matemática, Livraria Francisco Alves, R. Janeiro, 1985, p. 203.

por exemplo, tomam o lugar das operações concretas. Cinco vezes cinco é um tipo de cálculo que pode envolver dinheiro, quilometragem, etc.

> "As operações algébricas introduzem um novo grau de abstração; os números aritméticos que simbolizavam a multiplicidade concreta têm, por sua vez, suas relações simbolizadas por letras ... Qualquer que seja o grau de abstração matemática sempre se trata de uma atividade operatória"[26].

Quanto à tautologia, que é um modo rigoroso de condução do raciocínio, ela está presente nos processos demonstrativos.

> "Uma proposição matemática é demonstrada quando a deduzimos de proposições já admitidas como verdadeiras, quando fazemos ver que ela decorre logicamente, necessariamente das precedentes. [Logo, ela] é demonstrada quando fazemos ver que não contradiz as proposições admitidas, que ela lhes é realmente idêntica, que diz a mesma coisa; demonstrar uma proposição é fazer ver que ela é tautológica em relação às proposições admitidas"[27].

Essa imagem da matemática transmitida de modo inintencional não encontra respaldo na realidade. Os prédios que desmoronam e as pontes que ruem, apesar de realizados pelo engenheiro, todos os cálculos necessários à construção dos mesmos, atestam, na prática, que a matemática só pode ser certa enquanto abstraída do real. A certitude da matemática é colocada em xeque quando se estuda a geometria. Enquanto na de Euclides, a soma dos ângulos do triângulo é igual a dois retos, na de Rieman, é superior a dois retos, e na de Labatchewsky, é menor do que os dois retos. O axioma que reza ser o todo maior que a parte só é

---

[26] HUISMAN, D. e VERGEZ, A., Curso Moderno de Filosofia, Livraria Freitas Bastos, R. Janeiro, 1980, p. 59.

[27] IDEM p. 60.

válido no âmbito dos conjuntos finitos e não em relação ao dos infinitos. No seu processo evolutivo, a matemática deixou para trás determinadas descobertas, tais como a multiplicação postaferésica e a aerodinâmica dos zepelins, o que descarta a sua validade permanente. O mesmo acontece com os modelos matemáticos utilizados para reproduzir ou vaticinar o comportamento do Universo, que são abandonados quando falham nessa tarefa.

A metodologia usada no ensino da matemática, como se viu, assenta-se na aula expositiva e na realização de exercícios pelo aluno e professor. Esse é o modo de aprender seu conteúdo. Aliás, a técnica expositiva, recurso mais utilizado nas escolas militares, evidencia que o conhecimento matemático é adquirido como algo pronto e acabado. Isto se aplica, inclusive, às demais matérias que fazem parte do currículo de formação dos futuros oficiais. A ausência da historicidade da matemática, com suas controvérsias e superação de descobertas que posteriormente se revelaram inúteis, contribui sobremaneira para reforçar o caráter estático e indubitável desse ramo do conhecimento humano.

Uma comprovação empírica da inculcação dessa imagem nos alunos foi obtida numa pesquisa feita pelo autor desse estudo[28] com os cadetes da Academia da Força Aérea que

---

[28] LUDWIG, A. C. W. A Formação do Oficial Brasileiro e o Currículo Oculto, in Pro-Posições, no 6, Agosto, 1991, pp. 54 a 55.

cursaram várias matérias na área da matemática, em 1988. Quatro perguntas, por escrito, foram feitas a eles. A primeira indagava se eles consideravam a matemática uma ciência exata. A segunda, se ela fornecia conhecimentos certos, de que não se pode duvidar. A terceira, se ela podia ser entendida como instrumento utilizado pelo homem para explicar, controlar e fazer previsões. A quarta, se o ensino ministrado na Academia tinha contribuído para ele responderem às perguntas anteriores. As respostas continham cinco alternativas: Sim, Não, Talvez, Não Me Considero Capaz de Responder, e Outra Resposta, um espaço pontilhado para uma alternativa pessoal. Do total dos cadetes que responderam às perguntas obtiveram-se os seguintes resultados incidentes na resposta Sim: primeira pergunta 93% , segunda pergunta 70% , terceira pergunta 64% e quarta pergunta 52% .

Analisando-se os resultados, pode-se inferir que a escola em questão, por intermédio do ensino da matemática, está passando para a grande maioria dos alunos as concepções de exatidão, indubitabilidade e ordem. A idéia de ordem pode ser deduzida da questão número três. Ma medida em que a matemática permite explicar, controlar e prever, é possível pressupor que os alunos estejam formando em sua mente, com a ajuda da matemática uma visão de mundo assentada em bases deterministas. É óbvio, entretanto, que pode ser única e aberta a questão, isto não pode ser afirmado de modo bastante seguro. Faz-se necessário realizar uma pesquisa mais apurada para chegar-se a conclusões mais incisivas a esse respeito.

Física

Ao lado da matemática aparece a física, uma matéria também tradicional e bastante prestigiada nas Escolas Militares. Na Academia Militar de Agulhas Negras, os alunos estudam a mecânica durante sesenta e quatro horas, e o conteúdo aborda os fundamentos básicos: a estática, a cinemática, a dinâmica do ponto material e a dinâmica dos corpos rígidos. Respectivamente, os procedimentos metodológicos previstos são os seguintes:

> "a cada operação ou conceito deve haver um emprego objetivo, num problema ou necessidade de uma atividade profissional./ Os exercícios escolhidos entre exemplos de estruturas simples, aplicados praticamente nas atividades militares, deverão ser resolvidos metodicamente de acordo com os conceitos já delineados./ Os professores, com os conceitos e teoremas ligados aos movimentos, deverão abordar os problemas de navegação, projéteis, satélites de transmissão e outros ligados às atividades militares./ Os professores deverão enfatizar que, juntamente com os conceitos, sua ordenação e organização em métodos são importantes para a aplicação na prática. Os exemplos deverão ser problemas práticos, objetivos e simples. A ênfase será mostrar mediante estes exemplos, a importância do princípio de conservação de energia e da quantidade do movimento no desenvolvimento tecnológico e na evolução das atividades militares./ Os professores deverão dar ênfase na análise dos movimentos dos corpos rígidos, principalmente nas particularidades que possam interessar ao estudo dos problemas que ocorram nas atividades militares"[29].

Estudam ainda cento e vinte horas de física, que agrega as seguintes unidades: Mecânica dos Fluídos, Calor, Acústica, Eletricidade, Magnetismo, Correntes Alternadas,

---

[29] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matéria, Vol. 2, Curso Básico, Ensino Fundamental, 1991.

Instalações Elétricas, Fenômenos Ondulatórios e Física Moderna. A metodologia de ensino proposta para todas as unidades é a seguinte:

> "Na execução da aula teórica, o professor começará por fazer uma exposição abordando os pontos importantes e esclarecendo as partes críticas do assunto tratado, em seguida passará a uma aplicação prática sobre o tema e serão resolvidos problemas pelos cadetes com assistência do professor. Pelo menos um dos tempos da unidade didática deverá ser utilizado para realização de trabalho de laboratório"[30].

Em relação à Escola Naval, nota-se uma quantidade significativa de matérias relacionadas a essa área do conhecimento:a-) Física Geral I, com setenta e cinco horas, envolvendo dinâmica e cinemática da partícula e física experimental. Na metodologia desta matéria está previsto que

> "deverão ser pré-selecionados alguns problemas de cada unidade para que os aspirantes os resolvam fora dos tempos de aula"[31].

b-)Física Geral II,com sessenta horas, abarcando eletricidade e física ondultória. A metodologia é a mesma da matéria anterior.c-) Física Geral III, com quarenta e cinco horas, agregando relatividade restrita, física quântica e física nuclear. d-)Eletricidade I, com sessenta horas. e-) Eletricidade II, com quarenta e cinco horas. f)- Fenômenos de Transporte, também com sessenta horas e g-) Eletromagnetismo com carga horária idêntica às anteriores. Nota-se nessas matérias um predomínio do uso da técnica expositiva e alguns trabalhos práticos de laboratório.

---

[30] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias, Vol. 2, Curso Básico, Ensino Fundamental, 1991.

[31] ESCOLA NAVAL, Projetos Específicos, 1º PL, 1989.

Na Academia da Força Aérea, os cadetes estudam:

a-)Eletricidade, com sessenta e cinco horas, abordando campo elétrico, potencial elétrico, corrente elétrica, magnetismo e tensão alternada, circuitos e fontes monofásicas. A metodologia desta disciplina prevê:

> "para que o cadete tenha um entendimento dos fenômenos físicos envolvidos nos processos elétricos, serão apresentados pelo professor através de aulas expositivas, as teorias envolvidas nos processos elétricos, assim como uma série de exemplos práticos envolvendo fenômenos elétricos. A seguir, para que seja obtida uma melhor compreensão dos fenômenos apresentados, os cadetes serão submetidos à resolução de exercícios em sala de aula e às práticas no laboratório"[32].

b-)Eletrônica I, com quarenta horas, abarcando diodos semicondutores, fontes de alimentação, transistor bipolar, amplificador e oscilador. A recomendação metodológica pertinente indica a

> "apresentação dos assuntos em sala de aula, seguido de exemplos resolvidos pelo professor e resolução de exercícios pelos alunos. Após as aulas em sala, serão feitas demonstrações experimentais em laboratório nas subunidades em que as mesmas são exigidas"[33].

Do mesmo modo que a matemática, a física ensinada nas Academias Militares baseia-se no uso massivo da técnica expositiva seguida de exercícios. E acrescentada, ainda, a realização de algumas experiências em laboratório. Essa maneira de ensinar a física assemelha-se ao seu ensino nas escolas de segundo grau. Tal como na matemática, os

---

[32] ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidade Didática, 1º e 2º anos, 1991.

[33] IDEM.

conhecimentos físicos são apresentados aos alunos de forma pronta e acabada, como verdades inquestionáveis, separados dos conflitos e contradições existentes no seio da sociedade e da comunidade científica. Desse modo o aluno tende a adquirir uma visão de mundo fechada, imutável e não questionável.

Comentando o atual estado do ensino da física no segundo grau, Zanetic afirma:

> "não se contempla a mudança epistemológica por que passou a física desde a sua estruturação clássica a partir do século XVII. Apresenta-se o conteúdo teórico da física como se seus conceitos e leis houvessem nascido meramente de uma atividade contemplativa inteligente dos fenômenos físicos ou de uma genialidade trancendental de uns pouco iluminados, ... modelo indutivista mais primitivo. Está ausente a história da física, tanto a internalista, isto é, a história do surgimento dos conceitos e leis universais que compõem as teorias, quanto a externalista, isto é, aquela que procura relacionar a evolução das idéias da física ao contexto social. A impressão que se tem é que as idéias da física surgiram num vazio intelectual e na ausência de determinantes sociais e econômicos. A física é apresentada como um ramo do conhecimento neutro, apolítico e desligado do cotidiano [o que conduz] à uma concepção de autonomia da física face à vida social"[34].

Com apenas uma ressalva que será objeto de comentário mais adiante, essas observações aplicam-se às Academias Militares.

A imagem da física que tende a ser passada aos alunos das escolas castrenses é semelhante à da matemática, pelo menos a comprovação empírica advinda da Academia da Força Aérea caminha nesta direção. As mesmas perguntas

---

[34] ZANETIC, J., Física Também é Cultura, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 1989, pp. 16 e 17.

feitas aos alunos em relação à matemática e que se encontram na página 278 foram utilizadas na física. Os resultados foram os seguintes em termos de Sim: primeira pergunta 65%, segunda pergunta 38%, terceita pergunta 65% e quarta pergunta 52%.

Parece que a idéia de certitude também está sendo passada para a maioria dos alunos no que tange ao ensino da física, o que pode ser inferido a partir das respostas à primeira pergunta. A concepção de indubitabilidade relacionada à segunda pergunta diminuiu, se comparada à matemática, mas trinta e oito por cento ainda é um percentual significativo. A diminuição dos percentuais comparados à matemática, no que tange a essas duas perguntas, pode ser explicada pelo caráter fatual da física. Diferentemente da matemática, ela está mais próxima da realidade objetiva, haja vista a utilização do método experimental pelos seus pesquisadores, reproduzido, de modo bastante simplificado, pelos cadetes, nos laboratórios. Entretanto, o percentual relativo à terceira pergunta é ligeiramente maior na física do que na matemática. Isto pode reforçar o indicativo de que a idéia de ordem também deve estar sendo passada aos alunos pelo ensino da física.

No que tange à ressalva às observações de Zanetic, esta diz respeito à física moderna. Com efeito, não se pode aplicar integralmente as afirmações de Zanetic nas escolas militares, pois constata-se a presença de uma unidade de

física moderna nos cursos da Academia Militar de Agulhas Negras e uma matéria específica na Escola Naval. De qualquer maneira, a incipiente presença da física na escola do Exército, sua baixa carga horária na Marinha, em relação à quantidade das outras matérias ligadas à física clássica, e sua inexistência na Força Aérea evidenciam o prestígio marcante da física clássica em relação à moderna.

Parece não haver dúvida de que o modo pelo qual a física vem sendo ensinada se encaixa numa perspectiva epistemológica tradicional. As palavras de Zanetic são mais apropriadas para expressar esse fato.

> "A concepção comumente propalada e até mesmo verossímil de que a observação e a experimentação realizadas com o intuito de coletar e organizar dados do real, permitem a elaboração de hipótese de trabalho que, após o confronto verificados com novas observações e experiências, levaria a um conhecimento verdadeiro ou às leis da natureza, precisa ser criticamente debatida"[35].

Contrapondo-se a essa visão, Zanetic cita outros modos pelos quais a física é construída, particularmente as propostas de Kuhn e Popper, baseadas, respectivamente, na utilização de paradigmas e refutação de modelos.

De acordo com Zanetic,

> "a tendência é fazer do ensino algo dogmático, a discussão das teorias não oferece muito interesse, a questão se resume em aprender a dar a resposta `verdadeira´ a perguntas e problemas semelhantes aos que figuram nos exames"[36].

Contra essa maneira de ensinar a física, ele apresenta uma

---

[35] ZANETIC, J., Física Também é Cultura, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 1989, p. 82.

[36] IDEM, p. 45.

proposta baseada em aplicações dos conhecimentos teóricos ao cotidiano, na apresentação da diversidade metodológica e numa preocupação com sua historicidade.

A notória preferência pela física clássica exige um comentário adicional. Essa opção revela-se harmônica ao caráter militar que é assentado na ânsia pela estabilidade. De fato, o determinismo inerente à física clássica é bem visto pelos funcionários fardados justamente pelo aspecto de previsibilidade que lhe é próprio. Capeck explica o determinismo, ao abordar as leis da conservação, em especial a da conservação da energia, afirmando serem essas as fontes de inspiração do determinismo estático. Segundo ele,

> "esta interpretação energética da relação causal se baseia na hipótese de que a causa e o efeito são no fundo idênticos, sendo meramente duas designações sucessivas para uma só e idêntica realidade ... Isto significa que todo estado presente no mundo está contido em qualquer estado passado e contém todos os estados futuros ... Não há novidade no Universo"[37].

Percebe-se, pois, que a física moderna não exerce uma atração significativa entre os militares, justamente porque ela se assenta num pressuposto indeterminista, o qual restaura o conceito de transformação no mundo físico, recuperando seu aspecto dinâmico desprezado pela visão clássica. Esse indeterminismo é convenientemente expresso no aspecto atômico pelo princípio científico da incerteza:

---

[37] CAPECK, M., El Impacto Filosófico de La Física Contemporânea, Editorial Tecnos, Madrid, pp. 148 e 149.

"é impossível saber com precisão absoluta ao mesmo tempo a posição e a velocidade [das] partículas: se determinarmos com grande precisão a posição, a velocidade fica indeterminada, e se, por outro lado, determinarmos a velocidade exatamente, é a posição que fica desconhecida"[38].

Ekeland, vai mais além, pois estende o indeterminismo ao mundo macroscópico. Cita como exemplo o caso de um cometa em deslocamento submetido à atração de duas estrelas, fenômeno detectado várias vezes no decorrer dos séculos. Segundo Ekeland a próxima aparição do cometa não pode ser prevista, pois os cálculos existentes não são capazes de garantir a época subseqüente de seu surgimento.

"Em outros termos, as observações passadas, o conhecimento de umas não pode ajudar a prever as outras, tanto quanto o conhecimento de mil números, tirados sucessivamente na roleta, não podem ajudar a prever o milésimo primeiro. O determinismo, no sentido em que o presente determina o futuro e contém o passado é, pois, uma propriedade da realidade tomada no seu conjunto. A partir do momento em que isolamos, nesta realidade global, no sistema do mundo, uma série de fenômenos que pretendemos observar e descrever, corremos o risco de não ver, desta realidade determinista, mais que uma projeção aleatória ... Com todo rigor, não há sistema fechado ao qual possam aplicar-se as leis da física isoladamente"[39].

História

O ensino de história, nos currículos de formação de oficiais, tem uma conotação específica. Não se reduz a um

---

[38] HAMBURGER, E. W., O que é Física, 2a ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1985, p. 67.

[39] EKELAND, I., O Cálculo e o Imprevisto, Livraria Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1987, pg. 64 a 66.

estudo evolutivo das civilizações de modo geral, da América Latina ou do Brasil em particular. E uma matéria voltada quase que exclusivamente para questões bélicas, ou mais corretamente, questões bélicas próprias de cada arma. Ela tem, portanto, uma finalidade profissional.

Na Escola Naval essa disciplina é ministrada no quarto ano, sob o título de História Naval. Os alunos estudam as seguintes unidades: a guerra naval até o aparecimento da arma de fogo; a expansão européia e a guerra moderna; As guerras da Revolução Francesa; a guerra no século XIX; A Primeira Guerra Mundial; o período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial e a guerra depois de 1945. A carga horária prevista é de quarenta e cinco horas, observando-se que a última unidade agrega cinco horas e que a técnica de ensino dominante é a aula expositiva.

Sob o título de História Militar essa matéria, no quarto ano da Academia da Força Aérea, trata dos pincípios de guerra, da Segunda Guerra Mundial, e do mundo após a segunda guerra, em termos das conseqüências políticas, militares e territoriais. A carga horária é de vinte e quatro horas, e o tempo destinado a este último tópico é de duas horas. A recomendação metodológica reza o seguinte:

> "A aula expositiva sempre com o apoio de mapas destinar-se-á a introduzir, explanar tópicos do programa, esclarecer dúvidas; o estudo dirigido será eventualmente aplicado, em especial, no estudo das batalhas, para que os alunos possam familiarizar-se com os textos fornecidos e aprender a pesquisar, discutir um assunto e chegar a uma conclusão; os filmes serão projetados como

instrumento de fixação dos tópicos desenvolvidos em aula"[40].

Ainda em relação à Academia da Força Aérea, essa matéria é ministrada, também, no segundo ano. A carga é de trinta e uma horas, e as unidades são parecidas, acrescentando-se apenas um tópico sobre a História do Poder Aéreo, cujo último conteúdo versa sobre a evolução da aviação após 1906. A recomendação metodológica é idêntica à anterior.

No que se refere à Academia Militar de Agulhas Negras, apesar de não se dispor do programa de matéria para se fazer uma descrição mais detalhada, pode-se expor o conteúdo da história militar ministrada nesse estabelecimento de ensino, examinando-se as apostilas utilizadas pelos professores. Uma delas trata da evolução da ciência e da arte da guerra, abordando os princípios de guerra utilizados em diversas batalhas: a de Leutras, a de Arbelas, a de Leuthen, travada em 1757 e a de Austerlitz ocorrida em 1805. A outra, intitulada Grandes Potências Mundiais registra a evolução histórica de diversos países: Grã-Bretanha, França, Estados Unidos da América do Norte, Alemanha, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Japão. Nota-se, nos diversos tópicos relativos a cada um desses países, que a grande maioria deles está voltada para um passado distante. Dos vinte tópicos destinados à evolução

---

[40] ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 4° ano, 1991.

francesa, apenas os dois últimos referem-se à França atual. Dos dez tópicos referentes à Alemanha, apenas o último trata da Alemanha de hoje. Em relação aos demais países, o esquema é o mesmo.

O que salta aos olhos, numa primeira observação do que foi descrito, é o fato de que os conhecimentos históricos são apresentados aos alunos na sua forma acabada. Mediante o uso massivo da aula expositiva, apostilas e outros recursos técnicos, os cadetes assimilam um conteúdo previamente elaborado, semelhante, portanto, ao que foi dito em relação à matemática e à física. De modo dogmático introjetam um conteúdo apresentado como certo e inquestionável, ou como diz Cabrini:

> "o aluno não se preocupa com as condições de elaboração deste produto acabado que lhe é apresentado e permanece prisioneiro de uma concepção de certa forma mágica ou teleológica do conhecimento do passado: é uma história `revelada´. Assim, quando bem sucedido, o aluno organizará, `sistematizará´ e `compreenderá´ o que foi apresentado pelo professor, reproduzindo o conhecimento deste, sem nem imaginar as condições em que esse conhecimento é produzido, o que, na maioria das vezes, até o próprio professor desconhece ... é uma história acabada, `verdadeira´, cujo conteúdo parece distante no tempo, que é apresentada aos alunos. Não parece necessitar que eles a repensem: é aceitá-la e consumi-la"[41].

Em segundo lugar, nota-se claramente um apego ao passado. Aliás, é esse passado que permite ao professor transmitir aos cadetes os conhecimentos históricos na sua

---

[41] CABRINI, C. e outros, O Ensino de História, 2a ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1986, p. 21.

forma acabada. A preocupação com o passado revela ainda a faceta marcante do caráter militar, que é sua inclinação às tradições, freqüentemente cultuadas no interior da caserna. O que transcorreu interessa aos militares porque é estático, não encerra o dinamismo e a incerteza do presente, podendo ser assimilado sem qualquer dúvida.

Esse apego ao passado revela ainda o receio do militar em assumir compromissos atuais. De fato, a história ensinada nas Academias não faz referência, por exemplo, aos atos intervencionistas praticados pelos funcionários fardados em período recente da evolução do país. Um estudo da interferência militar no âmbito político por meio de golpes e de práticas abafadoras de movimentos populares contestatórios, levaria, obrigatoriamente, a um questionamento de seu papel na sociedade brasileira, e poderia causar um efeito positivo em termos de possibilidade de superação da aparente crise de identidade por que passam as Forças Armadas.

Uma ênfase no presente, objetivo primordial da história, pois o passado é um instrumento de compreensão do momento atual, evitaria que os alunos assimilassem a falsa idéia de que a história se faz pela atuação dos grandes personagens.

> "A história - acontecimento é a história do homem visto como um ser social, vivendo em sociedade. E a história do processo de transformação das sociedades humanas, desde seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo. Desde o início, portanto, pode-se tirar uma conclusão fundamental: quer saibamos ou não, quer aceitemos ou não, somos parte da história e temos então

todos, desde que nascemos, uma ação concreta a desempenhar nela"[42].

Infere-se, também, que a concepção de história subjacente aos planos de ensino, que de modo não intencional é passado aos alunos, baseia-se num referencial determinista. Com efeito, a técnica narrativa viabilizada pelo uso da exposição oral simplifica o processo histórico, ao apresentá-lo como uma sucessão de causas e efeitos. Os princípios de guerra por sua vez são vistos como responsáveis pela vitória ou derrota dos exércitos. Inexiste preocupação em apresentar certos acontecimentos fortuitos com algo relevante numa situação bélica. A esse respeito, Carr pronuncia-se, colocando em posição de relevo o acidentalismo, por oposição ao determinismo. Diz ele:

> "esta teoria sustenta, geralmente que a história é uma série de acidentes determinados por coincidências, atribuíveis apenas às causas mais fortuitas. O resultado da batalha de Actuim ficou a dever-se não ao tipo de causas vulgarmente postuladas pelos historiadores, mas antes à paixão de Antonio por Cleópatra"[43].

A maior prova do determinismo reside na ênfase dada às potências européias. De fato, percebe-se que a história militar ministrada nas três escolas gira em torno de países do antigo continente. O estudo da Segunda Guerra Mundial coloca em destaque por exemplo, a Alemanha, a

---

[42] BORGES, V. P., O Que é História, 12a ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1987, p. 45.

[43] CARR, E. H., Que é a História, Gradiva Publicações, Lisboa, p. 82.

Inglaterra e a Itália. A análise da Revolução Francesa do ponto de vista da Escola Naval põe em evidência a França. A evolução das grandes potências contida na apostila da Academia Militar de Agulhas Negras inclui a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Tais países aparecem, portanto, como os grandes responsáveis pelo desenrolar da história, influenciando as demais nações do mundo.

> "É a evolução da sociedade ocidental européia que é tomada como `modelo´, como ponto de referência na análise ... o princípio de causalidade fundamental em história aparece como resultado de uma determinação a priori, mecanicista"[44].

O determinismo manifesta-se de modo fluente devido, também, à concepção linear de história adotada pelos professores e transmitida aos alunos. Recheada de causas e efeitos, a história militar ministrada nas Academias segue o modelo lógico e não psicológico, colocando como ponto de partida o passado remoto, caminhando paulatinamente até o presente, não atingindo porém o momento atual. Como se vê, esse modelo concorre para manter o aluno alienado do contexto em que está situado.

Essa visão linear de história permite ao cadete concebê-la como uma ciência bem arrumada, certa e coerente, ainda porque inexiste a preocução em apresentar aos alunos a concepção metodológica utilizada pelos historiadores. Os alunos não conseguem captar que os procedimentos de

---

[44] CABRINI, C. e outros. O Ensino de História, 2ª ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1987, p.27.

pesquisa nesse ramo do saber se iniciam

> "Com a seleção e ordenação de fatos elaborados pelo historiador de modo a transformá-los em fatos históricos. As causas determinam a sua interpretação do processo histórico, e a sua interpretação determina a seleção e a ordenação das causas. [O historiador] não pode abarcar mais do uma pequena fração dos fatos, mesmo no campo em que está especializado. O historiador seleciona os que são importantes para seus objetivos"[45].

É esse corte da realidade que favorece sobremaneira a proposta determinista.

A história, porém, não se enquadra nesse modelo linear. Enquanto uma ciência voltada para a evolução dos fatos, ela procura

> "Ver as transformações pelas quais passaram as sociedade humanas. A transformação é a essência da história. Não há uma linha constante e progressiva de desenvolvimento da história da humanidade, pois temos, ao mesmo tempo, hoje em dia, sociedades com formas de vida primitiva, consideradas ainda no período chamado pré-histórico (por exemplo, certas tribos da Nova Zelândia), e sociedades com um grau de desenvolvimento que permite explorações interplanetárias (como fazem os americanos e russos). Não se percebe, ainda como exemplo, uma linha constante e progressiva da passagem, a partir da Antiguidade, do trabalho escravo ao trabalho assalariado: a escravidão quase que desaparece na Europa Ocidental durante a Idade Média, para reaparecer na Idade Moderna, imposta pelos europeus nas Américas, como forma de relação de trabalho dominante. Não se deve, portanto, identificar a idéia de processo histórico com a idéia de progresso necessário. Dizer que o processo histórico é contínuo não significa dizer que ele obedeça a um desenvolvimento linear: não é uma linha reta com tendência constante, inclui idas e vindas, desvios, avanços, recuos, inversões, etc...A trajetória do homem na terra é indeterminada, em

---

[45] CARR, E. H., Que é a História, Gradiva Publicações, Lisboa, p. 86.

busca de sua própria razão de ser"[46].

Ainda em relação ao ensino da história militar, embora não apareça de modo ostensivo nos programas de matéria, infere-se que há uma preocupação dos responsáveis por essa disciplina em "extrair lições" das análises de certas batalhas durante a realização do curso.Essa inferência baseia-se principalmente em algumas entrevistas feitas com os responsáveis pelo seu ensino. Tal atitude pressupõe uma possível aplicabilidade seja a nível teórico ou a nível prático. No entanto, em ambos os casos essa tendência parece confirmar a postura determinista, uma vez que se presume que os conflitos bélicos sejam muito parecidos, mesmo que realizados em locais e épocas diferentes.Dessa forma, o exercício da previsibilidade torna-se possível, o que viabiliza a aplicação de lições extraídas de contendas anteriores em ensinamentos posteriores. Embora esse procedimento não seja de todo descartável, faz-se necessário enfatizar que a evolução tecnológica e as mudanças dos estilos de comando tendem a alterar esse modo de conceber a dinâmica dos conflitos. Cabe citar a esse respeito a guerra travada entre o Irã e o Iraque, na década de oitenta, onde este segundo país aplicou uma tática defensiva, obtendo relativo sucesso. No entanto, na atual década, ao guerrear contra os Estados Unidos da América do Norte essa tática acarretou ao Iraque uma derrota vergonhosa.

---

[46] BORGES, V. P., O Que é a História, 12ª ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1987, pp. 48 e 49.

Português

Dentre as matérias tradicionais ministradas nas escolas militares, destaca-se, também, a Língua Portuguesa, o que não poderia ser diferente, por constituir o meio de comunicação específico de todos os brasileiros. Na Academia da Força Aérea, essa disciplina é estudada durante todo o processo formativo, no decorrer dos quatro anos. No primeiro ano, a carga prevista é de oitenta horas, e os tópicos ensinados são os seguintes: sintaxe: período simples; sintaxe: período composto; morfossintaxe e tipos de textos. Metodologicamente é previsto o seguinte:

> "esta disciplina visa propiciar as condições para que o cadete, identificando os recursos gramaticais do idioma, seja capaz de compor textos em língua portuguesa culta, de demonstrar habilidade de leitura e interpretação de escritos diversos, de expressar-se oralmente com eficiência.Para tanto, procurar-se-á oferecer-lhe diversificadas situações de treinamento em que ele `escreverá´, `lerá´, `pensará´,`falará´,seja em situações convencionais de sala de aula, seja em arguições, seja em situação de avaliação, seja em discussões dirigidas, etc"[47].

No segundo ano, também com uma carga de oitenta horas, estuda-se: sintaxe, textos, narração-descrição e dissertação. A recomendação metodológica propõe:

> "a disciplina Língua Portuguesa visa a ensejar, principalmente, situações em que o aluno possa expressar seu pensamento por escrito, fazendo uso da norma lingüística culta. Nesse sentido, serão enfatizadas a elaboração e a reelaboração de textos produzidos pelo educando, a partir de temas indicados ou sugeridos pelo professor. A parte teórica, referente à Gramática Normativa, será aplicada em redações feitas durante as aulas"[48].

---

[47] ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 1º a 2º anos, 1991.

[48] IDEM, 2º ano,1991.

Em relação ao terceiro ano, o ensino do vernáculo se faz durante vinte horas, e os conteúdos referem-se ao texto dissertativo e ao texto narrativo. A metodologia prevê:

> "a disciplina Língua Portuguesa deverá levar o aluno a diferenciar um texto dissertativo de um narrativo, visando à produção de textos - meta principal do curso em questão. Para tanto, haverá o estudo de textos dissertativos e a leitura de uma obra literária de autor contemporâneo - "Os Tambores de S. Luiz", de Josué Montello, de acordo com os objetivos de cada unidade. A partir desses estudos, o aluno produzirá redações que, após serem analisadas, serão reproduzidas para que as falhas detectadas sejam sanadas"[49].

Quanto ao quarto ano, observa-se a mesma carga do terceiro, vinte horas, e as unidades são duas: estrutura e composição do texto e correspondência técnica e oficial. A metodologia reza o seguinte:

> "Além da parte teórica (expositiva) sobre conteúdos gramaticais pertinentes à expressão oral e escrita, o professor deverá fazer uso de: 1) recursos audiovisuais: retros, transparências, quadro, giz ... 2) textos relacionados para servirem de modelo nas atividades previstas. 3) livro de leitura indicado e do ICAER, para exemplificar, no que aproveitarem para os tópicos selecionados nas Subunidades. O aluno deverá ser solicitado a praticar os diversos tipos de discurso selecionados, os quais serão corrigidos e comentados pelos mestres"[50].

Na Academia Militar de Agulhas Negras, essa matéria é ministrada sob o título de Redação e Estilística. No primeiro ano é prevista a utilização de setenta e duas

---

[49] ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 3º ano, 1991.

[50] IDEM, 4º ano,1991.

horas para concretizá-la. As unidades que a compõem são: obra de ficção, gramática, sintaxe, discurso direto e indireto e redação. Respectivamente, as instruções metodológicas são as seguintes:

> "Os conteúdos desta UD visarão a proporcionar ao cadete a aquisição de elementos que lhes possibilitem uma postura crítica diante da obra literária, através da visualização dos recursos técnicos utilizados pelo autor, bem como das intenções veiculadas subjacentemente ao texto. Os ensinamentos ministrados em classe estarão vinculados à leitura e à interpretação de um mínimo de quatro obras de literatura brasileira. Esta UD será conduzida de forma que o cadete reconheça na gramática um instrumento imprescindível à correta expressão - seja oral, seja escrita - sem, no entanto, constituir um fim em si mesma. Minimizar-se-á, portanto, a ênfase sobre a nomenclatura, bem como sobre determinados `preciosismos´ gramaticais, buscando-se sempre o conhecimento do geral e do fundamental, nunca do específico, do supérfluo ou do controvertido. As sessões revestir-se-ão de um cunho eminentemente prático. A parte expositiva limitar-se-á a situar o cadete dentro do assunto, fornecendo-lhe tão-somente um embasamento teórico, a partir do qual possa, apoiado na pesquisa feita no livro-texto, aplicar as disposições normativas às questões referentes à linguagem. O material didático deverá ser calcado em textos extraídos da literatura brasileira, bem como em matéria jornalística. Buscar-se-á, prioritariamente, no desenvolvimento desta UD, o domínio das estruturas lingüísticas com vistas à desenvoltura no seu emprego. A análise sintática deverá ser considerada não mais que um meio, que possibilite ao cadete compreender o valor de cada componente estrutural do período, ao mesmo tempo em que visualiza o sistema de relações responsável pela articulação de tais elementos. A nomenclatura, assim como o exame de aspectos controvertidos, assumem papel irrelevante neste contexto. O esforço será direcionado no sentido de obter-se do cadete a habilidade na construção e na interpretação da frase. Nesta UD será buscado o domínio progressivo das técnicas de transposição de uma forma de discurso para a outra, através de exercícios eminentemente práticos realizados a partir de diálogos extraídos de obras da literatura brasileira contemporânea. Esta UD terá como objetivo primordial conscientizar o cadete da importância de um método que discipline o ato de

redigir. Para tanto, as etapas do processo redacional devem ser exercitadas paulatinamente, de forma a fazê-lo perceber tanto a necessidade da realização efetiva de cada uma, quanto a interdependência que as caracteriza. Os exercícios deverão ser aplicados visando inicialmente às diferentes etapas da metodologia da redação e, à medida que cada uma estiver bem assimilada, à produção de partes do texto que as contenham, até que possa ser efetuada a composição como um todo. Os temas selecionados procurarão estimular a criatividade do cadete, bem como a utilização de uma linha de argumentação baseada em critérios próprios, segundo um posicionamento claramente definido diante do problema apresentado"[51].

Estilística e Redação no segundo ano também compreende setenta e duas horas.São suas unidades: movimentos literários e estilística. O procedimento metodológico da primeira unidade reza :

"Não será enfatizada a memorização de nomes de obras e de autores das diversas escolas literárias. O esforço maior será no sentido da compreensão do fato literário como expressão de valores nacionais. O docente deverá promover a realização de trabalhos individuais e em grupo e discuti-los em classe, de forma a desenvolver atributos afetivos,tais como:objetividade, liderança, cooperação e respeito à opinião de outrem"[52].

O da segunda unidade afirma:

"o objetivo primordial desta UD não será a memorização de conceitos teóricos. O docente deverá conduzir as sessões de modo que o cadete possa assimilar tais conceitos através do confronto de excertos da obra de bons autores nacionais com textos defeituosos do ponto de vista estilístico. Nas sessões relativas ao assunto 6 - Estilística Aplicada, serão programados exercícios de produção de textos que possibilitem os cadetes colocar em prática os conceitos teóricos apresentados"[53].

---

[51] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias, Vol. 2, Curso Básico, Ensino Fundamental, 1º ano, 1991.

[52] IDEM

[53] IDEM

Sob o título de Técnicas de Comunicação, a Língua Portuguesa é ministrada na Escola Naval no primeiro e segundo anos. No primeiro ano ela abarca setenta e cinco horas e compõe-se das seguintes unidades: ortografia oficial; acentuação gráfica; pontuação; emprego dos numerais, pronomes, adjetivos e verbos; gênero, número e grau; sintaxe de concordância, regência e colocação; o processo da comunicação verbal; técnicas de comunicação e expressão; o tema; documentação e coleta de material; construção do esquema; o texto; métodos de comunicação verbal. Metologicamente prevê-se:

> "Além das preleções do professor, haverá exposição oral do aluno, estudo dirigido, leitura e análise de textos de autores considerados exemplares na técnica de escrever. Haverá exercícios práticos e redações, com análise dos erros e comentários críticos. Poderão ser utilizados textos que servirão de modelo quanto à técnica da composição. Cada quarto será dividido em duas partes para melhor atendimento aos alunos"[54].

No segundo ano, com setenta horas, a matéria engloba os tópicos: técnicas de comunicação oral; elaboração de textos; principais formas de composição; revisão do sistema gramatical da Língua Portuguesa; Técnicas de apresentação de idéias; exercícios de correção e aperfeiçoamento da voz; teoria geral da comunicação administrativa; normas para a redação oficial e elaboração das formas de correspondência: estrutura. Apontam as diretrizes metodológicas:

> "As aulas teóricas terão como ponto de partida a leitura e análise de textos de autores

---

[54] ESCOLA NAVAL. Projetos Específicos, 1º PL, 1989.

considerados exemplares na técnica de escrever. Haverá exercícios práticos de redação e expressão oral, com análise dos erros e comentários críticos. Poderão ser utilizados textos que servirão de modelo quanto à técnica de composição. Além dos exercícios práticos em sala de aula, os alunos serão conduzidos à realização de atividades extra classe, em trabalhos de grupo ou individuais. Haverá leitura e análise de obras literárias indicadas pelos docentes. Cada quarto será dividido em duas partes para melhor atendimento aos alunos"[55].

Antes de se proceder a uma análise mais profunda a respeito do ensino de Língua Portuguesa nas escolas militares, numa linha crítica, que pode não ser aceitável por aqueles que militam nesse ramo do saber, cabe ressaltar um sentido positivo no estudo dessa matéria. O que se pode inferir pelas colocações anteriores é que existe, nas três escolas militares um empenho muito grande em fazer com que os alunos dominem o idioma nacional. A carga horária e os procedimentos metodológicos assentados numa praticidade que se evidencia atestam a veracidade dessa preocupação.

A linha de abordagem a ser seguida, porém, não caminha nessa direção. Em primeiro lugar, ressalte-se novamente aquilo que já foi várias vezes repetido: de modo semelhante às demais matérias ensinadas, o conteúdo de Língua Portuguesa é apresentado aos discentes de forma acabada. O aluno o assimila como algo doado por alguém, especialista no assunto e que dele possui um domínio significativo. O processo de transmissão é relativamente,

---

55 ESCOLA NAVAL, Projetos Específicos, 2º PL, 1989.

pacífico pois não são mostradas a eles as incoerências existentes no cerne desse instrumento comunicativo. Apenas a título de exemplificação, mencione-se a questão gramatical. É sabido que as gramáticas contêm distorções, contradições, omissões e erros, e até hoje, pelo que consta, inexiste uma gramática padronizada.

Ainda em relação à gramática, cabe notar, pelas colocações anteriores, que há uma intensa preocupação por parte dos professores das escolas militares em fazer com que os alunos dominem as regras da língua materna. Não se pode afirmar que essa obsessão esteja voltada para ensinar a gramática pela gramática, cobrando seu domínio nas provas e exames, pois infere-se claramente a intenção aplicativa no falar e escrever. Por outro lado, percebe-se que o apego exagerado às normas lingüísticas revela uma postura eminentemente conservadora, uma vez que a

> "regra é construída para manter um status quo, para preservar um imobilismo lingüístico, onde só valem rígidos argumentos de autoridade"[56].

Ao analisar o ensino de português nas escolas, certos autores criticam essa ênfase na gramática, pois consideram que o falar e o escrever bem dependem muito mais da gramática espontânea, ou seja, daquelas regras interiorizadas pelo indivíduo resultantes do ato de falar e ouvir, praticados diariamente desde a tenra infância. Nesse caso, o mais importante é o ato de se comunicar bem e

---

[56] LUFT, P. C., Língua e Liberdade, 8ª ed., L e PM Editores, P. Alegre, 1985, p.100.

de forma mecânica. Isto não tem relação com a gramática ensinada nas escolas de modo didático, consciente, cujas regras são impostas aos alunos, sem levar em conta a diversidade idiomática e os momentos da comunicação.

Essa ênfase na gramática revela, também, um pressuposto assumido pelos professores que com ela trabalham: o de que ensinar uma língua seja ensinar a falar e escrever de modo correto, pois como diz Luft:

> "o pensamento tradicional só aceita a variante culta, formal, a linguagem policiada, cerimoniosa, considerando todo o resto `errado´. Por esse conceito (preconceito), a própria fala cotidiana das pessoas cultas está inçada de erros. Esse ensino formal é feito na escola com vistas ao comportamento em sociedade. Também há, digamos assim, regras de etiqueta verbal, que se espera sejam observadas no trato lingüístico. Mantida pela classe social dominante, a escola impõe a variante linguística mais culta para o ensino, desprestigiando e reprovando as outras variantes. A teorização gramatical escolar se faz dentro de uma tradição normativa impositiva, essencialmente conservadora, quando não reacionária. Em linguagem, a sociedade se polícia e se autopune com mínimas aberturas para a criatividade linguística individual"[57].

O que se pode inferir dessa dicotomia língua culta-língua popular é a evidência da divisão classista da sociedade. Bourdieu pronuncia-se apropriadamente a essa respeito. Segundo ele, existem dois modos distintos de falar: o burguês e o vulgar. Entre essas duas formas, manifestam-se diferenças marcantes. Há uma

> "tendência da língua burguesa à abstração e ao formalismo, ao intelectualismo e à moderação eufemística. [A língua popular] se manifesta na

---

[57] LUFT, P. C., Língua e Liberdade, 8ª ed., L e PM Editores, P. Alegre, 1985, pp. 45 e 90.

> tendência de ir diretamente do caso particular ao caso particular, da ilustração à parábola, ou de fugir da ênfase dos grandes discursos ou da afetação dos grandes sentimentos, pela zombaria, pelo atrevimento e pela impudicia. As classes privilegiadas [são] levadas a fazer da linguagem utilizada e da maneira de utilizá-la o instrumento de uma exclusão do vulgar onde se afirma sua distinção"[58].

Membros originados da classe média da sociedade, os alunos das escolas militares esforçam-se para dominar a língua culta a fim de obter uma aproximação com os segmentos dominantes da estrutura social e um afastamento dos grupos populares. Tal assertiva encontra respaldo na exigência militar quanto ao uso das regras de etiqueta. Durante as refeições, datas festivas e solenidades, cobra-se dos cadetes a aplicação das normas da convivência refinada. Na Academia da Força Aérea, por exemplo, há um matéria específica, ministrada aos cadetes do primeiro ano, denominada Conduta Social e Militar, que trata de diversos assuntos, tais como cumprimentos, trajes, ritual das bebidas, recepções, hospedagem, etc, reforçando a tese do distanciamento das classes menos favorecidas e da aproximação aos grupos privilegiados. Esse distanciamento é consentâneo com a ideologia da ordem e da lei, pois tende a facilitar a aplicação da força militar aos movimentos reivindicatórios.

Cabe lembrar aqui a posição moderada adotada por Bechara. De acordo com ele, quanto à educação lingüista, existem certas teses politicas que defendem o ponto de

---

[58] BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C., A Reprodução, Livraria Francisco Alves Editora, R. Janeiro, 1975, pg. 129 e 130.

vista de que as classes subalternas não devem aceitar a língua da classe dominante, ao contrário, devem ficar com a própria. Combatendo-a, ele afirma:

> "as normas da classe dita opressora e dominante não serão nem melhores nem piores do que as usadas na língua coloquial"[59].

As teses populistas ou elitistas são falhas do ponto de vista democrático, porquanto

> "só privilegiam uma variedade do código Verbal, ou a modalidade dita culta (da classe dita dominante ou opressora), ou a modalidade coloquial (ou da classe dita oprimida)"[60].

Essa posição é importante de ser lembrada, porque reenquadra ambas as formas de comunicação. Bechara condena a imposição da língua culta a todas as situações de uso da linguagem, optando pela mesma condenação quanto à língua coloquial por considerar essa prática um ato opressor. Por outro lado concebe como um procedimento libertador o entendimento de

> "que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais) e diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas(isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade lingüística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica.(...) O ensino dessa gramática escolar, normativa, é válido, como o ensino de uma modalidade `adquirida´, que vem juntar-se (não contrapor-se imperativamente)a outra,`transmitida´, a modalidade coloquial ou familiar"[61].

---

59 BECHARA, E. , Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade? 3ª ed., Editora Atica , S. Paulo, 1987, p. 12.

60 IDEM, p. 12.

61 IDEM, pp. 15 a 17.

Ordem Unida

O exercício da ordem unida, como algo sistematizado e alocado num plano de ensino para ser concretizado, talvez seja recente em termos curriculares, mas, enquanto prática, é indubitável que sua idade se confunde com a dos próprios exércitos, pois os deslocamentos grupais, na forma ordenada de movimentação das tropas, são antiquíssimos. Essa movimentação, inclusive, já constituiu tática de guerra e pode ser visualizada em muitos filmes que mostram o combate entre dois agrupamentos adversários, na forma de um quadrado, que se movimentam na mesma direção até se chocarem, resultando numa luta corpo a corpo.

História à parte, interessa nesse momento analisar o modo pelo qual essa matéria é ensinada e praticada nas escolas militares. Em relação à Academia da Força Aérea, constata-se que é exercitada durante os quatro anos do curso. No primeiro ano, com trinta e duas horas, prevêem-se dois tópicos: ordem unida desarmada e ordem unida armada. A recomendação metodológica estabelece:

> "a disciplina ordem unida deverá proporcionar aos homens e às unidades os meios de se apresentarem e se deslocarem em perfeita ordem, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos nos serviços, com aspecto enérgico e marcial, desenvolvendo, com isso, o sentimento de coesão e os reflexos de obediência que são preponderantes na formação militar"[62].

No segundo ano, gastando dezesseis horas, pratica-se apenas

---

[62] ACADEMIA DA FORÇA AEREA. Plano de Unidades Didáticas, 1º e 2º anos, 1991.

um procedimento, ou seja, o comando de fração de tropa, e a metodologia recomenda:

> "o desempenho e a vivacidade do cadete no comando de fração de tropa será conseguido através da técnica de exercício, após aulas expositivas sobre características e qualidades do comandante"[63].

No terceiro ano, com dezoito horas pratica-se apenas a instrução com armas e a metodologia prevê que

> "será utilizada a técnica de exercícios para aprimorar-se a prática de comando de fração de tropa armada"[64].

Em relação ao quarto ano, exercita-se, também um único procedimento, o de porta-bandeira e movimentos com espada. Os procedimentos metodológicos rezam:

> "ao final do curso o instruendo terá condições de conduzir a Bandeira Nacional ou o estandarte de uma Organização Militar nos desfiles e formaturas, bem como de realizar os movimentos previstos para um oficial armado de espada, sendo que para isto serão utilizadas aulas práticas e projeções de vídeo"[65].

Embora não se dispondo do plano de matéria do quarto ano, verifica-se que, nas três primeiras séries da Academia Militar de Agulhas Negras, pratica-se a ordem unida. De modo semelhante à sua congênere de Pirassununga, no primeiro ano, com vinte e uma horas, exercita-se a instrução sem arma e com arma. As respectivas instruções metodológicas dizem o seguinte:

---

63 ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 1º e 2º anos, 1991.

64 IDEM, 3º ano, 1991.

65 ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 4º ano, 1991.

"Nesta UD será dada especial atenção à correção individual dos movimentos de Ordem Unida sem arma, de modo a possibilitar impecável apresentação dos cadetes em formaturas e demais cerimônias militares"[66].

Em relação ao segundo ano, pratica-se apenas a ordem unida a pé, durante dez horas,e a instrução metodológica orienta:

"durante a primeira sessão relativa ao assunto 01, o instrutor deverá explicar aos cadetes cada termo empregado nos comandos a voz. A prática de comando continua nas sessões dos demais assuntos. A instrução relativa ao assunto 03 será eminentemente prática. Os cadetes comporão uma escolta e executarão os comandos dados por corneta. Os Cmt SV deverão manter uma escala de comando de ordem unida, aproveitando todas as oportunidades em que o cadete possa comandar, a fim de que ao final do ano, todos os cadetes tenham sido verificados, corrigidos e os mais fracos repetido o comando"[67].

Quanto ao terceiro ano, exercita-se a ordem unida à pé e a ordem unida motorizada durante seis horas.

De modo diferente de suas congêneres, a Escola Naval pratica a ordem unida no programa de adaptação, com um total de vinte e seis horas, envolvendo a instrução individual e coletiva, armada e desarmada. A recomendação metodológica aponta que o programa

"será ministrado através da técnica de exposição oral [e] de demostração prática e aplicação prática"[68].

---

[66] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias, Vol. 1, Curso Básico, Ensino Fundamental, 1º ano, 1991.

[67] IDEM, 2º ano, 1991.

[68] ESCOLA NAVAL, Programa de Adaptação de Novos Aspirantes,1991.

Cabe observar que essa redução do exercício da ordem unida é compensada pelos vários treinamentos realizados durante o ano por ocasião de desfiles e solenidades. Essa observação aplica-se, inclusive, às demais escolas, constituindo-se num reforço a essa atividade.

Do ponto de vista tático, e tendo em mira uma situação de combate contra um hipotético inimigo externo, não se pode afirmar que a ordem unida seja um recurso importante. Não é preciso ser um estudioso de história ou estratégia militar para perceber que os conflitos atuais pouco utilizam o deslocamento em grupo na forma de marcha, o que era bastante apropriado para os exércitos de vários séculos atrás. Modernamente a contenda não mais se realiza pelo contato direto, com ambos os grupos caminhando na mesma direção até se encontrarem. A própria movimentação das tropas, inclusive, é feita, na atualidade, com o uso de recursos motorizados, tais como caminhões e helicópteros.

Não se pretende com essas informações atestar a dispensabilidade da marcha. Ela continua tendo aplicação numa guerra, porém de modo bem diferente da ordem unida. O deslocamento de soldados rumo a uma direção predeterminada, nos conflitos modernos, é feito na forma de lanços curtos, rastejos ou com os joelhos. Por outro lado, o ambiente em

que o agrupamento se desloca geralmente é coberto de vegetação além de conter certos acidentes geográficos, tais como elevações rochosas, lagos, etc. A própria movimentação dos elementos é feita de maneira um pouco dispersa, e o controle do conjunto é menos rigoroso do que na ordem unida, principalmente porque a visibilidade fica bastante reduzida. Os meios utilizados para liderar a tropa vão além da viva voz, porquanto envolvem fumígeros, sinais luminosos, apitos e munição traçante. A forma de realização do treinamento difere em termos essenciais da ordem unida, pois, enquanto esta põe o destaque na harmonia grupal, a marcha

> "enfatiza a importância das técnicas individuais de movimento, da seleção das posições de tiro e da camuflagem"[69].

Em termos de transferência de aprendizagem parece, portanto, que a ordem unida não tem praticamente nada a contribuir com a marcha para o combate. Então como entender sua prática ostensiva nos cursos de formação de oficiais? Essa exercitação atende a várias finalidades. Em primeiro lugar ela contribui para a auto-reprodução ou a manutenção do tradionalismo das organizações militares, pois há um conjunto significativo de atividades nos quartéis, tais como as paradas diárias e os desfiles em datas festivas que exigem a sua prática.

---

[69] ODOM, W. O., A Marcha para o Combate e o Combate de Encontro, In Military Review, Mai/Jun, 1989. p. 40.

Ha, também, várias solenidades , no decorrer do ano letivo, às quais o público externo e as autoridades civis são convidadas para assistir. As formaturas de final de curso constituem exemplo típico,e os civis geralmente ficam encantados ao observarem as evoluções praticadas pelos agrupamentos de cadetes, em que cada um se apresenta impecavelmente fardado. Em segundo lugar, pode-se afirmar que a ordem unida constitui uma tática relativamente eficaz para acostumar os soldados a agir conjuntamente, no caso de dispersão de grupos que estejam realizando manifestações conturbatórias. Esses soldados ou seus superiores imediatos muitas vezes serão treinados pelos oficiais formados nas Academias.

Entretanto, durante o processo formativo, a contribuição mais importante da ordem unida parece ser sua capacidade de provocar a obediência a subordinação e a automação da conduta . De novo, é Foucault quem fornece uma interpretação do fenômeno. Ao analisar o processo de disciplinação, ele detém-se num tópico denominado "a elaboração temporal do ato", onde afirma o ajustamento do corpo ao imperativo do tempo, na forma de marcha à cadência do tambor, praticada pelos soldados do século XVII. Tal adequação permite a sincronia dos passos, que podem ser de vários tipos, por todos os membros do grupo. Fala também da correlação entre os gestos corporais e o próprio corpo, destacando a questão da postura dos braços, mãos, cotovelos, queixo, pernas, etc. Menciona, ainda, o fenômeno da articulação entre o corpo e o objeto, cujo exemplo

típico dado por ele são os movimentos com arma praticados pelos soldados: "ombro armas", "apresentar armas", "descansar armas",que exigem gestos rápidos, precisos e minuciosos por parte de quem os executa[70].

Os exercícios corporais com a espada ou o fuzil, bem como as evoluções realizadas conjuntamente inculcam no psiquismo do cadete as concepções de ordem e harmonia, haja vista que todos os gestos e movimentos são exaustivamente praticados, até o ponto em que não mais seja possível cometer algum deslize, pois não se admite que numa solenidade alguém manifeste qualquer discrepância, mesmo sendo mínima ou irrelevante.

Não é Foucault apenas que concorda com essa tese. Antes dele, um militar francês, o tenente-coronel Bouchacourt, já lhe era partidário, pois imaginava a tropa como uma massa perigosa suscetível de revolta parcial ou total, daí a necessidade dos procedimentos disciplinares. Suas afirmações são bastante ilustrativas:

> "quantos - gente jovem e jovens oficiais - dizem com um sorriso desdenhoso: `que se forme infantes flexíveis, ágeis e fortes. Que lhes ensine a atirar e a servir-se de suas armas. Está certo, mas perder-se um tempo precioso com manejo de armas, aborrecer-se e embrutecer-se homens com exercícios de ordem unida, exigências de posições rígidas, de continências, todo um formalismo caduco, isso não. Isso era bom para exércitos de profissionais, aos quais não se sabia o que ensinar durante o longo tempo de serviço; era bom para os exércitos de parada e guardas reais´. Sem dúvida, não convém eternizar-se nas rotinas do

---

70 FOUCAULT, M., Vigiar e Punir. Editora Vozes, Petrópolis, 1977, pp. 138 e 139.

quartel, no treinamento do soldado sem armas e no exercício de ordem unida. Há outras coisas para ensinar a um soldado moderno. Mas aqueles que descuram ou abandonam esses exercícios pormenorizados, não só tem unidades apresentando-se mal, mas pouco disciplinadas"[71].

A postura de Bouchacourt assenta-se no pressuposto do paralelismo entre a obediência física e moral, em que a primeira exerce um poder significativo sobre a segunda. Diz ele:

> "Pela repetição de ordens claras e bem conhecidas seguidas de uma execução rápida, seca e precisa, mesmo que maquinal, cria-se o reflexo da obediência. É preciso, por assim dizer, que nada se interponha, nem mesmo a reflexão, entre a ordem e a execução. [O reflexo da obediência] se consegue pela execução repetida e freqüente de pequenas coisas simples, pela obediência imediata a exigências minuciosas. Toda ação de conjunto, todo poderio coletivo exige freqüentemente uma obediência de máquinas. A transformação do aspecto exterior acarreta, também, uma transformação moral. E sobretudo, uma tropa que mantém limpo seu fardamento e seu alojamento, é menos capaz que uma outra, de desordem, de pilhagem, de baixezas mesquinhas e covardes"[72].

Segurança Interna

Nas escolas militares existe o hábito de agrupar as matérias segundo o atendimento a determinada finalidade. De modo geral costuma-se dividi-las em acadêmicas e profissionais. Parece que a polêmica existente nas

---

71 BOUCHACOURT, Ten. Cel., Ensaio sobre a Psicologia da Infantaria, Biblioteca do Exército Editora, R. Janeiro, 1951. p. 24.

72 IDEM, PS. 24 e 25.

congêneres civis entre a cultura geral e a cultura especializada manifesta-se nas academias sob outro rótulo. Dentre as matérias consideradas profissionais, ou técnicas segundo a versão paisana, destaca-se uma denominada "Segurança Interna", que merece algum comentário, dada a relação que existe entre ela e o cenário político nacional.

Antes de analisá-la, convém dizer que a referida disciplina não é formalmente ensinada na Escola Naval. Talvez essa ausência se explique pelo fato de que a força marítima, diferentemente das outras armas, e do ponto de vista estratégico, só deva ser utilizada para fins de defesa externa, pois o seu ambiente de atuação predominante é o oceano e não a terra . Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que em Direito os alunos estudam a Lei de Segurança Nacional, que constitui um tópico essencial da matéria em questão.

Na Academia Militar de Agulhas Negras, essa matéria é ministrada em doze horas, e os cadetes estudam os conceitos básicos de segurança interna, o inimigo interno e informações. A metodologia proposta para as duas primeiras unidades prevê que no ensino de ambas deverá ser buscado

> "tanto quanto possível, exemplos do cotidiano nacional,"[73]

enquanto para a última, devem ser feitos exercícios pelos alunos a serem corrigidos pelo professor.

---

[73] ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias, 3º ano, 1991.

Em relação à Academia da Força Aérea constata-se uma carga de cinqüenta horas com as seguintes unidades: Poder Nacional, Segurança Nacional e Defesa Interna, Plano de Segurança, Plano de Reunião e Alojamento, Defesa de Aeródromo, Defesa Antiaérea e Segurança de Autoridade. A recomendação metodológica propõe:

> "a disciplina Segurança Interna dará ao aluno subsídios para que possa identificar as expressões do poder nacional, os fundamentos da Segurança Nacional e da Defesa Interna. Os conteúdos acima mencionados deverão ser ministrados através de aulas expositivas e exercícios em sala, pelos instrutores das respectivas Unidades"[74].

Não seria preciso recordar aqui que a segurança nacional expressada numa lei com essa denominação, enfatizou o aspecto da defesa interna do país. Durante muitos anos e num passado bem recente, essa lei constituiu a ideologia dominante do Brasil. Elaborada pelo segmento militar da sociedade, com colaboração de elementos civis, a doutrina da segurança nacional serviu durante muito tempo para manter os interesses da burguesia nacional. Essa ideologia arbitrária manifestou-se várias vezes, na forma de sufoco a movimentos reivindicatórios e permanência de um regime ditatorial por duas décadas.

Ainda hoje, como se vê, essa ideologia continua sendo inculcada na mente dos futuros oficiais, e de maneira doutrinária, pois os conteúdos são apresentados de

---

74 ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 3º ano, 1991.

modo acabado, na forma de aula expositiva. Permanece, portanto, a preocupação com o inimigo interno e com o movimento comunista internacional. Parece que os planejadores de currículo das academias ainda não perceberam que o socialismo real já não mais existe e que o inimigo interno, constituído pelos elementos das classes populares, não têm condições de pegar em armas para subverter a situação atual, porque se encontram tão famélicos que suas forças são insuficientes para levantar um fuzil.

O estudo da defesa interna, tendo em vista seus conteúdos e objetivos, não só justifica como pode incentivar a intromissão castrense na sociedade civil. Não pode ser esquecido a esse respeito que, tradicionalmente, os militares brasileiros acostumaram-se à prática golpista, à tutela da sociedade civil. Por outro lado, consideram a democracia um sistema eminentemente frágil porque permite a livre manifestação individual e grupal, ao contrário do que ocorre na caserna, onde julgam existir o modelo político ideal. Além disso, sabem que os clamores das classes populares e as falcatruas das elites políticas, freqüentes no país, mostram um quadro potencialmente explosivo que está prestes a ser detonado. Devido à visão mecanicista e funcionalista de mundo, adquirida durante o processo formativo, defendem a manutenção, a qualquer custo, da ordem e da lei.

Poder-se-ia argumentar que a Defesa Interna tem que ser estudada porque é prevista na Constituição, aos

militares, a tarefa de defensores da ordem e da lei. Não é possível contestar essa argumentação, mas ela é precária, porquanto inexiste, nos currículos de formação de oficiais, outra disciplina que a complementaria e que poderia denominar-se Defesa Externa, tendo em vista que a Constituição também prevê, para eles uma tarefa que vai além das fronteiras nacionais. Inadequadamente, a defesa interna continua servindo como um instrumento forjador da identidade das Forças Armadas, o que não lhe é interessante pois serve como freio à sua modernização, além de seus membros continuarem disponíveis para manifestações golpistas e servirem como policiais dos grupos hegemônicos da sociedade.

Liderança

As Forças Armadas alemãs e americanas, sem dúvida, destacam-se, no contexto mundial, quanto ao estudo e aplicação dos conceitos e princípios de liderança mais avançados. Em relação à Alemanha, tal avanço é decorrente da Segunda Guerra Mundial, onde foi possível notar o alto nível de capacitação do oficial germânico na condução de soldados. Quanto ao exército norte-americano, tem-se o fato de que os Estados Unidos da América do Norte se autoconcebem como guardiões mundiais da democracia, logo seus soldados cumprem a missão de policiais do planeta. Com tantos possíveis inimigos externos, e o mais recente é o Iraque, é possível entender-se o porquê da sua constante preocupação

com a liderança.

O ensino e a exercitação da liderança na Forças Armadas brasileiras, se comparados aos desses dois países, estão aquém do desejado. Uma rápida análise dos currículos de formação de oficiais, revela essa precariedade. Na Academia da Força Aérea, o estudo de liderança restringe-se a apenas duas ou três subunidades pertencentes à disciplina Instrução de Doutrina e a uma unidade de Psicologia. No entanto, há um progrma prático de liderança que será comentado mais à frente. Na Academia Militar de Agulhas Negras, observa-se também a existência de um tópico na disciplina Psicologia, e um Estágio de Prática de Instrutor e de Comando. Na Escola Naval nota-se uma preocupação muito maior, se comparada às outras duas escolas militares. A liderança é estudada durante três vezes, no decorrer do curso, num total de noventa horas. Cumpre registrar que a preocupação com esse tema encontra justificativa na peculiaridade dessa arma, pois um grande contingente de homens entre comandantes e comandados permanece durante meses num espaço exíguo, o navio, em mar aberto.

A aparente crise de identidade que afeta as Forças Armadas nacionais devido à propalada inexistência de inimigos externos, pode ser apontada como a grande responsável pelo pouco empenho em atividades de liderança. Embora não se possa afirmar de modo categórico, sabe-se que a prática de conduzir soldados, na caserna, não é pautada, totalmente,

nos ensinamentos ministrados nas disciplinas anteriormente comentadas. Há uma certa distância entre a teoria e a prática, decorrente não só das dificuldades dessa transposição, mas também da natureza autoritária das instituições bélicas nacionais.

Pode-se afirmar, com um razoável fundamento que o modelo condutivo praticado gira em torno do binômio Mandar e Obedecer, condutas típicas dos profissionais da repressão. O programa de treinamento militar e de liderança exercitado pelos cadetes da Aeronáutica deve ser o protótipo adotado também no Exército e na Marinha, embora seja desconhecida nessas duas armas a existência de um programa dessa natureza. Pode-se ver no documento específico[75] que a conceituação doutrinária enfatiza a noção de autoridade e hierarquia, valores peculiares dos setores dominantes da sociedade.

A filosofia do treinamento enfatiza que o cadete deve sujeitar-se a rigorosa disciplina, obedecer prontamente, atentar para a pontualidade e observar a hierarquia em qualquer momento e situação na forma de cumprimentos, pedidos de licença, apresentação pessoal, posição de sentido, gesto de continência, uso do tratamento "senhor", etc. Todos os deveres do cadete na área do rancho, alojamento, Divisão de Ensino e formaturas, estão previstos

---

75 ACADEMIA DA FORÇA AEREA. Programa de Treinamento Militar e de Liderança, 1986

nesse documento. Ele recomenda, também o uso de fichas de observação pelos cadetes mais antigos em relação aos mais novos, a respeito de possíveis quebras das regras de conduta, e a utilização de medidas disciplinares, tais como a aplicação de corretivos, sustação de licenciamento, detenção, etc.

Complementa esse documento o Programa de Treinamento de Liderança destinado aos cadetes do 3º e 4º anos, tendo em vista uma aplicação adequada do programa de treinamento militar. Cabe destacar nesse plano a ênfase atribuída à conduta modelar, pois os cadetes mais antigos deverão servir de exemplo perfeito aos mais novos. Daí a orientação no sentido de serem cuidadosos com a apresentação pessoal e manifestarem condutas irrepreensíveis. No exercício de condução dos novatos, os veteranos devem treiná-los e corrigi-los sem o uso de tratamento considerado duro ou tirânico. Note-se que o exemplo a ser dado tem em mira uma resposta imitativa, esperando-se que os mais novos inclinem-se a comportar-se de acordo com os mais velhos, o que revela um forte apego à estabilidade. Existe a crença numa figura militar padronizada, que deve ser mantida no decorrer do tempo. Não só a aparência externa, mas também o modo de pensar e agir devem continuar inalterados.

Embora o exercício da liderança restrinja-se ao comando dos cadetes mais novos nos deslocamentos, bem como a observação de sua conduta e aplicação de corretivos, percebe-se que existe uma inquietação quanto a esse

programa. Oficiais e cadetes, talvez devido a leituras e contato com membros de Forças Armadas estrangeiras, atualmente têm-se manifestado a favor de um incentivo à pratica da iniciativa. Na Academia da Força Aérea, existem estudos a esse respeito, inclusive trabalhos escritos de cadetes mais adiantados, defendendo-a. Na Academia Militar de Agulhas Negras, encontra-se em execução um tipo de procedimento que se intitula "Exercício Inopinado", destinado a desenvolver a habilidade de iniciativa do cadete: de modo inesperado, um cadete qualquer é convocado por um oficial, para, em questão de horas, fazer o reconhecimento de um ponto qualquer, ou, num tempo mais dilatado, porém definido, realizar os procedimentos necessários à montagem de um comboio. Esses são dois exemplos de exercícios inopinados.

Apesar dessa preocupação em superar um modelo inadequado de condução de homens, deduz-se que ele se mantém como um protótipo marcadamente burocrático. Com efeito, a concepção weberiana, que designa a burocracia como uma estrutura de autoridade disposta de forma hierárquica, cujas atividades são realizadas por peritos treinados e com base em regras claramente definidas, aplica-se adequadamente às organizações objeto deste estudo. Esse processo burocrático tem o poder de fazer com que os elementos da instituição se comportem de maneira metódica, prudente e disciplinada, o que constitui uma forma eficaz de impedir a ocorrência de mudanças. A burocracia apresenta-se assim como um

instrumento bastante favorável à estabilidade, à ordem e à continuidade do processo rotineiro.

A menção a Weber abre um espaço para se fazer determinados comentários à respeito de certas concepções que lhe são próprias, as quais envolvem as organizações militares, encontráveis em seus escritos, especialmente nos textos "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída" e "História Geral da Economia". Nesse sentido, é muito difícil, por exemplo, discordar de algumas de suas concepções, tais como a de que o corpo de funcionários do Estado agrega os setores civis e militares; que esse corpo de funcionários é imprescindível para a modernização do Estado; que o capitalismo para prosperar depende de um Estado que se apóia numa burocracia especializada; que a burocracia, presente no Estado quanto na economia é um poder que não se pode escapar, e que é justamente essa burocracia que governa através da rotina da administração.

Quanto a sua concepção de que a eficiência militar baseia-se na disciplina burocrática, cabe fazer algumas observações. Essa inferência, provavelmente, foi extraída com base na atuação do exército germânico da época, que era uma organização fortemente hierarquizada. A rigidez hierárquica funcionava muito bem nos combates do século passado e início deste. Porém, os conflitos recentes estão a exigir do militar moderno a reação de iniciativa, que dificilmente pode emergir numa instituição enfatizadora da hierarquia. Essa supervalorização é adequada para o emprego interno das tropas

militares, pois para vencer os inimigos alojados no interior do país, basta que o esquema mando/obediência, assentado em princípios da psicologia comportamental, seja colocado em prática.

Em relação à idéia que Weber adota quanto a independência da burocracia, é preciso dizer que essa independência, em caráter absoluto, tal como ele parece conceber, não dá para aceitar, pois, a burocracia, no capitalismo, é assimilada pela sociedade burguesa.Enquanto membros da burocracia estatal, os militares são elementos pertencentes a determinados setores da sociedade. O corpo de oficiais de uma força armada, na atualidade, é constituído, majoritariamente, por indivíduos pertencentes às camadas médias da sociedade, e mantêm-se ligados às classes hegemônicas pela comunhão de valores específicos inculcados pela família e pelo processo educativo militar. Essa ligação dos oficiais com a classe dominante constitui algo tradicional, pois sabe-se que nos séculos passados, em alguns países europeus, o corpo de oficiais era formado de homens pertencentes ao círculo da aristocracia, onde predominavam os valores da honra e da lealdade. Por isso mesmo, a tarefa de defesa dos interesses dos reis e da nobreza era facilitada. Devido as práticas rotineiras, a burocracia apresenta uma grande resistência à mudança, uma forte tendência para a inércia, o que significa uma clara preferência pela manutênção do status quo. Assim sendo, ela pode entrar em conflito com outras esferas governamentais, dando a impressão de que possui uma autonomia absoluta.

O modelo de liderança praticado pelos alunos das escolas militares, como se vê, é bastante adequado ao papel constitucional de defesa interna, porém pouco adequado ao papel de defesa externa. Ele decorre do aludido estilo fayolista de administração, ineficaz numa situação de combate, excluindo, nesse caso, a função logística, muito importante em circunstância beligerante. Aliás, o ensino de administração é marcante nos atuais currículos de formação de oficiais, porém voltado a uma aplicação em época de paz, para gerir as diversas organizações militares espalhadas pelo território nacional. A aparente percepção de ausência do inimigo externo colabora no reforço dessa inclinação.

As habilidades administrativas relacionadas à inflexível divisão hierárquica do trabalho,à severa manutenção da impessoalidade e à aplicação da rígida técnica do comando pouco valem a um exército combatente. Embora tais capacidades possam ser adequadas às empresas que buscam o lucro, a organização militar tem uma meta bastante diferente: vencer a guerra. No campo de batalha predominam altos níveis de tensão, uma vez que a possibilidade de ficar inválido ou morrer é bastante grande, hipótese praticamente inexistente no ambiente de trabalho de uma empresa. Os altos níveis de tensão que predominam nos campos de batalha dificultam a coesão do grupo combatente, e, nesse caso, o pendor administrativo demonstra a sua impropriedade. Isso ficou evidenciado no Exército norte-americano, durante a guerra do Vietnã, pois muitos oficiais que dela

participaram eram graduados em administração e gerência empresarial e, como não poderia deixar de ser, passaram a atuar em moldes empresariais, exercendo papel de administradores eficientes. Esse fato ensejou, sobremaneira, o surgimento de duas conseqüências indesejáveis: a queda de moral da tropa e o aumento de motins e deserções. A ocorrência desses resultados não é estranhável, pois, se a ciência administrativa se originou dos quartéis em épocas remotas, sabe-se que ela se aperfeiçoou e se firmou graças à evolução do capitalismo. Logo, conclui-se que ela é um instrumento a serviço desse sistema econômico e não uma ferramenta específica da corporação bélica, o que não a invalida, entretanto, para a finalidade de conflito armado.

A manutenção de uma atmosfera de impessoalidade, tão comum nos modos tradicionais de gerência, predomina nas organizações militares aqui estudadas, de vez que essas instituições se apresentam como modelo burocrático digno de observação. Essa atmosfera de frigidez não colabora de modo positivo para o empenho do combatente. A solidariedade e o companheirismo, por exemplo, são valores preciosos num teatro de operações. Por outro lado, durante o segundo conflito mundial, constatou-se que as ligações interindividuais existentes nas companhias alemãs, principalmente entre comandantes e comandados, eram mais importantes do que a própria ideologia nazista defendida pelos soldados gemânicos.

A maior evidência da despreocupação com a área não

racional está no fato de que quase cem por cento dos objetivos instrucionais dos currículos das três escolas se enquadram nos domínios cognitivo e psicomotor da taxionomia de Bloom e colaboradores. Os de nível afetivo raramente aparecem nesses documentos. Embora haja outros motivos, não se pode esconder que a preferência pela área cognitiva e psicomotora deve muito à facilidade de observação e controle dos comportamentos pertinentes a esses dois domínios. O afetivo, segundo se crê, por ser pessoal, profundamente subjetivo e não racional, escapa ao controle e à previsibilidade.

Utilizando-se qualquer uma das classificações relativas ao estilo de liderança, infere-se que o praticado pelos cadetes durante o processo formativo e que é assentado no binômio Mando/Obediência é bastante centralizado. No esquema de Beal[76], que apresenta três tipos, Autocrático, Democrático e "Laissez-faire", deduz-se um enquadramento no primeiro tipo. De fato as características básicas desse esquema dizem respeito às sensíveis diferenças existentes entre os membros do grupo bem como às comunicações que tendem a ser unilaterais, no sentido dos dirigentes para os dirigidos.Essas peculiaridades são específicas do meio castrense. Quanto

---

[76] BEAL, G. M., Liderança e Dinâmica de Grupo, 3 ed., Zohar Editores, R. Janeiro, 1967, p. 21.

ao modelo de Tannenbaum e Schimdt[77] , que comporta níveis de controle desde o mais centralizado, onde o administrador toma uma decisão e anuncia-a até o mais descentralizado, cujo administrador permite que os subordinados atuem dentro de limites pré-estabelecidos, nota-se uma aproximação do estilo praticado nas academias com o primeiro nível dessa proposta.

Embora não seja intenção principal demonstrar a precariedade desse estilo centralizado de comando, tendo em vista uma situação de guerra, cabe dizer que algumas experiências realizadas em dinâmica de grupo evidenciaram que esse modo de conduzir pessoas tende a provocar reações de irritabilidade, hostilidade e agressividade entre os membros do grupo. Ora, numa situação de conflito armado, os comportamentos de camaradagem, cooperação e esforço conjunto, são fundamentais ao exercício do combate. Se as reações de hostilidade forem dirigidas ao comandante do grupo é óbvio que este perderá sua competência como líder e não mais conseguirá influenciar o comportamento dos liderados rumo à conquista dos objetivos táticos visados.

A centralização do processo decisório na figura do líder também não é conveniente, pois acostuma-o a buscar as soluções para os problemas na própria bagagem de conhecimentos e experiências. Muitas vezes as informações advindas de subordinados, desde que haja o costume de consultá-los, o que não é praxe na liderança autocrática, são

---

[77] TANNENBAUM, R. e outros, Liderança e Organização, Editora Atlas , S. Paulo, 1972, p. 94.

importantes para se resolver um problema qualquer . O depoimento de um estudioso do assunto merece ser lembrado:

> "estou certo de que nenhum oficial de minha geração poderia dizer honestamente que, numa hora crítica, ou num momento de apuro não se bebeficiou de sugestão apresentada por um subordinado que pensou por si mesmo e concebeu alguma linha de ação que se mostrou vantajosa"[78].

Quanto à iniciativa, talvez a habilidade mais importante que um combatente deva exibir, dificilmente pode vicejar num ambiente cerceador tal como vem sendo descrito e cuja expressão sintética é o tipo de liderança centralizada, praticada pelos cadetes . e que leva o nome de Cadeia de Comando. Vários estudos em publicações militares têm enfatizado a importância da iniciativa na guerra. Apenas a título de exemplo, cite-se o caso[79] ocorrido na Segunda Guerra, num confronto entre grupamentos russo e alemão. Um tenente germânico, comandante de um batalhão, na ausência de ordens emanadas de superiores hierárquicos, tomou uma série de providências e conseguiu vencer seus oponentes.

O exercício da iniciativa é um imperativo da guerra moderna. Eherenberg fala sobre

> "a aparição de novas táticas de combate, que consistiam no uso maciço de um tipo de soldado pouco utilizado anteriormente: o atirador livre. Estes soldados encontravam-se na situação fantástica de serem levados a combater sem vigilância hierárquica. Deviam, portanto, possuir,

---

[78] ROSKILL, S. W. A Arte da Liderança, Zahar Editores, R. Janeiro, 1967, p. 66.

[79] FASTABEND, D. A., Iniciativa em Combate: Seis Horas em Balta, In Military Review, Vol. LIX, nº 1, 1º trim., 1979, pa. 13 a 21.

> em total contradição com a tradição militar, capacidades de iniciativa que não existiam nas batalhas clássicas do século XVIII"[80].

Tendo em vista as peculiaridades do conflito contemporâneo, Janowitz afirma:

> "a instituição militar, apesar da estrutura hierárquica, dos rigorosos requisitos de coordenação e da elevada centralização de diretrizes organizacionais, deve lutar, ao contrário, por desenvolver a mais ampla descentralização de iniciativa nos escalões inferiores"[81].

Pode-se inferir que a pedagogia castrense incentiva demais o conformismo. Aliás, convém dizer a esse respeito que o carreirismo constitui uma expressão ilustrativa do conformismo. Aqueles que desejam alcançar postos superiores tendem a agir rigorosamente dentro dos padrões estabelecidos e geralmente são consentidores exemplares. Entretanto, esse não é o tipo de militar adequado às necessidades das instituições bélicas. Ao contrário, ele é o protótipo do inerte, incapaz de sugerir algo diferente que, aplicado, redunde em benefício para a tropa. O conformista, aquele que não é acostumado a tomar iniciativas, caracteriza-se como um indivíduo de baixa capacidade para enfrentar situações de tensão, o que é muito comum em circunstância de conflito armado. Isso, inclusive, já foi confirmado em pesquisa, tendo por base uma batalha na guerra da Coréia.Para suavizar ou evitar o conformismo,

---

80 EHERENBERG, A., A Instrução Militar: Uma Pedagogia da Autonomia? In Forum Educacional, Vol. 11, nº 2, Abr/Jun, 1987, p. 21.

81 JANOWITZ, M., O Soldado Profissional Estudo Social e Politico, Edições GRD, R. Janeiro, 1967, p. 44.

deve-se estimular adissensão no processo decisório, de acordo com a proposta do coronel Field[82]. A dissensão,no entanto, não é um expediente próprio do estilo centralizado de liderança.

Talvez, o estilo mais adequado de liderança para as Forças Armadas seja aquele inventado pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, que vem sendo estudado pelo exército norte-americano. Esse estilo, denominado Comando Através de Diretrizes, cujo vocábulo germânico AUFTRAGSTAKTIK[83] sintetiza suas peculiaridades, permite que a iniciativa seja amplamente praticada desde o mais alto posto de hierarquia até o soldado raso. Um dos pressupostos básicos desse tipo de condução de homens é a teoria do caos, aplicável na astronomia, biologia e outros setores, inclusive,por incrível que pareça,até na matemática.

A prática da AUFTRAGSTAKTIK leva em consideração que o combate moderno é bastante caótico, o que não constitui novidade, pois há muito tempo Clausewitz afirmava:

> "a guerra é o domínio da incerteza. Três quartos da circunstância sobre as quais a ação da guerra está assentada estão mais ou menos ocultas numa névoa de incerteza.E necessário uma inteligência perspicaz e penetrante para determinar a verdade"[84]

---

[82] FIELD, E. R., Dissenção: Fator Negligenciado no Processo de Tomada de Decisão, In Air University Review, Vol. XXX, nº 1 e 2, Outono/Inverno, 1978/9, p. 95.

[83] SOTTUNG E .J .L . ,Comando Através de Diretrizes (Auftragstaktik). Possibilidades e Limitações na Paz e na Guerra,Escola de Comando e Estado do Maior do Exército, R. janeiro, 1987.

[84] LORINGHOVEN, H. V. F., O Poder da Personalidade na Guerra, Biblioteca do Exercito Editora, R. Janeiro, 1986, p. 71.

Essa incerteza é agravada inclusive pela velocidade dos acontecimentos bélicos e principalmente pelo uso do princípio da surpresa tão comum nos confrontos contemporâneos.

O ataque israelense ao Osirak em 1981 e a invasão do Líbano em 1982 são exemplos típicos da utilização da surpresa em combate. Em concordância com essa linha de pensamento, Heydte, ao abordar o fenômeno da guerra em sua variante irregular, afirma:

> "a liderança na guerra irregular só raramente é constituída; normalmente é improvisada . Não há esquemas, segundo os quais este ou aquele nível de chefia possa ser definido. Todo chefe de guerra irregular ... tem incomparavelmente mais independência e liberdade de ação do que teria no mesmo posto, na guerra regular. A guerra irregular costuma colocar muitos chefes de escalões menores em situações em que têm de agir completamente independente em todas as áreas"[85].

Os Procedimentos Didáticos

Objetivos Educacionais

Como se viu anteriormente, o modelo de planejamento educacional adotado pelas escolas militares é o normativo. Destaca-se nesse modelo a formulação específica de objetivos instrucionais predeterminados pelos planejadores curriculares e professores responsáveis pelas respectivas disciplinas. Apenas para exemplificar, cite-se que os alunos do primeiro

---

[85] HEYDTE, F. A. V. D., A Guerra Irregular Moderna, Biblioteca do Exército Editora , R. Janeiro, 1990, pg. 198 e 199.

ano da Escola Naval têm que alcançar cerca de quatrocentos objetivos, os da Academia da Força Aérea em torno de setecentos e os da Academia Militar de Agulhas Negras mais ou menos novecentos . Esses objetivos estão distribuídos pelas diversas matérias que compõem o currículo do primeiro ano escolar.

A presença maciça de objetivos instrucionais num programa de ensino caracteriza um tipo de planejamento denominado por Apple de sistêmico. Suas afirmações são de importância vital nesse momento. Diz Apple:

> "aprendendo a trabalhar para os objetivos pré-ordenados alheios, os estudantes também aprendem a funcionar numa sociedade cada vez mais industrializada e burocratizada em que os papéis sociais que se tem de desempenhar já estão sedimentados na fábrica social"[86].

Essa afirmação corrobora a idéia defendida nesta tese da definição antecipada dos papéis destinados aos indivíduos pela escola.

Também são muito importantes outras de suas afirmações:

> "Considerarei a linguagem sistêmica como uma retórica social conservadora ... Os modelos sistêmicos visam, fundamental, e inalteravelmente, às regularidades do comportamento humano ... [Há uma] tendência dos planejamentos urbanos de criar sistemas cujo ideal é que `nada esteja fora de controle´, que a vida institucional seja mantida a cabresto tão curto [que] qualquer procedimento das diferentes atividades deva ser regulado pelo mínimo denominador comum ... Conquanto se veja a mudança como importante, ela é geralmente enfocada por noções como a de ajustamento ao sistema ... A ordem e o consenso tornam-se extraordinariamente

---

86 APPLE, M., Ideologia e Currículo, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1982, p. 178.

importantes; o conflito e desordem são vistos como antitéticos ao funcionamento harmônico do sistema"[87].

Não seria fora de propósito afirmar que o modelo sistêmico de planejamento se enquadra num esquema determinista.

Uma grande quantidade de objetivos a serem alcançados, os quais se contam às centenas, em face da relatividade do tempo disponível e utilização massiva da técnica de exposição oral, permite concluir que os mesmos, em sua quase totalidade, enquadram-se no nível mais elementar da taxionomia do domínimo cognitivo, isto é, na classe do conhecimento. Tais objetivos exigem apenas o uso da memória. De fato, nota-se claramente que os verbos utilizados na definição dessas metas, tais como Citar, Identificar, Calcular, Distinguir, Selecionar, Reconhecer, Descrever, Apontar, Definir, Indicar, etc, aparecem com muita frequência nos planos de ensino das três escolas e indicam operações onde a memória é o fator predominante.

Tendo por base a classificação de Objetivos Educacionais de Bloom e colaboradores, pode-se afirmar, com pouca margem de êrro que raramente as habilidades mentais superiores - Análise, Síntese e Avalição - são exercitadas pelos cadetes, pois a quantidade de objetivos relacionados a elas é bastante reduzida em comparação ao nível mais elementar que é o Conhecimento. Aliás, Landsheere faz um questionamento interessante a esse respeito, perguntando:

---

87 APPLE, M., Ideologia e Currículo. Editora Brasiliense. S. Paulo, 1982,pg. 163 a 174.

"Podem ser traduzidos em termos de comportamentos observáveis, objetivos mais nobres?"[88].

Essa pergunta é pertinente, dada a dificuldade de se operacionalizar uma atividade subjetiva em termos de reações visíveis, pretensão dos responsáveis pelo ensino. A ênfase na memorização e o pouco interesse em relação aos processos reflexivos superiores denotam uma preocupação marcante de controlar a conduta dos alunos. Com efeito as respostas que giram em torno da memória são antecipáveis, enquanto o ato de analisar, sintetizar e julgar, evidenciadores da originalidde e criatividade do discente, caracteriza-se pela imprevisibilidade.

O apego à imobilidade e o conseqüente desprezo à mudança são revelados, inclusive, pela quantidade exagerada de objetivos a alcançar, que, somados àqueles específicos do segundo, terceiro e quarto anos, ultrapassam a casa de alguns milhares. A intenção é clara: pretende-se preparar um oficial dotado de todas as habilidades possíveis ao enfrentamento das futuras tarefas, o que não é possível de ser conseguido, pois, como diz Landsheere,

"na vida, um indivíduo é chamado a resolver problemas, a adaptar-se a situações nem todas susceptíveis de previsão. Não podem ser antecipados todos os comportamentos"[89].

---

[88] LANDSHEERE, V., e G., Definir os Objetivos da Educação, Livraria Martins Fontes, Santos, p. 304.

[89] IDEM

Técnicas de Ensino

É possível sustentar a hipótese de que a aula expositiva é o recurso mais utilizado pelos professores, desde o primeiro grau até a pós-graduação. Essa suposição aplica-se, inclusive, às escolas militares objeto desta pesquisa. De fato, após um levantamento feito nas matérias ministradas no primeiro ano dos cursos das três armas, constata-se a presença marcante dessa técnica de ensino. Esse levantamento constitui uma amostragem suficiente, pois essa técnica é predominante também nas demais séries.

Na Academia Militar de Agulhas Negras, a aula expositiva, denominada Palestra, é mencionada mais de duzentas vezes. Na Escola Naval, além de cento e cinqüenta vezes e, na Academia da Força Aérea, acima de trezentas vezes. Respectivamente, a técnica que lhe sucede é o Exercício, cuja cifra gira em torno de cem, vinte e cento e cinquenta. É previsto o uso de outras técnicas, tais como o Trabalho em Grupo, o Estudo Dirigido, etc, no entanto as campeãs de utilização são as duas quantificadas. Cabe notar que a alta frequência de uso dessas técnicas se explica pelo tipo de planejamento adotado, que prevê não só a técnica de ensino a ser usada em cada uma das inúmeras subunidades dos planos de ensino, mas também a quantidade de aulas e os recursos audiovisuais.Como se percebe este tipo de programação enfatiza amplamente a previsibilidade e o controle.

Voltando a atenção para as campeãs de uso, nota-se

que a aula expositiva, acompanhada dos freqüentes exercícios individuais visa à fixação dos conteúdos ministrados. Aliás, a exposição oral revela esse escopo pela sua própria definição:

> "a aula expositiva consiste numa preleção verbal utilizada pelos professores com o objetivo de transmitir determinadas informações a seus alunos... O que se exige dele[s] é que internalize[m] o material... apresentado, conhecendo-o e compreendendo-o, tornando-o assim disponível para um futuro uso"[90].

Infere-se aqui o privilégio dado à memória, pois o ato de guardar os conhecimentos nessa faculdade mental aparece como algo eminentemente inerte, que só adquire movimento numa possível aplicação. Com efeito, o estímulo às habilidades mentais, que estão além da memória, pode conduzir à reflexão, ao despertar da consciência crítica, o que constitui sério obstáculo à manutenção do controle e da previsibilidade da conduta discente.

A aula expositiva, quer sob a forma dogmática, quer sob a forma dialogada, mostra a participação dominante do professor. O modo dogmático é aquele assentado na regra de que a fala do professor é a expressão da verdade, enquanto a maneira dialogada se caracteriza pela participação do aluno com apresentação de exemplos, comentários, indagações e complementações. Embora haja um certo esforço de alguns professores em estimular a participação dos cadetes sabe-se que envolvimento dos mesmos é relativamente baixo, pois

---

[90] RONCA, A.C.C. e ESCOBAR, V.F., Técnicas Pedagógicas Domesticação ou Desafio à Participação?, Editora Vozes, Petrópolis, 1980, p. 86.

o cerceamento adotado pelo sistema tende a transformá-los em indivíduos quietistas. Por isso mesmo, parece vingar nas escolas militares, o modelo bancário de Paulo Freire, que caracteriza o processo educativo como um ato permanente de depositar conteúdos. Essa concepção, como não se ignora, assenta-se no pressuposto de que o educando é o objeto e não o sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Recursos Audivisuais

O modelo Bancário é solidificado na medida em que se observa a presença marcante dos recursos audiovisuais nas salas de aula, visto que a técnica expositiva é um procedimento de ensino que requer a ajuda desses instrumentos didáticos. Inclusive, ela fica mais atraente quando o professor complementa suas palavras com slides, transparências, murais, etc. Assim sendo, tais expedientes atuam como reforçadores da fala docente e colaboram em larga escala para memorização dos conteúdos ministrados. A aula expositiva acompanhada de recursos audiovisuais constitui uma situação adequada para provocar a dependência e submissão do aluno ao professor, favoráveis ao exercício do paternalismo. Apenas para ilustrar essas assertivas, convém dizer de novo que, na quase totalidade das salas de aula das três escolas em questão, existe um retroprojetor fixo, permanentemente disponível aos docentes.

Verifica-se, portanto, que o uso dos recursos audiovisuais nas escolas castrenses, está assentado em

pressupostos científicos superados há muito tempo. De fato, o suporte dessa visão tradicional é a psicologia sensual-empirista que supõe serem as imagens mentais resultantes imediatos da apresentação de estímulos visuais e sonoros. Por isso o procedimento de apresentação desses estímulos durante a aula expositiva é utilizado com muita frequência.

Cabe realçar que essa concepção foi substituída pela psicologia genética.

> "A imagem mental longe de ser um resíduo da sensação e da percepção, constitui uma `cópia´ ativa, resultado da ação do sujeito sobre a realidade ou, na linguagem piagetiana, uma imitação interiorizada. A atividade, a ação ... constitui a base sobre a qual se constroem as noções, os conceitos, enfim, todo o conhecimento. Este conceito de atividade, que caracterizamos como fundamental na didática renovada, marca, nitidamente, a fronteira entre o audiovisual utilizado de forma tradicional e o audiovisual metodologicamente renovado: o primeiro apoiado na falsa concepção de `mente = máquina fotográfica´, gerando imagens diretamente de contacto com a realidade, por um processo imediato; o segundo, fundamentado na psicologia genética de Piaget, encarando a imagem mental como uma `construção´ interior,e para a qual as ações do sujeito sobre os estímulos são imprescindíveis para o resultado objetivado"[91].

Conteúdos Programáticos

A viabilização da técnica expositiva acompanhada dos recursos audiovisuais é facilitada pela maneira adotada para organizar os conteúdos programáticos. Como se sabe, a Didática apresenta dois modos básicos de ordenação: o

---

91 PARRA, N., Metodologia dos Recursos Audiovisuais, Edição Saraiva, S. Paulo, 1973, pg. 64 a 76

horizontal e o vertical. O primeiro caracteriza-se por relacionar entre si os assuntos de uma mesma matéria, bem como tais assuntos com os diferentes campos do conhecimento humano. O segundo, no âmbito de cada uma das matérias, parte de um nível de complexidade mais baixo e caminha em direção a outro mais elevado. Nas três escolas objeto de análise desta pesquisa, o modo de organização dos conteúdos aproxima-se do vertical. Convém utilizar o termo aproximação porque não se poder afirmar com certeza que a verticalidade, tal como foi definida, é corretamente aplicada. Entretanto, pode-se afirmar com certa segurança que o modelo adotado não é o horizontal.

O modo vertical de ordenar os conteúdos permite ao professor transmitir aos alunos os conhecimentos de forma pronta e acabada, pela aula expositiva e recursos audiovisuais. Pequenas porções do conhecimento, relativas às várias áreas do saber, são passadas aos alunos mediante os expedientes mencionados. Esses conteúdos são, portanto, memorizados de forma predominantemente dogmática, como algo relativamente certo, quase indubitável. Podem, inclusive, ser aplicados, porém de modo a manter a continuidade dos processos objetivos, pois são conteúdos mais ou menos estáticos que adquirem um certo dinamismo quando aplicados numa realidade para conservá-la. Tal conhecimento, adjetivado de científico, pela suposta objetividade, é assimilado pelos cadetes como algo verdadeiro. Não percebem assim que o conhecimento humano nasce da dúvida e se nutre da incerteza.

Nessa versão, os professores, normalmente, apresentam aos alunos uma

> "fatia do saber de que se julgam os proprietários epistemológicos. Esta é uma ilusão tétrica, pois constitui uma neurose geométrica. Ao invés de proporem aos alunos (ou vítimas) apenas instrumentos possíveis e discutíveis de aproximação da verdade, passam a propor-lhes a verdade, seja ela a sua, o que é raro, seja a dos outros, o que é muito mais freqüente. Neste nível, os alunos passam por um real processo de deformação: começam a viver a ilusão do porto seguro, da falácia das evidências, da quimera das teorias certas. Uma coisa nos parece certa: nenhuma opção crítica pode nascer nos alunos, quando os professores lhes ministram ou inculcam um conhecimento que seria a expressão da verdade objetiva"[92].

A atomização dos conteúdos está a serviço de uma ideologia conservadora e pretende transformar os alunos em agentes justificadores do "status quo". O indivíduo que aceita uma abordagem única do conhecimento tende a adquirir uma visão distorcida da realidade. Aliás, a possibilidade de situar-se no mundo atual, em termos de uma análise crítica das inúmeras informações que atingem os seres humanos bem como o choque de valores, só pode ocorrer por meio da ultrapassagem dos obstáculos que existem entre as disciplinas. O homem

> "ao viver, encontra uma realidade multifacelada, produto desse mundo, e, evidentemente mais oportunidades terá em modificá-la, na medida em que a conhecer como um todo, em seus inúmeros aspectos"[93].

---

[92] FAZENDA, I.C.A., Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro, Edições Loyola, S. Paulo, 1979, p.47.

[93] IDEM

Técnicas de Avaliação

O recurso metodológico, destinado a constatar o nível de introjeção desses conteúdos, é a avaliação. Com efeito, o sistema de medida do processo ensino-aprendizagem utilizado pelas três armas visa, por meio de números e conceitos, verificar, basicamente, a capacidade de memorização dos conhecimentos por parte dos cadetes. Como os objetivos, na sua grande maioria, situam-se no nível conhecimento, e a técnica de ensino predominante é a aula expositiva seguida de exercícios e acompanhada de recursos audiovisuais, segue-se que a avaliação tende a girar em torno do processo de lembrança.

É extremamente difícil, complexo e demorado pesquisar os instrumentos de medida a fim de comprovar que a avaliação está predominantemente voltada para a memorização, no entanto os procedimentos metodológicos citados constituem indícios significativos dessa tendência. Além deles, pode-se mencionar que as provas, exames e exercícios são compostos de certos itens que corroboram essa propensão. Na Academia Militar de Agulhas Negras, é muito usada a prova mista, composta de itens objetivos e dissertativos, a critério do professor, sem proporção definida. Na Academia da Força Aérea, acontece o mesmo, porém com uma proporção padronizada, não obrigatória, mas geralmente seguida pelos docentes, em que cada prova contém quinze itens de múltipla escolha, cinco de resposta curta e três dissertativas. Na Escola Naval, também, a opção é do

professor, mas é montada com base em itens dissertativos e de múltipla escolha. A presença dos itens de múltipla escolha revelam a inclinação para a memória, pois, de acordo com a teoria didática, esse tipo de item tende a ser impróprio para medir habilidades intelectuais superiores, tais como análise, síntese e julgamento.

Pode-se deduzir, com relativa segurança, portanto, que os instrumentos de medida utilizados na escola castrense estão voltados para constatar o nível de introjeção dos conhecimentos ministrados, o que revela mais uma vez o apreço dos militares pelo estabelecido. Cabe dizer que a preocupação com a memória pode ser inferida, também, a partir do número expressivo de provas e exames a que os cadetes são submetidos durante a realização do curso. Na Academia da Força Aérea, os cadetes-aviadores, no decorrer das quatro séries, submetem-se a mais de cento e cinqüenta provas e exames, enquanto na Academia Militar de Agulhas Negras, o total ultrapassa a cifra de cem e, isso sem mencionar os exercícios avaliatórios que chegam a dezenas, aplicados pelos docentes em determinados momentos da concretização dos respectivos programas, segundo critérios pessoais. É muito difícil, à vista desses números, admitir a possibilidade de avaliar-se outra coisa que não a memória.

Essa quantidade exagerada de momentos avaliatórios, tende a indicar ainda uma outra faceta da avaliação castrense: o seu caráter autoritário. Nenhum aluno, em sã

consciência, sendo-lhe permitida a opção, aceitaria submeter-se a essa avalancha de provas, exercícios e exames. Entretanto, esse caráter tem muito a ver com a manutenção da sociedade, ou, como diz Luckesi:

> "a prática escolar predominante hoje está se dando dentro de um modelo teórico de compreensão que vê a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade. O autoritarismo, como veremos, é elemento necessário para a garantia deste modelo social, daí a prática da avaliação mostrar-se autoritária. A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá que obrigatoriamente ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade ... A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola"[94].

O aspecto autoritário da avaliação revela-se, também, pelo de seu papel disciplinador. Embora não seja fácil comprovar a existência desse fato nas escolas militares, pode-se aceitar que o mesmo venha ocorrendo. A liberdade que é dada ao professor para montar suas provas e principalmente o estímulo que lhe é oferecido no sentido de manter uma avaliação progressiva, com aplicação dos exercícios individuais, favorece o surgimento da conduta disciplinadora, visto que é um fato corriqueiro nas academias, os cadetes manifestarem reações consideradas inadequadas em sala de aula. Mencione-se a esse respeito certos atos comuns como o dormir, escrever carta para a namorada, estudar outra matéria, conversar com o colega ao lado, etc, os quais, certamente, provocam irritação no

---

[94] LUCKESI, C. C. Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo. In Revista da Associação Nacional de Educação, ano 5, nº 10, 1986, pg. 47 a 49.

professor que se encontra ministrando, com empenho, sua aula. Para vingar-se dos indisciplinados, o professor pode colocar armadilhas nos testes e incluir questões para surpreender os despreparados. A esse respeito, sabe-se que, nas três escolas militares, são freqüentes as reclamações dos cadetes quanto ao fato de os professores ensinarem a matéria num determinado nível e a cobrarem em nível mais alto, ou ensinar uma coisa e cobrar outra. Essas reclamações encontram-se registradas oficialmente segundo os responsáveis pelo setor de avaliação de todas essas escolas.

A atitude disciplinadora manifesta-se também no momento em que o professor calcula a média de cada aluno. Considerando-se o caráter progressivo da avaliação, o procedimento mais correto seria adotar o resultado posterior em que o aluno teve melhor desempenho. Entretanto, não é o que acontece, pois o grau obtido na nova oportunidade avaliativa é somado ao grau menor anterior, e a nota é dada na forma de média, não se respeitando o crescimento do aluno.

Esse resultado pela média constitui algo marcante no ensino militar e faz parte do esquema classificatório adotado pelas academias. A classificação dos cadetes pelo setor de avaliação é a atividade mais importante do processo de formação da oficialidade, porquanto a pirâmide hierárquica será construída com base nos resultados médios, aritméticos ou ponderados, decorrentes das provas e exames. Pequenissimas diferenças, décimos e centésimos, são sobrevalorizadas pois são os responsáveis diretos pelo

enquadramento do aluno num determinado ponto da linha hierárquica.

Como se pode notar

> "o sistema de avaliação utilizado nas Academias reforçam a competividade e o individualismo entre os alunos"[95],

valores típicos dos setores dominantes da sociedade. Aliás, diga-se de passagem, que tais valores também são inculcados no psiquismo discente através dos inúmeros campeonatos esportivos, tanto internos quanto externos, realizados no decorrer do processo formativo.

Embora tenha uma finalidade específica, não se pode deixar de notar, outra vez, a preocupação com a imobilidade e a ordem, de vez que essa função classificatória se revela um instrumento estático e frenador do processo de desenvolvimento individual. Nesse modo de avaliar, visa-se

> "à função estática de classificar num padrão definitivamente determinado [inferior, médio, superior] ... Todos preferem, definitivamente, deixar os alunos com as notas obtidas, como forma de `castigo´ pelo seu possível inadequado desempenho"[96].

Essa forma de enquadramento constitui um entrave ao avanço do aluno rumo a determinadas metas. Quase nada é feito aos alunos que foram enquadrados num patamar inferior, apesar

---

[95] LUDWIG, A.C.W., A Formação do Oficial da Aeronáutica e a Liderança, in Ensino, vol.II, no VI, NOV/85, p. 20.

[96] LUCKESI, C.C. Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo, In Revista da Associação Educacional de Educação, ano 5, nº 10, 1986, p. 49.

de o programa prever a recuperação, que não tem o poder de alterar a nota já obtida. Os cadetes com notas mais baixas são obrigados a carregar, pelo resto da vida profissional, o estigma de maus alunos, pois seus resultados permanecerão registrados e arquivados ao longo do tempo, refletidos, inclusive, nas últimas posições que irão ocupar na escala hierárquica.

Luckesi afirma que o processo classificatório serve à reprodução da sociedade, pois ocorre uma distribuição dos indivíduos.

> "Os que são considerados `bons´, `médios´ e `inferiores´ no início de um processo de aprendizagem, permanecerão nas mesmas posições no seu final ... E a fórma de, através da avaliação, traduzir o modelo liberal conservador de sociedade ... possibilitando a uns o acesso e aprofundamento no saber, a outros a estagnação ou a evasão dos meios do saber. Mantém-se pois a distribuição social"[97].

No meio militar a função classificatória da avaliação serve também à reprodução da própria organização castrense, que é firmemente apoiada no princípio da hierarquia, ao mesmo tempo em que é valorizado o princípio meritocrático justificador das diferenças existentes no seio da sociedade. Essa meritocracia não tende a contribuir para a formação de uma mentalidade verdadeiramente democrática, isto é, aquela que vai além do aspecto jurídico.

O empreendimento classificatório, portanto, não se ajusta ao regime democrático legítimo. A função diagnóstica

---

[97] LUCKESI, C. C. Avaliação Educacional Escolar. Para Além do Autoritarismo, In Revista da Associação Educacional de Educação, ano 5, nº 10, 1986, p. 60.

da avaliação é que se harmoniza com ele. De fato, a psicologia educacional ensina que a aprendizagem é um processo dinâmico, logo, a atividade de diagnóstico é que ganha relevo, pois

> "ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência. A prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a tranformação deverá estar atenta aos modos de ultrapassagem do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois que o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá que ser diagnóstica, ou seja, ela deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos ... Uma sociedade democrática está fundada em relações de reciprocidade e não de subalternidade ... [logo,] uma avaliação diagnóstica que conduza professor e aluno ao atendimento dos requisitos mínimos necessários para que cada um possa participar democraticamente da vida social"[98]

deve ser devidamente instituída, praticada e privilegiada.

Como se pode ver, o sistema de avaliação talvez seja o principal recurso de inculcação da ideologia dominante pois é responsável direto pelo enquadramento do cadete num determinado ponto da linha hierárquica, a partir do qual, no decorrer dos anos e após a formatura ele ascenderá aos postos superiores de modo previsível e organizado.

> "A hierarquia se apresenta como a forma corpórea desta ideologia: Uma carreira ordenada em `lugares´ ascendentes onde a ascensão individual paulatina obedece aos critérios da educação formal e da capacidade individual, ou, no limite, à antiguidade

---

[98] LUCKESI, C.C. Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo. In Revista da Associação Educacional da Educação, ano 5, nº 10, 1986, pg. 48 e 49.

no posto. Cumpre, portanto, uma das funções básicas da ideologia burguesa: atribui lugares aos sujeitos"[99].

Material Didático

Apesar de não constituir preocupação especial desta pesquisa, um breve comentário sobre o material didático deve ser feito. A brevidade justifica-se devido ao fato de que uma análise metódica e profunda a respeito dos livros e apostilas utilizados nas três escolas em questão, com vistas a identificar neles certos conteúdos ideológicos, pertinentes aos objetivos do presente trabalho, exigiria um tempo dilatado, haja vista a grande quantidade dessas publicações.

A literatura relativa à análise de livros didáticos existentes é bastante significativa e geralmente mostra ao aluno uma série de falsidades. Na obra "Mentiras que parecem Verdades", de Marisa Bonazzi e Umberto Eco, logo na introdução, os autores asseveram:

> "os livros de leitura falam dos pobres, do trabalho, dos heróis e da Pátria, da importância e da seriedade da escola, da variedade das raças e povos que habitam a terra, da família, da religião, da vida cívica, da história humana, da língua italiana, da ciência, da técnica, do dinheiro e da caridade,"[100].

---

[99] FERNANDES, H.R., Os Militares Como Categoria Social, Global Editora, S. Paulo, 1978, p.161.

[100] BONAZZI, M. e ECO, U., Mentiras que Parecem Verdades, Summus Editorial, S.Paulo, 1980, p. 15.

Entretanto, não fazem referência aos problemas reais que os alunos enfrentam no presente ou enfrentarão no futuro. Esses mesmos tópicos são abordados de maneira a transmitir idéias incompletas ou não verdadeiras, tal é o caso, por exemplo, do trabalho apresentado ao aluno como uma atividade não instauradora de relações sociais específicas.

Em outra obra intitulada "Literatura Infantil e Ideologia", de Fúlvia Rosemberg, a autora analisa o conteúdo de uma amostragem de livros feitos por adultos e destinados às crianças, as quais, geralmente, não opinam a respeito dos textos que lêem por falta de canais adequados a esse mister. O cunho ideológico dessa literatura é apresentado pela autora na conclusão da obra:

> "sua dupla mensagem realiza um sincretismo temporal, pois é parcialmente destinado à criança de hoje (na sua posição de dominada) e ao adulto que será (na sua posição de dominador). Essa orientação a destinatários diferentes transparece claramente na mensagem: a proposta de manutenção dos privilégios de categorias sociais não etárias se faz principalmente através do conteúdo; a manutenção dos padrões vigentes de relação adulto-criança se processa principalmente através da temática e de elementos estruturais, podendo ou não ser reforçada por aspectos de conteúdo"[101].

Vários artigos sobre o livro didático usados principalmente nas escolas de primeiro e segundo graus são escritos nos Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade. O caderno número dezoito, por exemplo, é totalmente destinado à análise dos textos usados por professores, e o seu título "O Cotidiano do Livro Didático"

---

[101] ROSEMBERG, F., Literatura Infantil e Ideologia, Global Editora, S. Paulo, 1985, pp. 103 e 104.

foi instituído bem a propósito. Não resta dúvida de que existem inúmeras outras publicações sobre o tema.

Tal como já foi mencionado, o uso de apostilas, nos cursos de formação de oficiais das três armas, é muito intenso. Uma leitura dessas publicações pode revelar a presença de conteúdos ideológicos pertinentes. A título de exemplo serão comentadas apenas duas apostilas da Academia Militar de Agulhas Negras e uma da Academia da Força Aérea.

Em relação à Escola do Exército, uma das apostilas pertence à disciplina geografia. Sua análise revela um caráter marcante, isto é, a geografia apresentada é essencialmente descritiva, pois compõe-se de vários tópicos, e essa abrangência tende a forçar a descritividade. Apenas para exemplificar, citem-se alguns: Brasil: caracterização da área, Estrutura Geológica do Brasil, Hidrografia do Brasil, Clima do Brasil, etc. A ênfase no aspecto descritivo diminui acentuadamente o espaço da problematização e tende a conduzir a uma postura de neutralidade, pois o momento para se posicionar em relação aos problemas implícitos ou raramente explícitos na análise, devido à sua extensão, fica bastante reduzido. Os conteúdos dessa apostila estão voltados, basicamente, para um processo de memorização, para uma inércia intelectual. Quanto a um tópico específico, isto é, Brasil: Fatores Políticos, o autor da apostila conclui que

> "existem focos de antagonismos gerados pela permanente atividade do MCI [movimento comunista

> internacional] na política nacional, que procura infiltrar-se nos diversos segmentos da vida nacional".

Tal assertiva, além de constituir um anacronismo, um apego ao passado, um saudosismo nostálgico, tende a manter presente a figura do inimigo interno e a reforçar o papel militar de defesa interna, previsto na Constituição.

A apostila de Direito Constitucional, de modo semelhante à anterior, é uma publicação eminentemente descritiva também, onde se destaca uma grande quantidade de conceitos e definições. Cabe salientar nela a presença de um conceito importante, que é o de Estado, definido como

> "uma agremiação humana, em território certo e determinado, subordinada a um poder soberano, que lhe dá unidade orgânica. O Estado é a nação politicamente organizada. O Estado é uma nação com um governo".

Não é necessário ser um especialista no assunto para perceber que essas abstrações têm um cunho marcadamente ideológico, pois o estado é apresentado ao aluno como uma entidade pacífica, agregadora de forças e desvinculada da estrutura de classes antagônicas vigente na sociedade. É sintomático perceber-se, também, que a apostila não toca nem de leve na questão da subordinação militar ao poder civil, o que seria muito importante na formação política dos futuros oficiais, tendo em vista criar barreiras ao intervencionismo castrense.

Quanto à Academia da Força Aérea, existe a apostila intitulada "Profissão Militar", pertencente à matéria cuja denominação é idêntica ao título dado a esse

documento didático. Essa matéria, após ter sido ministrada algumas vezes, foi suprimida do currículo há dois anos atrás porque também era ensinada na Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica. A apostila em questão de modo parecido às outras duas é recheada de definições relativas às peculiaridades, valores e ideais da atividade castrense. Uma das concepções mais importantes que aí se encontra é a do caráter social da profissão militar. O texto diz o seguinte:

> "A profissão implica a existência prévia de uma sociedade organizada e funcional na qual as diversas atividades e profissões estão distribuídas e organizadas com vistas ao bem comum e ao interesse público. Qualquer atividade disfuncional em relação ao bem comum ou à moral terá que ser eliminada ou ajustada aos estilos de vida social vigentes"

E notório o cunho ideológico dessa publicação, uma vez que objetiva passar aos alunos uma visão de sociedade estável, harmônica e pacífica.

De modo geral, as apostilas utilizadas nas escolas militares caracterizam-se, essencialmente, pela descritividade. Não se deve estranhar esse fato peculiar, pois, pela sua própria natureza, elas revelam-se como um documento didático que aborda os conhecimentos de forma superficial. Entretanto, cabe registrar seu lado positivo, porquanto a maioria das matérias estudadas pelos cadetes das três academias são muito especializadas, e não se encontram no mercado livreiro obras prontas, capazes de suprir as necessidades dos professores e alunos. Porém, não se pode negar que elas constituem um instrumento estimulador da dependência do aluno ao professor, seja para adquirir

os conhecimentos, seja para estudar e fazer provas e exames. Atendem, portanto, de certo modo, ao objetivo castrense de reforçar a subordinação do cadete a uma autoridade considerada superior a ele, além de abrir espaço para a prática do paternalismo.

Como se pode notar, a ideologia dominante, isto é, as concepções, valores e representações dos setores privilegiados da sociedade estão presentes, de forma marcante, nas múltiplas atividades educativas praticadas pelos cadetes. É ela, portanto, a grande responsável pela ligação dos militares aos segmentos hegemônicos da estrutura social. Torna-se fácil perceber então porque a atuação interna dos funcionários fardados tende a favorecer esses setores. O processo de formação dos oficiais das tres armas, essencialmente ideológico, emerge, assim, como um importante coloborador da preservação social.

CAPITULO VI

A DESCONTINUIDADE NA EDUCAÇAO MILITAR

Os Reajustes do Sistema

A análise da prática educativa castrense realizada no capítulo anterior mostra que o ensino militar encaixa-se nos modelos pedagógicos tradicional e tecnicista. O ensino dos assuntos através do método expositivo, maciçamente ulitilizado, juntamente com a alta passividade dos alunos no decorrer das aulas, mais a freqüente aplicação dos exercícios revelam o aspecto tradicional da educação bélica. Por outro lado, a operacionalização de objetivos, o planejamento rigoroso do processo de aprendizagem, a utilização de outros métodos de ensino, embora menos freqüente e a especialização de funções indicam o aspecto tecnicista do ensino militar. Embora o lado tradicional seja um importante viabilizador da inculcação ideológica, não se pode negar que a vertente tecnicista seja mais relevante ainda quanto à essa finalidade, pois ela se baseia nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, os quais, enquanto idéias dominantes, são passados aos alunos através dos currículos manifesto e oculto.

Essas peculiaridades do ensino militar, e outras anteriormente constatadas, tendem a mostrá-lo como algo monolítico, estandartizado e homogêneo . Não se deseja negar, nesse momento tais características, ao contrário, almeja-se reafirmar que a prática pedagógica castrense, como já foi visto, é fortemente organizada e eminentemente funcional. O ensino militar analisado aqui sob o ângulo reprodutivista, confirma a idéia da estabilidade das estruturas em seus aspectos essenciais, pois, de modo semelhante ao passado, as Academias continuam produzindo para as forças armadas oficiais obedientes, disciplinados e respeitadores da hierarquia. Na atualidade, parece, inclusive, que a pedagogia castrense tem sido mais eficaz para moldar os jovens de acordo com essas condutas.

O relativo equilíbrio da estrutura do ensino militar, como se percebe, é provocado pela consonância entre seus múltiplos elementos. No entanto, essa estrutura não é estática, e nem está isenta de discrepâncias internas, o que permite acalentar a esperança de alterações mais sérias. De fato, no decorrer dos anos, verifica-se que o planejamento, a execução e a avaliação do processo ensino - aprendizagem não têm sido os mesmos. Apenas para exemplificar, cite-se o caso do currículo da Academia da Força Aérea que foi mudado inúmeras vezes em termos de carga horária, duração dos cursos, inclusão de matérias, etc[1].Modificações parecidas

---

[1] LUDWIG, A.C.W., Análise dos Fins Educacionais Relativos aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes, Dissertação de Mestrado, UNIMEP, Piracicaba, 1981,, pg. 4 a 6.

ocorreram também na Academia militar de Agulhas Negras e na Escola Naval. Entretanto, não se deve considerá-las como algo capaz de, a curto ou a médio prazo, provocar um salto qualitativo na formação da oficialidade.

É sabido que os responsáveis pelo ensino acompanham, atentamente, a concretização da prática pedagógica e ao detectarem qualquer dissonância ela passa a ser imediatamente corrigida. A título de exemplo mencione-se o caso do tipo de avaliação utilizado na Academia da Força Aérea durante os anos setenta, centrado nos ítens de múltipla escolha. Esses ítens, memorizados pelos cadetes durante as provas, eram passados para o papel e arquivados para fins de consulta, uma vez que os professores civis e instrutores militares costumavam reutilizar vários deles em provas subseqüentes. Além disso, tais itens, por enfatizarem a memorização tornavam mais fáceis os testes. Assim sendo, a real possibilidade de obter notas altas nas provas, mesmo sem estudar, diminuía, significamente, o interesse do cadete para com os assuntos ministrados nas aulas. Essa situação foi devidamente alterada através da inclusão de itens dissertativos nas provas e exames, porquanto o esforço e a motivação constituem valores importantes do código militar.

As freqüentes alterações que ocorreram e continuam ocorrendo na prática pedagógica castrense devem ser vistas, portanto, como reajustes dessa prática. Reajustar o sistema, inclusive, é uma expressão muito utilizada nas organizações bélicas de ensino e já faz parte do jargão militar. E uma

decorrência natural do modelo normativo de planejamento adotado pelas forças armadas. Portanto, esses acontecimentos não podem alimentar uma expectativa idealista, a de supor, por exemplo, que as modificações implementadas teriam a capacidade de produzir um novo tipo de oficial num prazo relativamente próximo.

Algumas das alterações que são feitas, mais a presença de certas discrepâncias na atividade pedagógica militar, aqui classificadas sob o título de descontinuidades, autorizam afirmar, pelo menos, que o processo de forjamento de uma tipologia padrão de oficial está sendo minado. Os itens dissertativos, anteriormente abordados, presentes nos inúmeros testes realizados pelos cadetes das três escolas, ora objeto de estudo, servem,antecipadamente para corroborar tal assertiva, pois permitem ao aluno, dentro de certos limites, desenvolver sua originalidade e seu senso crítico, uma vez que os estimulam a exercitar determinadas habilidades mentais que ultrapassam os estreitos limites da memória. A ocorrência de atividades solapadoras justifica a manutenção da expectativa de que, num futuro indeterminado aconteça um salto qualitativo. De imediato, o que se infere, é que reajustar o sistema significa conviver com o dinamismo da prática educativa, em benefício da manutenção do que há de essencial na mesma.

Cabe completar que as contradições objetivas não têm o poder, por si mesmas, de provocar modificações capazes de formar um soldado moderno, pois elas, muitas vezes, são

consequências de decisões pragmáticas bastante comuns no meio militar, ou decorrentes da implementação do currículo oculto. Tendo em vista conseguir um novo militar, é preciso elaborar um projeto nesse sentido, além de contar com uma vontade coletiva, empreendedora de esforços eficazes rumo a essa direção. Essas contradições objetivas são importantes, porque rompem a unilateralidade do processo formativo, deixando espaço para a inserção de certos expedientes consonantes com o projeto em questão. Com um desejo consciente e uma ação correspondente, será possível acelerar a consumação desse intento. Na montagem desse projeto é imprescindível levar em conta que a ação educativa é fortemente condicionada pela estrutura social.

Exemplos de Descontinuidade

A sistemática de preparo da oficialidade possui certas descontinuidades ligadas a determinados valores e concepções não obrigatóriamente democráticos capazes de imprimir algumas deformações no padrão almejado de personalidade militar. Cite-se, de início, a postura acolhedora manifestada por muitos oficiais que trabalham no setor de ensino quanto às propostas de alteração da prática pedagógica, ressalvando, no entanto, que essa receptividade está atrelada, basicamente à dimensão técnica da educação, muito prezada por esses oficiais.

Nota-se que o Exército aparece como líder nesse

aspecto. Com efeito, os responsáveis pelo ensino nessa arma, constantemente, fazem pesquisas para tornar o ensino mais eficaz. Cabe lembrar, inclusive, que, nas três corporações bélicas, existem determinados setores de pesquisa, serviço de orientação pedagógica, etc., encarregados de investigar os atos discentes e docentes, tendo em vista seu aperfeiçoamento.

A título de exemplo, pode ser mencionada uma pesquisa feita em março de 1988, na Academia Militar de Agulhas Negras, sobre os hábitos de estudo do cadete e do modelo de aula utilizado até recentemente, baseado em uma aula expositiva e duas práticas. Observa-se, inclusive um rigor científico significativo na coleta dos dados mediante as técnicas do questionário e amostragem. O modo como foi feita a pesquisa bem como a análise e a interpretação dos resultados facilitaram inferências importantes, muitas das quais foram, posteriormente, colocadas em prática.

Na Academia da Força Aérea, já foram feitas várias pesquisas no setor do ensino. Podem ser mencionados como ilustração um estudo relativo ao perfil profissiográfico do oficial no início de carreira, em 1976; uma análise do relacionamento instrutor/cadete na atividade aérea em 1981, e mais recentemente, em 1989, um levantamento sobre as dificuldades encontradas pelo cadete em seu empenho para cumprir as exigências curriculares. Quanto a esta última,

sabe-se que várias medidas foram tomadas para tornar menos árdua a atividade do cadete.

Quanto à Escola Naval, merce ser lembrado, dado o grau de importância, um estudo feito na década de oitenta, sobre o modelo curricular. Devido à implementação desse trabalho, em 1989 a carga horária das matérias pertencentes à área de ciências sociais diminuiu dezesseis por cento, enquanto o setor de ciência físicas sofreu uma redução de seiscentas horas em 1990. Em decorrência, as matérias profissionalizantes foram incrementadas.

É necessário frisar nesse momento a intensa preocupação dos responsáveis pelo ensino, nas três armas, quanto à profissionalização dos futuros oficiais. Essa preocupação pode ser notada nos estudos profissiográficos levados a cabo pelos setores competentes do Exército, Marinha e Aeronáutica. De fato, os currículos atuais estão hoje fundamentados em análises ocupacionais. No Exército, há, inclusive, um documento específico sobre o perfil dos concluentes de todas as especialidades ministradas na Academia Militar de Agulhas Negras. Na Academia da Força Aérea, as diretrizes curriculares prevêem os padrões de desempenho que o cadete deverá apresentar após formado. Em relação à Escola Naval, já há certo tempo, foi feita uma pesquisa para detectar as habilidades que um oficial iniciante deve possuir, as quais norteiam a implementação curricular. Do ponto de vista técnico, percebe-se que os planejadores do ensino almejam alcançar

um alto nível de objetividade, visto ser pretensão deles relacionar as matérias estudadas com o futuro exercício profissional. A redução da carga horária promovida pela Escola Naval constitui um exemplo típico de ajustamento para equilibrar o ensino fundamental com o profissional, o que também é constantemente perseguido pelas outras duas congêneres.

O esforço em torno do aperfeiçoamento profissional tem sido direcionado, basicamente, para a administração dos recursos humanos, materiais e financeiros próprios de cada uma dessas Forças. Tendo em vista o gerenciamento das diversas organizações espalhadas pelo território nacional e o papel de defesa interna, parece que a formação proporcionada aos alunos é bem adequada. A ocorrência de debates, bem como a implementação de estudos relacionados ao papel de defesa externa seriam relevantes na atual conjuntura, em termos de um ajustamento complementar, o que poderia colaborar para a superação de um preparo direcionado enfaticamente à manutenção da ordem e da lei. Parece que a única saída para a modernização das Forças Armadas se encontra nas hipóteses de conflito. Essa proposta clarifica bem o dilema central do preparo militar, pois os futuros oficiais devem ser formados, ao mesmo tempo, para serem administradores e combatentes eficazes.

Uma descrição profissiográfica, não resta dúvida, é algo muito importante no planejamento curricular, e muitas instituições de ensino, inclusive de nível superior , não

atentam para esse instrumento didático que é capaz de garantir um alto nível de objetividade do ensino. Entretanto, é bom destacar que o ato de descrever tarefas pode levar a determinadas incorreções. Uma delas refere-se à possibilidade de se fazer um levantamento das atividades ocupacionais e nele permanecer indefinidamente, sem promover revisões periódicas. O desenvolvimento tecnológico não permite uma acomodação desse tipo, pois muitas funções são alteradas devido ao surgimento de novos processos ou de modificações promovidas nos atuais. Outra diz respeito a uma visão restrita da ocupação. Nesse caso, o profissional sai da escola semicapacitado.

Em se tratando dos perfis militares, embasadores dos currículos de formação de oficiais, nota-se uma incorreção do segundo tipo, pois se pode perceber que o preparo dos cadetes está voltado, basicamente, para o exercício de atividades em época de paz. É preciso fazerm-se estudos sobre o desempenho militar em combate a fim de complementar as habilidades, requeridas. Acrescenta-se ainda a necessidade de investigações na área política para determinar a capacidade que um oficial deve exibir ao conviver numa sociedade democrática.

Uma visão mais ampla da profissão bélica, pode ser conseguida pela leitura dos inúmeros artigos que periodicamente são publicados em revistas especializadas.

Cite-se de passagem a existência de uma dissertação de mestrado[2], em que o autor faz uma análise mais genérica a respeito desse profissional.

Na revisão bibliográfica do referido trabalho, há certas passagens importantes. O autor cita, por exemplo, Huntington, que enfatiza o papel de defesa externa, ao consignar que, como profissionais aplicadores da violência, os militares devem preservar a soberania e garantir a sobrevivência de sua comunidade. Menciona, também, Harrigan, outro estudioso do assunto, que defende o ponto de vista segundo o qual a profissão das armas deve assentar-se, basicamente, em princípios éticos para evitar a brutalização e a degeneração de ações. Uma conclusão importante que o autor da dissertação apresenta é a de que, apesar de o desenvolvimento tecnológico ter tornado obrigatória a especialização militar em termos de funções e subfunções

> "parece haver um certo consenso quanto a sua capacidade de liderança e comando, o eixo em torno do qual giram as demais atividades da carreira"[3].

A relativa unanimidade de diversos analistas que tratam da importância do papel da liderança deve conduzir os dirigentes do ensino castrense a refletirem mais sobre ela, tendo em vista promover alterações curriculares necessárias e pertinentes.

A respeito das habilidades de liderança

---

[2] GUALAZZI, I.L., O Oficial Subalterno da Força Aérea Brasileira, Dissertação de Mestrado, UNIMEP, Piracicaba, 1985.

[3] IDEM, p. 21.

necessárias ao exercício da profissão militar, já foi mencionada a presença do exercício inopinado, praticado pelos cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras. Esse exercício visa habituar o aluno a enfrentar situações inesperadas e tomar decisões em tempo relativamente curto. E uma forma eficaz de treiná-los para o arrostamento do princípio da surpresa, freqüentemente usado nos embates contemporâneos. Já foi citado também seu estudo nas três escolas militares, principalmente na Escola Naval, bem como a existência de trabalhos feitos por cadetes da Academia da Força Aérea. Esses fatos são auspiciosos em termos de superação de um preparo eminentemente tradicional.

Aceitar e implementar propostas de mudança pressupõe a presença de agentes sugeridores. De fato, observa-se entre os militares um número significativo de oficiais que, em estudos específicos, têm apresentado as mais diversas idéias, aplicáveis ao processo formativo. Esses trabalhos têm sido realizados em nível de pós-graduação e vêm a público na forma de monografias, freqüentemente produzidas nas Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército, da Aeronáutica e de Guerra Naval, como exigência de término de curso.

Num levantamento feito pelo autor desse estudo em 1989, sobre as monografias elaboradas pelo oficiais que cursaram essas instituições na década de oitenta, conclui-se que parte desses documentos trata do ensino, e seus autores comumente fazem propostas de alteração curricular.

Em termos de escalonamento, é perceptível uma liderança da Aeronáutica, pois a temática preferida dos alunos da ECEMAR está circunscrita ao ensino ministrado na Academia da Força Aérea. Em seguida aparece o Exército, cujas monografias sobre educação se voltam para os currículos dos cursos de pós-graduação ministrados na própria Escola de Comando e Estado Maior bem como a formação do oficial temporário. Finalmente, na Marinha, as publicações incidem sobre o preparo dos praças. Essa variação parece refletir os problemas específicos que cada uma dessas armas enfrenta.

Cabe notar, ainda, uma preferência para temas de liderança na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, bem como alguns trabalhos sobre hipóteses de conflito do Brasil com países fronteiriços, assuntos também abordados na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica. Esses estudos, paralelamente a outros publicados nas revistas "Política e Estratégia", "Defesa Nacional" e congêneres, apresentam-se como instrumentos valiosos, estimuladores e norteadores de debates em torno da formação da oficialidade e conseqüentemente capazes de produzir alterações curriculares numa perspectiva de defesa externa.

Um outro fato importante que pode ser enquadrado nessa linha de descontinuidade, diz respeito às disciplinas pertencentes à área de ciências humanas. Essas matérias existentes nos currículos das três armas têm um poder especial de desenvolver o senso crítico dos cadetes e

outras habilidades importantes. A Academia da Força Aérea, dentre as três escolas, é a que mais enfatiza o ensino das ciências humanas.

Uma dessas matérias é a Filosofia, cuja unidade mais importante do programa trata da moral e da ética profissional, em geral, e principalmente de ambas em relação ao trabalho militar. A análise de conceitos, virtudes e valores desse campo do conhecimento humano permite um repensamento das atividades castrenses,o qual pode conduzir à assunção de certas atitudes perante a sociedade. O procedimento metodológico, baseado no trabalho em grupo e no pressuposto kantiano de que em Filosofia o que realmente se aprende é filosofar, o que pode ser entendido como uma reflexão radical sobre um problema, é bem adequado para conduzir o aluno a uma postura desmistificante necessária à passagem do senso comum à consciência refletida.

Outra matéria é a Lógica, subdividida em formal e simbólica. Pretende-se com seu ensino fazer com que o aluno seja capaz de distinguir raciocínios corretos e incorretos bem como aplicar essa capacidade nas situações concretas de vida. É mais um instrumento oferecido ao cadete tendente a reforçar seu senso crítico. A respeito dessa disciplina cabe fazer uma sugestão importante. A lógica formal baseia-se em três princípios: o da Identidade (uma coisa qualquer é igual a si mesma); o da Não-Contradição (uma coisa não pode ser ela mesma e outra contrária simultaneamente); e o do Terceiro Excluído (entre duas possibilidades que se

contrariam, inexiste lugar para uma terceira). Esses princípios são importantes porque facilitam a atividade descriminativa e classificatória, porém são insuficientes para se realizar uma análise mais profunda de um fenômeno qualquer, uma vez que

> "o real é movimento, e a lógica da identidade (A é A) não permite que as idéias exprimam o real movimento.Porque, por outro lado, esse movimento é produto de contradições internas, ... ora, a lógica da identidade não permite perceber a unidade dos contrários e a passagem de um para outro. A lógica formal, em suma, não atinge senão o aspecto mais imediato da realidade"[4].

Diante dessa limitação, propõe-se uma ampliação desse programa em termos de inclusão de uma nova unidade voltada para a lógica dialética. Os princípios dessa lógica, tais como o da Ação Recíproca, Luta dos Contrários, Salto Qualitativo, etc. permitem atingir todos os aspectos de um processo, captar todo o dinamismo do real.Da forma como é ministrada, a lógica formal tende a favorecer também a ideologia da ordem, pois seus conteúdos estão adequados para proporcionar aos cadetes o exercício de uma atividade intelectual ordenada, não favorecedora da flexibilidade operatória.

A Psicologia constitui outra disciplina relevante. Dentre os conteúdos abordados, podem ser destacados os Mecanismos de Socialização, a Interferência dos Fatores Ambientais na Formação da Personalidade, os Distúrbios Psicológicos causados por fatores do meio, os Conflitos

---

[4] BESSE, G. e CAVEING, M., Politzer Princípios Fundamentais de Filosofia, Hemus Livraria Editora, S. Paulo, 1970, p. 34.

Grupais e o Poder Social. Tais conteúdos têm a capacidade de fazer com que os cadetes adquiram uma visão adequada dos processos sociais. Facilitam a introjeção de um modo de encarar a realidade sob o ângulo conflitivo, de imposições individuais e grupais recíprocas. Suaviza, portanto, o empenho de outras práticas pedagógicas no sentido de fazer o aluno incorporar uma imagem harmoniosa e cooperativa do mundo e da sociedade. A própria metodologia utilizada caminha nessa direção, pois baseia-se na participação discente por meio de perguntas, leitura prévia de textos e debate em classe a partir dessas leituras.

A Antropologia traz em seu bojo conteúdos também importantes. Mencione-se o tópico relativo ao desenvolvimento cultural do homem, em que são estudadas as posições de diversos pesquisadores do assunto dentre os quais aparecem Engels e Marx. Ensina-se ainda o Etnocentrismo e o Relativismo Cultural, a Organização da Produção e da Propriedade, o Determinismo Econômico da Organização Social e a relação entre o Sistema Político e o Econômico entre outros. Sem dúvida, tais conteúdos são bastante adequados para o cadete ampliar sua compreensão da vida humana. O estudo evolutivo da espécie humana, a produção da cultura, os determinantes da conduta e o conflito do homem para superar seus condicionamentos devem conduzir a uma percepção de mundo menos conservadora.

A Metodologia Científica, do mesmo modo que as

anteriores, aparece de forma destacada. Essa disciplina visa, primordialmente, incutir no aluno uma mentalidade criteriosa perante os fatos. Para tanto ensina-se Teoria do Conhecimento, os Tipos de Pesquisa, os Passos da Investigação, os Métodos Científicos e um tópico relevante intitulado Ciência e Sociedade. Essa matéria, lucidamente, não se atém a um modelo positivista de pesquisa; ao contrário, é aberta às outras formas de investigação. Deve ser ressaltada a unidade relativa ao tema "ciência e sociedade", onde se analisam os condicionamentos políticos e econômicos da ciência bem como as relações entre ela e a ideologia. A técnica de ensino adotada, leitura e discussão de textos, é bem favorável à instauração de uma flexibilidade intelectual.

Há, ainda, duas matérias que se complementam: Doutrinas Políticas e Conflitos Internos. Estuda-se em ambas a Ideologia enquanto fenômeno decorrente das relações sociais, o Marxismo, o Nazismo, o Fascisno e as Contendas Grupais e Classistas. É inegável que a compreensão do cadete tende a ser profundamente enriquecida diante da apresentação desses conhecimentos. O modo de encarar a realidade circundante deve ser modificado, principalmente porque a metodologia didática é o simpósio. Após o pronunciamento dos conferencistas, são feitas observações críticas pelos demais membros que compõem a mesa. Grande parte de seu desenvolvimento é dedicado aos cadetes, que fazem inúmeras perguntas e questionamentos aos expositores. Algumas vezes ocorrem, inclusive, réplicas e tréplicas entre

todos os participantes.

Na Escola Naval estudam-se também matérias da área de Ciências Humanas. Psicologia é uma delas. Destaque-se nessa disciplina o estudo da personalidade, sob o ângulo da psicanálise bem como o ensino de temas relacionados à condutas anormais e agressividade. Tais análises têm em vista um melhor entendimento da dinâmica intrapsíquica, interpessoal e intergrupal. Como se sabe, a psicanálise não deixa de ser uma crítica à cultura. Ela explica a formação da personalidade a partir dos processos repressivos, do confronto entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Constitui assim, um momento especial para a reflexão sobre a prática da dominação vigente na sociedade.

A Sociologia é outra matéria ensinada na Escola Naval. Aparecem nessa disciplina alguns tópicos importantes, tais como o Papel da Socialização na Formação da Personalidade, os Mecanismos Geradores do Conformismo, a Origem e os Tipos de Conflitos, as Causas do Surgimento das Classes Sociais, etc. A técnica de ensino prevê o estímulo à participação do aluno no decorrer das aulas, leitura frequente de textos e de um livro escolhido em lista indicada pelo professor.

De modo semelhante à Escola Naval, na Academia Militar de Agulhas Negras, os cadetes também estudam Psicologia. Aparecem como tópicos importantes dessa matéria

os Comportamentos Ajustados e Desajustados, a Força do Grupo sobre a Conduta Individual e as Mudanças de Atitudes. Ensina-se, ainda Filosofia, cujos conteúdos relevantes dizem respeito às Possibilidades e Limitações da Reflexão na Busca da Verdade, à uma Crítica da Sociedade, aos Princípios Fundamentais da Democracia, e às Ideologias e Doutrinas Políticas.

Cabe mencionar ainda que, nas três escolas, estuda-se o Direito. Essa matéria de modo explícito ou implícito, tende a incutir no aluno um respeito às leis vigentes no país, o que de certa forma é favorável à solidificação do regime democrático, pois esse sistema político depende muito da submissão à legalidade democraticamente instituída. O apreço pela obediência às leis tem feito muitos cadetes recorrerem à Justiça contra certas atitudes tomadas pelos dirigentes das academias. Desde alguns anos atrás, vários alunos são desligados dessas instituições por diversos motivos. Na Academia Militar de Agulhas Negras e na Escola Naval, já houve casos de desligamento devido a exames de saúde. Na Academia da Força Aérea, por esse e outros motivos, dezenas e dezenas de cadetes foram desligados do curso. Tais cadetes recorreram à Justiça e obtiveram ganho de causa, pelo menos, provisoriamente, e em consequência, garantiram a permanência no curso. Esses acontecimentos, embora não desejáveis, têm produzido uma conseqüência pedagógica positiva, a de submeter o poder militar à autoridade civil, submissão esta que é comum e corriqueira numa democracia avançada. Isto tem

servido de exemplo aos cadetes, que vão assimilando essa postura.

Apenas a título de observação, cabe comentar que as matérias pertencentes à área de ciências humanas, ministradas nas três escolas militares, têm uma finalidade profissionalizante,pois em todas visa-se a uma aplicação às tarefas castrenses. É indubitável, porém, que tais disciplinas se enquadram mais no contexto de uma formação geral. Aliás, nas academias elas são concebidas como ramos do saber pertinentes à área do ensino fundamental, o que reforça esse aspecto genérico . Assim sendo, é conveniente dizer que, enquanto recursos da educação no sentido mais amplo, tais matérias parecem estar voltadas aos objetivos de

> "(1) transmitir às novas gerações o que há de mais válido da herança cultural da humanidade, (2) oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de compreensão da cultura de seu tempo, (3) fornecer as bases teóricas dos principais ramos do saber, (4) fornecer as bases metodológicas dos principais campos do conhecimento, (5) desenvolver nas pessoas habilidades ou competências básicas que as instrumentalizem para produzir e utilizar o conhecimento necessário para o enfrentamento dos desafios do futuro"[5]

e do presente. Esses objetivos são adequados a uma sociedade democrática que se pretende enraizar no país.

Essa educação geral que os futuros oficiais recebem é semelhante à idéia do ciclo básico, próprio das

---

[5] SANTOS FILHO, J.C., Qualificação Profissional e Educação Geral, in Desenvolvimento Profissional: Do Planejamento à Certificação, Série Debates 3, S. Paulo, 1979, p.29

instituições civis de nível superior e defendido por vários educadores. Ela assemelha-se bastante à proposta do ciclo básico enquanto estudos humanísticos de caráter educativo. Dessa forma, as ciências humanas tendem a colaborar para a superação dos limites estreitos do profissionalismo, não só dos cursos universitários como também do ensino bélico.

> "Trata-se de formar o homem antes do profissional, e dar a todos um mínimo de significações comuns capazes de permitir compreender os limites da ação profissional isolada e induzir à cooperação profissional. Trata-se de recorrer às ciências humanas para equipar os jovens de conhecimentos razoáveis a respeito de si mesmos e do meio cultural que os envolve"[6].

O valor das ciências humanas não reside apenas em seus conteúdos. Em vários momentos da implementação desses cursos, recorre-se à metodologia ativa, estimula-se o debate, pratica-se o trabalho em grupo. Essa técnica de ensino é pouco utilizada em comparação com a aula expositiva, visto que, num levantamento feito junto às matérias ministradas nos primeiros anos dos cursos relativos às três armas, ela é mencionada quarenta e três vezes na Academia do Exército, sete vezes na Força Aérea e seis vezes na Escola Naval. Embora de uso reduzido é preciso ressaltar a sua importância como instrumento político democrático.

---

[6] REIS FILHO, C., Reforma Universitária e Ciclo Básico: Modelo Viável. In Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento, Editora McGraw-Hill do Brasil, S. Paulo, p. 28.

A democracia é um sistema de governo baseado em duas relações contraditórias, o conflito e a cooperação. Talvez sejam as condutas conflituosas as predominantes numa vivência democrática, mesmo porque não pode ser esquecido que esse regime, embora o melhor de todos, é de origem burguesa e atende, de forma adequada, aos interesses das classes dominantes da sociedade. O ideal democrático pode ser caracterizado como uma situação em que predomina uma genuína vontade coletiva e não da maioria, ao mesmo tempo em que permite a expressão das individualidades, pois esse sistema não sobrevive sem a contribuição efetiva de seus elementos.

O trabalho em grupo evidencia-se como a técnica de ensino mais sintonizada com o regime democrático. Numa atividade conjunta os membros participantes experimentam, de modo freqüente, o conflito e a cooperação. Exercitam o pensamento reflexivo, aprendem a dialogar, são forçados a apresentar sugestões, tomar decisões e a se autogovernarem. Todas essas ações acontecem numa forma de relacionamento baseada na reciprocidade e interdependência, as quais constituem um freio à manifestação de condutas subjugadoras e geradoras de dependência, como acontece na aula expositiva. O apredendizado da democracia, revela-se prático e não teórico, pois a prática do trabalho em grupo é uma simulação do exercício desse sistema político.

Caminhando em direção às descontinuidades,

constata-se a existência de certos comportamentos manifestados pelos cadetes das três armas, que se chocam com o empenho conformativo da prática pedagógica castrense predominante. E comum, durante as aulas, encontrar alunos estudando matérias diferentes da que está sendo ministrada, mantendo conversas paralelas com o colega do lado, escrevendo carta para a namorada, lendo revistas ou cochilando. Essas reações podem ser qualificadas como de resistência à inculcação ideológica, porém são espontâneas e decorrem da forte rotina a que são submetidos.

Tais atividades evidenciam-se como ato de liberdade. Constituem momentos de superação dos condicionamentos pessoais. Não podem, entretanto, ser enquadrados num referencial de resistência planejada, pois nenhum cadete, pelo que se sabe, possui um projeto contra-ideológico individual ou coletivo. Reações semelhantes a essas acontecem também nas escolas civis. É comum nas classes escolares paisanas ocorrerem comportamentos não desejáveis e imprevistos, encarados como atos de indisciplina, que se distanciam, portanto, dos padrões estabelecidos. Uma pesquisa feita por três estudiosos em escolas públicas revelou a presença de atos de resistência paralelos às reações de conformismo decorrentes do autoritarismo e vigilância existentes nessas instituições a qual comprova a generalização do fenômeno[7].

---

[7] FIGUEIREDO, E. e outros. Conformismo e Resistência na Escola Pública. In Revista da Associação Nacional de Educação, nº 1, ano 3, 1982.

É interessante observar a esse respeito o papel exercido pelos professores civis nas escolas castrenses. Na Escola Naval o corpo docente civil agrega, aproximadamente, cem professores. Na Academia da Força Aérea, esse número gira em torno dos oitenta. Na Academia Militar de Agulhas Negras, ele é bem menor, talvez não ultrapasse a casa de uma dezena, pois apenas as línguas estrangeiras são ministradas por paisanos. Os docentes em questão são vistos pelos cadetes como válvula de escape. Portanto, as condutas de resistência anteriormente mencionadas manifestam-se em suas aulas. Raramente ocorre um desses comportamentos em aula de instrutor militar. Cabe mencionar que o traço liberal da personalidade do professor civil tende a contrapor-se ao traço autoritário do instrutor militar. Assim sendo, as aulas do professor civil tendem a ser mais abertas, flexíveis, e os rigores do controle militar são aí afrouxados. A farda adornada de galões, que por si mesma estimula condutas de subordinação, evidentemente não é usada pelo professor, que se veste de modo mais simples e discreto. Ocorre assim uma frenagem no processo massivo de inculcação da dependência, passividade e obediência.

É apropriado lembrar que os atos de resistência podem atingir limites extremos, e, nesse caso, o cadete, solicita voluntariamente desligamento do curso. O percentual de pedidos nesse sentido é relativamente baixo e não atinge a casa dos cinco por cento. Os motivos alegados para essa desistência normalmente fazem referência à falta de

vocação para a carreira, preferência por outra atividade profissional civil ou desadaptação à rotina militar.

O Planejamento Normativo, anteriormente comentado, provocador de dependência e sujeição nos alunos, apresenta um aspecto favorável à descontinuidade. Este tipo de plano contém uma relação de objetivos instrucionais que deverão ser alcançados pelo cadete no desenrolar da prática pedagógica. A explicitação desses objetivos atende a uma peculiaridade da vivência democrática, que é a inclinação para a transparência. Essas metas, embora impostas aos alunos, servem-lhes como instrumento de controle da atividade docente, pois permitem-lhes acompanhá-la, tendo em vista constatar possíveis desvios. Enquanto documento que pode ser manuseado sem restrições, qualquer membro da sociedade civil pode consultá-lo a fim de verificar como são formados os oficiais nessas escolas. Essa transparência serve então a um possível exercício de controle que queira ser praticado por pessoas ou instituições, o que é plenamente viável na situação política atual.

Quanto ao controle dos discentes sobre os docentes, ele vai muito além da referência proporcionada pelos objetivos instrucionais. Os professores das três escolas militares têm seu desempenho, constantemente, avaliado pelos cadetes. Há momentos específicos destinados a essa tarefa bem como instrumentos apropriados a esse mister. As divisões de avaliação dessas academias possuem setores e pessoas habilitadas para elaborar e aplicar esses

instrumentos, as quais se encarregam de analisá-los após aplicados e encaminhá-los, para que os docentes tomem consciência de seus méritos e deméritos profissionais, e muitas condutas são alteradas à vista dos resultados obtidos. É mais um índice de "democracia" no ensino militar. A colocação entre aspas da palavra democracia é proposital, pois, na realidade, o profundo senso de justiça e, especialmente, o arraigado apego à meritocracia, valores que compõem o código ético militar, são os principais responsáveis pela ocorrência dessa prática.

Ainda em relação a esse controle, verifica-se que as três academias militares permitem que seus alunos façam revisões dos testes e exames a que foram submetidos. Os cadetes podem questionar os professores quanto aos itens alocados nos instrumentos de avaliação. Podem, inclusive, argumentar por escrito, em fichas especiais, a respeito de certas questões porventura mal elaboradas, bem como podem argumentar que estejam cobrando algo que não foi ministrado. É comum questões serem anulados por esses motivos, e,conseqüentemente, a nota do cadete ser retificada.Ressalve-se que, na maior parte das vezes, as escolas dão ganho de causa ao professor não só devido a fraca argumentação apresentada pelo discente, mas principalmente porque são organizações fortemente hierarquizadas com tendência a previlegiarem os elementos que se encontram em posição superior.

Algumas páginas atrás foi citada a atitude de

acolhimento evidenciada pelos oficiais que trabalham no ensino quanto a proposta de alterações incidentes na prática pedagógica. Complementando esse tópico, faz-se necessário dizer que essa postura se tem inclinado,freqüentemente, em direção aos cadetes. Pela avaliação docente, feita por meio de mecanismos apropriados, bem como de respostas alocadas em questionários diversos, os cadetes fazem, constantemente,sugestões para melhorar o ensino que recebem. Apenas para exemplificar, cite-se a pesquisa feita no corpo discente da Academia Militar de Agulhas Negras, em 1988, já mencionada. Das oitenta e uma sugestões mais comuns apresentadas pelos cadetes, trinta e três foram aceitas e colocadas em prática.

O controle da atividade docente, a avaliação do desempenho do professor provocadora de mudanças na sua prática, a ponderação que é feita após as provas e exames com vários ganhos de causa e as sugestões que fazem para alterar o ensino, muitas vezes aceitas e aplicadas, mostram o envolvimento dos cadetes na ação pedagógica. É notório, portanto, que o exercício do poder nessas organizações de ensino não é unilateral, pois parte do topo da hierarquia para a base e também da base para o topo, revelando que a prática da subordinação não é monolítica. Revela, também, o aspecto democrático do sistema, pois o destino do processo formativo está tanto nas mãos dos dirigentes quando dos dirigidos, embora a proporção do poder seja bem menor nos segundos.

Quanto à simulação do exercício democrático, interessa dizer que os cadetes das três escolas concretizam, freqüentemente, a prática do voto. Na Academia Militar de Agulhas Negras, existe a Sociedade Acadêmica Militar, que engloba todos os discentes e cuja diretoria composta de alunos do quarto ano é escolhida pelo escrutínio, sendo que, periodicamente, novos elementos são eleitos pelos seus pares. Cada especialidade, por sua vez, também possui o seu grêmio, além de outras associações, tais como a espírita, a católica, etc., e todos os seus representantes são selecionados pelo voto. O mesmo acontece na Escola Naval, onde existe a Sociedade Acadêmica Fenix Naval, o grêmio de velas, de artes, de fotografia e outros. Na Academia da Força Aérea tem-se a Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica, clubes de idiomas, vôo a vela, tradições gaúchas, etc. Os diversos escrutínios que frequentemente ocorrem, fazem com que os cadetes realizem, de modo até exaustivo, o exercício democrático do voto.

Cumpre salientar ainda um detalhe importante. Embora não haja matérias optativas nas escolas de formação de oficiais, é sabido que, na Academia Militar de Agulhas Negras, o cadete pode escolher para fim de estudo uma das seguintes línguas: francês, inglês, espanhol e/ou alemão. Apesar de existir apenas esse caso, é conveniente ressaltá-lo como exemplo de prática da autonomia.

Outro detalhe relevante está relacionado à Academia da Força Aérea. Durante o ano de 1990, a Divisão de

Avaliação resolveu descentralizar o processo de elaboração do Plano de Avaliação. Para elaborá-lo, foram constituídas equipes de professores e oficiais que, após várias reuniões de estudo, apresentaram diversas conclusões analisadas em plenário. Desse trabalho resultou o atual Plano. O aspecto mais importante, entretanto, diz respeito ao fato de que seus membros podiam consultar os cadetes a fim de que estes também apresentassem sugestões, o que de fato ocorreu no tópico relativo à avaliaçao discente. Além desse fato, convém registrar que, atualmente, ainda que de modo embrionário e a nível de conversas informais, os cadetes estão se manifestando no sentido de ampliar sua participação no processo ensino-aprendizagem, iniciativa que está sendo acolhida por vários oficiais, o que permite inferir a possibilidade de uma futura ampliação de seus poderes.

Cabe mencionar, ainda, que os alunos das três escolas militares, no decorrer de sua formação, assimilam a idéia da ação cívica. Através do contato com oficiais que dela já participaram, leitura de publicações especializadas que a abordam e prática de determinados exercícios previstos no currículo, aplicáveis a situações de calamidade pública, eles introjetam essa concepção em termos de uma tarefa que poderá vir a ser desempenhada. Além disso, muitos cadetes, através de viagens pelo país, comumente realizadas, entram em contato com regiões pouco desenvolvidas, cujos habitantes fazem parte dos setores menos favorecidos da nação. Esses

acontecimentos devem ter uma relativa capacidade de sensibilizá-los para os problemas enfrentados pelos grupos desprivilegiados que povoam as diversas áreas do país, enfraquecendo, provavelmente, a tradicional inclinação para o apoio dos segmentos dominantes da sociedade.

CAPITULO VII

CONCLUSOES

Este capítulo final da tese destina-se, exclusivamente, à apresentação de determinadas inferências e sugestões, uma vez que, em páginas anteriores de modo implícito ou explícito, algumas já foram apresentadas. Assim sendo, de início, pretende-se ressaltar, com base nas teorias da reprodução e sua aplicação nesse trabalho, que a escola, civil ou militar, enquanto instituição social não pode ser compreendida como uma entidade desvinculada da estrutura de classes. Com efeito, sua função principal tem sido a de atender aos grupos hegemônicos da sociedade, o que não significa dizer que os setores menos favorecidos estejam fora de seu alcance. A vida social caracteriza-se, marcadamente pelo conflito entre grupos opostos, e as pressões populares por mais escolas, ou escolas portadoras de certas peculiaridades, beneficiadoras das classes desprivilegiadas, muitas vezes, produzem as consequências almejadas. De qualquer forma ela é um elemento da superestrutura, é uma organização cujos segmentos dominantes dela se apoderam para concretizar seus interesses.

A escola é uma instituição política por

excelência. De fato, ela é politicamente determinada, seu processo educativo é político e seus resultados também são políticos. Assim sendo, a escola exprime as relações de força existentes na sociedade. A determinação original encontra-se nas fontes de financiamento e fiscalização. Um dos agentes sustentadores da escola é o Estado, que tende a favorecer os grupos privilegiados da sociedade. O outro é a iniciativa privada, que normalmente faz aplicações pensando em retornos imediatos e palpáveis. Quanto à fiscalização, nenhuma foge da supervisão estatal. O processo pedagógico é político porque visa formar profissionais adequados a uma hierarquia do trabalho, bem como inculcar no aluno as reações de dependência e subordinação. O produto que sai dessas escolas, o educando formado, tenderá a exercer um tipo de cidadania caracterizado por um nível muito baixo de participação, por uma aceitação relativamente passiva das decisões emanadas das autoridades, algumas vezes ilegais e ilegítimas, e por uma capacidade admirável para suportar as frustrações decorrentes de uma vida em sociedade marcada pela desigualdade e injustiça.

Nesse contexto enquadra-se a educação militar. O ensino ministrado nas três escolas bélicas está voltado para o preparo de um tipo de profissional, o aplicador da violência, adequado ao jogo de forças típico da sociedade brasileira. De um lado, uma classe dominante preocupada apenas com sua sobrevivência, gananciosa por lucros fáceis e benefícios estatais, mas muito medrosa em relação

ao povo, tanto é que seus representantes se esforçaram para manter o papel de defesa interna das Forças Armadas na atual Constituição; e do outro, a classe subordinada, historicamente espoliada, raramente protegida e, constantemente, cerceada em suas manifestações por melhores condições de vida.

O oficial brasileiro está sendo formado para gerir as organizações militares espalhadas pelo território nacional e para exercer um papel intervencionista e repressivo no interior das fronteiras nacionais, pois o modelo pedagógico castrense é eminentemente comprometido com o autoritarismo. Quanto a esse papel, os estudiosos do assunto são praticamente unânimes em afirmar que seu exercício tem favorecido os grupos hegemônicos da sociedade. Logo, não constitui novidade o fato de o ensino militar exprimir esse favorecimento por meio de práticas específicas que gravitam em torno da ideologia da ordem e da lei. É preciso repensar essas funções, e a saída para isso está na priorização da finalidade de defesa externa para as Forças Armadas. O problema maior por que elas passam, atualmente, decorre de uma atitude de quase despreocupação com o inimigo exterior. A modernização de seus equipamentos e a conquista de verbas mais polpudas, necessárias a uma força operacional, só serão conseguidas a partir de uma visualização estratégica de sua importância sob o ângulo externo.

Uma educação militar democrática parece ser a

alternativa mais eficaz para evitar as práticas intervencionistas e repressivas. Cabe dizer que os expedientes democráticos não são importantes apenas para a administração política de um país. Na atualidade, os recursos não-autoritários vêm sendo utilizados em outras esferas da vida em sociedade. A prática da democracia nos diversos setores, aliás, é a melhor maneira de solidificar o ideal político democrático.

Robert Dahl, eminente cientista político, afirma que a prática da democracia no local de trabalho estimula uma participação maior no governo do próprio Estado, aperfeiçoando o exercício da cidadania. O uso de expedientes democráticos no ambiente produtivo torna os indivíduos mais democratas e mais ativos na política. A técnica da autogestão empresarial, recurso essencialmente democrático, aplicada em certos países, tem demonstrado seu lado positivo, ao provocar a participação política mais ampla[1]. Norberto Bobbio, por sua vez, defende a ampliação de seu uso, isto é, no relacionamento entre marido e mulher, pais e filhos, professor e aluno, médico e paciente, oficial e soldado, etc[2].

A generalização da democracia deve alcançar, inclusive e principalmente, as organizações mais rígidas e controladoras. Nesse caso, ela cabe muito bem na instituição

---

[1] DAHL, R., Um Prefácio à Democracia Econômica, Jorge Zahar Editor, R. Janeiro, 1990, pp. 81 a 83.

[2] BOBBIO, N., Estado Governo e Sociedade, 2ª ed., Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1987, p. 156.

militar. O grande entrave na área castrense está no fato de os seus dirigentes, de modo geral, considerarem a democracia como sinônimo de anarquia no sentido pejorativo. Pensam que a adoção de posturas liberais tornaria ingeríveis as organizações bélicas, além de destruírem os princípios de hierarquia e disciplina que são concebidos apenas pela ótica autoritária. Não conseguem perceber que a verdadeira democracia exige muita autodisciplina dos indivíduos e que as decisões conjuntas tendem a fortalecer seus dirigentes.

Essa proposta não é ingênua ou utópica, pois assenta-se em fatos objetivos. No penúltimo capítulo dessa pesquisa, foram relacionados vários exemplos de descontinuidades no sistema de ensino das três escolas militares. A análise demonstrou que os alunos das Academias possuem uma dose relativa de poder e exercitam certos atos de participação no processo formativo. Praticam o questionamento, fazem ponderações, muitas vezes aceitas, e apresentam sugestões que, freqüentemente, são adotadas. Tais ações constituem um núcleo democrático relevante que, apesar de pequeno, pode ser ampliado.

A democratização do processo formativo, e de modo geral, das Forças Armadas, não é incompatível com a tarefa tradicional de defesa externa. Como pode ser visto no tópico relativo ao programa de treinamento da liderança, essa habilidade apresenta-se hoje como o requisito mais importante que o oficial deve exibir, pois, em situações de guerra, valem muito pouco os recursos administrativos

aprendidos e praticados. Os dirigentes das escolas militares já perceberam a importância do estudo da liderança na formação dos cadetes, por isso mesmo ele vem se apresentando como algo prioritário.

O estilo mais adequado de liderança no contexto militar, hoje em dia, tal como foi citado, é aquele inventado pelos alemães a partir da Segunda Guerra Mundial, denominado Auftragstaktik. Ele foi e continua sendo tão eficiente em combate, que o Exército dos Estados Unidos da América do Norte vem empreendendo esforços para adotá-lo. A filosofia da descentralização do comando que o orienta, revela-se uma diretriz de suma importância, bastante adequada ao combate moderno, que é praticado por pequenos grupos e indivíduos isolados. As contendas atuais exigem muita iniciativa pessoal devido à grande margem de incerteza reinante, provocada pelas inovações bélicas, emprego de novas táticas, velocidade dos acontecimentos e falhas nos instrumentos de comunicações. Este estilo de liderança é relevante, também, porque permite a participação do subordinado no processo decisório, principalmente daqueles que já passaram por experiências de guerra e têm alguma contribuição a oferecer.

As peculiaridades do combate moderno constituem os fundamentos principais para se justificar a democratização do relacionamento entre militares de patentes hierarquizadas. Um estudo mais profundo dessas características já está sendo feito por este pesquisador. Nesse trabalho deverão

constar, também, análises do modo de organização de outras forças armadas, pertencentes a países mais desenvolvidos e que estão em sintonia com o pluralismo político vigente. Enfim, o que se quer deixar claro é que a resposta adequada para a superação da ingerência castrense na ordem interna do país se encontra na prática democrática. Por meio dela o futuro oficial aprenderá que os confrontos intergrupais, no âmbito da sociedade civil, não devem ser resolvidos pelo emprego da força militar, o que não significa assumir uma posição de neutralidade perante as classes sociais. O exercício da cidadania não exclui os funcionários fardados, e certas manifestações deles a favor ou contra determinados grupos são ou devem ser permitidas. Não é correto, porém, tomar partido em conjunto e agir no sentido de beneficiar um dos lados, usando as armas, se necessário. A democracia, apesar de ter sido uma invenção da classe burguesa, destinada a servir a ela, apresenta-se como a melhor maneira de realizar a convivência humana, o método mais eficaz de resolução de conflitos e a forma mais adequada para se fazer a história.

Além da democratização das práticas escolares, cabe indicar, ainda, outras recomendações. É o caso, por exemplo, do ensino de história militar, que deveria incluir em seu programa as diversas intervenções praticadas pelos funcionários fardados nas esferas social e política do país desde fins do século passado até o período mais recente. Isso permitiria aos cadetes repensar o papel de defesa interna, o que, provavelmente, contribuiria para superar essa

indesejável função, pois os oficiais formados pelas três escolas militares, nas últimas décadas, não adquiriram consciência do passado histórico das forças armadas em termos de ingerência interna. O artigo do major americano Richard Fisher que critica o uso do exército estadunidense contra os distúrbios civis, mencionado no capítulo sexto dessa pesquisa, poderia ser utilizado como material didático introdutório, devido a seu alto grau de pertinência.

O arrefecimento da atenção para com o inimigo interno também pode ser conseguido pelo estudo de certas matérias tais como Política Internacional, Estratégia, Geopolítica, Economia Mundial, etc, desde que as mesmas sejam acrescentadas aos currículos de formação dos oficiais das três armas.

As disciplinas da área de Ciências Sociais ao abordarem determinados tópicos, deveriam deixar claro aos alunos que os movimentos contestatórios que se manifestam freqüentemente na sociedade civil são importantes contribuidores do desenvolvimento social; que a desobediência ao patrão e o ato de parar o trabalho em determinados momentos visam fazer com que algum interesse do operariado seja concretizado, pois os empresários, de modo geral, são apreciadores da exploração e não costumam pautar suas ações pelo princípio da justiça; que o regime capitalista vigente no país gera interesses divergentes, pois se baseia em classes opostas; que graças à democracia as contendas classistas podem se manifestar e que a estabilidade social

depende, basicamente, do atendimento das necessidades populares: educação, saúde, transporte, moradia, etc.

Uma sensível diminuição do grau de dependência e submissão do aluno ao professor e instrutor poderia ser conseguida alterando-se a forma da aula expositiva ou substituindo-a por outras técnicas mais dinâmicas, principalmente pelo trabalho em grupo, pois este é capaz de desenvolver a habilidade de solucionar problemas, estimular a iniciativa e solidificar a coesão grupal, peculiaridades muito importantes para o militar numa situação de combate. O próprio sistema de avaliação deveria ser mais grupal do que individual, pois o que está atualmente em vigor tende a fortalecer a competitividade entre os cadetes, em detrimento da cooperação que é uma conduta de extrema relevância numa batalha.

No que se refere ao processo constante de vigilância por parte dos oficiais e alunos mais antigos sobre os mais novos, visando impedir desvios comportamentais através de advertências e punições, cabe dizer que tais procedimentos, em situações de combate, são pouco eficazes, pois nessas circunstâncias a preocupação dominante de cada um será a de manter-se vivo. Os recursos mencionados funcionam relativamente bem na caserna, porque o máximo que está em jogo é o posto de aspirante a oficial, e não a própria existência do indivíduo. A respeito do comportamento na guerra sabe-se que o convencimento e a autodisciplina são

mais eficazes do que os expedientes coercitivos, o que não autoriza, porém, descartá-los.

A concepção harmoniosa e estável de vida em sociedade, como se viu, constitui um aspecto marcante da formação militar e se revela o elemento principal da ligação entre os funcinários fardados e os setores dominantes da sociedade. Embora seja muito difícil eliminar essa concepção, é bem provável que o cancelamento da prática da ordem unida, do deslocamento em marcha, das evoluções grupais e da ocupação pré-definida do espaço físico, contribua bastante para arrefecê-la. Tal cancelamento é viável porque do ponto de vista tático essas práticas não possuem valor algum. A concepção em pauta seria profundamente alterada se a segregação do processo formativo fosse eliminada e a duração dos cursos diminuísse sensivelmente.

Quase todas essas sugestões vinculam-se à idéia de que as forças armadas devem voltar-se para a tarefa de defesa externa. A possibilidade de incrementação dessas e outras propostas, depende, fundamentalmente, da existência de uma teoria estratégica que indique os possíveis inimigos exteriores bem como os prováveis cenários de combate. Uma teoria desse tipo, contribuiria bastante para o repensamento do papel das forças armadas, o tamanho de seus efetivos, o tipo de armamento que deve ser adquirido, a distribuição dos contingentes e o próprio processo formativo que ora constitui objeto de estudo.

O escopo maior desse trabalho é que ele seja

capaz de desencadear debates envolvendo os dirigentes das escolas militares e os representantes da comunidade acadêmica a respeito do atual processo de formação da oficialidade brasileira, com vistas a imprimir nele as alterações necessárias e convenientes ao regime democrático. Essa intenção deixa claro que há uma legítima inquietação e um sincero compromisso do autor em relação ao preparo dos atuais cadetes das três armas. Deixa claro, também, que inexiste o objetivo de apresentar esta postura como algo inquestionável. Ao contrário, é provável que haja nela certas omissões e discrepâncias capazes de estimular a realização de outros estudos a respeito da prática pedagógica castrense, inclusive numa perspectiva teórica diferente da linha de pensamento aqui adotada. A expectativa de que isto venha realmente a ocorrer é muito grande, pois acredita-se firmemente que muitos benefícios resultarão desse confronto de idéias. O ensino bélico, devido à sua importância política, não pode permanecer na quietude em que se encontra e nem continuar como objeto exclusivamente militar.

Essa preocupação com o modo de se preparar a oficialidade, tendo por referência o regime democrático, não constitui algo original. Vários países do mundo já fizeram ajustes necessários aos respectivos processos de formação de seus militares, compatibilizando-os com regime pluralista vigente. Pode ser citado como exemplo ilustrativo, o preparo dos oficiais venezuelanos. Esses ajustes constituirão

objeto de estudo do próximo trabalho a ser desenvolvido por este pesquisador.

No caso brasileiro, é imprescindível continuar refletindo a respeito da formação dos futuros oficiais. Como se teve a oportunidade de constatar, o aspecto homogeneizante da educação bélica é muito amplo e forte, apesar das descontinuidades que contém. Ele é o responsável pela moldagem de um tipo especifico de cidadão, cujas peculiaridades mais evidentes são a passividade, a submissão, a dependência. Sai das academias militares um indivíduo exageradamente ordeiro, amante da estabilidade, avesso ao conflito, bastante identificado com os estratos dominantes da sociedade. Não é um tipo de cidadão adequado a uma vivência democrática, que é baseada nas relações de reciprocidade, autonomia do sujeito e participação ativa do indivíduo, que considera o conflito como algo positivo, capaz de gerar mudanças, muitas vezes beneficiadoras dos vários segmentos da sociedade, principalmente dos menos favorecidos. Além disso, sai das academias, um tipo de profissional pouco capacitado ao enfrentamento do combate moderno, que é carregado de incertezas, de alta mobilidade, e gerido pelo princípio da surpresa. A centralização do processo decisório e as altas doses de autoritarismo impedem a prática da iniciativa, habilidade fundamental que deve ser constantemente exibida pelo guerreiro do presente.

Na condição de um trabalho eminentemente

diagnosticador, este estudo parece indicar que o tipo de oficial que está saindo das academias militares, diz respeito a um indivíduo com tendências a apoiar os regimes políticos fortes, centralizados e controladores da conduta social. Nesse sentido, uma nova aventura intervencionista, que se espera nunca mais venha a ocorrer, provavelmente encontraria um certo respaldo no âmbito da jovem oficialidade. Isto é deveras preocupante, pois, tendo por base o passado histórico, os custos dessa ingerência seriam muito altos, principalmente para os setores desprivilegiados da sociedade.

Apesar de existirem várias sugestões dos estudiosos do intervencionismo militar, voltadas ao impedimento da intromissão castrense no âmbito interno do país, pode-se considerar a democratização das práticas escolares como uma das mais adequadas a esse mister, por incutir no aluno uma predisposição contra a autocracia. Aliás, diga-se de passagem, que reina uma certa unanimidade entre vários educadores e estudiosos do assunto quanto a importância de uma gestão democrática articulada à prática social global. Porém, ela não é suficiente para garantir o não-intervencionismo, porque certos fatores econômicos e políticos que moldam a vida em sociedade, freqüentemente são mais fortes que as habilidades democráticas adquiridas pelo cidadão. A democratização do ensino apresenta-se, no entanto, como mais uma proposta de contenção militar, ao lado das outras já existentes e que são beneficiadoras do enraizamento democrático.

Pretende-se, num futuro trabalho sobre a democratização do ensino militar, mostrar que a as instituições bélicas nacionais podem ser democratizadas, desde que se leve em conta um pressuposto básico, que é o de direcionamento das forças armadas para a tarefa de defesa externa. A tentativa de comprovação dessa possibilidade será feita através do desenvolvimento de certos tópicos que são favoráveis à essa democratização, tais como as peculiaridades da tecnologia bélica, as características da personalidade de alguns comandantes em situações de combate, os estilos de liderança, as particularidades da guerra moderna e o modo de organização de determinadas forças armadas estrangeiras.

O direcionamento das forças armadas brasileiras para a tarefa de defesa externa constitui uma expectativa muito grande, embora pairem sérias dúvidas quanto à essa possibilidade, haja vista que ela depende de decisão parlamentar, no momento da revisão da atual carta magna.Caso isso não venha a ocorrer, espera-se, pelo menos, que os deputados e senadores se empenhem em clarificar o papel de manutenção da ordem e da lei, relacionando as tarefas internas que caberão às forças armadas. Nutre-se, também, a esperança de que eles registrem a condenação ao intervencionismo castrense nas esferas política e social do país por meio de ameaças verbais, golpes e supressão de reações contestatórias. O momento presente revela-se bastante adequado ao repensamento dessas funções, haja vista os discursos do atual e de um ex-secretário da Defesa norte-americanos favoráveis à diminuição dos gastos militares

latino-americanos, discursos que devem colaborar para com essa atividade reflexiva. Espera-se, ainda que a proposta de sindicalização dos militares que está sendo elaborada por alguns políticos, torne-se lei e seja colocada em prática, pois transformará o funcionário fardado num cidadão comum, que freqüentemente se mobiliza para concretizar seus interesses. A sindicalização, constitui, portanto, um instrumento pedagógigo de extrema importância, uma vez que é capaz de provocar uma auspiciosa mudança qualitativa.

Várias sugestões foram relacionadas neste capítulo. Acredita-se, firmemente, que tais sugestões, caso sejam colocadas em prática, deverão provocar mudanças significativas no tipo de oficial que está sendo formado pelas Academias Militares. A democratização das relações entre os funcionários de patentes hierarquizadas apresenta-se como a mais relevante delas devido as prováveis conseqüencias positivas tanto para as organizações militares quanto para a sociedade civil, principalmente seus setores desprivilegiados. As escolas de formação de oficiais constituem um local apropriado para o exercício de uma pedagogia democrática, atualmente defendida por muitos intelectuais comprometidos com uma educação transformadora e cujo empenho nesse sentido está apoiado na crença de que a democracia é a via mais adequada para a realização de qualquer empreendimento coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Plano de Unidades Didáticas, 1º , 2º, 3º e 4º anos, 1991.

ACADEMIA DA FORÇA AEREA, Programa de Treinamento Militar e de Liderança, 1986.

ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Anuário Estatístico, 1989.

ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS, Plano de Matérias. vols. 1, 2, e 3, 1991.

AGUIAR, R. A. R., Os Militares e a Constituinte, Editora Alfa-Omega, S.Paulo,1986.

ALTHUSSER, L., Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Editorial Presença, Lisboa.

APPLE, M. W., Educação e Poder, Editora Artes Médicas Sul Ltda., P. Alegre, 1989.

APPLE, M.W., Ideologia e Currículo, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1982.

BAKKER, M.P.R., O Poder Militar Brasileiro: Uma visão de suas Particularidades, in Revista de Política Internacional, ano XXVII 105/108, 1984.

BARROS, B.F., Militares na História do Brasil, in o Estado de São Paulo, 30 Nov 83, p. 2.

BEAL, G.M., Liderança e Dinâmica de Grupo, 3ª. ed. Zahar Editores, R. Janeiro, 1967.

BECHARA, E., Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade?, 3ª. ed., Editora Atica, S. Paulo, 1976.

BESSE, G., e CAVEING, M., Politzer Princípios Fundamentais de Filosofia, Hemus Livraria Editora, S. Paulo, 1970.

BLAU, P.M., A Dinâmica da Burocracia, in OrganizaçOes Complexas, Editora Atlas, S. Paulo, 1976.

BLOOM, B. S., e outros, Taxionomia de Objetivos Educacionais, Editora Globo, P. Alegre, 1972.

BOBBIO, N., As Ideologias e o Poder em Crise, Editora Polis, S. Paulo, 1988.

BOBBIO, N., e outros, Dicionário de Política, 2ª. ed., Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1986.

BOBBIO,N., **Estado Governo e Sociedade**, 2ª ed., Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1987.

BONAZZI, M., e ECO, U., **Mentiras que Parecem Verdades**, Summus Editorial, S. Paulo, 1980.

BORGES, V.P., **O que é História**, Gradiva PublicaçOes, Lisboa.

BOUCHACOURT, Ten.Cel., **Ensaio sobre a Psicologia da Infantaria**, Bibioteca do Exército Editora, R. Janeiro, 1951.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C., **A Reprodução**, Livraria Francisco Alves Editora, R. Janeiro, 1975.

BOWLES, S. e GINTIS, H., **La Instrucción Escolar en La América Capitalista**, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986.

BRASILIA AGENCIA ESTADO, Leônidas Afirma que EleiçOes serão em Paz, in **O Estado de S.Paulo**, 8 Out 86, p.7.

BRIGAGÃO, C., **A Defesa numa Sociedade Democrática**, in Folha de S.Paulo, 25 Jan 86, p.3.

CABRINI, C., e outros, **O Ensino de História**, 2ª. ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1986.

CAPECK, M., **El Impacto Filosófico da la Física Contemporánea**, Editorial Tecnos, Madrid.

CARNOY, M., **Estado e Teoria Política**, Papirus Editora, Campinas, 1988.

CARNOY, M. e LEVIN, H.M., **Escola e Trabalho no Estado Capitalista**, Cortez Editora, São Paulo, 1987.

CARR, E.H., **Que é a História**, Gradiva PublicaçOes, Lisboa.

CARRILLO, M., **Forças Armadas e Mudanças Políticas em Portugal no Séc XX**, Estudos Gerais, Série Universitária, Lisboa.

CASTRO, C., **O Espírito Militar**, Jorge Zahar Editor, R. Janeiro,1990.

CERQUEIRA FILHO, G., **A "Questão Social" no Brasil Crítica do Discurso Político**, Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1982.

CHARLOT, B., **A Mistificação Pedagógica**, 2ª ed., Zahar Editores, R. Janeiro, 1983.

CHAUI, M. **O que é ideologia**, 5ª. ed., Editora Brasiliense, S.Paulo, 1981.

COELHO, E.C., A Constituinte e o Papel das Forças Armadas, in **Política e Estratégia**, vol III, Nº 3, jul-set 85.

COELHO, E. C., **Em** Busca de Identidade: O **Exército** e a **Política** na Sociedade Brasileira, Forense-Universitária, R. Janeiro, 1976.

COMBLIN, J., A Ideologia da Segurança Nacional, 2ª ed., Editora Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978.

COSTA NETO, L., **Hegemonia** e Política de Estado, Editora Vozes, Petrópolis, 1988.

DAGNINO, R. P., A Indústria de Armamentos Brasileira: Desenvolvimento e Perspectivas, In O **Armamentismo** e o **Brasil**, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1985.

DAHENDORF, R., **As** classes e seus **Conflitos** na Sociedade Industrial, Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1982.

DAHL, R., **Um Prefácio** à Democracia Econômica, Jorge Zahar Editor,R. Janeiro, 1990.

DAVIS, P.J., e HERSH, R., **A Experiência Matemática**, Livraria Francisco Alves, R. Janeiro, 1985.

DINIZ, E., outros, Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: **Dilemas** da Nova República, IUPERJ-VERTICE, R. Janeiro,1989.

DIRETORIA GERAL DO PESSOAL DA MARINHA, **Manual de Elaboração de Currículos**, 1987.

DIXON, N.F., **A Psicologia** da Incompetência dos Militares, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1977.

DREIFUSS, R., **A Internacional Capitalista**, Editora Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1986.

DREIFUSS, R., Nova República. Novo Exército? in Nova **República: Um balanço**, L e PM editores, S. Paulo, 1986.

DREIFUSS, R., O **Jogo** da Direita, 2ª. ed., Editora Vozes, Petrópolis, 1989.

EHERENBERG, A., A Instrução Militar: Uma Pedagogia da Autonomia?, In **Forum** Educacional, vol. II n 2, Abr/Jun 1987.

EKELAND, I., O Cálculo e o Imprevisto, Livraria Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1987.

ESCOLA NAVAL, **Programa de Adaptação** de Novos Aspirantes, 1991.

ESCOLA NAVAL, **Projetos Especificos**, 1º a 8º PL, 1989.

FASTABEND, D.A., Iniciativa em Combate: Seis horas em Balta, In **Military** Review, vol LIX, n 1, 1º trim., 1979.

FAUSTO, B., **História** Geral da **Civilização Brasileira**, 2º Vol. **Difusão** Editorial, R. Janeiro, 1978.

FAZENDA, I.C.A., **Integração** e **Interdisciplinaridade** no Ensino **Brasileiro**, Edições Loyola, S.Paulo, 1979.

FELDMANN, J., Une Armée Profissionalle de Haute Technicité Représent-t-elle une Alternative à Notre Armée de Milice? **Revue Militaire Suisse**, N 4 - abril, 1986.

FERNANDES, F., **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**, Editora HUCITEC, S. Paulo 1979.

FERNANDES,F., **A Revolução Burguesa no Brasil**, 3ª ed., Editora Guanabara, 1987

FERNANDES, F., **A Transição Prolongada**, Cortez Editora, S. Paulo, 1990.

FERNANDES, H., R., **Os Militares como Categoria Social**, Global Editora, S. Paulo, 1978.

FERNANDES, H. R., **Política e Segurança**, Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1984.

FERREIRA, O.S., As Forças Armadas na Constituição, in **Política e Estratégia**, vol III, nº 3, Jul-Set 85.

FIELD, E.R., Dissenção: Fator Negligenciado no Processo de Tomada de Decisão, In **Air University Review**, vol XXX, nº 1 e 2, Outono/Inverno, 1978/9.

FIGUEIREDO, E. e outras, Conformismo e Resistência na Escola Pública, In **Revista da Associação Nacional de Educação**, nº 1, ano 3.

FISHER, R. B., O Exército e os Distúrbios Civis, In **Military Review**, vol.XLIX, Set. 1969, nº 9.

FOUCAULT,M., **Microfísica do Poder**, 2ª ed., Edições Graal, R. Janeiro, 1981.

FOUCAULT, M., **Vigiar e Punir**, Editora Vozes, Petrópolis, 1977.

FREIRE, P., Pedagogia do Oprimido, Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1974.

FREITAG, B. e outros, **Nova República**: Um Balanço, LPM Editores, P. Alegre, 1986.

FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P., **Tratado de Sociologia do Trabalho**, Ed. Cultrix, S. Paulo, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, **Dicionário de Ciências Sociais**, Instituto de Documentação, R. Janeirro, 1987.

GARCIA, F.C., Ação Patronal, Poder e Organização no Setor Siderúrgico de Minas Gerais, In **Revista de Administrção de Empresas**, vol. 24, n 3, Jul/Set, 1984.

GARCIA, F.C., **Afinal, o que é Administração?**, Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 1983.

GARCIA, W.E., **Inovação Educacional no Brasil**, Cortez Editora, S. Paulo, 1980.

GIROUX, H., **Teoria Crítica e Resistência em Educação**, Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

GODELIER, M. Alguns aspectos do método do Capital, In **Tempo Brasileiro**, nº 15/16, 3ª ed., 1983.

GOFFMAN, E., As Características de Instituições Totais, In **OrganizaçOes Complexas**, Editora Atlas, S. Paulo, 1976.

GOFFMANN, E., **Manicômios, PrisOes e Conventos**, Editora Perspectiva, S. Paulo, 1961.

GOODPASTER, A.J., Moral Choices, Military Ethics and Nacional values in the 1980s, in **Liberal Education**, sum, 1979.

GORENDER, J., **A Burguesia Brasileira**, 5ª. ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1986.

GRAMSCI, A., **Concepção Dialética da História**, 3ª Ed. Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978.

GRAMSCI, A., **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 2ª ed., Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1978.

GUALAZZI, I.L., **O Oficial Subalterno da Força Aérea Brasileira**, Dissertação de Mestrado, UNIMEP, Piracicaba, 1985.

HAMBURGER, E.W., **O que é Física?**, 2ª. ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1985.

HEYDTE, F.A.V.D., **A Guerra Irregular Moderna**, Biblioteca de Exército Editora, R. Janeiro, 1990.

HOROWITZ, I.L., Los Militares de América Latina, in **Elites y Desarrolo en América Latina**, 2ª ed., Editora Paidós, Buenos Aires, 1971.

HUISMAN, D. e VERGEZ, A., Curso Moderno de Filosofia, Livraria Freitas Bastos, R. Janeiro, 1980.

HUNTINGTON, S. A ordem Política nas Sociedades em Mudança, Editora Forense Universitária e Editora da USP, S. Paulo, 1975.

JAGUARIBE, H., Dívida e Crise Social, As Prioridades, in O Estado de S.Paulo - Suplemento Cultura, ano IV, nº253 p.2.

JANOWITZ, M., Hierarquia e Autoridade no Estabelecimento Militar, in Organizações Complexas, Editora Atlas, S. Paulo, 1976.

JANOWITZ, M., O Soldado Profissional Estudo Social e Político, EdiçOes GRD, R. Janeiro, 1967.

KELLY, A.V., O Currículo Teoria e Prática, Editora Harper e Row do Brasil, S. Paulo, 1981.

LANDSHEERE, V., e G., Definir os Objetivos da Educação, Livraria Martins Fontes, Santos.

LIPSET, S.M., Burocracia e Reforma Social, in OrganizaçOes Complexas, Editora Atlas, S. Paulo, 1976.

LIPSET, S.M., e SOLARI, A.E., Elites y Dasarollo en Amércia Latina, 2a ed., Editorial Paidós, Buenos Aires, 1971.

LORINGHOVEN, H.V.F., O Poder da Personalidade na Guerra, Biblioteca do Exército Editora, R. Janeiro, 1986.

LUCKESI, C.C., Avaliação Educacional Escolar: Para além do Autoritarismo, In Revista da Associação Nacional de Educação, ano 5, nº 10, 1986.

LUDWIG, A.C.W., Análise dos Fins Educacionais Relativos aos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes,Dissertação de Mestrado, UNIMEP, Piracicaba, 1981.

LUDWIG, A.C.W., A Formação do Oficial Brasileiro e o Currículo Oculto, in Pro-Posições, nº5, Agosto, 1991.

LUDWIG, A.C.W., A Formação do Oficial da Aeronáutica e a Liderança, in Ensino, Vol.II, nº VI, Nov/85.

LUFT, P.C., Língua e Liberdade, 8ª. ed., L e PM Editores, P. Alegre, 1985.

MACHADO, N.J., Matemática e Realidade, Editora Cortez, S. Paulo, 1987.

MARINOTTO, D., **Glossário de Gíria e ExpressOes Idiomáticas dos Cadetes da Aeronáutica**, 1985.

MARX,K., e ENGELS, F., **A Ideologia Alemã**, Edições Avante, Lisboa, 1981.

MARX, K., e outros, **Escritos Militares**, 1ª ed., Global Editora, S. Paulo, 1981.

MARX, K., **O Capital**, Livro 1, Vol.II, Difusão Editorial, S. Paulo, 1985.

MERTON, R.K., **Estrutura Burocrática e Personalidade**, in **OrganizaçOes Complexas**, Editora Atlas, S. Paulo, 1976.

MINISTERIO DA AERONAUTICA, **Regimento Interno da Academia da Força Aérea**, 1990.

MINISTERIO DA EDUCAÇAO E CULTURA, **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**, 2ª. ed., R. Janeiro, 1976.

MOCHCOVITCH, L.G., **Gramsci e a Escola**, Editora Atica, R Janeiro.

MORA, J.F., **Dicionário de Filosofia**, Tomo II, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971.

MORAES, J. Q., **A Esquerda Militar no Brasil**, vol.I, Edições Siliciano, S. Paulo, 1991.

MORAES, J.Q., **A Tutela Militar**, EdiçOes Vértice, S. Paulo, 1987.

MOTTA, J., **Formação do Oficial do Exército**, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, R. Janeiro, 1976.

ODOM, W.O., **A marcha para o combate e o Combate de Encontro**, In **Military Review**, Mai/Jun, 1989.

O'DONNELL, G. **Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários**, Edições Vértice, S. Paulo, 1987.

OLIVEIRA, E.R., **Intervenções Militares e o Papel Constitucional das Forças Armadas**, Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, Out 85.

OLIVEIRA, E.R. e outros, **As Forças Armadas no Brasil**, Espaço e Tempo, R. Janeiro, 1987.

PAGES, M., e outros, **O Poder das OrganizaçOes**, Editora Atlas, S.Paulo, 1987.

PATTO, M. H.S., **Psicologia e Ideologia**, T.A. Queiroz Editor, S. PAulo, 1987.

PEREIRA, A.C., Forças Armadas e Constituição: Um Debate Necessário, in Política e Estratégia, vol. III, nº 3, Jul-Set 85.

PINHEIRO, P.S., Os Militares e a convulsão, in Folha de S. Paulo, 7 Jan 87, pg. A3.

PINTO, J.M., Poder Político Y Poder Militar en Venezuela 1958-1986, Ediciones Centauro, Caracas, 1988.

POULANTZAS, N., As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, 2ª ed. Zahar Editores, R. Janeiro, 1978.

POULANTZAS, N., Escola em Questão, in Tempo Brasileiro, nº35, out-dez, 1973.

POULANTZAS, N., O Estado, o Poder, o Socialismo, 2ª ed., Edições Graal, R. Janeiro, 1985.

POULANTZAS, N., Poder Político e Classes Sociais, Livraria Martins Fontes Editora, S. Paulo, 1986.

PRADO, N., Forças Armadas e Segurança Interna, in Folha de São Paulo, 21 Jan 86, p. 3.

REIS FILHO, C., Reforma Universitária e Ciclo Básico: Modelo Viável, In Educação Brasileira Comntemporânea: Organização e Funcionamento, Editora McGraw-Hill do Brasil, S. Paulo, 1976.

RIBEILL, G., TensOes e TransformaçOes Sociais, Livraria Bertrand, Lisboa, 1976.

RICOER, R. Interpretação e Ideologia, Livraria Francisco Alves Editora. R. Janeiro, 1977.

RONCA, A.C.C. e ESCOBAR, V.F., Técnicas Pedagógicas Domesticação ou Desafio à Participação?, Editora Vozes, Petrópolis, 1980.

ROSEMBERG, F., Literatura Infantil e Ideologia, Global Editora, S.Paulo, 1985.

ROSKILL, S.W., A Arte da Liderança, Zahar Editores, R. Janeiro, 1967.

ROSSI, C., Exércitos Fazem Pacto Secreto para Intervir no Poder, in Folha de São Paulo, 25 Set,1988, p.A.6.

ROUQUIE, A., O Estado Militar na América Latina, Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1984.

SABINI, M.A.C., Psicologia Aplicada á Educação, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 198.

SANT'ANNA, F.M., e outras, Planejamento do Ensino e

SANT´ANNA, F.M., e outras, **Planejamento do Ensino e Avaliação**, 11ª ed., Sagra Livraria e Editora, P. Alegre, 1988.

SANTOS FILHO, C., Qualificação Profissional e Educação Geral, in **Desenvolvimento Profissional: Do Planejamento à Certificação** ,Série Debates 3, S. Paulo,1979.

SARUP, M., **Marxismo e Educação**, Editora Guanabara, R. Janeiro.

SAVIANI, D., **Educação Brasileira Estrutura e Sistema**, Edição saraiva, S. Paulo, 1973.

SEVERINO,A.J., **Educação, Ideologia e Contra Ideologia**, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 1986.

SILVA,H., **O Poder Militar**, L e PM Editores, P. Alegre, 1984.

SILVA, S.O., **Estilos de Administração**, Editora Didática e Científica, R. Janeiro, 1990.

SOTTUNG, E.J.L., Comando através de Diretrizes (Auftragstaktik) Possibilidades e LimitaçOes na Paz e na Guerra, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, R. Janeiro, 1987.

STEPAN, A., **Democratizando o Brasil**, Paz e Terra, Rio Janeiro, 1988.

TANNEMBAUM, R. e outros, **Liderança e Organização**, Editora Atlas, S. Paulo, 1972.

TEDESCO, J.C., Reproductivismo Educativo Y Sectores Populares en América Latina, in **Educação na América Latina**, Cortez Editora, S. Paulo, 1985.

TEIXEIRA,N. G., **O Futuro do Sindicalismo no Brasil O Diálogo Social**, Livraria Pioneira Editora, S. Paulo, 1990.

TRAGTENBERG, M., **Burocracia e Ideologia**, 1ª ed., Editora Atica, S. PAulo, 1977

VARIOS AUTORES, **A História das Intervenções Armadas Americanas**, vols. I e II, Academia de Ciências da URSS, Moscovo,1981.

VAZQUEZ, A.S., **Filosofia da Praxis**, Editora Paz e Terra, R. Janeiro,1986.

VIANNA, I.O.A., **Planejamento Participativo na Escola**, Editora Pedagógica e Universitária, S. Paulo, 1986.

VIET,J., Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais, Tempo Brasileiro, R. Janeiro, 1973.

VOLKOGNOV, D., **A Educação Ideológica dos Militares**, Edições Progresso, Moscovo, 1985.

WEBER, M., **História Geral da Economia**, in **Os Pensadores**, vol.XXXVII, Abril Cultural, S. Paulo, 1974.

WEBER, M., **Os Três Aspectos de Autoridade Legítima**, in **Organizações Complexas**, Editora Atlas, S. Paulo,1976.

WEBER, M., Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída, in **Os Pensadores**, vol. XXXVII, Abril cultural, S. Paulo,1974.

WILLIS, P., **Aprendendo a Ser Trabalhador**, Editora Artes Médicas Sul Ltda, Porto Alegre, 1991.

ZANETIC, J., **Física Também é Cultura**, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 1989.